

Ângela Borba, Nalu Faria,
Tatau Godinho (organizadoras),
Marta Suplicy, Maria Victoria Benevides,
Luci Choinaski, Andréa Butto,
Hildete Pereira de Melo, Ivete Garcia,
Lígia Mendonça, Márcia Camargo,
Maria Berenice Godinho Delgado (Didice),
Matilde Ribeiro, Vera Soares

MULHER E POLÍTICA

Gênero e feminismo no
Partido dos Trabalhadores



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores apresenta a história, a experiência e as reflexões de mais de 15 anos de lutas e de organização das mulheres no Brasil, desde o final do regime militar até os dias atuais. Nesse período a sociedade brasileira mudou muito, assim como o papel e o lugar das mulheres.

Essa nova inserção da mulher influenciou a vivência e a abordagem de questões como sexualidade, política, lutas sociais, mercado de trabalho, saúde e discriminação racial, entre outras. A participação das mulheres petistas foi central nesse processo de mudança de paradigmas sobre a mulher. Os textos contidos neste livro – organizado pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT – contam um pouco dessa participação, proporcionando, ao mesmo tempo, uma consistente elaboração política sobre gênero e feminismo no Brasil hoje.

ISBN 85-86469-07-6



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Poucas vezes foi possível juntar, num só livro, tantas vozes que, por diferentes caminhos e em variados tons, vão ajudar a tornar o feminismo mais compreendido e abri-lo ao diálogo com a sociedade.

A construção de uma sociedade feminista ainda vai demorar muito tempo. Mas já não é aquele fantasma que assustou tanta gente. Na medida em que o feminismo vai sendo assimilado, repensado e introjetado, vai se revelando importante não só na vida das mulheres, mas cria consciência, também nos homens, de que jamais se alcançará o sonho de uma sociedade democrática, justa e solidária se não se resolverem as desigualdades em todos os níveis da vida humana.

O valor deste livro está em revelar a longa estrada percorrida pelas mulheres, trazer à luz suas conquistas e suas dificuldades nos movimentos, nos partidos, nas cidades ou no campo, nas universidades, no trabalho profissional, na vida privada ou nos espaços públicos. Em todas as causas — do trabalho à educação, do teto a um pedaço de chão, na saúde ou contra a violência, na luta pela liberdade e pela cidadania ativa, no espaço urbano ou rural — aí está a mulher combativa e generosa, abrindo estrada para si e para todos. Feministas/femininas, suas lutas fazem parte das lutas do povo, que é constituído de mulheres e homens.

Há dois séculos, na Revolução Francesa, uma mulher — Olympe

de Gouges — morria na guilhotina, já reivindicando a Declaração dos Direitos da Mulher. Estamos chegando ao ano 2000 e nos damos conta do atraso que ainda existe em nossa sociedade, na qual predominam preconceitos, discriminações e violências de todo tipo. São velhos hábitos e culturas incapazes de reconhecer e valorizar o papel da mulher ao longo da história e a necessidade urgente de ampliar sua representação política dentro e fora do campo institucional, para que, mais rapidamente, possamos transformar as estruturas caducas de um poder que não faz a felicidade da maioria dos seres humanos.

O livro traz também as diferentes experiências positivas, construídas dentro do PT e nas variadas esferas do poder público, em que as idéias e práticas feministas vão abrindo portas de forma criativa, tornando mais humana a vida das mulheres.

Por tudo isso, com esta publicação o PT e a Editora Fundação Perseu Abramo contribuem política e ideologicamente para encurtar os caminhos do conhecimento, que levarão os que são diferentes (homens e mulheres) a se tornarem cada dia mais iguais em direitos na vida, nas decisões, na sociedade, na luta e no amor.

CLARA CHARF
Integrante da Secretaria
Nacional de Mulheres do PT

Mulher e política

Leia também da Editora Fundação Perseu Abramo:

Um trabalhador da notícia:

Textos de Perseu Abramo

Organização de Bia Abramo

Orçamento Participativo:

A experiência de Porto Alegre

Tarso Genro e Ubiratan de Souza

Desorganizando o consenso:

Entrevistas com intelectuais brasileiros

Fernando Haddad (organizador)

Em co-edição com a Editora Vozes

(Coleção Zero à Esquerda)

Vida e Arte:

Memórias de Lélia Abramo

Lélia Abramo

Em co-edição com a Editora da UNICAMP

Rememória:

Entrevistas sobre o Brasil

do século XX

Coletânea

O Manifesto Comunista

150 anos depois

Daniel Aarão Reis Filho (organizador)

Em co-edição com a Contraponto Editora

Desafios do governo local:

O modo petista de governar

Vários autores

Sérgio Buarque de Holanda

e o Brasil

Antonio Candido (organizador)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulher e política : Gênero e feminismo no Partido dos
Trabalhadores / Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho
(organizadoras). — São Paulo : Editora Fundação Perseu
Abramo, 1998.

Várias autoras.

ISBN 85-86469-07-6

1. Discriminação contra mulheres — Brasil 2. Feminismo —
Brasil 3. Identidade de gênero — Brasil 4. Mulheres e socialismo
— Brasil I. Borba, Ângela. II. Faria, Nalu. III. Godinho, Tatau.

98-2784

CDD-305.420981

Copyright © 1998 by Editora Fundação Perseu Abramo
e Secretaria Nacional de Mulheres do PT/DN

ISBN 85-86469-07-6

Ângela Borba — Nalu Faria — Tatau Godinho
(organizadoras)

Andréa Butto — Hildete Pereira de Melo

Ivete Garcia — Lígia Mendonça

Luci Choinaski — Márcia Camargo

Maria Berenice Godinho Delgado (Didice)

Maria Victoria Benevides

Marta Suplicy — Matilde Ribeiro

Vera Soares

Mulher e política

Gênero e feminismo
no Partido dos Trabalhadores



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

Diretoria

Luiz Dulci — presidente
Zilah Abramo — vice-presidente
Hamilton Pereira — diretor
Ricardo de Azevedo — diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Sandra Brazil

Ilustração da capa

Marta Baião

Capa

Augusto Gomes

Editoração Eletrônica

Augis - Editoração e Arte

1ª edição: agosto de 1998

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 — São Paulo — SP — Brasil

Telefone: (011) 571-4299

Fax: (011) 573-3338

Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

E-mail: editora@fpabramo.org.br

Sumário

<i>Prefácio</i>	
BILA SORJ.....	09
<i>Apresentação.....</i>	11
<i>O PT e o feminismo</i>	
TATAU GODINHO.....	15
<i>Muitas faces do feminismo no Brasil</i>	
VERA SOARES.....	33
<i>Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil</i>	
HILDETE PEREIRA DE MELO.....	55
<i>Gênero, família e trabalho</i>	
ANDRÉA BUTTO.....	71
<i>Sexualidade e feminismo</i>	
NALU FARIA.....	85
<i>Mulher e saúde: uma avaliação contemporânea</i>	
LÍGIA MENDONÇA.....	101
<i>Aborto: história de muitas histórias</i>	
MARTA SUPPLY.....	113

<i>Novas políticas públicas de combate à violência</i>	
MÁRCIA CAMARGO.....	121
<i>Democracia de iguais, mas diferentes</i>	
MARIA VICTORIA BENEVIDES.....	137
<i>Legislando para mulheres</i>	
ÂNGELA BORBA.....	153
<i>Gênero e políticas públicas municipais</i>	
IVETE GARCIA.....	173
<i>Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política</i>	
MATILDE RIBEIRO.....	189
<i>Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo</i>	
MARIA BERENICE GODINHO DELGADO (DIDICE).....	209
<i>Uma experiência prática de luta</i>	
LUCI CHOINASKI.....	225

Homenagem

Durante um ano e seis meses trabalhamos a seis mãos na organização deste livro. Não foi a primeira vez que trabalhamos juntas. Tínhamos uma longa história de atuação no PT e no movimento de mulheres. Mas foi a primeira vez que organizamos um livro. E o trabalho foi intenso. Aprendemos, compartilhamos, debatemos os artigos, nos conhecemos muito mais.

E quando, finalmente, já estávamos nos últimos detalhes, fomos colhidas por uma destas surpresas que a vida nos impõe e que nos deixam marcas de ausência. Deixam um vazio que nem mesmo o tempo pode preencher. Um aneurisma cerebral nos tirou Ângela Borba para sempre.

Agora, quando fechamos as últimas linhas do livro com essa homenagem, continuamos nos sentindo três, porque as idéias, as propostas, o trabalho incansável e a tenacidade com que Ângela encarava suas tarefas e suas responsabilidades estão neste livro.

Ângela é uma estrela. Uma estrela que reluz em cada uma de nós, na memória de sua intolerância com a injustiça e de sua tolerância com as divergências. Da coragem com que buscou a coerência. Uma estrela que desafiou a dicotomia entre razão e emoção e viveu a sofrida intensidade desta busca diante das contradições do mundo com que nos deparamos. Deixou sua marca por onde passou. Por isso, dedicamos este livro a Ângela, que permanece como parte dele e de todas nós.

NALU FARIA E TATAU GODINHO

Prefácio

Qualquer história do movimento de mulheres no Brasil terá necessariamente que consagrar um capítulo especial à atuação do Partido dos Trabalhadores nas últimas décadas. O papel que este partido vem desempenhando com a inovação de suas práticas de ampliação do espaço de participação das mulheres transcende em muito seu âmbito específico para alcançar a sociedade brasileira em seu conjunto.

O Partido dos Trabalhadores, que emergiu da confluência de vários movimentos sociais, entre eles o feminismo, ainda no período das lutas pela democratização do país, não se restringiu a carregar uma pálida marca de sua origem, mas soube, sobretudo, dar continuidade às principais reivindicações das mulheres e do feminismo no país.

Sabemos, pela realidade nacional e internacional, o quanto tem sido difícil para o movimento de mulheres ganhar espaços e mudar procedimentos nos quais as longas e sedimentadas tradições e culturas masculinas acabaram por naturalizar a exclusão das mulheres. É evidente, também, que o espaço da política é, dentre os domínios da ação pública, aquele que mais resiste às transformações. Se o mercado de trabalho e o sistema educacional, por exemplo, passaram a incorporar mulheres, diminuindo de alguma forma a enorme distância que as separa da participação dos homens, é na vida política que encontramos os maiores e mais urgentes obstáculos à integração das mulheres à cidadania.

A questão de gênero ganha, hoje, novos contornos. O debate político sobre qual o papel e a dimensão do Estado que queremos tem implicações diretas sobre o bem-estar das mulheres. Apesar do viés paternalista e clientelista que caracteriza o Estado brasileiro, sua atuação na promoção das condições básicas de reprodução social foi um fator importante no processo de emancipação das mulheres dos lugares tradicionais a que foram e ainda estão, em boa medida, confinadas. Portanto, para as mulheres, a antinomia intervenção estatal *versus* liberdade econômica é um falso dilema com conseqüências perversas. Grande parte das ações em favor da contenção de custos de produção ou de gastos estatais implica a sua transferência para a esfera do trabalho não-remunerado das mulheres. Muito provavelmente são e serão as mulheres que pagarão a principal conta da redução das esferas de atuação do Estado.

Nesse sentido, o esforço que as feministas ligadas ao PT têm feito para sensibilizar seu próprio partido para as desigualdades de gênero, tão gritantes em nossa sociedade, e elaborar propostas coletivas para sua superação, adquire particular relevância.

O presente livro é uma demonstração cabal do esforço de mulheres ligadas ao PT convencidas de que uma intervenção sensível, competente, exige o conhecimento apurado e bem-informado de nossa realidade social.

Convido o leitor a se engajar nesse debate e nos esforços de promover mais democracia e igualdade entre os gêneros.

BILA SORJ

Apresentação

A organização feminista no PT ousou responder a uma questão freqüentemente colocada: a de construir o feminismo vinculado a um projeto político partidário. Buscou, portanto, enfrentar uma antiga debilidade da esquerda, que é objeto de debate permanente no movimento de mulheres. No PT a organização feminista existe desde a sua fundação, em 1980. Anos depois, quando as feministas petistas fazem do canto de Elis Regina — “Agora eu sou uma estrela” — uma de suas marcas, já simbolizavam uma relação que frutificava no seu reconhecimento pelo conjunto do partido. Desde então o lilás, cor do feminismo, é também símbolo do PT, integrado em uma trajetória de auto-organização das mulheres no partido.

A proposta da Editora Fundação Perseu Abramo para a publicação deste livro representa um avanço nesse reconhecimento e foi saudada pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT com entusiasmo.

Após 18 anos de vida partidária, consideramos importante divulgar o que construímos no PT e contribuir para o diálogo face aos desafios colocados ao feminismo. Da mesma forma, o livro amplia o alcance do debate partidário, ao sintetizar aspectos significativos de nossa discussão. Em um partido que apenas recentemente começou a escrever a sua própria história, também almejamos que esta obra possa servir como referência para um amplo setor das mulheres organizado em torno do feminismo e que tem sua prática inspirada no feminismo petista.

Outro aspecto ressaltado pelo livro é o fato de que a atuação partidária, por sua natureza, colocou as militantes petistas diante do

desafio de pensar políticas globais e integrais, tanto do ponto de vista das políticas públicas, como também para dar conta da complexidade partidária e sua relação com os movimentos sociais. Nesse sentido, acreditamos que os artigos darão novos elementos para a discussão sobre mulher e política no Brasil hoje.

No quadro atual de hegemonia neoliberal, em que o ataque aos direitos das mulheres ocorre de forma aguda e drástica, é fundamental a reflexão sobre a atualidade do feminismo. Assim, torna-se ainda mais importante a construção de um projeto político e organizativo alternativo capaz de enfrentar os desafios colocados, o que inclui a necessidade de alianças com outros setores organizados. Para isso, o movimento feminista terá de superar os impasses em que se encontra e caminhar na construção do movimento de mulheres: feminista, amplo, autônomo e radical na sua utopia. Assim, esperamos que este livro possa ser inspirador de práticas plenas de rebeldia, radicalidade, renovação da ação e das esperanças na transformação socialista da sociedade, na qual homens e mulheres sejam livres e iguais.

A prática feminista das petistas, disseminada nos mais variados campos e identificada com a ousadia do feminismo de querer transformar o mundo em sua totalidade, se multiplica em inúmeras áreas de debate, crítica social e cultural, propostas, experiências de ação e organização etc. Obviamente, seria impossível abarcar todos os temas dentro de um único livro. Entretanto, enfrentando a necessária imposição destes limites, a escolha dos artigos buscou apresentar um panorama geral e expressar a variedade das contribuições das petistas. Procuramos contemplar uma diversidade de temas, de autoras com diferentes experiências e pontos de vista políticos, de vários estados do país.

Este é um livro plural. Os artigos não são parte de uma visão oficial do partido. Alguns representam o acúmulo coletivo da Secretaria de Mulheres, sempre expressos, entretanto, a partir da ótica particular de suas autoras. São temas e interpretações em debate.

Os dois primeiros artigos se referem ao histórico do feminismo no PT e no Brasil desde a década de 1970. O primeiro aborda o processo de organização feminista no PT, suas conquistas e desafios, além do papel da militância petista no movimento de mulheres e no debate feminista

no Brasil. O artigo seguinte mostra como essa segunda onda do movimento feminista chega ao Brasil diretamente vinculada à atuação política da esquerda e à luta pela anistia, transformando o movimento de mulheres em um novo ator na política brasileira.

Em seguida, os artigos analisam temas — trabalho, família, sexualidade, saúde, aborto e violência —, traçando um panorama da situação das mulheres hoje, as principais mudanças nas últimas duas décadas, as políticas governamentais e seus efeitos. Abordam o acúmulo e limites do feminismo quanto à construção de políticas. As autoras refletem também sobre antigos impasses, como a articulação entre família, trabalho doméstico e trabalho assalariado e o não-reconhecimento social da maternidade, denunciado pela brutal fragilidade de políticas que contribuam para alterar o papel das mulheres na família e sua autonomia pessoal. O marco são os atuais desafios conjunturais, em particular os efeitos das políticas neoliberais sobre a condição das mulheres. Dentro desse conjunto de temas, ainda são abordados sexualidade e aborto. Dois assuntos tabus na sociedade, em que ocorre uma forte discriminação no direito de cada mulher escolher e exercer sua livre autodeterminação. A maternidade é uma forte imposição, para a qual desde muito cedo é direcionada a identificação das mulheres. Assim, na sexualidade ocorre a tentativa de normatizar a vivência das mulheres a partir de um modelo heterossexual, baseado no casamento monogâmico, e da definição do que é a sexualidade correta e do que é considerado desvio. O feminismo contribui muito nessa discussão e cobra o desvendamento de mecanismos milenares de opressão, expressos na normatização repressiva sobre a sexualidade e sobre o corpo das mulheres. É neste marco que o aborto continua sendo considerado crime e cada vez mais a hipocrisia que recobre sua realidade social pune de forma mais aguda as mulheres pobres pelos riscos que enfrentam face a uma gravidez indesejada.

Um outro bloco se refere à questão da cidadania, à elaboração de políticas públicas e à participação das mulheres nos espaços de poder, problematizando a questão das condições para construção da igualdade. A constituição das mulheres como sujeito político e novo alvo de políticas governamentais, a partir das décadas de 1970 e 1980, abriu um novo campo de ação — e novas polêmicas — para o movimento

de mulheres. Uma visão crítica ao que tem sido discutido como “institucionalização do movimento de mulheres” e sua ambigüidade diante do Estado levantou novos debates sobre as visões de autonomia. E colocou uma exigência maior, e agora bem mais complexa do que nos anos de luta contra a ditadura: a de se definir a identidade com os diferentes projetos políticos presentes na sociedade brasileira e, conseqüentemente, também esclarecer a relação dos diversos setores do movimento de mulheres com o Estado.

Ao mesmo tempo, na atuação partidária, as feministas petistas nos vimos face à necessidade de construir uma visão própria de atuação parlamentar e governamental, indispensável para responder às exigências de uma nova realidade constituída pela atuação do PT à frente de governos municipais e estaduais, pela elaboração de suas plataformas e pela ampliação de sua representação parlamentar.

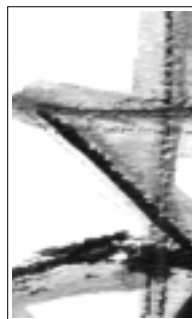
Um último bloco analisa a organização setorial de mulheres negras, sindicalistas cutistas e trabalhadoras rurais. A organização das mulheres nestes setores representou um desafio para as feministas e a necessidade de ampliar sua capacidade de análise e de lidar com diferentes realidades e identidades. A atuação em movimentos mistos, assim como nos partidos políticos, enriqueceu a experiência das mulheres, ao mesmo tempo que cobrou-lhes a construção de novas estratégias, além de ampliar a capacidade de mobilização e o raio de ação do feminismo. Face à exigência de nova elaboração política e à ampliação do alcance de suas propostas, este enriquecimento se moldou muitas vezes respondendo a um conflito aberto diante das dificuldades de integrar a dimensão da igualdade entre homens e mulheres na tradição dos movimentos políticos e da esquerda. Mais ainda, pela exigência da coerência entre um projeto político anunciado como esperança de igualdade social e coletiva e a dimensão pessoal vivida na experiência da militância. O artigo final é um depoimento tocante da extensão dessa luta, expressa no cotidiano da atuação política das mulheres.

Esperamos que este livro contribua para que o necessário debate trazido pelo feminismo à sociedade possa se alimentar também dos desafios apresentados pelas mulheres do PT.

AS ORGANIZADORAS

O PT e o feminismo

Tatau Godinho



Discutir o Partido dos Trabalhadores e o feminismo é discutir uma relação rica e conflituosa, cheia de possibilidades mas que, ao mesmo tempo, enfrenta obstáculos cotidianos, e que se estabeleceu na vida do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação.

No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra a ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. Aqui, o feminismo encontrou eco junto a militantes políticas da esquerda, independentes ou de grupos políticos organizados, provenientes da luta contra a ditadura, e que buscavam construir o feminismo colado aos movimentos populares. Para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto. Não por acaso uma das primeiras palavras de ordem destacadas pelas mulheres organizadas dentro do PT (a partir da articulação de mulheres do PT do Rio Grande do Sul) foi “Não há socialismo sem feminismo”. É nessa busca de identidade entre o projeto político do Partido dos Trabalhadores e uma visão de luta pela libertação das mulheres que nasce e se desenvolve o feminismo no PT. Essa trajetória

Tatau Godinho

Integrante da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores e do Diretório Regional de São Paulo. Foi Secretária de Organização da Executiva Nacional do PT (1993-95).

não se desenvolve sem contradições. No Brasil, como em vários outros países, a relação do feminismo com a esquerda se desenvolveu contraditoriamente, ora negando ora afirmando identidades.

Cíntia Sarti (1988) chama a atenção para as exigências colocadas para as ativistas dos movimentos sociais no Brasil, naquele momento em que ocorria um amplo processo de mobilização.

“O feminismo foi se impondo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob o fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitas mulheres e homens, independente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina.”

É pela mão de parte dessas militantes feministas dedicadas à construção de um projeto partidário que o feminismo entra no PT, trazendo três elementos fundamentais: uma identidade do feminismo com as lutas populares que se desenvolviam no país; uma elaboração feminista que se colocava como integrante e essencial a um projeto socialista; e uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas das mulheres. Um projeto de muitas mãos e cuja interpretação, sem dúvida, não é única.

Feminismo e socialismo: renovando um projeto de liberdade

O enraizamento nas diferentes formas de organização popular, nos movimentos políticos contra a ditadura militar, na luta social, que esteve na base da construção do PT, constituía um campo fértil para uma ampla camada de ativistas feministas que, por diferentes caminhos e experiências, tentavam construir um movimento de mulheres que fosse de massa, com sua própria identidade, plataforma e formas de organização, porém profundamente vinculado à

luta e à organização dos trabalhadores¹. A elaboração inicial do “feminismo petista” afirmava-se em uma visão de que “qualquer movimento se organiza em torno de lutas” (COMISSÃO DE MULHERES DO PT, 1981, p. 3) e propunha que o PT deveria comprometer-se com as lutas e bandeiras das mulheres, aprovadas nos fóruns amplos do movimento, e também que as petistas se incorporassem ao movimento autônomo de mulheres. Insistia no reconhecimento das “diferentes iniciativas das mulheres para enfrentar em seus próprios âmbitos as artimanhas do poder patriarcal” e na necessidade de

“implantar estratégias múltiplas de ação, ampliando os caminhos do poder para o movimento, desenvolvendo, junto com outros coletivos e grupos, espaços de poder e visibilidade no público. E, ao mesmo tempo, converter essa multiplicidade em um movimento de mulheres autônomo, massivo, com capacidade de ser um interlocutor válido frente aos partidos, instituições, Estado e a todos os outros movimentos sociais” (O PT E A LUTA..., 1988).

Um segundo elemento extremamente importante se vinculava a uma renovação do socialismo. Ao introduzir no debate sobre a construção de um projeto político socialista libertário, efetivamente democrático, o questionamento da incongruência entre o público e o privado, a defesa da privacidade e ao mesmo tempo a reivindicação do estatuto político das questões consideradas privadas e a idéia de construção da igualdade entre homens e mulheres, na concretude de suas necessidades materiais e também na profundidade das relações privadas e coletivas, a defesa do feminismo trazia para dentro do partido, como temas políticos, uma nova visão de projeto de futuro. Introduziam-se novos elementos em uma plataforma de renovação da esquerda: a importância da sexualidade, a denúncia da

1. O primeiro documento mais amplo da Comissão de Mulheres do PT de São Paulo procura apresentar ao partido uma compreensão geral sobre o movimento de mulheres, sua importância e uma proposta de organização interna das mulheres, buscando convencer e legitimar a organização das mulheres: “[...] a opressão das mulheres não está desligada da opressão de classe, mas se vincula a ela. O movimento de mulheres não é pois um espaço isolado da luta de classes e das lutas políticas.” COMISSÃO DE MULHERES DO PT. *Mulher e PT: uma proposta de discussão e trabalho*. São Paulo, jul. 1981, item 2, p. 2.

opressão e da violência presentes na vida familiar e pessoal, o reconhecimento da homossexualidade como forma legítima de expressão da sexualidade, o questionamento da falta de autonomia das mulheres, o papel da divisão sexual do trabalho na superexploração e discriminação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, os cortes de gênero na usurpação e nas disputas do poder. Estes aspectos, como vários outros presentes no feminismo, introduziam no debate programático do partido uma amplitude que cobrava uma nova compreensão da política.

Ao buscar desvelar a forma como se entrelaçavam as relações de gênero e as relações de classe nos processos de dominação, um setor do feminismo identificado com o socialismo, em âmbito internacional, questionava o quadro teórico da esquerda e introduzia os elementos de uma das principais renovações teóricas neste campo na segunda metade do século (ANDERSON, 1984).

Vários serão os pontos de vista neste debate, também dentro do feminismo. Helena Hirata e Danièle Kergoat (1994), por exemplo, insistem que “o conceito de classes sociais foi reinterpretado pelo feminismo — em particular, pelas pesquisas sobre as relações sociais de sexo e sobre o gênero”, e afirmam que “as relações de classe e relações de sexo são, de fato, coextensivas (isto é, elas se superpõem em parte): tanto para as mulheres como para os homens só podem ser analisadas conjuntamente”.

Mas a contribuição teórica introduzida pelo feminismo vai além do âmbito da política e da esquerda. Boaventura de Sousa Santos (1996) assinala que a importância da atenção sobre a

“especificidade da exploração do trabalho e da identidade femininas, não só no espaço da produção capitalista como também no espaço doméstico e na esfera pública em geral, constitui o contributo mais importante para a sociologia dos anos 80”.

E, finalmente, ao se construir no contraponto das experiências dos partidos comunistas tradicionais, hegemônicos até a década de 1970, o PT estava potencialmente aberto a essa renovação, inclusive por sua pluralidade de origens. Em parte também devido à pouca

consolidação programática, característica do partido em seu período de formação. Como o PT nunca chegou a uma elaboração mais exaustiva de projeto, é nas resoluções dos sucessivos encontros nacionais, nos processos de definição de plataformas eleitorais e nos grandes momentos de tomada de posição diante da conjuntura que o partido vai elaborando, em geral de forma pouco sistemática, seu programa. E é nesses momentos que se pode avaliar o quanto das reflexões desenvolvidas pelas mulheres organizadas em seu interior se refletiam efetivamente na elaboração do partido e em aspectos importantes de sua intervenção.

Construído e se desenvolvendo no campo da esquerda, o feminismo enfrentava o tensionamento e os limites da relação com a própria esquerda. A convivência exigia uma visão crítica dessa relação. Questionava as formas organizativas tradicionais, em geral inspiradas, internamente, nos “departamentos femininos” dos partidos comunistas. Na organização externa, desafiava a lógica de organizações de mulheres totalmente subordinadas às direções partidárias e as relações discriminatórias e excludentes no exercício do poder.

Os conflitos e contradições aparecem também porque na formação do PT confluíram setores diferenciados, com tradições políticas diversas e avessos às formas autônomas e à rebeldia proposta pelo feminismo. Traziam consigo visões muitas vezes conservadoras sobre a plataforma feminista ou até mesmo sobre o processo de organização das mulheres.

Uma concepção de organização partidária que respeitasse a autonomia dos movimentos sociais foi um elemento importante no processo de constituição do PT. Talvez por isso, a compreensão da autonomia do movimento de mulheres, no sentido de não perceber o movimento como extensão do partido, não tenha enfrentado grande dificuldade. Pelo contrário, a realidade é que o partido sempre teve dificuldade de discutir uma proposta coerente e unificada de intervenção de suas militantes no movimento. Por outro lado, o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais, a compreensão dos conflitos da opressão de gênero no interior das classes sociais, a necessidade de combatê-la no interior das classes trabalhadoras revelaram-se

muito mais difíceis. Ainda hoje existe resistência diante da postulação de que a luta contra a opressão das mulheres não pode ser subsumida à luta de classes e a uma frágil compreensão da necessidade de organização própria e independente das mulheres. A legitimidade e o reconhecimento da necessidade de auto-organização das mulheres foi e permanece um debate dentro do partido.

A organização das mulheres dentro do PT

Inicialmente, a organização das mulheres do PT se concentrou, como o restante da vida partidária, nos grandes centros urbanos. Durante os primeiros anos do partido, a organização das mulheres se desenvolveu com mais força nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora alguns outros estados também tivessem organizado comissões de mulheres.

Esse é um período de debate organizativo, no qual se apresentavam diferentes visões sobre a forma de organização das mulheres. Em parte, pode-se atribuir essas diferentes visões a diversas concepções de construção partidária. Mas isso não se constituía em diferença essencial. De fato, durante vários anos, se desenvolveu um debate interessante sobre a forma mais adequada de organização das mulheres. Se em núcleos de base, como era a proposta geral de organização da base partidária, ou em secretarias ou comissões de mulheres com funções mais de coordenação e elaboração de propostas para o partido. Como ficou claro com o passar dos anos, com o grau de diversidade do PT as duas formas podiam se mostrar úteis. O sentido desse debate era muito mais o de verificar os caminhos para ampliar a força das mulheres, de construir mecanismos de aproximação das mulheres. Afinal, em suas grandes linhas, havia identidade sobre os objetivos gerais do processo de organização. Qualquer que fosse a forma orgânica escolhida, os objetivos e desafios colocados eram, do ponto de vista prático, basicamente os mesmos: constituir um espaço para a organização das mulheres no partido, ganhar espaço para a agenda feminista no programa do PT e na sociedade, potencializar a presença das petistas no movimento de mulheres, incentivar o debate

sobre uma plataforma feminista geral, construir a política do PT para as mulheres, influenciando as instâncias partidárias nos diferentes momentos de construção de sua ação e seu programa.

No final dos anos 80 ganha força um outro objetivo: a necessidade de ampliar os espaços de participação política das mulheres. À medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço. Foi no bojo dessa avaliação que se propôs uma política de ação afirmativa, que será discutida mais tarde.

Ousadia no projeto de Constituição

Um importante momento de teste, de avaliação da capacidade do PT de responder a uma plataforma feminista, foi o período da Constituinte. Apesar das limitações do Congresso Constituinte eleito, o PT se colocou o desafio de apresentar um projeto alternativo global de organização da sociedade e do Estado. Avaliando os limites e entraves que enfrentaria em uma discussão feita a partir da correlação de forças conservadora do Congresso, o PT partiu para a elaboração de seu projeto. Ao se colocar o desafio de um projeto global, o PT não poderia deixar de lado pontos essenciais de uma agenda feminista.

Três são os aspectos que se destacam na proposta: a luta geral contra a discriminação, a defesa do direito à livre orientação sexual e a descriminação do aborto².

A afirmação do princípio geral de não-aceitação de qualquer forma de opressão e discriminação, ainda que estas apareçam muitas vezes de forma geral e abstrata, é uma base importante para a defesa de direitos de efetiva igualdade. Assim, não é irrelevante que naquela proposta o partido condenasse explicitamente, entre todas as formas de discriminação, aquelas baseadas no sexo e na orientação sexual.

2. O projeto de Constituição apresentado pelo PT ainda aponta para outras questões, como total liberdade de divórcio; reconhecimento da paternidade e maternidade como função social; explicitação da garantia de seguridade social para as donas de casa, trabalhadoras rurais e empregadas domésticas etc.

E, finalmente, a defesa do direito ao aborto. Sob um clima de disputa de posições, pressão e compromissos com setores da Igreja católica, a direção do PT aprovou a proposta de descriminação do aborto. O projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso, em 1987, defendia uma posição de descriminação do aborto e o seu atendimento pela rede pública de saúde. Submetido a uma forte pressão interna e externa, vinda de setores vinculados à hierarquia da Igreja, o partido manteve com coerência o conteúdo de sua posição. As concessões a estes setores foram feitas abrindo mão da unidade de encaminhamento ao se aprovar uma excepcionalidade no encaminhamento das votações: apenas neste item, relativo ao aborto, aqueles deputados federais da bancada petista que se sentiam constrangidos, por suas relações religiosas, de votar com a proposta do partido podiam abster-se, mas não se confrontar à posição do partido votando contrariamente³. O texto final do projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso Nacional dizia:

“Direito à prática do aborto

Art. 47 — A lei não punirá a prática do aborto, quando consentido livremente pela gestante ou por seu representante legal, bem como nos casos onde houver risco de vida.

Parágrafo único. Nos termos deste artigo, os órgãos de saúde pública prestarão toda assistência à mulher que se submeter à prática do aborto.”

O momento de elaboração deste projeto é um período de maior coerência e coesão na elaboração partidária; de radicalidade na disputa ideológica na defesa das posições do partido, mesmo enfrentando o conservadorismo de setores aliados importantes; e de uma ousadia que o partido perderá na década seguinte, juntamente com

3. A reunião ampliada do Diretório Nacional do PT, realizada nos dias 11 e 12 de abril de 1987, que discutiu os pontos polêmicos do projeto de Constituição a ser defendido pelo partido, adotou como posição indicativa a defesa da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases, determinando a abertura de um processo de discussão no partido sobre a questão do aborto. Após esse processo, o texto final do projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso Nacional propunha claramente a descriminação, como transcrito aqui.

o declínio da coesão de sua bancada federal. É significativo lembrar que, recentemente, em uma emenda que previa apenas o atendimento na rede pública dos casos de aborto já previstos em lei (Projeto de Lei 20/91)⁴, a atuação da bancada federal foi minada pela dissidência de alguns e justificativas envergonhadas de outros.

Uma atuação tímida nas administrações

Ainda que o partido tivesse sido vitorioso em alguns municípios nas eleições de 1982, será a partir de 1988, com vitórias em um número muito mais significativo de prefeituras, entre elas capitais como Vitória, Porto Alegre e São Paulo e cidades como Campinas, Santos, Santo André e São Bernardo, num total de 36 prefeituras, que o PT ampliará sua elaboração de política municipal, introduzindo inovações como abertura de espaços de participação popular, orçamento participativo, mudanças na política educacional e de saúde etc. Será também neste momento que irá se colocar o desafio de políticas públicas em relação às mulheres. O resultado, entretanto, foi uma política tímida, que não se propôs a mudanças significativas para a vida das mulheres.

Partindo de uma avaliação crítica da experiência dos vários Conselhos da Mulher, criados principalmente pelos governos do PMDB, o PT vai elaborar uma nova proposta para suas administrações. Esta crítica está bem sintetizada no documento de proposta da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo⁵. Há o reconhecimento de que a constituição de organismos na esfera do Executivo

“com o objetivo de desenvolver políticas em relação às mulheres significa um avanço não apenas no reconhecimento da discriminação

4. O Projeto de Lei 20/91 em nada alterava a legislação sobre o aborto. Apenas previa que o serviço público de saúde devia cumprir a lei e atender os casos de aborto nela previstos (gravidez resultante de estupro e em caso de risco de vida para a mãe). Ver neste livro o artigo de Marta Suplicy.

5. *Projeto para a Coordenadoria Especial da Mulher para a Prefeitura de São Paulo*. Documento elaborado por um grupo de trabalho constituído pela administração municipal, com participação do PT e PCdoB e uma integrante não-filiada a nenhum partido. A representante do PCdoB registrou no projeto sua discordância da proposta feita pela Comissão de Mulheres do PT de criação de uma Secretaria da Mulher no governo municipal. No processo de negociação com a prefeitura a proposta foi modificada para uma Coordenadoria. O documento foi aprovado pela administração em abril de 1989.

das mulheres, mas principalmente na responsabilização do Estado de intervir com uma política antidiscriminatória”

e na aceitação de reivindicações do movimento de mulheres. No entanto, continua o documento, este

“reconhecimento não obscurece as críticas que fazemos a sua forma de estruturação, às debilidades na proposta e implementação de políticas desenvolvidas pelos Conselhos e à ambigüidade de sua relação com o movimento de mulheres”.

A crítica se fundamentava na incapacidade destes organismos como articuladores e implementadores de políticas de governo e na sua existência prioritariamente como instrumentos de propaganda dos governos que procuravam se legitimar como interlocutores do movimento dentro do Estado.

Diante dessas críticas, a proposta elaborada e defendida no interior das Secretarias de Mulheres do PT demandava a criação de organismos executivos, com caráter de implementação de políticas públicas em conjunto com outros organismos de governo. Para que isso se efetivasse, obviamente, seria necessário garantir um nível real de poder, com competência e autonomia financeira e administrativa para que se pudesse garantir a integração de um ponto de vista de gênero na atuação global do Executivo.

Mesmo com uma avaliação crítica e construindo uma nova proposta, o fato é que a implementação da política não ganhou peso nas prefeituras ou governos administrados pelo PT. E não se constituiu como marca da experiência petista. A elaboração de uma alternativa não se difundiu no partido, inviabilizando uma integração real dessa política na visão geral das administrações. As experiências importantes que se desenvolveram permaneceram isoladas mesmo dentro de cada um dos governos e não se generalizaram no quadro geral das administrações. Vale a pena mencionar a Assessoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Santo André, que na gestão 1989-92 buscou construir uma política inovadora, com uma visão de transformação mais global da ação municipal, buscando

identificar na política e na vida urbana aqueles elementos que pudessem constituir mudanças na qualidade de vida das mulheres a partir de uma intervenção municipal. Isso levou a tentativas de desenvolvimento de políticas setoriais específicas, tendo as mulheres como alvo de políticas públicas nas áreas de combate à violência, saúde, educação, transporte público etc.

Outro exemplo importante que se pode destacar foi a política de atendimento do aborto nos casos já previstos em lei, implementado pela Secretaria de Saúde da cidade de São Paulo. Esse serviço, desenvolvido no Hospital Jabaquara, cumpriu o papel importante de romper com o silêncio sobre o atendimento ao aborto. Sofrendo oposição interna nos quadros da própria administração, a implantação do serviço foi pioneira no enfrentamento do problema do aborto. Em si mesmo, do ponto de vista do número de mulheres atendidas, o serviço é bastante limitado, uma vez que está subordinado a uma legislação extremamente restrita (possibilidade de aborto em caso de gravidez resultante de estupro e em casos de risco de vida para a mãe) e ao número reduzido de denúncias dos casos de estupro. Sua importância está, de fato, na quebra do tabu e do silêncio que paira sobre a proibição do aborto no Brasil.

Houve outras experiências de ações específicas, em algumas outras administrações, principalmente com a constituição de casas de referência e atendimento a mulheres vítimas de violência, ou, ainda menos generalizados, atendimentos de planejamento familiar, que neste ponto alteravam a qualidade da atenção à saúde das mulheres, ou políticas de apoio econômico às mulheres. Mas o fato é que a maioria das prefeituras e governos estaduais do PT constituíram estruturas débeis, inspiradas nos modelos dos Conselhos, e não conseguiram construir uma marca administrativa e política que fosse referência de políticas públicas dirigidas às mulheres.

Rompendo com engrenagens tradicionais das relações de poder

A presença política do feminismo no PT e a existência de organismos dedicados à construção desta política no partido não foram

suficientes para alterar de forma substantiva as dificuldades de acesso das mulheres aos cargos de poder no partido. Apenas em 1991, com a aprovação de medidas de ação afirmativa, ocorre uma alteração importante na presença das mulheres nas direções⁶.

A partir de 1980, ano de fundação do PT, as direções nacionais do partido mantiveram uma composição em que a presença masculina se mantinha sempre em torno dos 90%. O processo de seleção das direções do partido refletia e repetia os mecanismos encontrados nas diferentes áreas da sociedade, de maior exclusão das mulheres à medida que se ascende nos graus de hierarquia das direções (no caso do PT, diretórios municipais, estaduais e nacional). Expressando a divisão sexual de trabalho, papéis e funções, que coloca barreiras à entrada das mulheres nas esferas de poder público⁷, este não é um fenômeno característico ou exclusivo do PT. A presença das mulheres nas esferas de poder nos partidos políticos brasileiros é, em geral, ainda menor do que no PT, mesmo antes da aprovação de políticas de ação afirmativa⁸. A cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias foi aprovada no 1º Congresso do PT, realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991. Naquele ano o partido não renovou suas direções. As direções estaduais e municipais foram renovadas pela primeira vez já com o dispositivo das cotas em 1992 e a direção nacional em 1993. Trata-se, portanto, de uma experiência ainda recente. A discriminação dos dados de filiação de acordo com o sexo não está disponível em relação a todos os estados, já que neles o levantamento da Justiça Eleitoral não é unificado. No entanto, os dados disponíveis no momento da discussão dessa política no PT demonstravam que, na grande maioria dos estados,

6. Para esta parte utilizei o meu artigo "Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores". *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ, vol. 4, 1/96, p. 148-157.

7. Aqui nos referimos aos espaços públicos em oposição à vida privada, e não em oposição à chamada "iniciativa privada". Ou seja, o espaço público pode se referir ao Estado ou aos diferentes aspectos da sociedade civil.

8. É difícil encontrar dados sistematizados sobre a presença das mulheres nas direções partidárias no Brasil. De maneira geral, os dados precisam ser recolhidos junto às direções partidárias ou ao TSE. A publicação *Mulheres latino-americanas em dados*, organizada por Teresa Valdes e Henrique Gomariz, é uma fonte importante, embora contenha imprecisões. Ver também, para outros dados, Fanny Tabak (1989) e Lúcia Avelar (1989 e 1996).

o número de mulheres filiadas estava entre 35% e 45%⁹. O contraste entre a presença das mulheres nas direções e na base total de filiados era enorme e colocava em xeque a coerência dos discursos em defesa da igualdade. Vale a pena conferir os dados.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores			
proporção entre mulheres e homens			
Ano de eleição da direção	Total de membros	Homens Número - %	Mulheres Número - %
1981	92	84 - 91,3%	8 - 8,7%
1984	66	62 - 93,9%	4 - 6,1%
1986	81	76 - 93,8%	5 - 6,2%
1987	81	77 - 95,1%	4 - 4,9%
1990	82	77 - 93,9%	5 - 6,1%
1993	84	59 - 70,24%	25 - 29,76%
1995	83	58 - 69,88%	25 - 30,12%
1997	82	57 - 69,51%	25 - 30,49%

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT*, nov. 1991. Resoluções do 8º Encontro Nacional, 1993, e Resoluções do 10º Encontro Nacional, s/d.; Secretaria Nacional de Organização.

Obs.: Estes números não incluem os líderes da bancada no Congresso Nacional.

O espaço para a discussão de temáticas femininas ou feministas ganhou espaço nos partidos a partir dos anos 70 e, no Brasil, em particular nos anos 80 (ALVAREZ, 1988; DUBY e PERROT, 1995). O acesso aos cargos de poder, tanto nas disputas parlamentares como na estrutura interna dos partidos, é muito mais complicado. E é interessante ver que, mesmo em países onde o feminismo foi significativamente mais forte e organizado do que no Brasil, a presença das mulheres nestes espaços só se alterou a partir da adoção de políticas de ação afirmativa (DUBY e PERROT, 1995).

Quando de sua aprovação no PT, o tema de políticas de ação afirmativa era praticamente ausente da sociedade brasileira como um todo e mesmo dos setores acadêmicos ou do movimento de mulheres. A idéia de uma cota mínima de mulheres para as direções

9. A filiação de mulheres correspondia a 38,8% em São Paulo; 42,9% no Rio de Janeiro; 39% no Rio Grande do Sul; 35,5% no Paraná, 44,8% em Pernambuco (dados fornecidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais). PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT*, nov. 1991.

foi inicialmente levantada como proposição a ser apresentada ao partido durante o 2º Encontro Nacional de Mulheres do PT¹⁰, realizado em Vitória (ES) em 1988. Naquele momento a proposta de abrir a discussão sobre a necessidade de implantação de uma política de cotas foi derrotada, por pequena margem de votos. E ressurgiu quase três anos depois quando a Secretaria Nacional de Mulheres do PT decidiu levar novamente a proposta ao 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT, realizado em agosto de 1991 em Ibitiré (MG). Desta vez, entretanto, a proposta foi discutida e aprovada pelo fórum das mulheres petistas como parte de uma plataforma de políticas de ação afirmativa mais ampla.

A introdução de medidas de ação afirmativa no Brasil para as eleições parlamentares de 1996 foi um passo importante para inserir o debate em uma esfera mais ampla, ainda que aqui não se possa deixar de enfatizar as contradições advindas de sua aplicação em um sistema eleitoral que privilegia a votação individual e não por lista partidária, o que distorce totalmente a eficácia da medida.

A discussão sobre a legitimidade de políticas de ação afirmativa está relacionada a uma visão sobre democracia, igualdade e direitos. Defendendo os pressupostos da reivindicação de igualdade postulada em sua visão do feminismo (em contraposição a correntes vinculadas ao feminismo da diferença), Alicia Puleo (1994) insiste em que o feminismo, “por uma razão básica de justiça, pede uma verdadeira igualdade de oportunidades que se plasme na realidade concreta por meio de uma série de medidas políticas de ação positiva”. Partindo-se do pressuposto de que diante da desigualdade social existente entre homens e mulheres é necessário estabelecer uma política consciente para sua superação, em contraposição a uma visão de igualdade formal estritamente fundada na definição de direitos e deveres iguais, independente das condições sociais dos indivíduos, as políticas de ação afirmativa significam uma decisão consciente

10. Até o terceiro encontro, foi mantido o nome “Encontro de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres”. Já a partir do quarto encontro, em 1993, passou-se a utilizar “Encontro de Mulheres do PT”. A Secretaria Nacional de Mulheres do PT manteve-se como “subsecretaria” até a gestão de 1995. Por simplificação, no texto utilizamos a nomenclatura atual.

e explícita de intervir nas desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres.

É evidente que a dinâmica de exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além dos espaços da política, sejam os partidos ou as dinâmicas eleitorais. Mas com certeza é fortalecida por meio de mecanismos que reproduzem internamente a hierarquia de gênero, determinando a valorização diferenciada de tarefas e papéis e estigmatizando as mulheres em espaços de poder considerados secundários. Assim, a maneira como se concretizam as relações partidárias e os mecanismos de seleção das direções, ao contrário de introduzir críticas a esta segmentação, a reforça.

Os modelos de direção baseados fundamentalmente no desempenho individual, nas relações pessoais privilegiadas com a mídia, no exercício de habilidades pouco desenvolvidas no processo de socialização das mulheres, como falar em público, e a presença constante de métodos de disputa extremamente agressivos sem dúvida dificultam a entrada e a permanência das mulheres em espaços de direção partidária. Frequentemente, a simbologia e a linguagem do poder expressam uma pretensa superioridade masculina. E é nesse ambiente que as mulheres enfrentam o desafio de se construir como dirigentes.

Assim como no mercado de trabalho, são extremamente relevantes as dificuldades advindas da situação familiar das mulheres, da divisão sexual do trabalho em casa e da ausência de políticas sociais que facilitem sua inserção na vida pública. E pesam muito mais em uma área onde a organização do tempo disponível para a atividade política é pouco adaptada aos horários tradicionais da vida familiar.

A primeira consequência positiva da aprovação da política de cotas foi um desbloqueamento do espaço das mulheres no partido. A sua presença nos órgãos de direção criou condições mais propícias para um início de alteração das relações cotidianas entre homens e mulheres. Este é um processo de longo prazo e sempre pressionado a retroceder ante o crescimento do conservadorismo e a investida da direita sobre a demanda de igualdade para as mulheres. Tornou-se mais freqüente no partido a cobrança para que as mulheres ocupassem cargos de representação. Ao mesmo tempo, a nova

situação impulsionou as mulheres a ousarem disputar e se apresentar politicamente.

Embora ainda permaneçam dúvidas e questionamentos quanto à proposta, sua aprovação foi identificada como uma conquista coletiva das mulheres. Isso ampliou a identidade das militantes com a plataforma defendida pelas mulheres organizadas no partido, sua identificação enquanto mulheres (lutas e reivindicações de gênero), mesmo que com caráter contraditório. Não significou, necessariamente, uma identidade de todas como feministas (independente do fato de serem favoráveis ou não às políticas de ação afirmativa, já que este é um debate existente mesmo dentro do movimento de mulheres). Valendo-nos novamente de Alicia Puleo (1994), é preciso reconhecer que

“poucos souberam e sabem ver o potencial de transformação revolucionária que o feminismo significa para nossa espécie em seu conjunto. O termo *feminismo* assusta, e ainda hoje muitas mulheres se vêem obrigadas a se distanciar publicamente do feminismo para garantir o perdão por sua intromissão nos espaços tradicionalmente masculinos das letras, das artes, da política ou da ciência”.

A complexidade da construção das mulheres como sujeitos e da sua identificação como feministas é uma “condicionante importante da dificuldade de constituição de novos sujeitos ou mesmo da identificação mais instrumental das mulheres com as propostas feministas” (PINTO, 1994). Ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder é um elemento importante para romper com o caráter de excepcionalidade que torna ainda mais difícil o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos integrais.

Na verdade, as políticas de ação afirmativa se fundamentam em uma concepção de política e democracia de gênero em que as mulheres, como gênero, são o alvo. Buscam alterar as relações de poder entre homens e mulheres, reforçadas pela convicção de que sua presença coletiva, e não como exceções, é elemento essencial, embora não suficiente, para se alterar as relações de gênero. A isso se acrescenta a manutenção e a atuação organizada

de um pólo dinamizador da política feminista no partido (as secretarias, comissões ou núcleos), a luta política para que o partido incorpore de fato a plataforma feminista, a atuação buscando ampliar o desenvolvimento da consciência feminista dos e das militantes do partido.

Muitas dessas mudanças correspondem a um processo de alteração de hábitos e valores a serem reconstruídos nas relações cotidianas e vão muito além da intervenção nas direções partidárias¹¹. Talvez por ser a única iniciativa que incide diretamente sobre a constituição mesma dos núcleos de direção, a proposta de cota mínima de mulheres foi não apenas a mais polêmica, mas a única efetivamente disputada. E, ainda que o partido aprove, como foram aprovadas, outras medidas necessárias à criação de condições para a participação das mulheres, nenhuma delas alterou de forma tão significativa o acesso ao poder e o papel das mulheres no partido.

Seria falso dizer que estão superadas as resistências e dificuldades. Elas reaparecem a cada momento em que as disputas se renovam ou que o debate vem à tona. Mas a experiência é de uma ampliação real do espaço político para as mulheres, com contradições, mas ganhando espaços no debate na sociedade.

Bibliografia

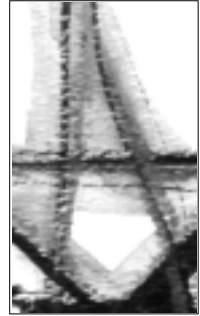
- ALVAREZ, Sônia. 1988. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred, org. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ANDERSON, Perry. 1984. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense.
- AVELAR, Lúcia. 1989. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp.

11. O 3º Encontro Nacional de Mulheres do PT aprovou uma série de propostas que buscavam a ampliação da participação política das mulheres por meio de medidas de ação afirmativa: reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres no enunciado dos princípios gerais do partido, reconhecimento da organização interna das mulheres como Secretaria, política de formação para as mulheres bem como presença da temática feminista na política geral de formação do partido e na imprensa, exigência de organização de creches durante os encontros partidários etc. Desde o primeiro momento, entretanto, ficou evidente que o centro dos debates seria a proposta de cota mínima de mulheres nas direções.

- AVELAR, Lúcia. 1996. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas n. 6.
- COMISSÃO DE MULHERES DO PT. 1981. *Mulher e PT: uma proposta de discussão e trabalho*. São Paulo, jul. Mimeogr.
- DUBY, G. e PERROT, Michelle. 1995. *História das mulheres no ocidente*. Porto/São Paulo, Afrontamento/Ebradil, vol. 5.
- GODINHO, Tatau. 1996. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS, v. 4, n° 2, p. 148-157, jan.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. 1994. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n° 3, p. 93-100.
- O PT e a luta pela libertação das mulheres. 1988. Texto base para o 2° Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Vitória. Mimeogr.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. 1991. *Boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT*. São Paulo, nov.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do 1° Congresso*. São Paulo, 1992.
- PINTO, Céli Regina Jardim. 1994. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, número especial, p. 256-70.
- PROJETO de Constituição apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembléia Nacional Constituinte. 1987. Brasília, 6 de maio.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. 1989. *Projeto para a Coordenadoria Especial da Mulher para a Prefeitura de São Paulo*.
- PULEO, Alicia. 1994. Memoria de una ilustración olvidada. *El Viejo Topo*, Madrid, n° 73, p. 27-30.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1996. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.
- SARTI, Cíntia. 1988. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n° 64, p. 38-47, fev.
- TABAK, Fanny. 1989. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados.
- VALDES, Teresa e GOMARIZ, Henrique, coords. 1993. *Mulheres latino-americanas em dados: Brasil*. Espanha, Instituto de la Mujer e FLACSO.

Muitas faces do feminismo no Brasil

Vera Soares



Introdução

Este texto busca construir uma trajetória do movimento de mulheres a partir dos anos 70, identificar os vários espaços onde as mulheres se organizam e apontar alguns desafios colocados para o movimento de mulheres, em particular para o feminismo, a partir dos processos de democratização e de globalização.

A bibliografia sobre os movimentos de mulheres foi o ponto de partida, mas muitas vezes foi a memória a fonte para a inspiração, fazendo refletir minha experiência e construindo uma visão particular das trajetórias e das questões que desafiam esse movimento. Como vivo e milito na cidade de São Paulo, esta análise certamente traz um viés paulistano.

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se

Vera Soares

Foi integrante da Comissão de Mulheres do PT de 1982 a 1994. É militante feminista, membro da ELAS — Elisabeth Lobo Assessoria, consultora científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGE-USP. (Este texto é uma reelaboração de textos anteriores: SOARES, 1994; DELGADO e SOARES, 1995.)

expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. Todos aqueles que têm uma posição subalterna na relações de poder existentes são chamados a transformá-las. Não existe pois um só sujeito histórico que enfrenta e transforma tais relações em nome de todos os subalternos. Reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação (SOARES *et alii*, 1995).

Apesar de a ação das mulheres se inscrever numa ação mais geral democratizadora e modernizadora da cultura e dos costumes na sociedade brasileira, a reflexão aqui fica no âmbito dos movimentos de mulheres e do movimento feminista. Esta escolha perde ao não analisar as influências mais amplas do movimento feminista mas, por outro lado, ganha nas possibilidades da reflexão de um segmento organizado das mulheres na sociedade.

As mulheres nos movimentos

A presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas tem sido inquestionável. Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. “O movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário. Os movimentos de mulheres constituem a novidade” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 269). A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político; “[...] além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80” (ALVAREZ, 1988).

De fato, as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e, simultaneamente, mostraram e têm demonstrado que diversos setores se inserem diferentemente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico são sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais estes setores estão imersos (SADER, 1988).

As mulheres — novas atrizes —, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram. Algumas autoras citam o movimento que emergiu no Brasil como talvez “o mais amplo, maior, mais diverso, mais radical e o movimento de maior influência dos movimentos de mulheres da América Latina” (STERNBACH *et alii*, 1992, p. 414).

Dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade dos anos 70 e toda a década de 1980 marcam a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias.

A “transição negociada” do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas.

Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de produzir uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica.

O movimento de mulheres que aparece durante os anos 70 rompeu com uma tradição segundo a qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que precede o golpe militar (BLAY, 1987). O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades. Concordo com Alvarez quando afirma que, ironicamente, as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política (ALVAREZ, 1990).

O movimento de mulheres no Brasil foi (e ainda é) muito heterogêneo. Na realidade, devemos tratar de movimentos de mulheres que trouxeram à participação política muitas mulheres influenciadas pelo feminismo que ressurgiu também no período, “um feminismo revisitado”, como afirmou Beth Lobo ao fazer referência aos movimentos feministas do início do século, em que mulheres lutaram pela conquista do voto e pelo direito à educação (SOUZA-LOBO, 1991).

O movimento feminista que reapareceu no Brasil a partir de meados dos anos 70 teve algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60. No entanto, as condições políticas locais, geradas pelas peculiaridades da primeira fase do governo militar, não deram lugar à emergência de um movimento de liberação radicalizado, como os que mobilizaram mulheres da mesma geração e camada social naquelas sociedades, com trajetórias e questionamentos “identitários” semelhantes aos de muitas jovens brasileiras (GOLDBERG, 1989).

Esta mesma situação, por outro lado, propiciou a emergência do feminismo no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela democracia no país. Tratou-se do surgimento de um feminismo cujas militantes estavam em sua maioria também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado, o que a autora chamou de “um feminismo bom para o Brasil” (GOLDBERG, 1988).

O ano de 1975 é freqüentemente citado como aquele em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. Naquele ano, quando muitas vozes dissidentes eram sistematicamente silenciadas pelos militares brasileiros, a proclamação da Década da Mulher pelas Nações Unidas ajudou a legitimar demandas incipientes de igualdade entre homens e mulheres. As mulheres souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir daí, comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher (8 de março) passaram a ocorrer em vários estados, várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram.

Os primeiros grupos feministas criados na década de 1970 nasceram com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e pela abertura democrática¹. Eram grupos de reflexão e pressão, cujas feministas tomaram como tarefa “traduzir sua motivação original em proposições que sejam relevantes para a grande massa de mulheres desprivilegiadas, de modo a mobilizá-las contra a opressão de sexo e de classe” (SINGER, 1980, p. 119). Muitas mulheres passaram a dirigir sua atuação, por intermédio dos grupos recém-criados, para lutas em bairros e comunidades das periferias urbanas, da Igreja católica, em clubes de mães, associações de vizinhança, onde donas de casa e mães se reuniam, organizavam-se e mobilizavam-se por questões do cotidiano.

Os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres proliferaram durante os anos 70 e início dos 80. As comemorações do Dia Internacional da Mulher se constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Até os dias de hoje essas comemorações se constituem em um dos momentos privilegiados de encontro do movimento de mulheres.

1. A luta pela anistia no Brasil teve uma grande participação das mulheres, que iniciaram o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, composto principalmente por esposas, mães, irmãs e outras familiares de vítimas da repressão. Muitas feministas tiveram participação importante neste movimento, conforme aponta Paul Singer (1980).

Os sindicatos também passaram a ser lugar da militância feminista, criando-se uma interlocução entre as feministas e as sindicalistas, que teve desdobramentos significativos para as relações entre o sindicalismo e as trabalhadoras.

As feministas debateram com as esquerdas e com as forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não-hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos. O feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direito de ter ou não filhos, punição aos assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica.

No início dos anos 80 chegavam a quase uma centena os grupos feministas espalhados pelos principais centros urbanos do país.

No Brasil, como também em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta.

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos não-clássicos, na medida em que transcorrem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política — a novidade é que tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política. Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.

Para uma compreensão inicial destes movimentos foi usual nos referirmos ao movimento feminista como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo (VARGAS, 1993). As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada

como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que este é uma pluralidade de processos. O movimento de mulheres, à semelhança de outros movimentos sociais, representa “uma noção analítica, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações” (PAOLI, 1995).

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES *et alii*, 1995).

Uma das parcelas dos movimentos de mulheres nos anos 70 e 80, no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. As mulheres dos bairros populares construíram uma dinâmica política própria. Por intermédio de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar. Lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infra-estrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças (SAFFIOTI, 1988; SARTI, 1988; GOLDBERG, 1989). Sônia Alvarez (1988) utiliza o termo *militant motherhood* para caracterizar estes movimentos.

Em fins dos anos 70 apareceram pelo menos dois grandes movimentos sociais liderados por mulheres: o movimento contra a alta do custo de vida e o de luta por creches². A participação nestes movimentos levou muitas mulheres a reunirem condições de

2. A luta por creches nos bairros populares de São Paulo, em 1973, por intermédio das comunidades da Igreja católica, foi um movimento de diversos grupos espalhados pela cidade,

questionar as relações de gênero, suas relações não-igualitárias com seus maridos, famílias e comunidades.

A forte presença da Igreja católica na vida das mulheres é inseparável desses movimentos. Como resultado das medidas repressivas do governo militar, principalmente de 1964 a 1974, apareceram novas estratégias das comunidades organizadas. A Igreja católica foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar. A Igreja progressista ofereceu um guarda-chuva organizacional para a oposição ao regime e cobriu as atividades de oposição com um véu de legitimidade moral (ALVAREZ, 1988). A vida concreta dessas mulheres se modificou parcialmente por meio de sua inserção nas comunidades, “o uso de seu tempo, a ampliação de seu espaço de circulação geográfico e social, suas trocas com outras mulheres, seu ativismo religioso e sua militância política transformaram seu cotidiano” (NUNES ROSADO, 1991, p. 274).

Assim, as mulheres pobres, a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar. Entretanto, mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de auto-estima, estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais. Mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas.

Em geral, a hierarquia da Igreja e alguns padres progressistas ficaram doutrinariamente em oposição, ou agiram mesmo com hostilidade em relação a algumas reivindicações do feminismo, principalmente quanto aos direitos reprodutivos e temas da sexualidade,

inicialmente sem vínculo entre si. A partir do I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, organizado pelas feministas e que teve a participação de centenas de mulheres dos bairros, ocorreu a articulação desses vários grupos, nascendo um amplo movimento de luta por creches. O Movimento Contra a Carestia foi uma das primeiras manifestações contra o regime militar e contou com a participação de diversos setores da sociedade. As mulheres foram suas principais protagonistas e dele decorreram várias organizações de mulheres.

em particular o aborto. Mas as mulheres nestes espaços foram sujeitos ativos e reagiram às muitas práticas e discursos da Igreja (NUNES ROSADO, 1991). Criou-se uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres. Quando essas mulheres ganham formas autônomas de organização em relação à Igreja, constituindo, por exemplo, casas de mulheres, ampliam seu grau de autonomia política e o espectro de suas reivindicações.

Uma outra parcela deste movimento de mulheres são as trabalhadoras urbanas e rurais. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho foi simultâneo ao aumento de sua sindicalização e à emergência do movimento de mulheres, o qual, sem dúvida, influenciou no relacionamento dos sindicatos com estas e na percepção destas quanto a sua condição de trabalhadoras (CAPPELLIN, 1994). No decorrer da década de 1980 vão aparecer muitas comissões de mulheres ou departamentos nos sindicatos e nas centrais sindicais, organizadas a partir de 1983. Logo surgem as comissões ou secretarias de mulheres. Estas vão se constituir em lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, um lugar onde as trabalhadoras “possam romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino” (NEVES, 1994, p. 255). As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. Conseguem fazer uma reflexão própria que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando a romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras tratam também dos elos e impasses na articulação entre mercado de trabalho e família (DELGADO, 1996).

As trabalhadoras rurais participaram (e participam) do processo de organização das trabalhadoras de maneira expressiva e peculiar³. Fazem parte de uma realidade extremamente heterogênea, derivada da penetração do capital na agricultura, em que a luta pela reforma agrária e pela terra, por melhores condições de produção, preços agrícolas, salários e direitos sociais — que unificam homens e mulheres do campo — se alia à luta particular das camponesas por cidadania e visibilidade como trabalhadoras.

“Sejam pequenas produtoras rurais, sem-terra ou barrageiras, bóias-frias ou empregadas nas grandes fazendas, elas vêm transformando o cenário político e social da agricultura brasileira ao mostrar sua combatividade e determinação na luta pela conquista de uma nova identidade social, a de mulheres trabalhadoras rurais” (LAVINAS e CAPPELLIN, 1991, p. 28).

Nos anos 80 as feministas mantiveram, e mantêm ainda hoje, uma relação intensa com essas diversas faces do movimento de mulheres — muitas vezes tensa, outras enriquecedora ou até empobrecedora. Fizeram um entrelaçamento dessas diferentes vertentes, de modo que hoje ficam um pouco menos nítidas as demarcações, principalmente entre as mulheres dos movimentos populares e o movimento feminista.

Anos 90: uma explosão

A década de 1980 foi marcada pela reconstrução das instâncias da democracia liberal: reorganização partidária, eleições para os diversos níveis, reelaboração da Constituição do país, eleições presidenciais etc. A questão da democracia, presente na constituição dos movimentos sociais, agora se coloca na relação desses com o Estado — a incorporação das suas reivindicações. As políticas públicas passam à agenda desses movimentos.

Fez parte da “transição lenta e gradual” para a democracia a reformulação e a criação de novos partidos políticos. Com a possi-

3. Sobre a situação da mulher na área rural brasileira ver, entre outras, Lena Lavinas (1987).

bilidade de consolidação das bases sociais destes novos partidos, os setores de oposição se alinharam genericamente em torno de duas estratégias diferentes: manter as alianças e permanecer no mesmo partido, com o objetivo de ganhar, em 1982, as primeiras eleições diretas para os governos estaduais desde 1965, ou criar partidos de oposição com posições mais definidas⁴.

Essas duas diferentes estratégias levaram à formação de dois blocos, polarizando os diversos segmentos da sociedade civil — intelectuais, setores democráticos, movimento de mulheres —, e resultaram na divisão do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e no surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Assim, o movimento feminista, a partir de 1981, ficou mais complexo em sua organização e mais diverso ideologicamente. Com a reorganização partidária, foi polarizado pelas diversas propostas que surgiram no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal. Muitas mulheres privilegiaram a atuação nos partidos. A partir de então, apareceu uma nova militante nos partidos políticos, a feminista, e nestes espaços o tema “mulher” tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas, como resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas pelos seus movimentos.

Uma outra consequência foi a tentativa de incorporar suas reivindicações nas políticas sociais do Estado por iniciativa das militantes feministas nos partidos. São criadas instâncias com a finalidade de pensar e propor políticas públicas, que remetem à questão da igualdade/diferença: igualdade de direitos e condições diferentes de exercer estes direitos.

Na campanha eleitoral de 1982, as feministas do PMDB de São Paulo propuseram e implementaram um Conselho da Condição Feminina junto ao governo do estado, “para servir de instrumento de uma política global destinada a eliminar a discriminação sofrida pelas mulheres” (PROPOSTA..., 1982). Esta proposta não encontrou

4. O PMDB, criado em 1979, é continuação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), criado em 1966, e foi um partido guarda-chuva para os grupos que reivindicavam o retorno da democracia. Com a volta do governo civil em 1985, o PMDB se tornou o maior partido existente e absorveu políticos com antigos vínculos com o governo militar.

unanimidade no movimento de mulheres e abriu uma polêmica sobre a autonomia do movimento feminista em sua relação com o Estado, as formas de diálogo e interlocução possíveis e desejáveis, com posições diversas e mesmo antagônicas.

Foram criados nos diversos níveis (nacional, estadual e municipal) Conselhos dos Direitos da Mulher. Uma análise desses organismos governamentais, de suas realizações e limitações está sendo feita (ver por exemplo Maria Aparecida Schumarer e Elisabeth Vargas, 1993, que apresentam as discussões no movimento para a aprovação e implementação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e as ações e limitações desses organismos).

O PT, em 1988, ao conquistar a vitória em algumas prefeituras, propõe uma forma alternativa de órgãos estatais para as questões das mulheres, ligados ao gabinete dos prefeitos. Diferentemente dos conselhos, estes organismos são estritamente executivos, sem nenhuma forma de representação do movimento. Na base dessa diferença estava o debate sobre o papel do Poder Executivo na implementação de políticas públicas destinadas ao combate das desigualdades das mulheres e sobre a relação entre Estado e movimentos sociais.

Atualmente existe um consenso entre as feministas dos diversos partidos progressistas e dos movimentos na avaliação dos limites das duas propostas e da necessidade de reelaborar a questão da participação no Estado, de modo a se constituir uma ação mais eficaz para coibir as desigualdades das mulheres.

O feminismo se diversificou criando novas formas de organização e instituindo práticas como os coletivos voltados para ações relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e ao combate à violência. Surgiram serviços e grupos de formação/educação, muitos dos quais permanecem até os dias de hoje. O feminismo buscou também manter duas estratégias de atuação a partir de 1982: continuar independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais. Preservou canais autônomos de articulação, não só temáticos mas gerais, por meio dos encontros nacionais feministas, com participação de um grande número de mulheres.

Desde 1982 são realizados encontros nacionais anuais com grande participação. Em outubro de 1997 foi realizado em Salvador

o 12º Encontro Nacional Feminista, com o tema de “Gênero com diversidade no país da exclusão”. Esse encontro teve a participação expressiva das mulheres negras e de muitas mulheres jovens (CFEMEA, 1997).

Nos anos 80, este espaço possibilitou a articulação de outros segmentos do movimento. Assim, a partir de 1986, ele foi importante para a discussão sobre o lesbianismo, que embora estivesse sempre presente no movimento feminista nunca tinha sido discutido pelo conjunto das feministas e dos movimentos de mulheres. Os encontros nacionais feministas propiciaram também a articulação das mulheres negras. O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. A construção deste sujeito — as mulheres negras — trouxe maior complexidade e exige o reconhecimento das profundas diferenças culturais nas práticas das mulheres; exige também que se trabalhe, sem que se caia numa grande fragmentação, com o princípio da heterogeneidade da condição e da insubordinação das mulheres, possibilitando a existência de um campo comum na ação para construir um diálogo dentro da pluralidade (SOARES, 1997).

Ao longo destes anos, as feministas foram optando por centrarem-se em atividades mais concretas e especializadas. Isto levou a uma multiplicidade de serviços gerados por organizações de mulheres e à construção de um variado arsenal de estratégias e táticas: protestos, proposição e incrementação de políticas públicas, alterações legislativas, construção de coalizões com outros movimentos. Ao mesmo tempo, elas têm mantido fóruns do movimento de mulheres para as decisões de suas agendas e de formas de atuação conjuntas.

Neste percurso, e à semelhança de outros movimentos, o feminismo se especializou. Muitos grupos passaram à produção de

conhecimentos, desenvolvendo mais serviços do que ações diretas, e possibilitando a constituição de uma “morada” para o movimento: as organizações não-governamentais (ONGs) feministas. Essas novas formas de institucionalização tendem a gerar novas hierarquias entre as mulheres nos movimentos, como aponta Ângela Borba (1993). Se por um lado amplia a geração de conhecimentos e a inserção do feminismo, constitui um desafio para manter laços e estratégias comuns ao amplo movimento das mulheres.

Os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. Sônia Alvarez (1988) usa o termo “mosaico de diversidade” quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995.

Na década de 1990, as feministas brasileiras começam a participar mais ativamente dos fóruns políticos internacionais, a partir do ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas, que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92). Uma rede feminista das ONGs de mulheres foi organizada para introduzir a questão de gênero nas discussões preparatórias da ECO-92. Um número crescente de organizações de mulheres trabalhou na preparação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. Em 1994, os preparativos da Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População articularam um grande número de mulheres por meio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Mas a participação em cada

um destes processos preparatórios ficou muito restrita a setores especialistas do movimento.

Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, proporcionou excelente oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1995). Impulsionou-se um grande debate público sobre a desigualdade das mulheres. Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres independente das diferenças ideológicas e políticas, foi organizada uma coordenação: a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95. Esse processo gerou uma agenda genuína do movimento de mulheres no Brasil, centrada nas necessidades das mulheres de todas as classes e grupos étnico-raciais⁵.

Os anos 90 também se caracterizaram pela introdução de novas temáticas: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a quase ausência das mulheres nesses ambientes⁶. Recentemente, a luta pelo direito das mulheres ao aborto tem sido alvo de muitos debates e reportagens na grande imprensa. Esse é um velho tema das feministas, mas no Brasil só após a democratização tem envolvido em maior número as mulheres.

5. Sobre o processo da IV Conferência Mundial das Mulheres realizada na China em 1995 ver artigos na *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 1 e nº 2 de 1995, e os *Cadernos do CIM*, nº 2, 1995.

6. O PT aprovou no Congresso de 1991 a proposta de 30% de cota mínima para mulheres nas direções. A CUT aprovou, em 1993, uma cota mínima de mulheres de 30% na direção da Central, e sugere aos sindicatos cota proporcional ao número de mulheres nas respectivas bases sindicais. A diretoria eleita em 1994 foi composta com esta proporção. Em 1995 foi aprovado pelo Congresso Nacional uma cota de 20% nas listas das candidaturas para cargos de vereadoras e em 1997 foi aprovado o índice de 25% para todos os cargos eletivos.

Questões e desafios

Pode-se dizer que, no Brasil, a estratégia do feminismo em tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdades, foi vitoriosa. Agora são necessárias outras estratégias capazes de enfrentar as questões colocadas pelos processos de democratização, globalização e implementação das políticas neoliberais.

Diferentes motivos levam a apontar o feminismo como um projeto que teve êxito em tornar visível uma problemática que antes não estava presente nos movimentos sociais, nem nos políticos. Ao mesmo tempo que apontou para a exclusão das mulheres na sociedade, ele criou novos paradigmas para a análise dessas situações e inscreveu-se como tema das pesquisas acadêmicas. As idéias do feminismo se instalaram em diversos espaços do social e do teórico. O feminismo identificou o Estado como a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza e globaliza as relações de exclusão, dando uma dimensão institucional e uma generalidade ao conjunto da sociedade. Mas mostrou também que o poder se estende e está presente em todas as instâncias do cotidiano. Trouxe reflexões à política, no sentido de sua ampliação e da incorporação de novos sujeitos, e debateu com as esquerdas a não-hierarquização das lutas. Nas lutas pela democracia tratava-se de incorporar as mulheres como sujeitos portadores de reivindicações e de direitos. Trouxe para as agendas dos movimentos as questões da igualdade na educação, dos direitos reprodutivos e da saúde, da participação política das mulheres, da discriminação no trabalho e das políticas de emprego, do cuidado com as crianças, da pobreza e do bem-estar, da violência contra a mulher. Mais recentemente, colocou em debate as ações afirmativas e as propostas de cotas mínimas de participação nos lugares de decisão. Contribuiu para manter a coalizão das mulheres e constituir um movimento de massa, mas enfrenta dificuldades para instalar-se na política.

Contribuiu para o questionamento, compartilhado por muitos, da crise de representatividade e legitimidade da representação dos partidos políticos, e em vários momentos — como no processo

constituente — participou junto com outros movimentos nas emendas populares e criando novos mecanismos de democracia direta.

Trabalhou com conceitos de ação coletiva e direta, a partir da negação da representação por delegação e manteve fóruns com as diferentes vertentes do movimento. As características da organização destes fóruns são: vontade unitária — todas as mulheres podem participar; auto-organização — o fórum decide, delega, organiza seu próprio trabalho; vontade autônoma em relação aos sindicatos e partidos. Mantiveram a autonomia do movimento num país cuja ação política é marcada pelo clientelismo.

É demasiado estreito pensar a inserção do feminismo somente nos âmbitos organizativos, erro em que caímos quando nos perguntamos em termos quantitativos sobre a incidência do feminismo na sociedade, pois há ações na esfera ideológica, que são ao mesmo tempo difusas e sólidas. O feminismo criou novas maneiras de ler a realidade e reescreveu o discurso público da igualdade da mulher. Muitas jovens são diferentes hoje de suas avós porque existia o movimento de mulheres quando estavam crescendo. As principais idéias do feminismo estão presentes hoje em inúmeros espaços.

Os desafios são inúmeros. Nos últimos anos, a partir do golpe militar de 1964, houve um aumento das riquezas produzidas, uma maior integração do capitalismo em todas as esferas da vida, mas também aumentaram a concentração de renda e os problemas urbanos, dificultando muito a reprodução da vida.

“O Brasil apresentava, no início desta década, um dos maiores graus de desigualdade no mundo. Para a grande maioria dos países, a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos é, em média, até dez vezes maior do que a de uma pessoa entre os 40% mais pobres. No caso brasileiro, a renda média dos 10% mais ricos é quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres” (PNUD/IPEA, 1996).

Esse é um país de renda *per capita* das mais altas no contexto mundial. Cerca de 75% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à brasileira. Dado o contexto atual, o Brasil não pode ser considerado um país pobre, mas 40% dos

brasileiros vivem em famílias com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza.

“É o alto grau de desigualdade e não o baixo nível de renda *per capita*, verdadeiramente, a principal razão para o elevado grau de pobreza no Brasil. Um dos indicadores desse argumento: ao mesmo tempo que o volume de alimentos produzido é pelo menos duas vezes superior ao necessário para a alimentação da população, uma parcela significativa da população passa fome” (BARROS, CAMARGO e MENDONÇA, 1996).

Nós, mulheres feministas, devemos enfrentar o desafio de responder questões como estas ao nosso modo: reafirmando e reelaborando nossos conceitos de democracia, de cidadania, de ética nas relações humanas. Certamente, vamos encontrar as respostas quando conseguirmos as formas de romper com a resistência política em relação à participação das mulheres.

Precisamos reelaborar nossos conceitos de autonomia, de institucionalização do movimento, para manter vivo e ousado o movimento de mulheres, o movimento feminista, pois temos contribuições para esta crise de civilização — uma crise de ajuste fundamental da espécie humana com a natureza e consigo mesma.

Dadas a diversidade e a multiplicidade do movimento, atualmente o desafio é identificar as diversas vertentes ou os distintos feminismos e procurar explicitar as diferenças, identificar os distintos projetos, os diversos paradigmas, para definir com quem é possível manter uma unidade para elaborar projetos que mantenham acesas nossas utopias e que criem possibilidades de construir símbolos, valores, linguagens marcadas por relações de colaboração e não de domínio entre as pessoas. Resta saber como manter um projeto comum de mudanças, seus limites, e com quem se unir para elaborá-lo. Um dos desafios está hoje em estabelecer nossas diferenças, nossos distintos feminismos. Não é mais necessário nos identificarmos como iguais, não é mais necessário apelar para nossa condição de gênero para nos apoiarmos mutuamente. Trata-se de assumir que as articulações não podem se dar a partir de um eixo exclusivo e privile-

giado, mas sim a partir da articulação das diferenças, das racionalidades múltiplas e diversas que se instalaram no movimento.

Se por um lado o feminismo deve criar de forma crescente suas formas de organização e locais de geração de novas práticas e conhecimentos, como as ONGs, por outro não se pode esquecer ou menosprezar as atividades amplas, de mobilização, que são parte integrante do projeto de transformação político-cultural do feminismo. Sem essa capacidade de mobilização, de conscientização e de ação com a base da sociedade — até hoje as interlocutoras privilegiadas —, o feminismo não tem efetivo poder de pressão perante instituições e autoridades. Sem estes dois lados, não é possível assegurar a implantação e implementação dos novos direitos que o feminismo reclama.

Os desafios são complexos, exigem respostas globais para a superação dessas crises e mais eficazes para a melhoria das condições de vida das mulheres. A democracia é um marco substancial para a inter-relação de sujeitos, espaços, lógicas e formas. É a possibilidade de invenção e fruição de novos direitos. É urgente repensar seu significado para as mulheres e ligá-lo às condições do país: corrupção, miséria crescente, instituições que não funcionam, tradição cultural e política de práticas autoritárias, violência crescente etc. É preciso criticar as formas da democracia que não reconhecem a profundidade da diversidade humana, passando a definir o bem comum a partir de formas radicalmente distintas da construção dos sujeitos. Certamente é um grande desafio repensarmos as formas para o feminismo se reinstalar nesse público, traduzindo, por sua vez, o que isso quer dizer para as mulheres.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sônia. 1988. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A., ed. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1990. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. USA, Princeton University Press.

- _____. 1998. Latin American Feminisms “Go Global”: Trends of 1900s and Challenges for the New Millenium. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo, eds. *Re-visioning Latin American Social Movements*. Westview Press, Harper Collins Publishers.
- BARROS, Ricardo; CAMARGO, José Márcio e MENDONÇA, Ricardo. 1996. Pobreza no Brasil — quatro questões básicas. *Policy Paper*, ILDES/FES, São Paulo.
- BLAY, Eva. 1987. O visível e o limite dos movimentos sociais na construção da prática democrática. In: OLIVEIRA, E. M, org. *Mulheres: da domesticidade à cidadania, estudos sobre movimentos sociais e democratização*. ANPOCS/CNDM.
- BORBA, Ângela. 1993. Movimento feminista, autonomia e organizações não-governamentais. *Fempres*, nº 141, junho.
- CAPPELLIN, Paola. 1994. Viver o sindicalismo no feminino. *Revista Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- CFEMEA. 1997. Encontro Feminista reúne mulheres de todo o país em Salvador. *Boletim Fêmea*, ano VI, nº 58, novembro, Brasília.
- DELGADO, Maria Berenice G. 1996. *A organização das mulheres trabalhadoras nas centrais sindicais brasileiras nos anos 80 e 90: propostas e desafios*. Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia. Mimeogr.
- _____ e SOARES, Vera. 1995. O movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela, org. *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. Marco Zero/ILDES-FES/Labor, São Paulo.
- GOLDBERG, A. 1988. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. *Relações sociais de sexo X Relações sociais de gênero*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- _____. 1989. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, 28. Rio de Janeiro, ANPOCS.
- LAVINAS, Lena, org. 1987. *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____ e CAPPELLIN, Paola. 1991. Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais. *Mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical*. Rio de Janeiro, DNTR/CEDI, maio de 1991.

- NEVES, Magda. 1994. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Rio de Janeiro, Vozes.
- NUNES ROSADO, Maria José, F. 1991. *Eglise, sexe et pouvoir: les femmes dans le catholicisme au Brésil: le cas des communautés ecclesiales de base*. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Tese de doutoramento.
- PAOLI, Maria Célia. 1995. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela, org. *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo, Marco Zero/ILDES-FES/Labor.
- PNUD/IPEA. 1996. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro, Programa das Nações Unidas para a População/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
- PROPOSTA das mulheres do PMDB para o governo. 1982. São Paulo.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAFFIOTI, Heleieth. 1988. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V., org. *A condição feminina*. São Paulo, Vértice.
- SARTI, Cíntia. 1988. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, nº 64, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- SCHUMARER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. 1993. Lugar no governo: álibi ou conquista? *Revista Estudos Feministas*, vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- SINGER, Paul. 1980. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P., BRANDT, V. C. et alii. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.
- SOARES, Vera. 1994. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, out. _____ . 1995. O Contraditório e ambíguo caminho a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro.
- _____. 1997. *O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil*. Texto apresentado para “Superando o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos no Século XXI”, projeto Iniciativa das Relações Humanas Comparadas da Southern Education Foundation, de Atlanta. Mimeogr.
- SOARES, Vera et alii. 1995. Brazilian Feminism and Women’s Movements: A Two-Way Street. In: BASU, Amrita, ed. *The Challenge of Local Feminisms — women’s movements in global perspective*. Oxford, Westview Press.

- SOUZA-LOBO, Elisabeth. 1991. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura.
- STERNBACH, Nancy S. *et alii*. 1992. Feminism in Latin America: from Bogotá to San Bernardo. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 21, vol. 17. University of Chicago.
- VARGAS, Virginia. 1993. Entre la esperanza y el desencanto. *Cotidiano Mujer*. Montevideo, nov.

Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil

Hildete Pereira de Melo



No fim da década de 1990 o movimento de mulheres encontra-se numa encruzilhada. A luta para construir a plenitude da cidadania feminina enfrenta o impasse quanto ao papel do Estado de bem-estar e às propostas políticas oriundas da alternativa neoliberal e da globalização dos mercados. Preocupada com essa questão e tentando contribuir para a construção de uma sociedade em que homens e mulheres sejam iguais, abordo neste texto as mudanças no mercado de trabalho em paralelo com o desmonte das estruturas públicas de assistência social, que ofereciam parcialmente soluções para algumas das funções femininas no cuidado das crianças e dos velhos.

Feminismo e mercado de trabalho: a difícil transição no Brasil (1970-95)

Os anos compreendidos entre 1970 e 1995 foram significativos para as mulheres brasileiras quanto a sua participação no espaço público. Entre 1970 e 1980 o emprego feminino cresceu 92% e a mais tradicional ocupação das mulheres, o serviço doméstico remunerado, apenas 43% (MELO, 1989 e 1998; BRUSCHINI, 1994a; MELLO,

Hildete Pereira de Melo

Professora doutora em economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), integrante da Secretaria de Mulheres do PT/RJ.

1982; CAMARGO e SERRANO, 1983; PAIVA, 1980). O avanço do processo de industrialização da economia brasileira e sua ligeira desconcentração, nessa década, explicam a queda na importância do emprego doméstico para as mulheres brasileiras: em 1970, este representava 27% e em 1980 aproximadamente 20% das trabalhadoras¹. É interessante observar que neste patamar permanecemos até os dias atuais, apesar da crença de que essa é uma atividade em extinção. Isso porque o serviço doméstico é visto pela literatura socioeconômica como a continuação do trabalho pré-industrial. No caso brasileiro, apresenta-se ainda com um cheiro de senzala. Com a industrialização processaram-se mudanças, mas não o seu fim. Contudo, as transformações no serviço doméstico remunerado foram no sentido de modificar a relação patroa/empregada doméstica, tornando-a menos pessoal, sem relações de parentesco fictícias e de ajuda à trabalhadora e sua família. Houve uma certa “profissionalização” ou “mercantilização” do posto de trabalho, distinta da antiga relação, baseada numa dimensão pessoal muito estreita. Analisando globalmente a década (1985-95), nota-se que o serviço doméstico remunerado manteve como ocupação uma posição quantitativamente importante na sociedade brasileira, e isso é válido também para a América Latina.

É importante assinalar que o aumento da taxa de atividade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho fez-se com uma maior diversificação ocupacional e, assim, a mais tradicional e antiga das ocupações femininas (serviço doméstico) perdeu naturalmente posição (Tabela 1). De qualquer maneira, é preciso explicitar que em todas as atividades econômicas houve um aumento da participação feminina. Quando se compara a distribuição da população ocupada feminina em 1985 com 1995 (Tabela 2), observa-se um crescimento, expresso na passagem do patamar de participação no total

1. Esta relação entre industrialização e diminuição do emprego doméstico é contraditória e historicamente encontram-se exemplos diferentes para alguns países do continente americano (HIGMAN, 1989). A relação parece mais evidente com o crescimento da migração rural-urbana. Acontece que as economias da América Latina e do Caribe tiveram um processo de expulsão da agricultura sem um concomitante avanço do processo de industrialização. No caso brasileiro também deve-se avaliar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora. A novidade da década de 1970 foi a entrada maciça das mulheres de classe média no mercado de trabalho. Esta pode ser uma das explicações para esta menor participação.

da população ocupada feminina de 33,42% (1985) para 37,95% (1995), com uma taxa média de crescimento ao ano dessa ocupação de 3,68% contra 2,37% do total das pessoas ocupadas. Esse crescimento permite concluir que a absorção das mulheres no mercado de trabalho na última década foi mais dinâmica que a dos homens, e as atividades econômicas que mais expandiram a ocupação feminina foram o comércio e administração pública.

Tabela 1

Brasil

Distribuição da população ocupada feminina segundo os setores de atividades (%)

Sector de Atividade	1985	1995
Agropecuária	16,03	14,03
Extração vegetal/mineral	2,11	0,97
Indústria geral	11,73	9,17
Construção civil	0,32	0,32
Serviços industriais de utilidade pública	0,38	0,51
Comércio	9,90	12,98
Transportes	0,46	0,48
Comunicação	0,39	0,37
Instituições financeiras	2,47	1,47
Administração pública	13,85	14,83
Outros serviços técnicos profissionais	1,54	2,25
Outros serviços prestados às empresas	1,54	1,64
Outros serviços de saúde e ensino	4,96	5,53
Outros serviços comunitários	1,51	1,72
Outros serviços de reparação e conservação	0,15	0,31
Outros serviços de hospedagem e alimentação	3,15	4,35
Outros serviços pessoais	28,39	27,43
Outros serviços sociais	0,07	0,11
Outros serviços distributivos	0,84	1,21
Outros serviços auxiliares	0,21	0,32
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

A relativa diversificação na ocupação das mulheres, na década, não representa ainda uma profunda mudança, pois o serviço doméstico remunerado ainda é a ocupação principal das brasileiras, como demonstra a Tabela 1. Embora nessa tabela esse serviço esteja compreendido na rubrica “outros serviços pessoais”, em números absolutos, são quase 5 milhões de mulheres², o que pode exemplificar

2. São 4.782.016 (IBGE/PNAD, 1995).



a segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho. Em recente pesquisa, Barros, Mendonça e Machado (1997) concluem que as mulheres mantiveram-se majoritariamente concentradas num leque restrito de atividades: domésticas, trabalhadoras rurais e comerciárias. Essas três atividades englobavam, em 1995, 46% da mão-de-obra feminina. Agregando-se as professoras, enfermeiras/atendentes de saúde, operárias do vestuário, operárias dos setores têxtil e eletroeletrônico, temos quase 80% das trabalhadoras³. Isso verifica-se a despeito do incremento da ocupação feminina; na realidade essa concentração é mais antiga e reflete a estrutura produtiva nacional. Portanto, do ponto de vista da estrutura ocupacional, não houve grandes mudanças, na década, na participação das mulheres no mercado de trabalho. Ao longo dos últimos 25 anos essas atividades não foram alteradas. O Censo Demográfico de 1970 mostrava que as empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, costureiras, comerciárias, atendentes de saúde, auxiliares de escritório e operárias têxteis representavam quase 80% da população ocupada feminina. Em 1980 essas ainda eram as principais ocupações das mulheres brasileiras. Embora tivessem diminuído sua importância, representavam ainda cerca de 60%⁴. De 1985 até 1995 a distribuição das ocupações das mulheres brasileiras pode ser vista na Tabela 1.

Na última década, as transformações no mercado de trabalho nacional refletiram-se no aumento da ocupação do setor serviços. Em 1985 as mulheres que trabalhavam nessas ocupações representavam 69% da população ocupada e, em 1995, essas ocupações atingiram a participação de 75%. A perda dos postos de trabalho ocorreu na indústria em geral e na agropecuária, tradicionais redutos da ocupação masculina. Nos serviços a participação é praticamente a mesma para os dois sexos (51% homens e 49% mulheres): nessas atividades o comércio concentra proporcionalmente mais homens e os serviços domésticos mais mulheres. Na Tabela 2 pode ainda ser visto que, além dos serviços domésticos remunerados, são também femi-

3. Os mesmos autores (1996) afirmam que 50% das mulheres encontram-se em ocupações que correspondem a 5% da força de trabalho masculina e vice-versa.

4. As informações sobre a ocupação das mulheres brasileiras para os anos 1970 e dados censitários de 1980 podem ser encontrados nos seguintes trabalhos: BRUSCHINI, 1988 e 1994; MELLO, 1982.

ninos outros serviços pessoais, de saúde e ensino e na administração pública e higiene pessoal (os serviços de beleza).

O serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. As migrantes rurais-urbanas têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade [...] o abrigo, a comida, a casa e a família” (GARCIA CASTRO, 1982), iniciando essas tarefas como “ajuda”. Provavelmente, a oferta abundante e os baixos salários pagos às trabalhadoras do serviço doméstico possibilitaram a entrada das mulheres dos estratos médios e altos no mercado de trabalho nas últimas décadas, sem que a sociedade criasse serviços coletivos de creches e escolas em tempo integral que diminuíssem em parte os encargos com a socialização das crianças.

Tabela 2

Brasil

População ocupada nos setores de atividades segundo o sexo (%)

Setor de Atividade	1985		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Agropecuária	79,94	20,06	75,91	24,09
Extração vegetal/mineral	66,77	33,23	64,72	35,28
Indústria geral	73,55	26,45	72,91	27,09
Construção civil	98,18	1,82	98,03	1,97
Serviços industriais de utilidade pública	85,69	14,31	78,49	21,51
Comércio	68,21	31,79	61,57	38,43
Transportes	95,14	4,86	94,62	5,38
Comunicação	70,94	29,06	68,62	31,38
Instituições financeiras	65,40	34,60	58,74	41,26
Administração pública	47,22	52,78	42,57	57,43
Outros serviços técnicos profissionais	65,51	34,49	59,12	40,88
Outros serviços prestados às empresas	72,65	27,35	73,10	26,90
Outros serviços de saúde e ensino	29,75	70,25	27,63	72,37
Outros serviços comunitários	50,49	49,51	44,36	55,64
Outros serviços de reparação e conservação	97,90	2,10	96,10	3,90
Outros serviços de hospedagem e a alimentação	60,58	39,42	55,14	44,86
Outros serviços pessoais	14,06	85,94	14,31	85,69
Outros serviços sociais	80,96	19,04	70,93	29,07
Outros serviços distributivos	72,33	27,67	62,81	37,19
Outros serviços auxiliares	84,03	15,97	71,76	28,24
Serviço doméstico remunerado	6,43	93,57	6,84	93,16
Total da Economia	66,58	33,42	62,05	37,95

Fonte: IBGE/PNAD, 1985 e 1995.

Como as mulheres pobres não têm voz no cenário político, para elas restaram as soluções improvisadas para a guarda de seus próprios filhos, sem interferência do Estado. A novidade é o trabalho fora de casa das mulheres da classe média, já que as mulheres pobres sempre trabalharam para seus sustento.

As grandes disparidades, que caracterizam as rendas do trabalho no Brasil, aparecem ainda mais desiguais quando se faz o corte de gênero. Tanto no trabalho urbano como no rural os homens obtêm praticamente o dobro das rendas do trabalho feminino. É bem verdade que a remuneração dos trabalhadores rurais significa cerca de 30% da auferida pelos trabalhadores urbanos. As mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no país (BARSTED e LAVINAS, 1997; LAVINAS, 1997; CARTILHA, 1996). O hiato de rendimento entre os sexos é bastante acentuado: em qualquer situação, seja no setor público ou no privado, as mulheres recebem menos. Isso é mais alarmante quando se engloba o setor público, onde deveria haver isonomia⁵ e mesmo assim há diferenciais entre os rendimentos. Assim, esse hiato é praticamente o mesmo tanto no setor privado como no público, variando, no ano de 1995, entre 40% e 50%, isto é, as mulheres recebem essa fração das rendas masculinas. O destaque fica por conta do maior diferencial de rendimentos para as mulheres com curso superior (Tabela 3). Todas as pesquisas sobre desigualdades mostram que a variável educação explica em parte a distribuição de renda, e um diploma superior garante de certa forma uma melhoria de rendimentos. Mas para as mulheres isso não acontece. Fica-se com uma fração de 50% das rendas masculinas, tanto no setor público como no privado. Nem um diploma superior é uma solução coletiva. Para os níveis médios de escolaridade o hiato entre os rendimentos dos dois sexos é menor no setor privado. Mesmo não apresentando os dados completos, quero ressaltar que estes são cruéis quando se faz, além do corte de gênero, a separação pelo quesito cor. Os negros (homens e mulheres) ganham menos que os brancos e só o trabalhador rural negro tem um rendimento médio mensal superior ao da trabalhadora rural branca (CARTILHA, 1996).

5. É preciso esclarecer que para o mesmo cargo os salários são idênticos; a questão é que para funções gratificadas existe uma predominância masculina.

Tabela 3

Salário feminino como fração do masculino, por grau de instrução
(População ocupada por setor) — 1995

	Setor Público	Setor Privado
1º Grau incompleto	0,48	0,49
1º Grau completo	0,52	0,58
2º Grau completo	0,53	0,62
3º Grau completo	0,50	0,50

Fonte: L. Lavinás (1997), *apud* IBGE/PNAD, 1995.

Para o debate sobre a questão da Previdência Social e a situação das mulheres, o indicador mais empregado tem sido dimensionar o montante de pessoas que potencialmente participam do mercado de trabalho — a taxa de atividade⁶. O saldo da comparação entre os dados de 1981 e 1990, quanto às taxas de atividades masculinas e femininas, demonstra uma grande elevação da participação feminina (19,2%) e um incremento mínimo para a masculina (0,9%), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio/IBGE. Isso se deve à grande entrada de mulheres no mercado de trabalho na última década e diferencia-se da tradicional dinâmica da participação masculina — provedores da família, e, portanto, maciçamente engajados no mercado de trabalho — desde o advento da industrialização. Entre 1985 e 1995 a taxa de crescimento do emprego feminino foi de 3,68% ao ano, contra 2,37% do emprego total (MELO, 1998). As mulheres foram mais favorecidas do que os homens nesses anos. O problema foi que a qualidade dos postos de trabalho tornou-se precária: flexibilização e desassalariamento. Assim, as maiores chances oferecidas para as mulheres no mercado de trabalho na realidade significaram empregos precários, com menor segurança e baixa proteção social.

Os anos 90 também consagraram uma novidade com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho: houve uma queda na taxa de atividade das mulheres mais jovens e uma forte e constante expansão nas faixas etárias mais altas, perfil mais assemelhado com

6. A taxa de atividade representa a relação existente entre a população economicamente ativa (PEA) do grupo que se pretende estudar e a população total de 10 anos ou mais deste mesmo grupo.



o padrão masculino. Isto é, nos anos 70 a maior taxa de participação feminina ficava entre 20-24 anos, decrescendo rapidamente após esta faixa e subindo um pouco na faixa etária compreendida entre 35-45 anos. Nesta década, observa-se um aumento da taxa de atividade das mulheres à medida que a idade avança. Esse novo perfil feminino no mercado de trabalho sinaliza que a tendência será de padrões semelhantes para ambos os sexos nas próximas décadas, isto é, as mulheres continuarão buscando emprego cada vez mais (LAVINAS, 1997; MELO, 1998).

Para as mulheres isso não significou o alívio dos encargos domésticos, mas acumulação de tarefas. Essa maior participação feminina no mercado de trabalho tem sido também consequência da dura luta pela sobrevivência, obrigando as mulheres a permanecer um tempo maior em ocupações fora do lar; portanto, tem ocorrido um alongamento do tempo de trabalho feminino. Esse amadurecimento do perfil feminino no mercado de trabalho se reflete na demanda por benefícios previdenciários, atualmente ainda muito baixa, devido a sua insignificância no mercado formal: são majoritariamente empregos instáveis, como empregadas domésticas, ou no setor informal da economia, como costureiras, doceiras, ambulantes, manicures. Além disso, a porcentagem da força de trabalho feminina não-contribuinte para a Previdência é superior à masculina, mesmo nos ramos de atividades industriais com maiores índices de contribuição previdenciária.

No Brasil, o aumento da participação feminina no mundo do trabalho fora de casa veio acompanhado de uma queda extraordinária na taxa de fecundidade nas últimas décadas⁷, sem que tenha havido nenhuma política pública específica sobre a questão. Aconteceu uma pura *solução de mercado*, tão ao gosto do ideário neoliberal. Perversa e dolorosa para milhares e milhares de mulheres, que buscaram a esterilização e o aborto — e muitas encontraram a morte na tentativa de viver com mais dignidade. Dados do Censo de 1991 indicam que a taxa de fecundidade atingiu níveis inferiores a 2,7 filhos por

7. Entre 1940 e 1960 foi de seis o número médio de filhos por mulher em idade fértil. Em 1981 este número caiu para 4,7 crianças e em 1990 para 3,2 (PNAD/1990). Veja também, sobre o assunto, *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — A situação da fecundidade: determinantes gerais e características da transição recente*, IBGE, 1988.

mulher em idade fértil. Essa forte queda no padrão reprodutivo feminino tem sido explicada, na ausência de políticas públicas específicas, pelo aumento vertiginoso da urbanização, cujas taxas são de mais de 70% para o país. A urbanização impõe para a família maiores custos, na medida em que os filhos não são mais usados como força de trabalho, como nas sociedades agrícolas, mas, ao contrário, seguindo o padrão vigente nas economias industriais, os filhos representam maiores gastos familiares. Para a Previdência Social esta questão tem a longo prazo um impacto significativo, devido às mudanças na relação entre ativos e inativos e também pela pressão feminina no futuro por mais benefícios previdenciários. Além disso, a queda na taxa de fecundidade também reduz relativamente as despesas da Previdência Social com o salário-maternidade.

Um outro aspecto a ser considerado, e que tem criado muita celeuma na sociedade brasileira, diz respeito à expectativa de vida da mulher. Com base nos Censos Demográficos de 1970 e 1980, a esperança de vida da mulher ao nascer era de 63,4 anos, e a masculina de 57 anos. Com os dados de mortalidade do Censo de 1991 tem-se a evidência de que as mulheres continuam vivendo mais que os homens. Para a administração previdenciária, este fato implica maiores custos, porque tendo as mulheres uma sobrevivência maior que a do homem (em média sete anos), e podendo se aposentar mais cedo, isso representaria, num futuro próximo, um maior dispêndio no custeio da Previdência. Esse horizonte, ainda longínquo, está distante da realidade atual da Previdência⁸. Mas coloca essa questão na ordem do dia do governo Fernando Henrique Cardoso, que na sua primeira tentativa de reforma da previdenciária propunha igualar mulheres e homens na mesma faixa etária para efeito de aposentadoria.

O último aspecto a ser discutido nesse quadro de globalização, políticas neoliberais e relações de gênero é a questão do desemprego. Este problema, considerado no momento o mais grave dos problemas que afligem a sociedade brasileira, vem nos últimos anos

8. Levianamente tem-se usado este argumento para justificar a proposta de reforma previdenciária do governo. Para se saber a real dimensão dessa problemática é necessário fazer um estudo utilizando o modelo de coorte para melhor avaliar a tendência e o horizonte no qual esse efeito pode se tornar relevante.

aumentando mais rapidamente para o sexo feminino. Dados do boletim do Ministério do Trabalho/IPEA — *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise* (1997) demonstram que para as regiões metropolitanas, já em 1991, a taxa de desemprego era de 4,79% para os homens e 4,85% para as mulheres. Eram taxas muito próximas, mas superiores para as mulheres. Em 1996, o hiato aumentou, o sexo masculino apresentou uma taxa de desemprego de 4,98% e o feminino 6,09%; e para o período janeiro/abril de 1997 estas taxas alcançaram 5,38% e 6,53% respectivamente: são índices crescentes para ambos os sexos, mas maiores para as mulheres, que eram cerca de 39% dos desempregados em 1991, e, em 1997, representam 45% deste contingente. Segundo Lena Lavinas (1998)

“temos, assim, um quadro paradoxal [...] por um lado as mulheres tiram mais partido do que os homens da baixa oferta de novos empregos e, por outro, são e tenderão a ser as mais afetadas pelo desemprego. Tudo isso em meio a uma certeza: sendo a taxa de atividade feminina ainda relativamente baixa no Brasil (40%) [...] a pressão feminina no mercado de trabalho em épocas de reduzida oferta de empregos parece que não vai mesmo ceder”.

Não é um futuro promissor o que aguarda os novos contingentes de mulheres que esperam entrar no mercado de trabalho.

Mercado, globalização e as políticas públicas

Da Primeira Conferência Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, na Cidade do México, para a de Nairobi, em 1985, foram propostas políticas públicas para todos os países que asseguravam igualdade entre homens e mulheres no acesso aos benefícios e serviços do sistema de seguridade social e equipamentos públicos, para possibilitar a retirada do âmbito do lar de certos serviços, mas isso tem permanecido uma lista de boas intenções. A demanda feminina por mais serviços por parte do Estado chegou às agendas dos governos quando já esta-

vam em curso profundas mudanças tecnológicas e políticas. Estas aumentaram a polarização entre os países e entre as classes sociais, tanto nos países ricos como nos periféricos, já que o aumento da produtividade, além de criar uma enorme quantidade de mercadorias, resultou numa expansão do desemprego e da miséria⁹.

Estas mudanças têm sido caracterizadas como resultantes do fenômeno da globalização¹⁰. Livre circulação de capitais, despoliticização dos mercados, império da ideologia econômica liberal, nas palavras de Fiori (1997), a força e a difusão da idéia de globalização deve ser buscada neste retorno às raízes mais profundas e utópicas do liberalismo. Esta nova roupagem do velho liberalismo econômico do século XVIII — que para se diferenciar do antigo ideário foi rotulado de neoliberalismo — é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar do século XX.

Globalização e políticas econômicas neoliberais são farinha do mesmo saco. O que se entende por globalização? Esta, apesar de ser representada por um termo sem consistência teórica, pode ser entendida como um processo que está em curso há várias décadas, por meio da transnacionalização da produção e do comércio internacional que levou as grandes empresas (multinacionais) a deslocarem partes e peças de suas unidades produtivas para vários lugares do mundo, localizando-as de acordo com seus macrointeresses. Este fenômeno foi popularizado como globalização, mas no século XIX, quando se iniciou, era chamado de imperialismo. A aparente maior intensidade deste fenômeno nos anos 80 deve-se à revolução tecnológica que possibilitou que a desregulamentação dos mercados financeiros e cambiais tivesse um enorme impulso, sob a batuta norteamericana. A liberalização desses mercados, que teve como precursores os governos de Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra), propagou-se em ondas pela economia mundial. Isso acabou por contaminar até o regime comunista soviético, que, como um castelo de cartas, ruiu logo após a queda do Muro de Berlim, em novembro de

9. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 30% da população economicamente ativa de todo o mundo não possuía em 1995 um emprego estável (*Folha de S. Paulo*, 11/2/1996).

10. Sobre este conceito e suas conseqüências, veja TAVARES e FIORI, 1997.

1989. O colapso do bloco soviético trouxe como conseqüência a agonia do Estado de bem-estar, construído pelos trabalhadores depois de muitas lutas, desde meados do século XIX. Mas setores do movimento de mulheres dos países desenvolvidos viviam a utopia de que a igualdade era possível, mesmo num quadro de políticas neoliberais. Afinal, o liberalismo promete a igualdade formal para todos. O contraponto a essa perspectiva tem sido dado pelo movimento de mulheres identificado com o socialismo.

Atualmente, no final do século XX, transcorridos dois anos da realização da última Conferência Internacional da Mulher (Pequim, setembro de 1995) promovida pela ONU, que, como as anteriores, declarou a igualdade na lei entre homens e mulheres, assiste-se à destruição dos direitos sociais e não se leva em consideração o desigual cotidiano feminino. Que tipo de sociedade as políticas neoliberais têm deixado em seu rastro? Uma sociedade heterogênea, marcada por profundas desigualdades — classe, gênero, raça — que foram exacerbadas por essas políticas. Os excluídos estão condenados à marginalidade e aí reside o grande problema para as massas femininas, que formam uma grande parcela dos pobres do mundo.

Qualquer idéia de construção de uma cidadania feminina plena passa por uma discussão do tamanho do Estado. Existem duas possíveis respostas ou soluções para a crise do Estado de bem-estar. A primeira seria a melhoria dos serviços prestados pelo Estado, eliminando-se toda ineficiência de sua administração. A segunda seria a diminuição forçada das demandas e necessidades sociais dos cidadãos. As informações dos últimos anos permitem concluir que a segunda resposta num maior ou menor grau tem sido a preferida pela maioria dos governos. Esta alternativa tem como objetivo o desmantelamento puro e simples das conquistas sociais conseguidas ao longo do século XX. Os defensores do desmantelamento do Estado de bem-estar baseiam-se em duas razões fundamentais. A primeira, de ordem econômica, diz respeito à sobrecarga fiscal produzida pelas demandas socioeconômicas. A segunda, de ordem política, identificaria fatores de ingovernabilidade derivados dessa sobrecarga fiscal imposta ao Estado.

As mudanças no mercado de trabalho, em paralelo com o desmonte das estruturas públicas de assistência social que ofereciam parcialmente soluções para algumas das funções femininas no cuidado das crianças, criaram maiores obstáculos para a construção de uma sociedade onde homens e mulheres sejam iguais. Como encontrar soluções de mercado para essas obrigações? Assim, as mulheres, além de não terem resolvidos esses problemas, porque faltam creches, escolas em tempo integral, lavanderias e refeitórios coletivos, hospitais e postos de saúde, equipamentos essenciais para minimizar as tarefas domésticas, ainda têm de enfrentar a precarização do emprego, aliada ao fantasma do desemprego (MORAES, 1997).

Desafios sem respostas nos marcos da política neoliberal

Como construir uma sociedade verdadeiramente igualitária para nós mulheres sem a participação do Estado? É preciso garantir a proteção à maternidade, com abertura de creches e escolas em tempo integral e o direito à licença-paternidade como forma de ampliar a responsabilidade dos homens em relação aos filhos. Soluções de mercado para essas questões são impossíveis. Como definir novas formas de contratualidade que regulamentem o trabalho em domicílio e o serviço doméstico remunerado num cenário econômico recessivo, que se desenvolve em paralelo a um violento processo de reestruturação produtiva, que tem destruído milhares de postos de trabalho? Este é o desafio. Um desafio sem resposta nos marcos de uma política econômica neoliberal.

A luta das mulheres brasileiras nestas últimas décadas possibilitou eliminar da legislação nacional um conjunto de normas e leis que restringiam o acesso das mulheres à plena cidadania. O processo de industrialização transformou o papel feminino da condição de mãe e esposa para o de trabalhadora secundária, de apoio, não-individualizada. Embora um dos maiores problemas ainda enfrentados pelas mulheres resulte das práticas sexistas não superadas, como a identificação da maternidade como empecilho ao trabalho, no campo legal o Brasil não apresenta nenhuma norma inibidora da entrada

ou permanência das mulheres no mercado de trabalho. Ao se confirmarem as tendências de incremento mais que proporcional do desemprego das mulheres, há que pensar como enfrentar mais esse desafio no que tange às desigualdades de gênero no mercado de trabalho. São inúmeros os desafios, desde a demanda por trabalho até a manutenção e ampliação de direitos sociais, duramente conquistados pelos trabalhadores de ambos os sexos e que o fenômeno da globalização e as políticas neoliberais ameaçam de extinção.

Bibliografia

- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. 1995. *Pobreza, estrutura familiar e trabalho*. Rio de Janeiro, IPEA, TD n° 366, fev.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. e MACHADO, Ana F. 1997. *A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero*. Rio de Janeiro, IPEA, TD n° 453.
- BARSTED, Leila de A. L. e LAVINAS, L. 1997. *Direitos trabalhistas da mulher*. Rio de Janeiro, Convênio MTb/IPEA. Mimeogr.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1988. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — A situação da fecundidade: Determinantes gerais e características da transição recente*. Rio de Janeiro.
- _____. 1985 e 1995. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro.
- BRASIL. Ministério da Justiça/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, publicações de 1985 e 1986.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. 1997 e 1998. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*. Rio de Janeiro/Brasília, DIPES/IPEA, números 4 a 7, março de 1997 a fevereiro de 1998.
- BRUSCHINI, Cristina. 1988. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos 70 e 80: algumas comparações regionais. *Textos FCC*, n° 1, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1994a. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, número especial, 2° semestre.

- _____. 1994b. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H. I. e MUNHOZ-VARGAS, M., orgs. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- CAMARGO, José Marcio e SERRANO, F. 1983. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 4, out./dez.
- CARTILHA para as mulheres candidatas a vereadoras. 1996. Campanha Mulheres Sem Medo do Poder. Rio de Janeiro/Brasília, IPEA/DIPES.
- CHESNAIS, F. 1996. *La Mondialization Financière*. Paris, Syros.
- GARCIA CASTRO, Mary. 1982. ¿Qué se compra y qué se paga en el servicio doméstico?: el caso de Bogotá. In: LEON, Magdalena, ed. *La realidad colombiana*. Bogotá, Asociación Colombiana para el Estudio de la Población, vol. 1: Debate sobre la mujer en America Latina y el Caribe.
- HIGMAN, B. W. 1989/1983. El servicio doméstico en Jamaica desde 1750. In: CHANEY e GARCIA CASTRO, eds. *Muchacha No More*. USA, Temple University Press.
- LAVINAS, Lena. 1997. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40.
- _____. 1998. *As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero*. Rio de Janeiro, IPEA. Mimeogr.
- MELLO, João M. C. de. 1997. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís, orgs. *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.
- MELLO, Marina F. de. 1982. *Análise da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- MELO, Hildete Pereira de. 1989/1983. Feministas y empleadas domésticas en Rio de Janeiro. In: CHANEY e GARCIA CASTRO, eds. *Muchacha No More*. USA, Temple University Press.
- _____. 1998. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro, IPEA/DIPES, Série Seminário, nº 6.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. 1997. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raisa, org. *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis, Editora Mulheres.



- PAIVA, Paulo de T. 1980. *A mulher no mercado de trabalho urbano*. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro (SP).
- REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. 1994. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, número especial, 2º semestre.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. 1984. *Mulher brasileira: Opressão e subordinação*. Rio de Janeiro, Edições Achimé.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís, orgs. 1997. *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes.

Gênero, família e trabalho

Andréa Butto



A sociedade brasileira hoje está mais atenta às demandas das mulheres. Mas apesar deste avanço, com o neoliberalismo novos obstáculos se apresentam para o exercício pleno da cidadania das mulheres. As relações entre gênero, família, trabalho e políticas sociais são afetadas por essas transformações. As mulheres à frente da chefia familiar, de um lado, e a precarização das relações de trabalho e dos serviços sociais prestados pelo Estado, de outro, ganham centralidade nesse quadro. Realizar uma reflexão crítica destes aspectos, capaz de orientar a ação política das mulheres, visando combater as desigualdades de gênero, surge assim como tarefa importante para o momento.

A diversidade das famílias brasileiras

O mapeamento das famílias no Brasil deve ser realizado no plural, pois, como Ana Maria Goldani (1994) indica, existe hoje uma grande diversidade de grupos familiares. As principais mudanças nas estruturas familiares apontadas pela demografia dizem respeito a seu número, tamanho, a seus arranjos internos e estágio de

Andréa Butto

Mestre em antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco; professora assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco; integrante da Secretaria Estadual de Mulheres do PT e do Diretório Regional/PE. Foi membro do Diretório Nacional do PT (1993-95).

desenvolvimento. O número de famílias nas décadas de 1970 e 1980 quase dobrou, passando de 18,4 milhões para 36,6 milhões. Neste mesmo período, o tamanho das famílias diminuiu em média uma pessoa (de 5,0 para 4,1), tendência que guarda diferenciações geográficas (com tamanho maior nas áreas rurais). Os motivos são: queda da fecundidade, diminuição da mortalidade, fim de matrimônios por viuvez, separações e divórcios.

Na organização interna das famílias ainda predomina o casal, com ou sem filhos, apesar de a última década estar marcada pelo aumento das famílias “monoparentais” (grupo formado por mãe ou pai com filhos). Apesar do predomínio, houve uma diminuição relativa das famílias constituídas por casal com filhos; as taxas anuais de crescimento desse grupo foram, na década de 1980, as mais baixas da história (2,8%). As famílias monoparentais, por outro lado, conheceram, nas últimas duas décadas, uma taxa média de crescimento de 5% ao ano.

Os estágios de desenvolvimento de um grupo familiar compreendem três fases: o de constituição ou formação, o de expansão ou consolidação (chegada dos filhos até a idade de 15 anos) e o de dispersão, quando da formação de novos núcleos familiares. Cerca de metade das famílias brasileiras está em fase de expansão ou consolidação. Aumentou também a proporção de casais sem filhos mas, sobretudo, de famílias monoparentais. Dentre elas, as compostas por mãe com filhos e sem cônjuge são as que mais aumentam sua participação relativa no total.

O aumento da chefia familiar entre as mulheres está diretamente relacionado à pobreza. Isso explica por que esse aumento tem um forte componente regional. A maior quantidade dessas famílias pode ser encontrada nas áreas mais carentes do Norte-Nordeste do Brasil (por exemplo, as regiões metropolitanas de Belém, Recife e Salvador). Uma proporção intermediária está localizada em áreas como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte e a menor concentração está nas áreas mais ricas do Sul-Sudeste (como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

As famílias chefiadas por mulheres são predominantes entre os setores mais pobres da população, porque essas mulheres têm

capacidade de ganho mais baixa do que os homens e não porque ganhem menos que outras mulheres, tenham mais crianças ou suas famílias tenham menos adultos (como aponta estudo recente de Ricardo Barros, Louise Fox e Roseane Mendonça, 1994); não é a composição interna dessas famílias o elemento gerador de pobreza, mas sim a condição de trabalhadoras das mulheres que as chefiam. São grupos que têm menor presença de crianças, menor dependência e nos quais as crianças são mais velhas. Quanto à renda, observa-se que a média é menor que nos demais grupos familiares, principalmente entre aqueles com crianças. Em relação aos homens, constata-se que as mulheres chefes de família são mais velhas do que estes quando exercem a mesma função, são menos instruídas, participam menos do mercado de trabalho e têm níveis de renda mais baixos. Comparadas com as demais mulheres chefes de família (aquelas cujos filhos já abandonaram a casa), aquelas com crianças são mais jovens, igualmente instruídas, mais propensas a participar do mercado de trabalho, com níveis de renda médio mais baixos e representam as famílias mais pobres do total de famílias.

Mas a maior incorporação das mulheres ao mercado de trabalho ou setor informal provoca também algumas mudanças positivas, que podem ser observadas na organização e no funcionamento da família, por meio de repercussões nos papéis e nas relações econômicas na família, nos padrões de autoridade, hierarquia, distribuição de responsabilidades, nas decisões e relações de casal. Estes elementos, porém, não podem nos fazer esquecer, como ressalta Valéria Ramirez (1995), que empregos de parca remuneração resultam pouco atrativos para o desenvolvimento pessoal e a auto-estima das mulheres pobres.

Apesar disso, não há como desconsiderar que o desemprego e precarização do trabalho masculino, de um lado, e a incorporação das mulheres em atividades de produção remunerada, de outro, muitas vezes redefinem a tradicional divisão sexual do trabalho e geram mudanças internas nas famílias — separações, divórcios e a chefia familiar feminina.

Com o enfraquecimento de seu papel de provedor, o lugar dos homens nessas famílias sofre uma reordenação. O homem não

está completamente ausente: o pai biológico ou os novos companheiros freqüentemente continuam participando da família, embora sob novas bases. A mulher tem um papel mais decisivo na manutenção da casa e há, em relação aos homens, um afrouxamento nas expectativas em relação a seu desempenho de esposo, a ponto de eles se tornarem apenas colaboradores no sustento da casa. Essa redução das funções dos homens na vida doméstica corresponde, portanto, à ampliação das funções das mulheres (incluído aí o provimento), situação que contradiz os padrões sociais tradicionais que orientam a divisão sexual do trabalho e provoca um acirramento das tensões no interior das famílias.

As mulheres tornam-se responsáveis pela administração dos recursos internos disponíveis na família para resistir às carências decorrentes das crises econômicas e da ausência do marido-pai. Por meio de redes referenciadas nas mulheres (tias, sogras, avós, entre outras) definem-se as estratégias e padrões de sobrevivência das famílias.

Qual é o lugar que a pobreza ocupa na dinâmica dessas famílias? Para alguns cientistas sociais (por exemplo, Klass Woortmann, 1984), as relações de gênero estão determinadas pelas relações de classe; o papel econômico da família prevalece sobre a análise das relações de gênero.

Para compreender este fenômeno me parece que também é necessário entender as relações de poder internas a essas novas famílias. Elas se constituem desta forma porque relações de poder anteriormente estabelecidas entre homens e mulheres definem as relações com a pobreza. Atribuir a expansão dessa nova modalidade de família apenas à migração, ao empobrecimento e à manutenção de padrões tradicionais de convivência — reforçando a idéia de que se trata de famílias incompletas, vulneráveis e desejosas de um líder masculino significa simplificar a realidade e reificá-la. Implica secundarizar o fato de que, nas famílias, são as mulheres as que recebem maior sobrecarga de trabalho e que passam a assumir responsabilidades antes compartilhadas com os seus companheiros ou maridos.

A diversidade empírica das famílias é decisiva para a mudança na representação social e nos padrões culturais. Ela possibilita o

desenvolvimento da identidade de gênero para além da exclusividade de mães e esposas. Não podemos confundir a família como uma construção ideológica e a real experiência de homens e mulheres em diferentes arranjos familiares. É esta diferença que possibilita entender como a existência de uma ideologia familista esconde o uso que a família e a sociedade fazem do trabalho reprodutivo e doméstico. Como diz Magdalena Leon (1994) “estas relações são construídas por experiências culturais e históricas, transcendem o nível individual da conduta e o âmbito da família, incluindo arranjos institucionais”.

As famílias chefiadas por mulheres são expressão de uma diversidade que questiona as construções ideológicas tradicionais, confrontando-as com as experiências reais das mulheres, que subverte antigas formas de ordenação das relações de gênero. Embora várias transformações que as mulheres estejam vivenciando não lhes sejam de todo favoráveis, é importante reforçar o significado positivo de projetos autônomos e espaços próprios que incluam a redefinição das relações de poder construídas nas famílias e buscar um maior equilíbrio nas decisões, na divisão de responsabilidades domésticas e na distribuição do tempo de trabalho ou livre.

A globalização precariza o trabalho das mulheres

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, inclusive com o incremento de novas atividades e a criação de espaços produtivos voltados para o comércio exterior, tem sido muito destacada. Mas pouco se discute o que é essencial desde uma perspectiva de gênero: em que medida têm se alterado as relações de poder entre mulheres e homens nas novas modalidades de atividades produtivas.

As políticas de ajuste têm como pressuposto a manutenção e o fortalecimento da divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres funções de reprodução e produção orientadas para a sustentação da sua família. Encarregadas de administrar a renda insuficiente proveniente de toda a família, e com uma dupla jornada de trabalho, as

mulheres são o setor da classe trabalhadora que acaba recebendo o maior impacto das políticas de estabilização neoliberal. Na verdade, essas políticas fortalecem a dualização da força de trabalho — o que, do ponto de vista de gênero, reforça a opressão e a posição subordinada das mulheres na sociedade.

Apesar de todas as conferências mundiais em prol de uma plataforma progressista em relação às mulheres, nenhum governo tomou ações efetivas para garantir os direitos das mulheres a iguais remunerações e oportunidades de promoção e capacitação. As mulheres continuam sendo tratadas como uma força de trabalho secundária com menores direitos e demandas que os homens, mesmo tendo uma inserção no mercado de trabalho cada vez mais permanente (já não se retiram durante os anos de gestação, crescimento e cuidado dos filhos) e seus salários sendo cada vez mais essenciais para a sobrevivência familiar.

No Brasil, dados para a área urbana apontam um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, com forte segmentação sexista. Concentradas no setor terciário dos centros urbanos, as mais instruídas trabalham em empregos considerados médios — secretárias, professoras, enfermeiras (atividades ligadas aos serviços estatais de saúde, educação e Previdência Social) — e as menos instruídas no emprego doméstico.

Embora tenha se verificado também um aumento nas horas de trabalho dedicadas pelas mulheres às atividades “produtivas”, as taxas de desemprego são maiores entre as mulheres, principalmente entre as mais jovens. O emprego só teve um aumento entre as menos instruídas. Dentre as razões explicativas deste quadro podemos mencionar os programas de enxugamento do quadro de servidores públicos, que no Nordeste, por exemplo, absorve uma parte bastante significativa da força de trabalho.

Há também uma concentração em atividades de baixa produtividade e de informalidade. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 1990 as mulheres auto-empregadas e aquelas que trabalham como ajudantes não-remuneradas de outros membros da família chegavam a um total de 24%, representando a segunda maior taxa da América Latina. Aquelas que são auto-empregadas chegam a

passar 14 horas diárias vendendo na rua ou manufaturando produtos em casa. São trabalhadoras informais que não estão protegidas pelas leis relativas aos salários, que não contam com Previdência Social nem benefícios secundários e estão sujeitas a perder a remuneração diante das mudanças no mercado.

Quanto às regiões metropolitanas no país, Recife apresenta a maior proporção desse setor, seguido de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. A maior participação é das mulheres. Nas pequenas unidades produtivas representam apenas 10% do total de trabalhadores que têm carteira assinada e 63,9% do total de trabalhadores autônomos. Em Recife elas chegam a representar um total de 70% do total do setor. Os trabalhadores negros — mulheres e homens — são os mais representativos neste setor: constituem 47,2% contra 38% de brancos.

As mulheres trabalham mais em domicílio que os homens, totalizando um percentual de 82,8%, o que explica a concentração de mulheres em empregos domésticos. Entre estas trabalhadoras são as negras as mais presentes nestas atividades.

Houve também uma queda nos níveis de renda das mulheres em relação aos homens. Como se já não bastasse a diferença salarial no mercado formal da economia, quando as mulheres ingressam no setor informal elas acentuam a diferença na remuneração, perdendo 20% do total que antes recebiam com as suas atividades de trabalho.

No campo, observa-se uma indiferenciação entre atividades produtivas e domésticas: as mulheres concentram-se na pequena produção e, diante do trabalho assalariado, aceitam contratos curtos e sistemas de trabalho regulados pela produtividade. Têm também forte participação em redes informais. As mulheres do campo acabam dispondo de menor tempo para ganhar dinheiro, pela distância do local de trabalho, e menor acesso ao trabalho assalariado, pois permanecem com responsabilidades exclusivas no trabalho reprodutivo e doméstico. No comércio rural, as mulheres vendem menores quantidades de produtos embora realizem maior número de negociações devido às limitações geográficas do raio de atuação, obtendo menores rendimentos das transações

que realizam se comparadas com as dos homens. Com a substituição por produtos industriais, as atividades artesanais realizadas pelas mulheres perderam importância. Desde o fim da década de 1970 aumentou a proporção de mulheres em cultivos intensivos, principalmente entre as mais jovens.

Quanto ao trabalho doméstico nas áreas urbanas, observa-se o aumento da sua intensidade diante da necessidade de suprir a renda familiar e da privatização de atividades antes desenvolvidas pelo setor público, reforçando ainda mais a responsabilidade das mulheres nas famílias.

Em áreas rurais, as mulheres contam com menor estrutura material, por isso dependem mais esforço físico e mais tempo, o que limita ainda mais as oportunidades socioeconômicas.

Em síntese, os dados disponíveis apontam assim para uma forte tendência à precarização das condições de trabalho das mulheres, sua exclusão de áreas tecnologizadas e um estatuto inferior ao dos homens como trabalhadoras e cidadãs. Elas se inserem no mercado na medida em que as condições de trabalho vão se deteriorando. Não podemos, portanto, analisar as relações de gênero abstraindo os aspectos macrossociais definidores das grandes linhas nas quais se inscreve a vida cotidiana das mulheres. A constituição de uma economia mais voltada para a exportação gera uma segmentação de gênero nos sistemas de trabalho que prejudica as mulheres.

Redução das políticas sociais prejudica mais as mulheres

O Estado sempre foi um elemento ativo na reorganização das relações sociais. Com o neoliberalismo, altera-se o seu papel em relação à família, ao trabalho e às relações de gênero em comparação com o período anterior.

O Estado, sob os governos neoliberais, do ponto de vista político, dá continuidade à incorporação de demandas das mulheres, absorvendo aspectos do discurso feminista. Mas, por outro lado, do ponto de vista social e econômico, a desregulamentação das relações de trabalho e a busca de maior competitividade no mercado mundial

com o barateamento do custo da força de trabalho prejudica a população trabalhadora e, dentro dela, mais ainda as mulheres.

A orientação política dominante dos governos mantém a hierarquia de gênero e a posição subordinada das mulheres. Assim, por exemplo, nos programas de reforma agrária, os homens são privilegiados como chefes do lar, e as políticas públicas acabam ignorando as famílias chefiadas por mulheres e o direito das casadas a uma participação conjunta, limitando o direito ao lote de terra. Para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a existência de um homem impede a mulher de receber lote, por julgar que as famílias chefiadas por mulheres não têm força de trabalho suficiente para produzir. Por todos esses motivos, as mulheres acabam tendo limitado acesso ao crédito e à tecnologia. E exemplos desse tipo podem ser encontrados pelas mais diversas áreas de atuação estatal.

Uma parcela significativa de serviços sociais está sendo privatizada: educação, saúde, Previdência Social e moradia. A repercussão está presente na redução da qualidade e abrangência dos serviços públicos e na conseqüente queda nos níveis de renda efetivos individual e familiar.

A situação do sistema de Previdência Social e os investimentos em serviços de assistência à infância são indicadores exemplares das tendências gerais no terreno social. A Previdência Social no Brasil tende a aprofundar as desigualdades sociais tanto de classe como de gênero. Na área dos benefícios previdenciários, o sistema compensa melhor os segmentos de renda mais elevada, e em uma proporção pequena os pobres. Quanto às diferenças de gênero, diversos estudos indicam que, apesar de as mulheres apresentarem índices de contribuição para a Previdência muito parecidos com os dos homens (48% e 50% respectivamente), elas iniciam sua contribuição mais cedo que eles e, à medida que a idade aumenta, também cresce a participação das mulheres como contribuintes da Previdência.

Os contribuintes de menor renda recebem proporcionalmente maior número de aposentadorias por idade ou invalidez, e aqueles de faixas mais elevadas de renda respondem pela maior incidência proporcional de aposentadorias por tempo de serviço e especial

(tipos de aposentadoria que têm uma carência mais elevada). Como os contribuintes homens têm renda mais elevada, são eles os que recebem em maior proporção esse tipo de aposentadoria. Embora nas faixas mais altas as mulheres contribuam em iguais condições com os homens, as mulheres estão concentradas nas faixas mais baixas.

Os benefícios concedidos às mulheres estão concentrados na faixa de um a dois salários mínimos (86%), enquanto entre os homens essa proporção equivale a 67%. Essa diferença vai se aprofundando à medida que aumenta a faixa salarial. Como 48% da população economicamente ativa feminina se encontra no setor informal, 79% dos ganhos estão concentrados em até dois salários mínimos, e metade ganha no máximo um salário mínimo, grande parte das mulheres só podem ser incluídas no sistema como dependentes de seus maridos ou pais contribuintes, tendo acesso limitado a serviços de assistência hospitalar e aos benefícios de pensões por morte do contribuinte.

Precariedade da política de creches

A falta de redistributividade também marca as políticas de proteção à maternidade e à família, que recebem benefícios insignificantes, com uma participação muito baixa nos gastos sociais. A família, que recentemente vinha recebendo uma mínima atenção do Estado, volta a se privatizar quando é encarada pelas políticas neoliberais como um ponto de apoio para a redução de gastos sociais. Estas mudanças são visíveis, por exemplo, na queda dos investimentos em educação para as crianças entre 0 e 6 anos de idade.

O relatório do PNUD/IPEA de 1996 constata que em relação ao grupo etário de menos de 6 anos existe uma carência de serviços no país. Apenas 5% das crianças de 0 a 3 anos freqüentam creche. A porcentagem é maior no caso dos filhos de famílias de maior rendimento: 14% contra 3% dos que se originam de famílias pobres. Metade das crianças de 5 a 6 anos de idade freqüentava a escola em 1990. Essa parcela é maior nas famílias com rendimento mensal de mais de dois salários mínimos *per capita* (81%), e se reduz para 37% no caso das crianças pobres. A diferença entre a

condição de escolarização das crianças urbanas e rurais é bem acentuada: 57% contra 30%.

A falta de cobertura e o recorte de classe presente nesta realidade não despertou no governo a necessidade de responder com ações capazes de melhorar a situação das crianças brasileiras. Pelo contrário, os últimos fatos desencadeados no Senado por ocasião da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) demonstram que o movimento do governo é no sentido de aprofundar a sua desobrigação com a educação infantil. A incumbência da creche é atribuição dos municípios e oferecida apenas a crianças com até 3 anos de idade, reduzindo dessa forma a cobertura até os 6 anos, como previa a antiga LDB. O atendimento à infância na idade entre 4 e 6 anos é considerado parte da pré-escola.

O Projeto de Lei 2.802, apresentado em 1992 e que garantia que empresas em que trabalhassem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos disporem de local apropriado onde fosse permitido guardar sob vigilância e assistência técnica educacional suas crianças desde o período de amamentação até os 6 anos de idade, sofreu um sério ataque. No início de dezembro de 1997 o Congresso Nacional aprovou o projeto, embora assegurando o direito *apenas aos filhos das trabalhadoras*, mas bastou apenas uma quinzena para que o presidente Fernando Henrique Cardoso vetasse integralmente esse projeto.

A ausência desses serviços implica uma sobrecarga ainda maior de tempo a ser despendido com o cuidado das crianças por parte das mulheres e, conseqüentemente, o surgimento de maiores limitações profissionais e ocupacionais em relação aos homens.

No momento, é importante pensar na manutenção e na qualidade desses serviços, mas também nas relações sociais que se constroem em seu interior e na interação destes com a família e a sociedade em geral. É importante uma maior valorização, por parte das famílias, do papel de socialização e educação desempenhado pelas creches junto aos seus filhos. Resgatar o espaço lúdico e pedagógico destas instituições, rompendo com a visão mais largamente difundida que associa creche apenas aos cuidados alimentares e higiênicos.

Os serviços de assistência à infância devem também estar atentos aos estereótipos que se reproduzem no seu interior, e buscar

formas alternativas de lidar com as relações de gênero. O desafio é continuar construindo a noção de que “a creche é um direito das crianças”, da mãe trabalhadora e do pai trabalhador, base para o reconhecimento de outros modelos de família, nos quais a participação da mulher-mãe na força de trabalho e do homem-pai na vida familiar torne-se um novo valor.

Conclusão: a agenda das mulheres

As tendências recentes de mudança da situação das mulheres na sociedade brasileira são fortemente condicionadas pelas transformações em curso na economia e no Estado. E as demandas de gênero das mulheres — que podem melhorar suas condições de vida e de autonomia e reforçar seu poder relativo diante dos homens — confrontam-se diretamente com o núcleo orientador das políticas neoliberais. A universalização de direitos e do acesso aos serviços sociais e políticas de ação afirmativa voltadas para os setores mais vulneráveis da sociedade, que beneficiariam em primeiro lugar dezenas de milhões de mulheres, são alvo de ataque por parte dos governos alinhados com o neoliberalismo — cuja orientação amplia a “feminização da pobreza”.

A agenda política das mulheres brasileiras destaca, entre suas demandas fundamentais, diversos pontos relativos à família, ao trabalho e às políticas sociais.

Na *família*, promover o reconhecimento da chefia familiar exercida pelas mulheres; e, nas políticas sociais voltadas à infância, buscar uma maior capacitação técnica e política e reagir diante da redução da presença do Estado na área.

Na área de *trabalho*, desenvolver uma agenda de ações afirmativas para as trabalhadoras, que possibilitem melhorar os sistemas de comercialização de um ponto de vista de gênero; facilitar o acesso à terra e a equipamentos sociais destinados à reprodução familiar. Promoção de maior equidade no uso de tecnologia; regular o tipo de contratos para promover melhores jornadas de trabalho e menor precarização.

Finalmente, na *Previdência* devemos combater a privatização do sistema de Previdência Social e considerar que as mulheres estão

majoritariamente representadas entre os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e que têm baixíssimos níveis de renda.

Bibliografia

- ABREU, Alice Rangel e SORJ, Bila. 1994. O informal no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, número especial, CIEC/ECO/UFRJ, 2º sem.
- AFONSO, Lúcia. 1995. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 93, maio.
- BARROS, Ricardo Paes; FOX, Louise e MENDONÇA, Rosane Pinto. 1994. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: LAVINAS, Lena, coord. *II Seminário Nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho*. Cap. VIII, Série Seminário 1994, Diretoria de Pesquisa; 4ª Conferência Internacional da Mulher. IPEA, maio. Mimeogr.
- BOTELHO, Virgínia. 1994. Previdência Social: perspectivas para as mulheres. In: LAVINAS, Lena, coord. *II Seminário Nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho*. Série Seminário, nº 7/94, Diretoria de Pesquisa/IPEA, maio. Mimeogr.
- FILGUEIRAS, Cristina A. C. 1995. Os atores da mobilização por creches e pré-escolas comunitárias. *Cadernos do CEAS*, 159, setembro/outubro.
- GOLDANI, Ana Maria. 1994. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, nº 91, nov.
- INSTITUTO DE LA MUJER. 1994. *Familia y reparto de responsabilidades. Salud y calidad de vida*. Madrid, Ministerio de Asuntos Sociales.
- LEON, Magdalena. 1994. La identidad se construye en la familia? In: *Familias siglo XXI*. ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, nº 20, Santiago, nov.
- NEVES, Delma Pessanha. 1983. “Nesse terreiro galo não canta”: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de “baixa renda”. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.
- PNUD/IPEA. 1996. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília, PNUD/IPEA.

- RAMIREZ, Valéria. 1995. *Cambios en la familia y en los roles de la mujer*. Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), Comision Economica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- VALDÉS, Ximena. 1994. Das mulheres ao gênero no desenvolvimento rural. In: BARRING, Maruja e WEHKAMP, Andy, eds. *Sin Morir en el intento: experiencias de planificacion de género en el desarrollo*. Lima, Red entre Mujeres.
- WOORTMANN, Klass. 1984. A família trabalhadora. *Ciências Sociais hoje* (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia), São Paulo, ANPOCS, Cortez.

Sexualidade e feminismo



Nalu Faria

“Da mesma forma que o gênero, a sexualidade é política. Está organizada em sistemas de poder que alentam e recompensam alguns indivíduos e atividades, enquanto castigam e suprimem outros e outras. Assim como a organização capitalista do trabalho e sua distribuição de recompensas e poderes, o tema sexual tem sido objeto de luta política desde que apareceu e como tal tem se desenvolvido. Porém, se as disputas entre trabalho e capital estão mistificadas, os conflitos sexuais estão camuflados.”

Gayle Rubin

“Na vida das mulheres a tensão entre o perigo e o prazer sexual é muito poderosa. A sexualidade é um terreno de constrangimento, de repressão e perigo, e um terreno de exploração, prazer e atuação. Centrar-se só no prazer e gratificação deixa de lado a estrutura patriarcal em que atuam as mulheres. Entretanto, falar só de violência e opressão deixa de lado a experiência das mulheres no terreno da atuação e da eleição sexual e aumenta, sem se pretender, o terror, o desamparo sexual com que vivem as mulheres.”

Carol Vance

No tratamento da sexualidade, o feminismo incorpora contribuições vindas de várias fontes teóricas e das experiências de conquista de autonomia das mulheres. Este artigo tem por objetivo

Nalu Faria

Psicóloga, membro da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Coordenadora da SOF — Sempreviva Organização Feminista. Foi membro do Diretório Nacional do PT (1995-97).

contribuir para o debate sobre uma política para a sexualidade dentro do feminismo. O ponto de partida é a defesa que o feminismo faz da emancipação feminina e da autonomia sexual para as mulheres. Sob este foco, em muitos aspectos, serão feitas referências à sexualidade masculina, uma vez que os problemas e a vivência das mulheres estão vinculados, em grande parte, aos homens, seja pelas relações heterossexuais, seja pela forma como a sexualidade é construída em uma sociedade marcada pela opressão das mulheres e pela desigualdade de gênero.

A cultura ocidental continua sendo muito ambígua em relação à sexualidade das mulheres, tanto que estabeleceu como pacto tradicional entre homens e mulheres um duplo padrão: se as mulheres são assexuadas — virtuosas —, a elas se reserva a proteção masculina; se expressam seu desejo são consideradas profanas e, portanto, a essas é dirigido o desrespeito, a humilhação. Este binômio é chamado vulgarmente de “as santas e as putas” ou as “boas e más meninas”. Como diz Lynn Segal (1995, p. 21)

“não é fácil romper os códigos que vinculam a sexualidade ativa com as polaridades hierárquicas de gênero. As mulheres são continuamente freadas, tanto pela linguagem e pela cultura como pelas políticas de gênero vigentes, para que não afirmem um desejo sexual ativo como mulheres”.

A sexualidade no feminismo

Desde o século XIX, nunca houve, entre as feministas, uma visão única sobre como tratar a questão da sexualidade. A primeira onda do século passado teve uma postura majoritariamente protecionista, cujo ponto de partida era a visão de que as mulheres teriam de cultivar a pureza como forma de conseguir respeitabilidade e, por isso, uma grande parte da ação do movimento neste campo foi de crítica à prostituição. Essa posição compartia de uma interpretação, comum àquela época, de que a expressão do desejo feminino incitava a agressividade masculina, assim como uma visão de que a sexualidade das mulheres era intrinsecamente passiva e só poderia florescer em uma situação de segurança.

A segunda onda feminista, na década de 1960, foi mais exploratória e expansionista, acreditando que as mulheres “podiam aventurar-se a manifestar sua sexualidade de formas mais visíveis e atrevidas” (VANCE, 1989, p. 10), principalmente devido às mudanças materiais que favoreciam a maior autonomia das mulheres, como o trabalho assalariado, a anticoncepção, o direito ao aborto, a vida urbana.

Nesta retomada do feminismo, um primeiro aspecto fundamental foi o questionamento da separação entre pessoal e político e a argumentação de que o que se vive na vida privada também é político. Um segundo aspecto foi a construção de uma compreensão da sexualidade dentro de uma visão geral de relações humanas, questionando a vinculação entre sexualidade e maternidade e colocando a importância de desenvolver a auto-estima das mulheres e a necessidade de a sexualidade ser vista a partir do âmbito mais geral de relações de intimidade, de contato humano. Mas também denunciando a exploração vivida pelas mulheres, inclusive o estupro dentro do casamento (antes considerado uma prerrogativa dos homens), construindo uma consciência sobre o assédio sexual, enfim, colocando a necessidade de redefinição nas relações entre homens e mulheres no conjunto das relações sociais e, em particular, na sexualidade.

As feministas questionaram a supremacia masculina nas relações sexuais e defenderam as mulheres como seres sexuais, abordaram a necessidade de conhecimento do próprio corpo e do desejo (não por meio do desejo do “outro”), reivindicaram o prazer sexual feminino e o papel do clitóris, questionaram o coito como a única forma de relação sexual. Num primeiro momento, o movimento feminista foi bastante influenciado pelas teorias de Masters e Johnson, Shere Hite e Kinsey, enfatizando a importância do conhecimento do próprio corpo e como saber excitá-lo adequadamente. Com certeza esse foi um passo importante e fundamental para muitas mulheres que nunca haviam ouvido falar do clitóris ou que jamais haviam se atrevido a olhar os genitais. Porém, posteriormente, houve o desenvolvimento da consciência de que o corpo, com suas zonas erógenas e terminações nervosas, tem um papel importante, porém não exclusivo, na sexualidade. A experiência sexual envolve

a totalidade da pessoa e nela entram em jogo vários fatores psicológicos, fantasias, desejos, proibições e normas às vezes conscientes, às vezes não.

O feminismo sempre teve dificuldades para trabalhar com a diversidade de experiências das mulheres e isso se deu também em relação à sexualidade. De fato, inicialmente, dentro do feminismo se consolidou uma análise hegemônica, significativamente restrita à sexualidade das mulheres brancas de classe média e heterossexuais, e que teve dificuldades de lidar com as tensões advindas das diferenças de idade e de raça. Da mesma forma, até o começo dos anos 80, a política do movimento feminista em relação à sexualidade se movia dentro dos limites da heterossexualidade. Foi sobretudo a partir da ação dos coletivos de feministas lésbicos que houve o questionamento da heterossexualidade como “norma de cumprimento obrigatório” e a colocação do desejo lésbico como uma possibilidade para todas as mulheres (GARAIZABAL, 1992, p. 51).

Mesmo considerando estes avanços, a avaliação de muitas feministas é que ainda conhecemos pouco a experiência sexual das mulheres, o que gera o desejo e o prazer feminino. A discussão da sexualidade é bastante complexa e sua compreensão e estudo teórico exigem a articulação de várias disciplinas. Sua análise envolve a articulação da cultura de cada povo e seus símbolos, a conexão entre indivíduo e coletivo, entre corpo e cultura e o momento histórico em que é vivida; e, finalmente, entra no terreno das relações individuais, o que dificulta a generalização.

A vivência da sexualidade feminina

Como afirmou Carol Vance (1989), a sexualidade é um terreno que coloca as mulheres em uma tensão entre o perigo e o prazer. É uma experiência ao mesmo tempo de alegria e tristeza, humilhação e prazer. Não é só subordinação ao poder masculino, ao modelo dominante, mas tampouco uma experiência de completa liberdade e satisfação. Desta forma, existem muitas mulheres que nunca experimentaram o prazer. A questão que se coloca é como defender o direito das mulheres de expressar seu desejo e ao mesmo tempo

combater os perigos, uma vez que estamos em uma sociedade patriarcal e de opressão às mulheres.

A revolução sexual dos anos 60 e a maior autonomia sexual adquirida com as conquistas feministas — como o direito ao aborto em muitos países, a disseminação de métodos contraceptivos, a diminuição de alguns tabus, que possibilitaram a expansão da sexualidade feminina — por um lado tornou o prazer mais acessível às mulheres e as tornou mais visíveis mas, por outro, também aumentou sua vulnerabilidade, uma vez que se mantiveram várias das estruturas patriarcais. Aumentou sua vulnerabilidade pois ficaram mais expostas, uma vez que, sempre que as mulheres expressam o seu desejo se deslocam na fronteira na qual são consideradas virtuosas ou profanas, crescendo o desrespeito e a agressividade sobre elas. Além disso, a maior expressão das mulheres é utilizada como justificativa para a violência masculina. Isto coloca as mulheres premiadas pelas limitações e contradições ou alertas diante do que pode representar perigo face à violência sexista: agressões, estupro, assédio, as diferentes formas de prepotência masculina de muitos homens. A interiorização que muitas mulheres fazem do sistema de gênero também contribui para que vivam a sexualidade como algo perigoso. Experimentam o medo de conhecer e viver os desejos, de perder os limites do próprio corpo, das dependências e as vivências contraditórias que muitas vezes implicam, por exemplo, fantasias que não correspondem aos critérios ideológicos vigentes.

O modelo sexual dominante

A forma que a cultura dominante tem utilizado para normatizar a vivência da sexualidade é estabelecer um modelo dominante, em que se considera que todos e todas têm de se enquadrar. Pode-se dizer que o atual modelo sexual hegemônico é fruto da luta dos oprimidos pela autonomia sexual, misturado aos elementos do capitalismo e da cultura patriarcal, uma vez que alguns elementos da luta dos oprimidos foram assimilados. A função desse modelo é normatizar e hierarquizar o que é considerado como o “sexo bom”; e tudo que sai desta norma é estigmatizado.

Ainda hoje é considerada normal a sexualidade heterossexual, dentro do casamento monogâmico, ainda que tenha sido incorporada a possibilidade do prazer e, portanto, alargadas as fronteiras entre o perigo e o prazer.

Para as mulheres, a passividade

A passividade ainda é estimulada como modelo adequado de feminilidade e faz parte do que é considerado normal nas relações sexuais. Um exemplo é o fato de as mulheres ainda encontrarem dificuldades para negociar com seus parceiros o uso da camisinha mesmo diante de uma verdadeira epidemia de AIDS. O relato das adolescentes é que não podem exigir o uso da camisinha nem em uma primeira relação sexual pois isso indicaria que ela já estava premeditando fazer sexo e não apenas “cedeu à sedução” do namorado. Muitas mulheres sentem-se pressionadas a realizar algumas práticas sexuais que não desejam pois, se não o fizerem, seus companheiros “podem procurar outra na rua” e isso é considerado um ameaça para a relação. Um outro aspecto dessa norma dominante é a existência das relações sexuais forçadas dentro do casamento.

A sexologia e a psicanálise, desde o final do século passado, passaram a discutir e legitimar o prazer como um elemento nas relações sexuais, deixando de ver o sexo apenas a partir da função de reprodução. No entanto, ainda hoje, para as mulheres o modelo sexual dominante está muito centrado na reprodução. Basta citar como exemplo a exigência da maternidade e a questão do aborto. O aborto continua sendo crime em muitos países ou, quando menos, duramente atacado, como é o caso dos Estados Unidos. E sabemos que a criminalização do aborto é um forte pilar de sustentação da opressão das mulheres e de repressão da sexualidade feminina. A maternidade continua colocada como o ideal supremo de todas as mulheres, a sua maior realização.

O pensamento liberal, atualmente, busca passar uma imagem de que não existem relações de poder no âmbito da sexualidade entre homens e mulheres. Nas relações heterossexuais é claro! Nessa perspectiva as mulheres são apresentadas como ativas e igualitárias

companheiras sexuais dos homens. E são os meios de comunicação de massa, inclusive muitas revistas femininas, os principais transmissores dessa visão. As recomendações são de “como obter um homem”, como agradá-lo e, mais recentemente, as revistas femininas fazem matérias do tipo “os homens abrem o jogo, falam de suas fantasias ou do que mais lhes agrada em uma mulher” etc. etc. Essa retórica nega a amplitude da violência contra as mulheres e é voluntariamente cega à misoginia cultural e interpessoal.

Uma outra questão a ressaltar é a reação negativa quando as mulheres denunciam agressões como o assédio. As respostas são sempre no sentido de misturar assédio com sedução ou responsabilizar a mulher. Portanto, ainda prevalece a idéia de que várias expressões das mulheres dão, aos homens, o direito de dispor do seu corpo, de humilhar, de achar que ela está a sua disposição. Ainda é muito presente a idéia de que para as mulheres serem respeitadas devem ser assexuadas. Leia-se: passivas. Pois, na verdade, o que a cultura patriarcal exige é a passividade das mulheres diante da vida. Em todos os espaços — familiar, profissional, político — encontramos valores da cultura dominante que provocam o desrespeito ao direito e à autonomia das mulheres, que determinam uma convivência cotidiana com a desqualificação, em particular em relação à forma como ela exerce a sua sexualidade. Qualquer atitude que se distancie da norma é, ainda, considerada motivo ou justificativa para o desrespeito. A maior autonomia das mulheres e o fato de estarem sendo mais ativas, defendendo seu direito de ir e vir, colocou a necessidade de se redefinir o velho pacto. Mas ainda existem muitas resistências, justamente porque isto significa mudar as relações de poder entre homens e mulheres.

A imposição da heterossexualidade e suas limitações

Ao se analisar outras práticas fora da heterossexualidade e do casamento, fica ainda mais evidente a norma. Basta mencionar a discriminação contra o lesbianismo, considerado coisa de “sapatão, mulher-macho”, na qual é notória a indignação com a recusa das

mulheres em seguir um determinado tipo de feminilidade ainda associado à escolha sexual. Se a lésbica tem uma relação duradoura, e padrões de comportamento vistos como tipicamente femininos, existe maior tolerância. No entanto, se são mulheres que utilizam formas de vestir e de agir consideradas masculinas, o preconceito e a condenação são muito maiores, em nome do argumento de que estão reproduzindo, nesta relação, o autoritarismo masculino. E isso mesmo entre aqueles setores que já possuem uma visão menos preconcebida sobre os comportamentos sexuais. A imposição da heterossexualidade tem sido um dos aspectos fundamentais para a imposição dos gêneros. Hoje já se ampliou o universo do que é considerado “de mulher”, mas desde que as mulheres continuem sendo “femininas”, gostando de ser mães e exercendo sua sexualidade com e para os homens. Por outro lado, para os homens, desde cedo, o grande medo é perder sua identidade “masculina”, que se torne “uma mulherzinha”. A resistência diante desse risco aparece sempre vinculada à reafirmação das características masculinas e à escolha da heterossexualidade. Isso evidencia que a imposição da heterossexualidade se mantém como uma peça-chave da imposição dos gêneros.

Um outro aspecto a ser levantado sobre este modelo sexual dominante, identificado com as relações heterossexuais consideradas como as adequadas, é o fato de ser ainda bastante limitado à genitalidade e ao coito, e desconsiderar outras formas de expressão da sexualidade. Esse fato nos mostra que, em geral, tanto homens como mulheres ainda vivem sua sexualidade de forma limitada e muitas vezes até empobrecida. Nunca é muito reafirmar, entretanto, que com certeza alguns aspectos são mais acirrados para as mulheres. Ou seja, o fato de as práticas sexuais terem sido construídas tendo-se como referência a iniciativa masculina faz com que, na maioria das vezes, nas relações heterossexuais prevaleça o que os homens consideram desejável e a expressão do desejo das mulheres tenha menos, ou nenhum, espaço. Um exemplo disso é a freqüente imposição masculina do coito sexual; o não-reconhecimento, por exemplo, de que pode existir um limite entre jogo erótico e relações sexuais. Um limite da vontade ou do desejo. Quem não se lembra

de tantos relatos de mulheres que mantiveram relações sexuais em ocasiões em que não desejavam, basicamente porque se encontravam em situações nas quais o seu *não* não seria respeitado. E o ambiente em que isso ocorre pode ser em casa, em um motel, em relações mais duradouras ou ocasionais.

Diversidade e multiplicidade de experiências

A existência de um modelo dominante não enquadra todas as pessoas. Em relação à sexualidade feminina, mesmo nos momentos de maior repressão, nem todas as mulheres viveram sua sexualidade de acordo com esse modelo. Embora sejam estigmatizadas e castigadas mesmo quando estas práticas fazem parte do próprio modelo, como é o caso da prostituição.

Conhecemos pouco a sexualidade feminina, assim como herdamos formas bastante inadequadas para descrever essa experiência, desde o vocabulário até os estudos de sexologia. Portanto, é necessário construirmos nossos próprios instrumentos, nossos dados e nossa própria linguagem. Até mesmo porque sabemos pouco sobre a experiência sexual das mulheres, o que gera seu desejo e prazer, suas fantasias; é muito importante, para avançarmos, ter uma postura que reconheça a diversidade e a multiplicidade de práticas. Um mesmo ato sexual pode ter significados diferentes em diferentes culturas ou mesmo para cada indivíduo. É difícil estabelecer os limites entre fantasias e práticas. As fantasias ainda são como um terreno inexplorado, pouco conhecido e que precisa ser pesquisado se quisermos compreender a diversidade e a multiplicidade de experiências.

É fundamental considerarmos as mulheres como sujeitos ativos. Mesmo diante das contradições e ambigüidades que existem ao explorar sua sexualidade dentro de um contexto patriarcal, é importante encorajá-las a viver seu desejo de forma positiva e potencializadora de sua energias.

A história do feminismo mostra que no campo da sexualidade é difícil se fazer reivindicações. E nos momentos em que isso foi proposto caiu-se na tentativa de normatizar o que era uma sexualidade

politicamente correta do ponto de vista feminista. E, em seguida, houve posturas que estabeleciam julgamentos. O que deve ser feito é denunciar toda forma de violência, imposição e exploração mas não definir que tipo de sexo se pode ou se deve praticar.

Os limites das teorias de construção social

Na elaboração do movimento feminista existe um grande acordo no entendimento de que a sexualidade é construída socialmente, ou seja, que não é apenas um dado biológico. As teorias socio-construtivistas foram também muito importantes para afirmar que não existe uma essência da sexualidade, ou uma natureza sexual. Este é um dado importante, em primeiro lugar, para a discussão de que não existe uma suposta natureza sexual masculina agressiva e violenta e uma natureza sexual feminina doce e passiva. E, em segundo lugar, para desmistificar a idéia de que a sexualidade é algo do domínio privado e que não tem de ser discutida.

Porém, as teorias da construção social também apresentam alguns limites e, mesmo dentro do feminismo, muitas vezes serviram à interpretação de que certos comportamentos sexuais não são reais, nem legítimos. Alguns comportamentos são recompensados, como a heterossexualidade, a maternidade, o casamento. Outros, menos privilegiados, se vêem regulados e castigados. Por exemplo as relações *butch-femme*¹ ou o sadomasoquismo são práticas reais e, mesmo que não se esteja de acordo com a visão expressa por cada indivíduo — mulher ou homem —, a expressão de tais práticas é legítima nos marcos de uma relação consensual. Vale enfatizar que para a construção afirmativa da sexualidade das mulheres é importante que se vivam e se expressem os desejos e fantasias e que se conheçam quais são as práticas sem normatizar, nem hierarquizar.

Ainda dentro da discussão de construção social, outro risco é o de se concluir a partir daí que a sexualidade, se construída social-

1. Relações em que as duas mulheres de um casal de lésbicas representam, pelo menos formalmente falando, papéis claramente diferenciados que podemos identificar como masculino e feminino.

mente, pode facilmente ser desconstruída e reconstruída. A experiência mostra que não é tão simples assim. A orientação do desejo passa por processos culturais e sociais complexos. Ainda conhecemos muito pouco sobre a mutabilidade do desejo. Sabemos que existem pessoas que desde cedo se consideraram homo (com orientação homossexual) e, mesmo dentro de uma cultura homofóbica, permaneceram homo; ou pessoas hétero que mais tarde fizeram uma opção homo. Estas mudanças do desejo em diferentes etapas de seu ciclo vital ocorrem segundo razões que sugerem mais uma mudança interna do que a expressão adiada de um desejo “reprimido”.

Relação entre sexo e gênero

As teorias de construção social têm permitido perceber que sexo e gênero são campos separados ainda que, ao mesmo tempo, se interliguem e se misturem. O feminismo, no início, ao buscar separar maternidade de sexualidade estava justamente separando sexualidade de gênero. Esta tendência, entretanto, não se manteve e, posteriormente, a maioria das análises feministas discutia a sexualidade como uma categoria totalmente derivada da estrutura de desigualdade de gênero. Ou seja, consideravam que a sexualidade feminina é estruturada a partir das relações de gênero.

Atualmente, no entanto, várias feministas analisam que a sexualidade não é uma categoria residual do gênero, embora existam muitas ligações entre ambos. Além disso, o patriarcado tem procurado fundir gênero e sexualidade, ou seja, fazer com que mulheres e homens vivam sua sexualidade de acordo com os comportamentos esperados para cada gênero. No entanto, não se pode dizer que seja totalmente assim. Uma vez que sexo tem a ver com desejo e prazer, muitas pessoas vivem sua sexualidade com uma certa autonomia em relação à sua construção como gênero feminino ou masculino. Nossa tarefa é descrever e analisar como se estabelecem conexões culturais entre os corpos das mulheres e o que se entende por *mulher* ou *sexualidade feminina*. Uma mulher pode ter um comportamento social marcado pela passividade e viver sua sexualidade de forma ativa. Da mesma forma, nem sempre,

os homens buscam dominar as mulheres em suas relações sexuais; muitas vezes desejam apenas o prazer, a satisfação sexual para ambos. Também um homem pode ser profundamente masculino e homossexual; e uma mulher com características consideradas masculinas pode ser profundamente hétero etc. Além disso, as teorias de gênero têm se demonstrado insuficientes para explicar várias práticas sexuais, como as dos travestis e transexuais.

Essa visão, hoje compartilhada por muitas feministas, diz que as teorias de gênero não são totalmente capazes de analisar a sexualidade. É uma análise que exige uma investigação mais detalhada de como as categorias adquirem sentido, como se erotizam os objetos, os atos, e como símbolos externos adquirem significado interno e intrapsíquico. Os trabalhos recentes têm dado atenção às grandes formações que organizam a sociedade (economia, política, religião, sistema educacional e de saúde, código penal), mas também têm se detido sobre a forma como essas forças atuam por mediações na vida privada, no casamento, na família, na educação dos filhos, na intimidade.

Um outro aspecto a ser considerado nas relações entre sexo e gênero é o papel dos símbolos e das representações. Existem contradições e ambigüidades internas. As pessoas não são recipientes vazios aos símbolos e à cultura. Ao contrário, elas cumprem um papel ativo na reinterpretação e transformação dos elementos culturais. Para entender a sexualidade precisamos de mais informações sobre as respostas individuais aos símbolos e imagens. Se partimos de um ponto de vista de que são unitários, deixamos de investigar a experiência e o conhecimento individual. O fato de uma pessoa ver, por exemplo, revistas pornográficas não define que seu comportamento será uma imitação do que ali está representado. Para cada pessoa isso pode ter um significado diferente, de acordo com sua própria interpretação ou elaboração. Da mesma forma, os atos sexuais não têm o mesmo significado para qualquer pessoa que os pratiquem, podendo variar segundo vários elementos a partir da interpretação de cada um.

Conclusão

Para desenvolver a discussão sobre sexualidade é necessário reconhecer os limites de nosso conhecimento nesta área e lidar com as tensões entre a especificidade e a generalização, sem cair na idéia de que a experiência é individual e, portanto, não se pode estabelecer nenhum tipo de generalização.

A total liberdade na vivência da sexualidade implica mudança de ambos os gêneros. As feministas defendemos as mulheres e suas possibilidades de exercer sua sexualidade de forma prazerosa, porém reconhecemos a necessidade de mudanças também das próprias mulheres devido à construção de gêneros.

O feminismo tem insistido que o debate em torno da sexualidade contribui para recuperar a auto-estima e buscar a autodeterminação. Autodeterminação que segue caminhos múltiplos e variados. A consequência dessa abordagem é o reconhecimento da necessidade de uma política audaz e de afirmação da sexualidade das mulheres que cobra a criação de espaços para o debate e a abertura para a compreensão das vivências. Além disso, como já foi assinalado, é necessário ter consciência dos perigos e da vulnerabilidade em que se encontram as mulheres quando estão mais visíveis. Isso implica a responsabilidade de uma ação consciente, que impulse as mediações de um processo de mudança ao mesmo tempo que estimula os espaços de luta social construídos em torno da questão.

O feminismo luta também por mudanças materiais que permitam tanto às mulheres como aos homens experimentar uma sexualidade menos vinculada e menos moldada pelo gênero. Essas mudanças incluem a igualdade social e econômica, o fim da heterossexualidade obrigatória, o acesso à anticoncepção, o direito ao aborto e à educação sexual.

Abordar a questão da sexualidade em público ainda não é uma questão fácil, embora seja um dos temas de maior interesse dentro dos grupos de mulheres, até mesmo pela ausência de espaços de discussão mais amplos. E creio que temos a tarefa de ser mais ofensivas para a construção de uma política em relação à sexualidade que concorra para fortalecer as mulheres e sua auto-estima. O que contribuirá

para que possamos viver de fato uma postura ativa e exploratória de nosso desejo, conscientes das contradições. Isso poderá garantir uma ação propositiva, uma postura afirmativa, que ajude a romper com o sentimento de desvalorização e, ao mesmo tempo, nos permita defender-nos dos perigos e da vulnerabilidade.

Na esquerda este debate tem sido muito difícil. Ao longo dos anos, as feministas aí presentes têm trabalhado para que a questão das relações igualitárias entre homens e mulheres seja uma prioridade. Atuando nos partidos, enfrentaram o desafio de lutar por tais mudanças dentro de organizações mistas e na construção de um projeto político global para a sociedade. No campo da sexualidade, esta discussão exige compreensão do significado de sua construção histórica e sua organização em sistemas de poder. Gayle Rubin (1989) diz que estes sistemas fazem com que alguns sejam recompensados e outros castigados e punidos. A tarefa da esquerda é colocar esta questão como política, reconhecendo que diz respeito à vida de todas as pessoas, assim como entendemos que o prazer sexual é uma fonte potencializadora de energias e deve fazer parte de uma proposta ampla de relações humanas baseadas na solidariedade e no desenvolvimento de todas as potencialidades de cada um.

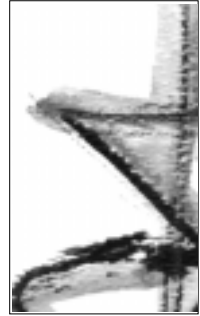
Bibliografia

- GARAIZABAL, Cristina. 1992. Sexualidad: una asignatura pendiente. *Nosotras*, Madrid, nº 8, 60 p.
- KATS, Jonathan. 1996. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 272 p.
- OLIVARES, Rosa. 1989. Por uma abordagem revolucionária da questão sexual. *Cadernos Democracia Socialista*. São Paulo, Editora Aparte, 43 p.
- OSBORNE, Raquel. 1989. *Las mujeres en la encrucijada de la sexualidad*. Barcelona, Ediciones de les Dones, 208 p.
- _____. 1993. *La Construcion sexual de la realidad*. Madrid, Ediciones Cátedra S.A., 324 p.
- PARKER, Richard G. 1991. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo, Best Seller, 295 p.

- RUBIN, Gayle. 1989. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Editorial Revolución.
- SEGAL, Lynn. 1995. Repensando la heterossexualidad: las mujeres con los hombres. *Debate Feminista*. Número temático: Sexualidad: teoría y práctica. México, año 6, vol. II, abril, 405 p.
- VANCE, Carol S. 1989. El Placer y el peligro. In: VANCE, Carol, org. *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Editorial Revolución, 232 p.
- _____ e SNITOW, Ann B. 1990. Sobre la posibilidad de un debate acerca de la sexualidad dentro del feminismo. In: CALDERÓN, M. e OSBORNE, R., orgs. *Mujer, sexo e poder*. Madrid, Proyecto Mujer y Poder, Instituto de Filosofía. CSIC, Forum de Política Feminista y Comisión Antiagresiones del Movimiento Feminista, 92 p.
- WEEKS, Jeffrey. 1993. *El mal estar en la sexualidad*. Madrid, Talasa Ediciones, 426 p.

Mulher e saúde: uma avaliação contemporânea

Lígia Mendonça



Corpo e identidade

Falar em saúde/doença é sinônimo de quantidade e qualidade de vida. Interessa a todos, como demonstram pesquisas de opinião. Também as mulheres brasileiras destacaram o tema entre suas principais reivindicações desde o final dos anos 70, em seus encontros e congressos. É fácil entender por quê.

Em primeiro lugar estava a compreensão, por parte das feministas, de que a posição subalterna das mulheres em relação aos homens, e a limitação de suas atividades ao espaço doméstico, tinha como um de seus pilares a domesticação do corpo, o controle da sexualidade e a exaltação da função materna como destino. Um passo essencial para a emancipação das mulheres teria de ser então a superação dessa “naturalização do corpo da mulher e de suas funções reprodutivas”, abrindo caminho para se compreender as determinações sociais que se sobrepuseram às características naturais e delimitaram os desenvolvimentos possíveis da fêmea humana nos vários momentos da história. O terreno da saúde abria a porta para essas reflexões.

Lígia Mendonça

Socióloga da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, participa do Fórum Popular de Saúde e da diretoria do SINDSaúde (PR). Foi integrante da direção do PT-PR e candidata a vereadora, deputada estadual e vice-prefeita.

As mulheres dos movimentos popular e sindical chegaram por outras vias à problemática da saúde. Sofriam nas filas com longas esperas e falta de vagas, e nos consultórios e hospitais com o atendimento pessoal, às vezes grosseiro e constrangedor. À tão louvada maternidade se contrapunha um pré-natal malfeito, falta de garantia de acesso ao hospital e risco de vida por infecções e hemorragias no parto, além de provável desemprego após a licença-maternidade. Para milhares de outras os problemas eram a gravidez indesejada, o risco de aborto clandestino, a desinformação sobre os riscos e usos inadequados de anticoncepcionais e a ocorrência de câncer ginecológico.

Elas são a maior parte da clientela nos hospitais e postos de saúde, seja como gestantes e parturientes, seja como acompanhantes de crianças e idosos. Em casa, quase sempre cabe às mulheres “cuidar da saúde dos outros”. Também constituem cerca de 80% dos profissionais do setor, embora pouco representadas em cargos de decisão e direção, e geralmente desprovidas de formação e informação sobre o “ênfase de gênero”.

De que adoecem e morrem as mulheres

Sempre se reconheceu que as mulheres têm um elenco específico de características físicas — e de doenças — decorrentes de sua função biológica na reprodução, do fato de terem hormônios, ciclos e órgãos que possibilitam engravidar, parir, amamentar. A novidade das últimas décadas foi ampliar essa compreensão, entendendo que a situação sociocultural de desvalorização e a subordinação das mulheres têm grande influência sobre sua saúde. Por medo, vergonha, desinformação ou falta de auto-estima, resultantes de uma educação repressora da sexualidade e que reforçou sua dependência dos homens, muitas descuidam da saúde e arriscam a vida.

Apresenta-se aqui uma breve síntese dos problemas mais frequentes e mais graves que afetam as mulheres no Brasil, sem discutir suas causas e utilizando poucos números. Deve-se lembrar que nesse país imenso e com tantas desigualdades, seria desejável conhecer as muitas diversidades (devido à renda, à etnia ou à categoria

ocupacional) nesse universo de 78 milhões de brasileiras. Uma das fontes mais importantes e atuais de dados sobre o tema é a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde — PNDS/1996, mas outras fontes devem ser consultadas quando se quiser traçar um quadro apropriado em cada região ou município.

1) *Adolescentes e jovens* — a desinformação e o uso inadequado de anticoncepcionais, aliado ao início precoce das atividades sexuais, vem ocasionando aumento das taxas de gravidez entre as adolescentes, com maiores riscos para a saúde da jovem e do bebê, além de maior número de abortos provocados. Também vêm crescendo as doenças sexualmente transmissíveis (DST), com ênfase na AIDS.

2) *Mulheres adultas* — é o grupo mais numeroso e de maior atividade sexual e reprodutiva. Os maiores problemas são o mau atendimento no pré-natal e no parto, explicitados em altas taxas de cesariana e de morte materna. São importantes ainda os riscos decorrentes do uso prolongado, inadequado e inseguro de métodos contraceptivos, os abortos clandestinos, o crescimento da AIDS e o câncer de colo uterino e de mama.

3) *Mulheres trabalhadoras* — ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres passam a sofrer também novos riscos. Mas os registros oficiais ainda deixam de fora todos que trabalham no mercado informal e no serviço público, dois setores em que há grande predomínio da mão-de-obra feminina. Dados de três anos para Curitiba (CENTRO METROPOLITANO..., 1994) mostram que os acidentes e doenças do trabalho entre as mulheres representam quase 20% do total registrado, e 70% ocorreram em cinco tipos de ocupação: pessoal de enfermagem (18,6%), serventes e garis (16,7%), bancárias (12,6%), operárias da produção (12,2%) e cozinheiras/ajudantes (10,6%). Dentre as doenças profissionais destaca-se a LER (lesão por esforço repetitivo), que afeta muito as mulheres, devido à natureza dos trabalhos que executam (datilografia e digitação) e ao acúmulo com os serviços domésticos, além do fator hormonal feminino, que favorece a retenção de líquido e prolonga a inflamação localizada. Entre a população rural vem crescendo o número de acidentes com mulheres causados por agrotóxicos.

Ainda resta mencionar o sofrimento emocional, que se expressa por maior ocorrência de “nervosismo” e tensão, em grande parte decorrente da dupla jornada de trabalho e da falta de lazer.

4) *Mulheres no climatério e idosas* — além dos sintomas e desconfortos que podem acompanhar a cessação dos hormônios, estas mulheres apresentam maior risco de depressão e instabilidade emocional, devido às mudanças ou perdas de papéis sociais (filhos adultos que deixam a casa, aposentadoria, viuvez ou separação). A terapia de reposição hormonal (TRH), alardeada como solução mágica, também apresenta riscos (aumento de câncer de mama). Seu uso nos casos de combate à osteoporose e aos problemas cardíacos exige acompanhamento médico. São altos os índices de câncer de mama e de colo uterino e crescentes os de câncer de pulmão.

O Sistema Único de Saúde (SUS)

No início dos anos 80 o país, ainda sob ditadura e mergulhado em profunda crise econômica, assistia ao crescimento das lutas sociais: organizavam-se sindicatos e associações de bairro, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outras entidades de defesa de interesses específicos (mulheres, negros, jovens, indígenas, ecologistas, homossexuais). No campo da reorganização partidária a principal novidade foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

A questão da saúde já constituía um ponto importante de reivindicação popular. Profissionais e professores com visão crítica do sistema de saúde existente elaboraram a proposta da “Reforma Sanitária” que ganhou força com a mobilização social, e em 1986 resultou no relatório da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reuniu 5.000 pessoas em Brasília. Dois anos depois a nova Constituição Federal oficializou o Sistema Único de Saúde (SUS) que estabelece como responsabilidade do Estado, e direito das pessoas, um atendimento integral à saúde, de acesso universal, com qualidade, de caráter preventivo e curativo, sem qualquer cobrança. Como estratégias prevê a descentralização do planejamento e da gestão para estados e municípios, e a participação popular no controle do siste-

ma. Incorpora, assim, alguns dos princípios que já constavam do plano de lutas das mulheres.

O que queriam as mulheres

Ao colocar em pauta a questão da saúde, as lideranças do movimento de mulheres queriam várias coisas:

1) Recuperar e aumentar a auto-estima e o poder das mulheres sobre seu corpo, a partir da divulgação/apropriação de conhecimentos e linguagens antes circunscritos ao campo médico e acadêmico. Isso iria permitir que elas participassem ativamente da preservação de sua saúde, física e mental, e da escolha de tratamentos e procedimentos em caso de doenças. Uma das preocupações centrais era se contrapor à política controladora da natalidade de agências internacionais, afirmando o direito das mulheres à anticoncepção e à maternidade como decisão delas, sem objetivo de atingir qualquer meta demográfica.

2) Associar sempre, ao discutir saúde reprodutiva (gravidez, pré-natal, parto, anticoncepção, aborto, menopausa), os aspectos fisiológicos com a questão da sexualidade e do direito da mulher ao prazer. Os profissionais de saúde deveriam informar com clareza, mas respeitando as diferenças de valores e as decisões de suas pacientes.

3) Provocar mudanças concretas nos serviços de saúde de forma a que atendessem às mulheres como *pessoas integrais* (não apenas como portadoras de um útero), levando em conta suas características biológicas e culturais. Além de melhores condições físicas e materiais nas unidades de saúde seria imprescindível formar e capacitar as equipes para atenderem a mulher com respeito, clareza, delicadeza. A qualidade da relação profissional de saúde/paciente, dimensão reivindicada em todos os fóruns de discussão da Reforma da Saúde, torna-se ponto central nas ações dirigidas à mulher, pois lidam diretamente com a intimidade de um corpo feminino sobre o qual pesam tantos interditos e normas.

A ação do movimento e o PAISM

Além de recomendar, as mulheres foram à prática. No exterior também se constituíram entidades voltadas ao tema, como a ISIS, a Rede Latino-Americana de Saúde e a Rede Mundial de Mulheres Pelos Direitos Reprodutivos. Aqui formaram-se vários grupos, que deram origem a organizações não-governamentais (ONGs), quase sempre contando com financiamento externo, que implantaram serviços “alternativos” em algumas capitais, mostrando na prática como devia e podia ser o atendimento à saúde da mulher. O efeito-demonstração foi alcançado. O desafio era ampliar esse modelo de serviço para milhões de brasileiras.

O acúmulo teórico e prático permitiu que as mulheres fossem ouvidas e que se criasse o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), adotado em 1983 pelo Ministério da Saúde e depois pelo Ministério da Previdência e Assistência Social/Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (MPAS/INAMPS portaria nº 3.360/86).

Bem fundamentado tecnicamente, o PAISM apontava os principais riscos, biológicos e sociais, e as necessidades de atendimento à mulher nas diversas fases/situações de sua vida: como adolescente, adulta, grávida, no climatério e na velhice. Adotava o princípio básico de não restringir seu alcance às questões de saúde reprodutiva. Mostrava os caminhos para formação de pessoal com metodologia participativa e problematizadora, produção de material educativo, quantificando custos de equipamentos, material de consumo e medicamentos. A atuação de mulheres com sólida formação no movimento feminista e preparo técnico foi decisiva para o andamento do programa nos primeiros anos, aliada à mobilização real de mulheres por todo o país, como evidenciam as centenas de pré-conferências municipais e estaduais que se realizaram como preparação para a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, que aconteceu em Brasília em outubro de 1986. Esse momento representou um ponto alto da luta pois permitiu uma grande troca entre os movimentos de mulheres e os profissionais de saúde, e contribuiu para fortalecer o conjunto da proposta global do movimento sanitário.

Um outro momento explicitou a luta das mulheres pela saúde: a coleta de assinaturas, no processo constituinte, pela proposta de descriminação do aborto, coordenada pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Pela primeira vez as mulheres saíram às ruas com esta reivindicação.

Um programa esvaziado

Uma avaliação realizada em fins de 1986, por consultores nacionais e internacionais, com apoio do Ministério da Saúde, apontava que o nível de implantação do PAISM em todo o território nacional era baixo, não tendo havido mudança nos serviços para a maioria das usuárias. Alguns estados apresentavam situação mais positiva como São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Pará (ARILHA, 1987). Constatava ainda problemas com recursos financeiros — do total previsto para o triênio 1984-86 foi executado menos de 60% na média do período — e registrava escassez de métodos anticoncepcionais. Mostrava 69% de cumprimento das metas quanto a treinamento de recursos humanos, além da formulação de normas técnicas, material informativo e educativo de alta qualidade. Margarete Arilha conclui que “do discurso à ação o caminho é sinuoso” e que era grande “a dificuldade de vencer a inércia inicial da máquina administrativa para a operacionalização de uma proposta programática inteiramente nova”¹.

Em 1992 nova pesquisa avaliou dados de 16 secretarias municipais e 14 secretarias estaduais de saúde, concluindo que as experiências de assistência integral à mulher eram *isoladas e descontínuas*. Muito falado e pouco aplicado, o PAISM é mais um exemplo de que não nos faltam propostas técnicas, e sim decisão política.

1. No Paraná, entre 1987/88, foi extinto o setor que coordenava o PAISM na Secretaria Estadual de Saúde e orientava os municípios. A expansão da municipalização da saúde ocorre então seguindo um “modelo INAMPS”, atendendo a demanda eventual, sem prontuário, programação ou acompanhamento epidemiológico. Por ironia, esse mesmo governo encaminha e aprova a lei estadual nº 9.303/90 criando o PAISM no estado!

Políticas públicas dão marcha à ré

A vitória do bloco político conservador, com Fernando Collor nas eleições de 1989 e Fernando Henrique Cardoso em 1994, de nítida inspiração neoliberal, teve sério impacto nas conquistas que vinham se realizando. As lutas sociais entram em descenso. Ao invés da implementação da nova Constituição Federal, tem início o processo de reforma constitucional, realizado pelas reformas votadas em 1997-98 e por outras medidas administrativas.

Todas as políticas sociais de caráter universal e com execução descentralizada foram seriamente prejudicadas com cortes, desvios de verbas e aumento do clientelismo. No caso do SUS houve uma redução de quase 50%: o gasto público *per capita* em saúde caiu de 80 dólares em 1987 para apenas 44 dólares em 1993! Em 1998 se retornou ao patamar anterior, com um gasto de apenas 100 dólares por habitante, um dos mais baixos da América Latina. Apesar de alguns avanços inegáveis na implantação localizada do SUS, o quadro geral é de crise.

Seria ilusão imaginar que o PAISM poderia dar certo quando o próprio SUS está ameaçado e trafega na contramão da política hegemônica que corta gastos públicos, reduz o tamanho do Estado e recomenda a privatização como sinônimo de eficiência. Jamais será possível atender aos princípios de qualidade, equidade e universalização do SUS por meio dos mecanismos de mercado. A falência do Programa de Assistência à Saúde (PAS) em São Paulo é prova disso.

O PAISM, embora perdendo força como estratégia governamental, foi e continua a ser a referência nacional mais importante para orientar as reivindicações e ações em saúde da mulher. Isso pode ser comprovado naqueles estados e municípios em que foram eleitos governos do campo democrático-popular. Em algumas prefeituras do PT, como a de São Paulo na gestão 1989-92, constatou-se significativo progresso com adoção de coordenadorias ou secretarias da mulher, implantação de serviço de aborto legal em hospitais públicos, ampliação de vagas em maternidades, criação de Casas de Passagem (onde a gestante de risco pode aguardar o momento do

parto sem ocupar um leito hospitalar) e outras iniciativas para humanizar o parto. Ocorreu ampliação na oferta de métodos contraceptivos, além de estudos para melhorar o registro e o atendimento nos casos de violência contra as mulheres, dando visibilidade não só aos danos físicos e emocionais dos espancamentos e estupro como à violência e desrespeito nos próprios serviços de saúde.

Desafios

Nesse final de século é possível afirmar que a questão da saúde da mulher é tema constante de encontros sindicais e do movimento popular e também das comemorações do 8 de março. Em 1998 as entidades de mulheres rurais destacaram a saúde como a principal reivindicação. A data de 28 de maio, específica para debater o tema, começa a ganhar maior destaque.

A atividade da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, criada em 1991, vem contribuindo para sistematizar e divulgar a questão. A realização do 8º Encontro Internacional de Saúde da Mulher (EISM) mostrou como é amplo o painel temático, muito além dos direitos reprodutivos: há necessidade de aprofundar os temas de saúde da mulher relacionados ao trabalho, à saúde mental, à violência, à pobreza, à falta de poder nas relações sexuais, à utilização de novas tecnologias e às situações de política econômica global. As participantes do 8º EISM analisaram a *enorme distância entre intenção e gesto*: de um lado o grande avanço propositivo, legal e técnico dos documentos oficiais (SUS, PAISM, ECO-92, declaração do Cairo em 1994 e a Plataforma de Pequim em 1995), e, por outro, a redução e má qualidade nos serviços realmente disponíveis para as mulheres. No item final do relatório estão sintetizadas as principais estratégias para fazer acontecer na prática a questão dos direitos das mulheres à saúde (DECLARAÇÃO DO GLÓRIA, 1997). Algumas delas: utilizar mais os meios de comunicação; sistematizar e publicar os dados estatísticos por gênero; ampliar alianças com movimentos de cidadania; intensificar trocas de materiais e pesquisas; disputar espaços públicos de poder, como cargos eletivos; aprender a fiscalizar o uso das verbas públicas, e outras.

No Brasil, onde se vive uma situação de “cidadania excludente”, com desigualdades antigas se somando às novas, é impossível avançar na luta por saúde sem uma atuação conjunta que permita uma mudança real de poder e inversão de prioridades nos investimentos públicos.

Se queremos melhorar a saúde das mulheres, e da população, é preciso participar da implantação e do acompanhamento da Política de Saúde, exigindo fontes de financiamento suficientes e regulares para o SUS, como quer a Proposta de Emenda Constitucional 169².

Também é necessário retomar e ampliar a organização e mobilização das mulheres para que ocupem espaço nos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, e outros fóruns similares. A implantação recente de repasse direto do Ministério da Saúde aos municípios por meio do Piso de Assistência Básica (PAB) — previsto na Norma Operacional Básica/96 — deve reforçar a partir de agora o poder local na utilização das verbas do SUS. Convém lembrar ainda que se podem implantar partes do antigo PAISM, tendo claro que o objetivo final está por alcançar³.

Fica evidente que o tema saúde e sexualidade era, e ainda é, uma preocupação essencial dessa nova mulher, que se quer valorizada e respeitada em sua dignidade pessoal e capacidade de decisão, desfrutando plenamente direitos individuais, sociais e políticos. Além disso, é um eficiente ponto de partida para a organização de grupos de base, porque responde à motivação imediata e concreta das mulheres em praticamente todos os lugares.

O desafio será aliar esse interesse imediato com o projeto mais amplo de um país justo e democrático.

2. Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e outros, que prevê o repasse anual para o SUS de 30% da arrecadação da Previdência e 10% do orçamento fiscal de cada nível de governo. Deve ser votada em 1998.

3. Para implantar de fato um programa estadual de Controle do Câncer Cérvico-uterino (um dos itens do PAISM) foram necessários dois anos de trabalho intensivo, no Paraná, da equipe técnica da Secretaria Estadual de Saúde com participação do Fórum Popular de Mulheres.

Bibliografia

- ABEP/FNUAP. 1996. *Diversidades brasileiras: um olhar demográfico* (cartaz), São Paulo.
- ARILHA, Margarete. 1987. *Reflexões sobre a saúde da mulher*. Texto apresentado na I Jornada do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW).
- BITTAR, Jorge, org. 1992. *O modo petista de governar*. São Paulo, Cadernos de Teoria&Debate, Partido dos Trabalhadores, capítulos sobre Mulher e sobre Saúde.
- BORGES, Sherrine M. N. 1986. *A relação profissional de saúde com as mulheres*. Mimeogr.
- BRASIL. Ministério da Saúde. 1994. *Brasil: Estatísticas de mortalidade*. Brasília.
- CARTA de Itaipicirica. 1984. Texto aprovado no 1º Encontro Nacional de Saúde da Mulher – Itaipicirica da Serra (SP), nov.
- CENTRO METROPOLITANO DE ATENDIMENTO À SAÚDE DO TRABALHADOR. 1994/95/96. *Comunicações de Acidente de Trabalho em Curitiba, por sexo*. Curitiba.
- DECLARAÇÃO do Glória. 1997. Relatório do 8º Encontro Internacional sobre Saúde da Mulher. Rio de Janeiro, março.
- LEME; MAUAB; PETRAMALI e ROMEIRO. 1996. *Serviços de saúde: O que as mulheres querem*. Conselho Nacional de Defesa da Mulher, julho. Mimeogr.
- MENDONÇA, Lígia A. C. 1995. *Mulher: o ser e o fazer*. Informativo ABEN, março. Texto base para a 56ª Semana de Enfermagem.
- PESQUISA Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS). 1996. Bemfam/MS/IBGE/DHS/USAID/FNUAP/UNICEF.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Violência e saúde da mulher*. 1993. *Mulher e Saúde*, São Paulo, SOF, nov.

Aborto: história de muitas histórias

Marta Suplicy



Na legislatura 1995-1998 do Congresso Nacional, alguns assuntos considerados “tabus” ganharam maior amplitude e repercussão na arena política e nos meios de comunicação.

Um deles é a questão do aborto. Desperta paixões, ressuscita preconceitos, confronta idéias e valores, mexe com concepções religiosas mas, fundamentalmente, faz parte das histórias de muitas mulheres em nosso país.

Dizemos que é (ou era) um assunto “tabu”. E se vive um paradoxo a cada dia: todas as pessoas conhecem (e comentam à boca pequena) um caso de aborto na família ou nos círculos de amizades, embora o nosso Código Penal considere o ato de abortar (à exceção de dois casos: risco de vida da mãe e gravidez resultante de estupro) um crime passível de pena de reclusão.

Difícilmente um caso de aborto vai parar na Justiça. As cifras (estimadas, dada a ilegalidade) dão conta da dimensão do problema.

Os dados do DATASUS (Ministério da Saúde) servem de base para qualquer projeção que se faça. Para cada caso de hospitalização decorrente de abortamento, ocorrem de três a cinco outros casos

Marta Suplicy

Ex-deputada federal e vice-líder do PT na Câmara Federal. Foi candidata a governadora de São Paulo em 1998. Psicanalista e autora de livros sobre sexualidade. Autora dos projetos de cotas de mulheres candidatas para eleições legislativas, educação sexual nas escolas e de união civil entre pessoas de mesmo sexo.

que não chegam aos hospitais. O ex-ministro Adib Jatene, falando na Comissão de Acompanhamento do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que coordenei em 1996-97, fala da proporção 1/8.

Mas vejamos (CORREA e FREITAS, 1997):

REGIÕES	Hospitalizações decorrentes de abortamentos (DATASUS)			Interrupções voluntárias da gravidez (estimativa fator 1/5)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Norte	19.889	18.936	16.459	84.000	80.000	69.500
Nordeste	121.406	105.285	94.752	512.100	444.000	399.900
Sudeste	127.332	113.969	101.732	537.800	481.000	429.400
Centro-Oeste	16.638	14.281	14.170	70.400	60.200	59.800
Sul	26.551	22.227	19.247	112.100	93.800	81.200
Total	331.861	274.698	246.370	1.316.400	1.159.400	1.039.900

Para se ter uma idéia da dimensão da questão, vejamos este exemplo. No estado de São Paulo, em 1996 se realizaram 461.840 partos (CORRÊA e FREITAS, 1997).

Pelo fator 1/5 (a cada 5 abortos clandestinos um chega ao hospital para curetagem ou outro procedimento) teríamos um total de 242 mil abortamentos em São Paulo. A metade do número de gravidezes levadas a termo. Um problema macro, de saúde pública, a requerer atenção prioritária.

Por mais que se queira condenar a prática ou não entender os motivos, fica claro que milhares de mulheres, a cada ano, realizam o aborto. Com ou sem atendimento médico. Aliás, a maioria, em más condições, sujeitas a seqüelas de saúde física e mental.

E por quê? Seria irresponsabilidade de tantas mulheres? Insensibilidade? Falta de moral?

Não cabe julgar de forma linear alguém por um ato que diz respeito a uma decisão muito pessoal e íntima. Quem trabalha diretamente com as mulheres conhece suas realidades: falta acesso a informações e a métodos contraceptivos eficazes; falta suporte psicológico em situações e contextos de extrema pobreza, sobram carências ou dificuldades pessoais de diferentes naturezas (abandono, pressão social e familiar etc.).

Tudo isso em meio a uma cultura de queda da fecundidade. Em um período de 20 anos, passamos por grandes mudanças. Em 1975, o índice médio era de 4,3 filhos/mulher. As estimativas, a partir do Censo de 1990, indicam uma taxa entre 2,4 a 2,9 filhos/mulher, com um declínio muito superior ao observado nas décadas anteriores (PNDU/IPEA, 1996, p. 66). Neste quadro, muito em breve estaremos chegando a um índice similar aos de países industrializados, onde a queda da fecundidade decorreu do acesso à educação, à saúde de qualidade, a métodos contraceptivos e da melhoria de qualidade de vida da população em geral.

Por aqui, essa queda não veio acompanhada de proporcionais índices de melhoria de qualidade de vida. Aliás, ao mesmo tempo que se amplia a participação da mulher no mercado de trabalho e não se inverte a lógica da “dupla jornada” nem se socializam os cuidados com as crianças, os doentes, os idosos das famílias, pune-se a cada dia as mulheres, empurradas para soluções extremas, tal como o aborto.

Nenhuma mulher “gosta” de abortar. As mulheres sentem sua atitude como um gesto extremo, um ato que lhe custa muita reflexão, dúvida, ansiedade e dor. Quem defende a descriminação do aborto não é, simplesmente, “a favor do aborto”.

Somos a favor da vida da mulher, com respeito e dignidade, reconhecendo suas angústias e perplexidades.

A ausência de políticas governamentais eficazes de planejamento familiar e educação sexual agravam ainda mais o problema: cerca de 20% das mulheres grávidas, em média, têm menos de 20 anos. E grande parte das mulheres que abortam são adolescentes.

Para além do dilema do aborto, há o dilema da condenação pura e simples de seu ato. O jogo na ilegalidade. O confronto com a morte, a doença, a clandestinidade.

E, quando o tema chega ao Congresso, é preciso legislar para a sociedade, tendo em vista a multiplicidade de situações, a vivência concreta das pessoas, a diversidade de convicções religiosas e pessoais.

Uma Igreja, um grupo religioso, se harmoniza em torno de princípios que dizem respeito a seus fiéis. O Parlamento tem de se harmonizar por padrões genéricos da sociedade, distinguindo entre o que é norma ética geral do país e o que são princípios e valores de grupos.

Esse tema — “aborto” — mexe com valores e preconceitos arraigados.

O grupo Católicas pelo Direito de Decidir, que surgiu a partir da reflexão sobre o papel das mulheres no mundo e na Igreja e das formas de se valorizar a autonomia das mulheres, respeitando suas convicções e decisões pessoais também no campo da saúde reprodutiva (um dos campos de resistência de controle da mulher), tem refletido uma posição de acolhimento, compreensão e solidariedade para com as mulheres que se sentem levadas à prática do aborto, por múltiplas razões. E o grupo aprofunda estudos sobre visões de teólogos ao longo da história, mostrando o quanto há de diversidade de atitudes diante da questão, conforme a ótica em que se analisa a questão, o contexto em que se insere, o conhecimento que se tem da vida cotidiana das mulheres e a abordagem que se faz da autonomia e da decisão pessoal.

Sabemos que o tema é polêmico. Mexe fundo não só com o binômio contra/a favor da discriminação mas, fundamentalmente, com a concepção que se tem das mulheres, como pessoas autônomas e com direitos de decisão própria.

O Brasil se alinha ainda entre os 25% dos países com legislação mais restrita em relação ao aborto.

A história comprova que, ao se aprovar a discriminação do aborto, acompanhada de programas de planejamento familiar, educação sexual e saúde da mulher, não há aumento do índice de abortos. Pelo contrário, este índice diminui, pois é possível falar livremente sobre o assunto, saber de dados objetivos e concretos, sem medo de repressão.

A legislação no Brasil

Segundo trabalho apresentado por Maria Izabel Baltar da Rocha (1996), o tema do aborto tem forte apelo no Congresso Nacional: foram apresentadas 49 propostas no período de 1946 a 1995. A maioria delas referente à ampliação de permissivos legais para a prática do aborto.

Isso coincide com o aumento gradativo do número de países em que há cada vez menos restrições e punições para a mulher que pratica aborto.

A Conferência da ONU, no Cairo (ratificada pela Conferência de Pequim), coloca a questão como um problema de saúde pública e exorta “os países a reverem as legislações que punem as mulheres que praticam aborto”.

A maioria das propostas apresentadas no Congresso Nacional, estudadas por Rocha (cerca de 26), diz respeito a modificações do Código Penal (datado de 1940). Onze se referiam à Lei de Contravenções Penais, duas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), duas sobre a obrigatoriedade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) aos casos previstos em lei.

Atualmente há oito projetos sendo analisados pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora do tema. Há dois projetos que tratam da discriminação/legalização do aborto, total (autoria de José Genoíno, PT-SP) ou parcialmente (autoria de Eduardo Jorge, PT-SP). Outros tratam da ampliação de permissivos legais para o aborto.

Os movimentos de mulheres entraram em cena desde a década de 1970. E continuam na cena política, enfrentando a questão. Alguns, com postura gradualista, defendendo o aumento dos permissivos legais para o aborto, passo a passo. Outros, lutando pela discriminação e legalização do aborto.

Profissionais de saúde, já há anos, incluem-se nesse debate, de forma muito profícua.

Apresentei na Câmara dos Deputados um projeto que busca refletir uma possibilidade de ampliação de permissivo legal já constatada: o aborto para os casos em que há comprovada inviabilidade

de sobrevida do feto após o nascimento, por má-formação fetal (tal como a anencefalia, a falta de cérebro).

Mais de 400 casos de autorização judicial foram dadas a mulheres para a prática do aborto nessas condições.

A falsa polêmica

No ano de 1996 discutiu-se muito sobre uma proposta de emenda à Constituição que tratava do “direito à vida desde a concepção”, uma forma de barrar avanços já conseguidos desde 1940. Foi derrotada.

Mas no ano de 1997 o debate sobre o aborto girou em torno de uma falsa polêmica. O Projeto 20/91 (aprovado na Comissão de Seguridade Social e em pauta para votação em plenário) foi provocador de grandes e acirrados debates (e atitudes agressivas contra parlamentares que o apoiam).

De autoria do deputado Eduardo Jorge e da deputada Sandra Starling (PT-MG), não propõe nenhuma alteração substantiva em relação aos permissivos para o aborto: *nem mais nem menos direitos de realizar aborto sem punição legal*.

Apenas — e tão-somente — o projeto busca regulamentar *um direito das mulheres* (previsto desde 1940): o de serem atendidas nos hospitais ligados ao SUS, quando uma gravidez lhes ameaça a vida ou quando há gravidez resultante de estupro e a mulher quer realizar o aborto.

Há 13 hospitais públicos que regulamentaram o atendimento nesses casos, muito especialmente em relação à mulher que foi vítima de estupro, em diferentes estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal). Basta vontade política e investimento na saúde das mulheres.

São Paulo tem um Código de Saúde, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Mário Covas em 1995, que, em seu artigo 25, diz que os profissionais do SUS *deverão* prestar atendimento especializado para possibilitar o aborto nos casos de “antijuridicidade”, isto é, nos casos de risco de vida da mãe e de gravidez por estupro, quando a mulher opta por essa decisão.

No caso de risco de vida da mãe há menos polêmica e os hospitais e médicos têm encaminhado a questão sem muito alarde.

Mas, em São Paulo, cumprem esse dispositivo legal apenas o Hospital Jabaquara (pioneiro, desde a gestão Erundina), o Hospital Estadual Pérola Byngton e o Hospital São Paulo. Em Campinas, o Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (CAISM), na Unicamp. Como fazem as mulheres pobres dos diferentes rincões deste e de outros estados, estupradas e que não querem levar adiante uma gravidez com a qual não conseguem conviver?

Conclusão

O tema envolve convicções, debate sobre autonomia e tutela, valores, preconceitos e entendimento das questões das mulheres.

É competência do Poder Legislativo discutir a ampliação (ou não) de permissivos legais para o aborto, sua descriminação e/ou legalização.

Mas aos poderes executivos cabe cumprir seu dever e regulamentar, em seus níveis de competência, o atendimento às mulheres que, diante da possibilidade dada pelo Código Penal (desde 1940) e por sentenças judiciais, têm direito a serem atendidas com dignidade e qualidade, respeito e solidariedade, por equipes multiprofissionais especificamente preparadas para tal, que acolham as mulheres que optam pelo aborto, dentro da lei, dentro do direito vigente, dentro da ética da humanização e universalização do atendimento à saúde, no caso, à saúde da mulher.

E, fundamentalmente, cabe ao Poder Executivo assegurar condições objetivas de acesso às informações e métodos contraceptivos. Cumpre-lhe garantir adequada educação sexual nas escolas. Essas são condições essenciais para se prevenir o aborto.

Bibliografia

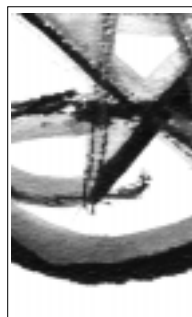
CORREA, Sônia e FREITAS, Ângela. 1997. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, vol. 5, nº 2.

PNUD/IPEA. 1996. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*.
Brasília/Rio de Janeiro, PNUD/IPEA.

ROCHA, Maria Izabel Baltar da. 1996. A questão do aborto no Brasil.
Revista Estudos Feministas, IFCS/UFRJ, vol. 4, nº 2.

Novas políticas públicas de combate à violência

Márcia Camargo



O avanço obtido pelas mulheres em sua luta a partir do final do século XIX e por todo o século XX tem significação profunda para a história da humanidade. Foi neste século que se constituiu, entre contradições e conquistas, um arcabouço conceitual e as bases concretas que nos permitem hoje localizar um movimento mundial das mulheres na luta por sua cidadania. Esse fenômeno histórico articulou necessidades e contradições de metade da humanidade em vários campos da vida social, questionou e reviu conceitos fundantes da sociedade e adotados como universais — como o conceito de direitos humanos, por exemplo — ou ditas verdades científicas sobre o corpo e a natureza feminina, numa batalha que percorreu temas da filosofia, da política, da ética, da sexualidade, entre outros. Esse movimento promoveu também críticas e revisões no seu próprio seio, permitindo-se polêmicas ousadas acerca de sua identidade como movimento, seu objeto, seus paradigmas e suas projeções de futuro. Imbricou-se junto a outros movimentos sociais e articulou-se a outros setores que reivindicam também autoria e poder.

Um desafio inquietante para o movimento de mulheres é o de compreender a violência, ao mesmo tempo gerando meios de defesa das mulheres. Isso implica lutas no campo jurídico, social, político,

Márcia Camargo

Militante feminista, vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre (RS). Fundadora do PT, é jornalista e trabalha na Secretaria Municipal de Saúde e na Casa de Apoio Viva Maria.

mas implica sobretudo uma mudança profunda nos padrões, representações e conceitos do que é legítimo como atitude no cenário de disputas e conflitos de uma sociedade de desigualdades estruturais — de raça-etnia, de classe, de gênero.

“Um conceito estreito de violência pode sugerir um ato ilegal, uso criminal da força, mas de forma mais ampla inclui também a exploração, a discriminação e a manutenção de uma estrutura econômica e social desigual, a criação de uma atmosfera de terror e ameaça, e outras formas de violência política”,

como diz Govind Kelkar (1984). Já que estas formas de violência estão inter-relacionadas, a especificidade da violência contra a mulher demanda uma visão mais próxima e mais crítica sobre suas determinações e articulações estruturais. Conforme Heleieth Saffioti (1994b):

“Existem diferenças relativas à natureza da relação — as diferenças de gênero, raça e etnia, classe social. E outras de caráter transitório — como nas relações intergeracionais. [...] No primeiro caso temos relações contraditórias, em que o conflito de interesses só se resolve pela busca de uma nova estruturação social. Não é possível, conservando-se a mesma estrutura social, superar estes conflitos. Não é possível entender-se estas relações como meramente hierárquicas. Hierárquicas elas são sim, mas são por natureza contraditórias [...]”.

As feministas e muitas estudiosas que utilizam as categorias raça-etnia, classe e gênero articuladas entre si na produção e significação dos papéis sociais de homens e mulheres e suas contradições, compreendem a violência de gênero como componente constitutivo destas relações. E mais, é possível reinterpretar esta violência e seus significados nas diferentes esferas da sociedade: a violência contra as mulheres nos padrões e atitudes do mundo do trabalho, do mundo da política e nas relações de poder dentro e fora do campo institucional, na produção cultural e simbólica, nas relações afetivas e familiares.

Algumas teóricas e militantes do movimento afirmam que a violência constitui componente fundamental do *adestramento* (BROWNMILLER, 1976; SAFFIOTI, 1994a) das mulheres para viverem em uma sociedade patriarcal. Esta compreensão é muito importante para que se confira à violência de gênero um conceito que dê conta não só de suas articulações sociais com as demais opressões, mas para que se compreenda sua transversalidade diante destes outros conceitos — de raça-etnia, de classe e geracional. Para compreender esta afirmação talvez fosse preciso resgatar uma longa série de construções e fatos históricos, mitos, interditos que cercam a violência contra a mulher, evitando o risco de simplificação e apreendendo o significado da violência como mecanismo de *controle social*.

A violência não é exercida diretamente sobre todas as mulheres, mas é introjetada por elas como uma ameaça pertinente a todas. Neste sentido, considerando que são consagradas as estatísticas de países ocidentais que relacionam 25% a 30% das mulheres como tendo sofrido pelo menos uma situação de violência direta por sua condição de mulher, atualmente, e que nos países orientais que adotam o fundamentalismo, as práticas de infibulação e cliteridectomia¹ atingem entre 50% e 90% das meninas antes da primeira menstruação, isto é, entre 8 e 14 anos (PRESENÇA..., 1995), a violência pode ser incorporada como uma ameaça para todas as mulheres. O *adestramento*, neste sentido, significa a inculcação, para homens e mulheres, desta violência como uma ameaça cotidiana, em que se dá aos homens a legitimidade — por herança e como bagagem de sua identidade — de submeter a vontade feminina, dominá-la e mesmo tomá-la, segundo as determinações de sua condição de gênero. Talvez o estupro, em suas significações através da história, seja o maior exemplo disso (BROWNMILLER, 1976; TOMASELLI e PORTIER, 1992).

Compreendendo as repercussões para o desenvolvimento pessoal e social trazidas pela vivência da violência de gênero por tantas mulheres — e por todas e cada uma como instância subjetiva da

1. Infibulação: costura das membranas que cercam a vagina externamente, deixando apenas um pequeno orifício para a saída da menstruação e da urina. Cliteridectomia: extirpação do clitóris, por meio de uma incisão.

vivência do feminino — é que o movimento de mulheres compromete-se na luta por políticas públicas de combate a esta violência.

O primeiro obstáculo que encontramos, e que hoje foi superado teoricamente, ainda que a inércia dos costumes e a ação dos interesses traga este argumento à cena, foi a consagração em nossa sociedade de um âmbito dito privado onde estariam e permaneceriam ocultos a violência doméstica contra mulheres, a prática de homens expulsarem mulheres de casa, a agressão sexual contra mulheres e crianças, a divisão do trabalho doméstico por sexo, entre outros. Buscar estatuto de problemas públicos para estas questões foi esforço e conquista do movimento de mulheres.

A noção tradicional de domínio privado está etimologicamente relacionada com privação, como observa Hannah Arendt (1997). O privado, a seu ver, é o que deve estar escondido da vista, ou o que não pode ser trazido à vista. O privado, nesta noção tradicional, relaciona-se com vergonha e imperfeição e implica excluir do público aspectos corporais e afetivos pessoais. O conceito feminista “o pessoal é político” não nega, como explica Iris Young (1987), uma distinção entre público e privado, mas de fato nega uma divisão social entre as esferas pública e privada, com diferentes espécies de instituições, atividades e atributos humanos. Dois princípios são propostos por Young, a partir daí: nenhuma instituição ou prática social deve ser excluída *a priori* como sendo questão própria para discussão e expressão pública, e nenhuma pessoa, nem ações nem aspectos da vida de uma pessoa, devem ser forçados à privacidade. Assim, em vez de definir privacidade como o que o público exclui, esta deveria ser definida como aquele aspecto da vida ou atividade que qualquer indivíduo, homem ou mulher, tenha o direito de excluir dos outros. E Young argumenta pela necessidade de acentuar o direito do indivíduo retirar-se em vez de ser retirado. Em favor desta argumentação, resgatando de um lado o direito do indivíduo à privacidade, e, de outro, uma concepção democrática de cidadania, é preciso desvelar que diferentes indivíduos integram o espaço público. O apagamento destas diferenças — em favor de uma concepção do público como homogêneo — implica a exclusão de pessoas e aspectos das pessoas da vida pública e da condição cidadã.

Estas críticas ao conceito de *público* predominante na sociedade moderna permitem uma forte incidência do movimento feminista, seu portador, diante de toda uma lógica de não-inclusão das reivindicações e lutas das mulheres pelo Estado, preservando o cerne democrático do respeito à vontade individual de *incluir-se* como opção.

Estes conceitos são fundamentais para delimitar as possibilidades e limites da intervenção estatal — por meio do desenvolvimento de políticas públicas — nas situações de violência doméstica e sexual.

A criação de serviços de assistência, em diversas áreas, às vítimas de violência e a todas as pessoas que vivenciam a situação de violência exige uma grande reflexão do movimento feminista, pela complexidade das questões envolvidas.

Evidências estatísticas

Mesmo que consideremos a necessidade de realizar um estudo sobre a violência contra a mulher no Brasil por meio de um instrumento unificado de pesquisa, derivado de uma metodologia e conceituação que possibilite estabelecer resultados nacionais, já que as pesquisas mais expressivas até então basearam-se em amostragens regionais, quando não até mesmo locais, e principalmente centradas nos registros das Delegacias da Mulher, são extremamente expressivos os dados obtidos e possibilitam conclusões de caráter diagnóstico sobre a situação.

O relatório *Criminal Injustice — Violence Against Women in Brazil*, divulgado em 1991 por America's Watch, relacionou dados sobre o tema da violência contra a mulher no Brasil chamando atenção sobre a evidência estatística de sua existência e da impunidade predominante.

Resultados de uma pesquisa publicados no *Jornal da Tarde* de 1º de fevereiro de 1993 dizem que “a cada quatro minutos, a polícia registra uma agressão física contra a mulher no Brasil”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher no Brasil (BRASIL, 1993), instituída em janeiro de 1991,

a pedido dos deputados Sandra Starling (PT-MG) e José Fortunati (PT-RS), analisou mais de 200 mil questionários sobre casos de violência e diligências em vários estados e concluiu: “É trágico constatar que ainda se mantêm padrões de violência contra a mulher observáveis no século passado”. Existe uma média/dia de 300 ocorrências registradas no país em todos os níveis: no trabalho (assédio sexual e discriminação salarial), na comunidade (tráfico, prostituição, estupro, assassinato), na mídia e na família.

Em recente reportagem a edição brasileira da revista *Marie Claire* (1997), ouvindo ativistas e instituições envolvidas na assistência a mulheres em situação de violência e no seu combate, denunciou: a cada hora uma mulher é estuprada no Brasil. Em 12 estados foram registradas mais de 11 mil denúncias em 1996. Segundo a revista, de cada 12 casos que são registrados em Boletim de Ocorrência, apenas um é resolvido com a punição do responsável. Em Campinas, por exemplo, de 441 denúncias, apenas 37 acabaram em condenação do agressor. No estado do Rio Grande do Sul, no período entre outubro de 1996 e outubro de 1997, foram registrados 1.200 casos de estupro, 600 destes na Região Metropolitana de Porto Alegre, segundo o Departamento Médico Legal.

Destacamos os dados e análises citados por Saffioti (1994b), extraídos da pesquisa *Justiça e vitimização* (Participação Político Social, FIBGE, 1988). Os dados, segundo Saffioti, reafirmam publicações anteriores no sentido de que a violência física doméstica atinge três vezes mais a mulher do que o homem (32% para 10%). Sinalizam também uma mais intensa cronicidade da violência entre homem e mulher que entre homens. Dentre as vítimas de agressão física na residência, 37% são homens e 63% são mulheres. Da violência ocorrida fora de casa, 87% das vítimas são homens, quando ocorre em prédio comercial, e 68% quando ocorre em via pública. As mulheres são agredidas de forma maciça na residência (63% dos agredidos neste contexto), o que indica a gravidade da violência doméstica contra a mulher. Dentre as vítimas de agressão por parte de parentes, as mulheres representam 65,8%, ou seja, praticamente dois terços. As mulheres fisicamente agredidas por parentes ou pessoas conhecidas somavam, em 1988, 297.287, além de 142.251 vítimas de

agressão física por parte de desconhecidos. A distribuição por faixa etária indica que a mulher sofre predominantemente a violência dentro de casa, por parentes (marido, namorado, companheiro) entre os 18 e os 29 anos (43,6%) e de 30 a 49 anos (38,4%). Este contexto também denuncia a rotinização da violência, uma vez que ela está circunscrita a relações familiares, de casamento e de coabitação.

Por meio de observações qualitativas feitas em 1992 pela equipe da Casa de Apoio Viva Maria — abrigo para mulheres em situação de violência doméstica que impliquem agravos à saúde ou risco de vida, mantido pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre —, pode-se constatar que estas ocorrências são acompanhadas de repercussões sociais, econômicas, de saúde, entre outras, que comprometem a qualidade de vida e restringem as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social das mulheres e meninas que vivem em situação de violência.

Ciclo da vulnerabilidade/vitimização

Três aspectos destacam-se na observação do impacto da violência doméstica sobre a vida social, a saúde e o desenvolvimento: desorganização das relações familiares e sociais, reclusão ao espaço doméstico e constantes fugas e deslocamentos do grupo familiar.

Com a desorganização e quebra de vínculos nas relações familiares e sociais, configura-se uma forte tendência ao isolamento da vítima. Este isolamento, muitas vezes, é parte da estratégia de violência, e é relevante quando a violência torna-se crônica na relação. Estabelece-se um rompimento dos vínculos afetivos e familiares, com componentes psicológicos e materiais de fragilização da vítima, pouco contato social e até mesmo a prática de *cárcere privado*. Esta prática é muito mais freqüente do que se reconhece, não estando presente nas estatísticas criminais. Simbolicamente, o apagamento dos vínculos e da identidade social da vítima pelo agressor — como filha, irmã, amiga, trabalhadora etc. — é muitas vezes relacionado com a destruição de documentos, fotos, roupas ou objetos que representem referências pessoais anteriores, distintas daquelas do contexto da relação violenta.

Nestas circunstâncias, dificilmente a vítima mantém-se em um trabalho fora do espaço doméstico e, freqüentemente, este é um ponto de conflito visível e relevante na relação violenta rotinizada. Assim, também a evasão escolar é muito freqüente na trajetória de crianças e adolescentes em situação de violência.

Outro aspecto importante é o deslocamento das famílias em fuga, provocado pelo agravamento das situações de violência doméstica. Esta fuga, seja iniciativa da vítima, seja circunscrita à emergência da defesa da integridade física da vítima e seus filhos, por intermédio da intervenção de órgãos de proteção (Conselhos Tutelares, órgãos policiais ou de assistência à saúde), igualmente leva a mulher e seus filhos, muitas vezes, a perder a moradia e o suporte social conquistado (escola, creche, posto de saúde etc.). Em tese, por meio da intervenção legal, com medidas cautelares de proteção, isto não aconteceria. No entanto, as dificuldades de acesso à Justiça e mesmo a desobediência à ordem legal, comum por parte do agressor, tornam estas prerrogativas legais inócuas.

O impacto dessa situação tem grande peso na vitimização e vulnerabilização das mulheres em situação de violência. Imbricados a esta realidade estão também o desamparo e maus-tratos às crianças, freqüentemente atingidas diretamente nas situações de violência doméstica, agravando-se nas situações de abuso incestuoso, pela culpabilização.

Os três aspectos relacionados ao contexto de violência doméstica — o isolamento social e a perda de vínculos afetivos; as perdas materiais e simbólicas representadas pelo êxodo para fugir ao agressor, acarretando inclusive a desarticulação dos recursos de suporte social anteriormente adquiridos; e, finalmente, os agravos à saúde física e mental decorrentes da vivência continuada de violência — têm grande impacto social e sobre a saúde coletiva.

Não apenas pela valorização estatística da vivência de situações de violência para boa parte da população feminina, mas também pela profundidade dos danos daí decorrentes, avaliamos o impacto epidemiológico da violência de gênero no Brasil hoje.

Só muito recentemente a Organização Mundial de Saúde (1991) reconheceu o impacto da violência doméstica como agravo à saúde,

passando-se a relacionar à violência doméstica doenças e problemas de saúde frequentemente relatados pelas vítimas. A violência sexual, e mais especificamente o estupro, são eventos de grande importância na etiologia de doenças venéreas, e articulam-se com agravos à saúde decorrentes de gravidezes indesejadas. Todo este contexto tem graves repercussões na saúde psicológica e representa sofrimento mental para as pessoas em situação de violência.

Assim, contextualizamos o impacto da violência doméstica para além das estatísticas de sua incidência, no sentido de inscrevê-la na interpretação das causas de adoecimento, empobrecimento, desamparo à infância e evasão escolar, enfim, como obstáculos ao desenvolvimento pessoal e social para milhares de mulheres.

A ação do Estado e a desvitimização

Diferente das políticas de atenção integral à saúde da mulher reivindicadas pelo movimento feminista na década de 1980 e que originaram o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o enfrentamento à violência contra a mulher não encontrou uma formulação global e programática no Estado brasileiro. O PAISM, mesmo considerando a incipiência de sua aplicação programática e a baixa cobertura em relação à demanda, foi reconhecido e adotado como política de nível ministerial e inscreveu-se entre as normas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS). O mesmo nunca aconteceu com relação ao problema da violência.

Na década de 1980, como conquista da luta contra a violência, foram instituídas as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher (DPDM). A primeira DPDM foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, pelo governo Franco Montoro (PMDB), sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina (SAFFIOTI, 1994a). Em seguida, outras 152 foram instaladas, sendo que mais da metade delas no estado de São Paulo e as demais principalmente nas capitais de outros estados. Embora a grande concentração das delegacias tenha ocorrido no estado de São Paulo e a existência do serviço tenha permanecido quase restrita às capitais, houve

uma evidente influência no sentido de um incremento de registro de ocorrências policiais em todo o Brasil.

Em depoimento em 1994 no Seminário Nacional Preparatório à Conferência de Pequim no tema “Violência Contra a Mulher”, a delegada Suzana Maria Ferreira, da seccional de Monte Aprazível (SP), revelou:

“Na verdade, as DPDMs já nasceram discriminadas. A primeira foi criada em 1985 [...] Neste momento começou a surgir a discriminação das mulheres, porque nossos colegas passaram a ver na aprovação das delegadas e na criação das DPDMs uma perda de espaço [...] A DPDM não é uma luta das delegadas de polícia. A DPDM é fruto do movimento de mulheres [...] Só que o movimento de mulheres não passou às delegadas a importância desta luta [...]”.

Outro depoimento no mesmo Seminário, da antropóloga Maria Luíza Heilborn, agrega elementos a esta análise, do ponto de vista feminista:

“[...] algumas mulheres, particularmente as mulheres de camadas populares, vão às delegacias da mulher fazer a sua denúncia [...] mas o que se deseja não é uma clareza, uma nitidez de que há um propósito de punir, de impetrar o início de um processo, uma queixa crime contra o marido, mas se reivindica a intervenção de uma autoridade que possa regular as relações domésticas”.

Inicialmente, depositou-se sobre as Delegacias a expectativa de constituírem-se em uma resposta global ao enfrentamento do problema da violência doméstica. Paralelamente, reuniu-se uma proposta crítica para reformulação dos códigos Civil e Penal e que representava o reconhecimento da cidadania feminina em temas como a organização da família; as regras de matrimônio; direitos iguais na administração de bens e responsabilidades na sociedade conjugal; o respeito à integridade física e à vontade da mulher nos casos de violência sexual, precedendo os interesses morais de quem quer que seja; a eliminação de dispositivos abertamente injustos como

a virgindade da mulher como qualidade essencial de pessoa, e outros como a expressão “mulher honesta”, e de figuras crime como o adultério e sedução, entre outros; a inclusão do assédio sexual como crime relativo ao uso de poder do agente sobre a vítima por cargo, profissão ou atividade religiosa, e outros mais.

Estas duas estratégias, desenvolvidas ao longo de duas décadas pelo movimento de mulheres, já podem sofrer uma avaliação conclusiva.

A luta pela reformulação dos códigos é hoje vitoriosa. Como diz a advogada Florisa Verucci (CFEMEA, 1998),

“[...] após 17 anos de trabalho de elaboração, divulgação, debate, revisão, conquistas, acompanhamento e tudo o mais que pudesse tirar a família de sua imagem patriarcal ultrapassada, chegamos ao fim do que parece ser a etapa final de um processo lento e penoso, que embora não seja o nosso ideal, é o que se pôde construir até aqui”.

Quanto à implantação das Delegacias, podemos avaliar claramente seu impacto na visibilização da violência contra a mulher, no aumento das denúncias, mas também seus limites se operadas de forma isolada e sem os elementos necessários à qualificação do atendimento dispensado à mulher.

“A DPDM, além de trazer os números a público, trouxe uma discussão política sobre a violência contra a mulher. Os números alarmantes fizeram com que a violência entrasse na pauta das discussões políticas [...] Por outro lado, vejo a década de 1990 como a da decadência das Delegacias [...]”

Este depoimento da delegada Suzana Maria Ferreira, em 1994, deve ser tomado mais do que como um alerta, como um chamado à luta.

O conflito entre expectativa elevada, objetivos difusos e falta de aparelhamento, colocou as Delegacias da Mulher diante de importantes impasses. Ao implantarem-se as Delegacias, na ausência de outros serviços para o atendimento às demandas complexas nas

situações de violência doméstica, muitos foram os papéis a elas atribuídos. Estes papéis nem sempre se adequavam aos objetivos para os quais foram preconizadas e estavam equipadas. De outro lado, a ausência de capacitação para o manejo profissional em esfera pública das situações de violência e a convicção de que a denúncia desencadeava automaticamente a resolução da situação, colocaram as Delegacias como alvo de críticas do movimento feminista, sem que estivessem dadas as possibilidades para um melhor funcionamento do serviço.

Retomando e avaliando a experiência da implantação das Delegacias, à luz da própria experiência e observação do movimento feminista, desde a militância nos S.O.S., podemos melhor compreender os limites e possibilidades do desenvolvimento de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Da mesma forma que centrávamos na denúncia a resolução da situação de violência, oferecíamos a ação policial como primeiro recurso, e mesmo único, dada a inexistência de outros recursos e serviços. A Delegacia, que deve ser um recurso específico para a responsabilização criminal do agressor, desdobrando-se em providências judiciais, esgotava-se como única alternativa. Deste processo resultou um aumento crescente de denúncias que, no entanto, se confrontavam socialmente com a falta de recursos para o respaldo às vítimas na área social, de saúde e mesmo na área jurídica.

De outro lado, sendo a queixa policial desencadeadora de todo um processo judicial, e estando como primeiro e único recurso, rapidamente evidenciaram-se seus limites diante da ambigüidade da mulher. Esta ambigüidade não teve lugar nas Delegacias, e a tradução social veio fortalecer a representação de uma mulher que *não sabe o que quer* diante da violência, *gosta de apanhar*, e tantas outras interpretações daí surgidas.

Saindo do isolamento

Na experiência de construção de um serviço de assistência às mulheres em situação de violência — a Casa de Apoio Viva Maria —, vivenciamos a tendência ao isolamento e à onipotência a que são leva-

dos os temas e ações que não possuem um *lugar* no ordenamento administrativo, técnico e social de organizações do Estado.

Este lugar de isolamento é também o lugar de onde vem a clientela a ser assistida — as mulheres em situação de violência. Portanto, a instituição, a equipe responsável e seus pressupostos vivem uma tensão constante de *exclusão*. Esta exclusão articula-se, mais uma vez, com os conceitos de *público* e de *cidadania* predominantes, nos quais não deveria caber a violência doméstica. Esta tensão pelo isolamento foi vivida também pelas Delegacias. E, por razões históricas e sociológicas, agravou-se sem que se possa encontrar uma solução apenas pelo fortalecimento e capacitação dos serviços.

Fruto das pressões do movimento de mulheres, as Delegacias estabeleceram-se como um local que provisoriamente sediou a assistência ao problema da violência, numa negociação com o Estado que deve, neste momento, ser revista e ampliada.

A função de responsabilizar e punir o agressor, restrita à Justiça, apoiada pela polícia, e a função de diagnosticar, assistir, dimensionar impactos à saúde e ao desenvolvimento dos envolvidos, prevenir, enfim, toda a multiplicidade de ações implicadas, devem ser assumidas por outros órgãos, serviços, agentes sociais e comunitários, por meio de programas articulados. Conferir onipotência a este ou aquele serviço ou ação, enquanto política isolada, serve apenas para reinscrever a violência doméstica em seu estigma.

O impacto social das políticas públicas de combate à violência está intimamente relacionado à capacidade de desvelamento de seus vínculos e articulações sociais, econômicas, políticas, e sua imbricação estrutural.

Nesta perspectiva, duas novas questões devem ser apontadas na agenda do combate à violência doméstica: de um lado, é preciso valorizar a dinâmica de construção da violência doméstica como um processo relacional, desmistificando os papéis de vítima e algoz atribuídos a mulheres e homens. O diálogo com o desejo e o sentimento dos envolvidos, a compreensão e consciência das mulheres diante da responsabilidade por suas vidas, enfim, o questionamento à vitimização, são conteúdos fundamentais nas políticas e ações públicas de combate à violência contra a mulher. De outro lado, é

preciso dar conseqüência às denúncias, de parte do Estado, responsabilizando e punindo o agressor.

A reprovação social à violência de gênero, necessária à legitimação da negociação nos conflitos domésticos e afetivos entre homens e mulheres, é a base para uma crítica dos padrões de interação do masculino e do feminino consagrados nas relações de gênero e representados no imaginário pelo mito da mulher que *gosta* de apanhar e do homem que *precisa* agredir.

Bibliografia

- AGENTES DE PASTORAL NEGRA. 1990. A violência contra a mulher negra na família e na sociedade. In: *Mulher negra: resistência e soberania de uma raça*. Rio de Janeiro, Vozes/Quilombo Central.
- AMERICA'S WATCH. 1991. *Criminal Injustice. Violence Against Women in Brazil*. USA, Human Rights Watch.
- ARENDT, Hannah. 1997. *A condição humana*. São Paulo, Forense Universitária.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. 1993. *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra a mulher no Brasil*. Relatório. Brasília.
- BROWNMILLER, Susan. 1976. *Le viol*. Paris, Stock.
- CFEMEA. 1988. *Boletim Fêmea*. Brasília, CFEMEA - Centro de Estudos e Assessoria, ano 6, nº 61, fev.
- FÓRUM NACIONAL DE PRESIDENTAS DE CCDM E UNIFEM. 1994. *Documentos Fórum 2/Violência contra a mulher — Síntese*. São Paulo.
- GENDRON, Colette. 1994. Violência e assédio sexual. In: *Revista Estudos Feministas*, número especial, CIEC/ECO/UFRJ.
- GIBERTI, Eva. 1992. Mujer, enfermedad y violencia en medicina. In: *La mujer y la violencia invisible*. Mimeogr.
- GILLIGAN, Carol. 1992. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- KELKAR, Govind. 1984. Violência contra las mujeres: entendiendo la responsabilidad por sus vidas. In: VIMUCHANA, Sangarsh. *Women and Structural Violence in India*. Bangalore.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 1991. *Relatório sobre as condições de saúde nas Américas*. Washington D. C., OMS.

- PRESENÇA da mulher. 1995. Dados da Organização Mundial da Saúde.
- REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. 1994. Número especial. Dossiê violência e assédio sexual. UFRJ, out.
- RUBIN, Gayle. 1993. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. *Cadernos SOS Corpo*, Recife.
- SAFFIOTI, H. I. B. 1994a. Violência de gênero no Brasil atual. In: *Revista Estudos Feministas*, número especial, CIEC/ECO/UFRJ.
- _____. 1994b. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: MUNHOZ-VARGAS, Mônica, org. *Mulher brasileira é assim*. São Paulo, Rosa dos Tempos.
- _____. 1996. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro, Unicef/Rosa dos Tempos.
- TOMASELLI, Sylvana; PORTIER, Sidney. 1992. *Estupro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.
- YOUNG, Iris Marion. 1987. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL e DRUCILLA, orgs. *Feminismo como crítica da modernidade*. São Paulo, Rosa dos Tempos.

Democracia de iguais, mas diferentes

Maria Victoria Benevides



A comemoração do cinquentenário da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, tem motivado o aprofundamento do debate em torno da idéia e da vigência da democracia, entendida como o regime político que melhor protege e promove os direitos humanos.

Sem dúvida, podemos definir democracia como o regime político fundado na soberania popular e na separação e desconcentração de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos. Esta breve definição tem a vantagem de agregar democracia política e democracia social; isto é, reúne as liberdades civis, a separação e o controle sobre os poderes, a alternância e a transparência no poder, a igualdade jurídica e a busca da igualdade social, a exigência da participação popular na esfera pública, a solidariedade, o respeito à diversidade e a tolerância.

A associação imediata entre democracia e direitos humanos na sociedade contemporânea, e especialmente no Brasil, não decorre de um consenso. Pelo contrário. É corrente a afirmação de que estamos “em plena democracia”, uma vez que temos voto universal e eleições periódicas, que os poderes constitucionais funcionam e não existe censura nem presos políticos. Quanto aos direitos humanos, é

Maria Victoria Benevides

Socióloga, é professora titular da Faculdade de Educação da USP e diretora da Escola de Governo, em São Paulo. É autora, entre outros livros, de *A cidadania ativa* (Ática).



conhecida a manipulação do conceito, visando a identificá-los como “direitos dos bandidos”.

Pretendo, neste texto, contribuir para o debate a partir de algumas questões que considero cruciais:

- o que são direitos humanos, com especial destaque para a questão da igualdade;
- a polêmica em torno da oposição virtual entre universalidade de direitos humanos e o direito à cultura, ou à diferença;
- a educação para a democracia, como saída para se enfrentar a discriminação e o preconceito por intermédio de uma nova “cultura democrática”.

Parto, ainda, de uma inquietação que vem sendo crescentemente espiciçada: até que ponto os direitos humanos, vinculados a princípios e valores tidos por “universais”, respondem às necessidades de reconhecimento da legitimidade de *particularidades*, seja em termos do direito à cultura, seja em termos de especificidades biológico-culturais, como as questões de *gênero*. Para essa questão adianto apenas algumas considerações, pois entendo que persistem ainda muitas dúvidas e perplexidades, sobretudo referentes às chamadas *políticas de ação afirmativa* — em relação às quais, no caso brasileiro, tenho uma posição em princípio favorável.

Direitos humanos e a questão da igualdade

Direitos humanos são aqueles direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, etnia, nacionalidade, sexo, orientação sexual, nível socioeconômico, religião, instrução, opinião política e julgamento moral, e que têm como pressuposto óbvio o direito à vida. Decorrem do reconhecimento da *dig-nidade intrínseca a todo ser humano* e diferem dos direitos do cidadão — embora estes estejam, em grande parte, aí incluídos —, porque os direitos humanos extrapolam as condições legais e as fronteiras, as quais definem a cidadania e a nacionalidade. A ausência de cidadania jurídica, por exemplo, não implica ausência de direitos humanos.

Para fins didáticos e de compreensão histórica, costuma-se classificar os direitos humanos em três gerações, as quais, de certa forma, corresponderiam àqueles ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A primeira geração, englobando os direitos civis e políticos e as liberdades individuais, é fruto da longa marcha das idéias liberais e tem sua inserção histórica marcada pelas conquistas da “democracia americana”. A segunda geração, correspondente aos direitos econômicos e sociais — basicamente vinculados ao mundo do trabalho —, permanece associada às lutas operárias e socialistas na Europa, e sempre referidas ao ideal da igualdade. A terceira geração, entendida como o conjunto de direitos decorrentes do ideal da fraternidade e da solidariedade (alguns falam até em “solidariedade planetária”) corresponde ao direito à autodeterminação dos povos e passou a incluir, mais recentemente, o direito ao desenvolvimento, o direito à paz, o direito ao meio ambiente saudável, ao usufruto dos bens qualificados como “patrimônio comum da humanidade”.

Em relação ao conteúdo de cada geração vale lembrar que determinadas sociedades, mesmo se afirmando democráticas, enfatizam prioridades ou simplesmente recusam certos direitos — o que já compromete a “universalidade”. Os liberais conservadores, por exemplo, apegam-se aos direitos da primeira geração e denunciam sua violação por parte dos regimes autoritários, mas sempre tiveram sérias dificuldades para aceitar, como direitos fundamentais, os de segunda geração, os direitos sociais. Até hoje os Estados Unidos, enquanto Estado, recusam tal associação — o que explica, em parte, a ênfase americana na expressão “direitos civis” e não “direitos humanos” — e, em decorrência, excluem as prestações positivas no campo social, como saúde e previdência, por exemplo, no velho estilo hoje renomeado, entre nós, de neoliberal.

Em termos de direitos universais, a *liberdade* corresponde aos direitos e garantias para o exercício das liberdades individuais ou coletivas; inclui do direito à integridade física e psíquica aos direitos de expressão e de organização política. A *igualdade* corresponde aos direitos à igualdade diante da lei, mas também em relação a necessidades básicas, como saúde, educação, habitação, trabalho e salário

justo, seguridade e previdência etc. A *solidariedade*, que os franceses chamaram de fraternidade, corresponde ao direito e ao dever de coresponsabilidade pela busca do bem comum, o que implica participação na vida pública.

É preciso destacar o direito-dever da solidariedade, sobretudo num país como o nosso, pois comumente a palavra assume, entre nós, significados próximos à idéia de caridade, assistencialismo, boa vontade. No entanto, se aceitamos a premissa da igualdade na dignidade humana, a solidariedade deve ser entendida em várias acepções: 1) a coesão entre diferentes indivíduos e grupos é indispensável à manutenção do todo social, pois cada qual traz ao conjunto uma contribuição insubstituível; 2) os indivíduos ou grupos que se acham em situação de fraqueza ou deficiência, devem ser amparados pelos outros. Todos têm igual direito a uma vida digna, sem privações do que é razoavelmente considerado essencial (COMPARATO, 1993). Justificam-se aqui, por exemplo, os programas de renda mínima, já aprovados em países do Primeiro Mundo e em implementação em nosso Distrito Federal e em algumas outras cidades.

Outro ponto a ser destacado é a relação, muitas vezes vista como dilemática, entre igualdade e liberdade. Se os direitos civis e políticos exigem que todos gozem da mesma liberdade, *são os direitos sociais que garantirão a redução das desigualdades de origem*; caso contrário, a falta de igualdade pode acabar gerando, justamente, a falta de liberdade. Por sua vez, não é menos verdade que a liberdade propicia as condições para a reivindicação de direitos sociais.

É preciso entender claramente o significado de igualdade contido na proposta da cidadania democrática. É evidente que não se supõe a igualdade como “uniformidade” de todos os seres humanos — com suas saudáveis diferenças de raça, etnia, sexo, ocupação, talentos específicos, religião e opção política, cultura no sentido mais amplo. *O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída*, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista. As diferenças não significam, necessariamente, desigualdades, isto é, não existe uma valoração hierárquica inferior/superior na distinção entre pessoas diferentes. Homens e mulheres são obviamente diferentes, mas a desigualdade

estará implícita se tratarmos essa diferença estabelecendo a superioridade masculina, por exemplo. O mesmo pode ser dito das diferenças culturais e étnicas.

Em outras palavras, a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime. É nesse sentido que se entende porque, no Direito contemporâneo (inclusive na legislação brasileira), manifestações de discriminação ou racismo — no trabalho, no acesso a bens e serviços, nas diversas formas de expressão social — são tipificadas como crime, em alguns casos insuscetíveis de fiança ou prescrição. No entanto, as desigualdades sociais, tão evidentes no Brasil — com sua herança da escravidão sempre presente —, não são ainda entendidas como crime, mesmo quando decorrem de políticas ostensivamente excludentes.

A igualdade é sempre uma dimensão social, não individual. Ao contrário da liberdade, ela ocorre sempre dentro de um grupo social, ou entre grupos sociais, e não entre indivíduos isoladamente considerados. Podemos identificar quatro dimensões da igualdade democrática:

- a igualdade diante da lei; é um pressuposto da aplicação concreta da lei, quer proteja, quer puna. É o que os gregos chamavam de *isonomia*;
- a igualdade do uso da palavra, ou da participação política; é o que os gregos chamavam de *isegoria*;
- a igualdade que decorre, num paradoxo apenas aparente, do *direito à diferença*, ou seja, o direito que todos igualmente têm de preservar sua *identidade*, bem como exigir tratamento específico em atendimento a necessidades singulares dessa identidade (no caso, por exemplo, dos direitos específicos das mulheres);
- a igualdade de *condições socioeconômicas básicas*, para garantir a dignidade humana. Desconhecida dos gregos antigos, é o resultado das revoluções burguesas mas, principalmente, das lutas do movimento operário e socialista nos séculos XIX e XX.

Fábio Comparato (1993) insiste, com razão, em que essa quarta igualdade não configura um pressuposto, mas uma meta a ser alcançada, não só por meio de leis, mas pela correta implementação de *políticas públicas*. Pois a desigualdade aqui considerada é a que

afeta as classes, grupos ou o gênero inferiorizados, isto é, que possuem menos força ou capacidade de autodefesa na sociedade. As classes ou grupos sociais inferiorizados têm direito ao exercício, pelo Estado, de uma política de integração social.

Para Aristóteles a democracia seria o regime fundado na idéia de que os homens são iguais em tudo, e a oligarquia, aquele fundado na idéia de que os homens são desiguais em tudo. Na verdade, a democracia é o regime em que todos têm, igualmente, direito a cultivar seus próprios valores e modos de vida, *desde que isso não importe em subordinar ou oprimir outros grupos e pessoas* (COMPARATO, 1993).

A tríade liberdade-igualdade-solidariedade é a base do regime democrático.

Direitos universais e direitos à diferença: o relativismo cultural

A discussão atual sobre direitos humanos tem provocado muita polêmica sobre a relação entre a universalidade dos direitos e a crescente reivindicação pelo reconhecimento da diversidade cultural, em todos os sentidos. Aqui discutem-se o significado da *tolerância* — um dos valores essenciais da democracia — e do reconhecimento de que direitos humanos tornaram-se “um tema global”.

O que significa tratar direitos humanos como um “tema global”? Significa reconhecer que já existe, em âmbito mundial, a adesão a um campo comum de valores que — independentemente de quaisquer variáveis, individuais ou coletivas, decorrentes de sexo, raça, etnia, nacionalidade, religião, nível de instrução, julgamento moral, opção política e classe social — *definem a humanidade, a dignidade de todo ser humano*. Tais valores transcendem, hoje, o quadro histórico do anticolonialismo e do anti-racismo (embora os incorporem, é evidente), além dos direitos e das liberdades consagradas no liberalismo clássico, para abranger o direito à paz, ao desenvolvimento, à cultura, ao reconhecimento do direito às diferenças e particularidades, mantendo-se a premissa da igualdade, a postulação de uma nova ordem política e econômica mais solidária.

Tratar direitos humanos como um tema global não é, evidentemente, a mesma coisa que falar em “globalização” dos direitos humanos. A globalização do Direito pode significar, por exemplo, a extensão ultrafronteiras de um determinado interesse — como a defesa do meio ambiente ou o acesso ao patrimônio cultural e científico da humanidade. Falar em direitos humanos como tema global também não significa priorizar determinados interesses internacionais, mesmo os mais nobres, mas colocar em primeiro plano a abrangência — *global* — de valores éticos enraizados nas noções de justiça e igualdade. Volta-se, assim, aos ideais, não concretizados na maior parte do mundo, da Revolução Francesa e da Declaração Universal de 1948.

Deve ser lembrado, ademais, que a Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena (ONU, 1993), consagrou como consenso básico o reconhecimento da *unidade do gênero humano* — o que lhe confere a dignidade —, apesar de manter a ênfase no respeito e na tolerância à diversidade das nações, das regiões e dos grupos sociais em seus aspectos históricos, culturais e religiosos.

O conteúdo da terceira geração de direitos humanos vem despertando especial polêmica, pois muitos estudiosos — todos do primeiríssimo mundo, ciosos de sua hegemonia econômica e cultural — apontam para a imprecisão e a heterogeneidade do elenco de direitos, além de problemas no plano jurídico para sua efetivação. A principal dificuldade jurídica reside no fato de que tais direitos, de fruição também coletiva, contrariam o entendimento mais corrente sobre o “individualismo” em que se baseia a conceituação tradicional de direitos humanos, na ótica do Ocidente. Vale lembrar, no entanto, o avanço conseguido em Viena, no sentido de que o direito ao desenvolvimento, além de concebido como de titularidade individual e coletiva (ou seja, para todas as pessoas e para todos os povos) foi reforçado *como um direito universal e inalienável e parte integrante dos direitos humanos fundamentais*.

Mas a questão crucial diz respeito à virtual oposição entre a universalidade dos direitos humanos e o relativismo cultural. A polêmica é tão mais intensa porque não apenas envolve questões teóricas, muito caras aos antropólogos, por exemplo, como — e sobre-

tudo — envolve delicadas questões de ordem política. Estas, no plano mundial, tendem a opor conceitos diversos do que sejam “civilizações” e a fomentar acusações de etnocentrismo, o qual visaria especificamente uma possível “dominação cultural do Ocidente”.

Boaventura de Souza Santos (1997) entra fortemente na polêmica afirmando que

“enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado — uma forma de globalização de-cima-para-baixo. Serão sempre um instrumento do choque de civilizações, ou seja, como arma do Ocidente contra o resto do mundo”.

E propõe, como tarefa central da política emancipatória de nosso tempo “a transformação da idéia e da prática dos direitos humanos de um localismo globalizado num projeto cosmopolita”. Como Santos insiste na excelência da abordagem marxista — aquela, segundo ele, que enfatiza a igualdade no plano socioeconômico, em detrimento da abordagem liberal, que apenas defenderia a igualdade no plano político —, vale a pena conhecer melhor suas teses. Por todas as considerações até agora feitas, não estou convencida de que apenas a versão marxista considera a questão da defesa dos direitos humanos com ênfase na igualdade social; a versão da *democracia radical*, por mim adotada, enfatiza exatamente a urgência dessa igualdade, sobretudo num país como o Brasil.

No plano interno das nações, o reconhecimento do direito dos povos a *sua* cultura tende a exacerbar reações centralizadoras do Estado face às “minorias”, bem como as reivindicações específicas de grupos por um certo tipo de “políticas compensatórias” (mulheres, negros, pobres) tende a levantar outros tipos de discriminação. Como foi amplamente divulgado pela imprensa, na época, esse tema provocou intensos debates em Viena, tendo sido veementemente questionado pelos países asiáticos e africanos e os de religião islâmica. A própria associação entre direitos humanos e desenvolvimento econômico começou a ser contestada em função do que seria entendido como imposição de um determinado “modelo” de desenvolvimento,

o qual pode significar “progresso” para os países ricos às custas da exploração de mão-de-obra proletarizada dos pobres. Por outro lado, a extinção de uma determinada cultura, devido ao “progresso” da ciência ou da tecnologia, pode ser considerada um atentado às liberdades fundamentais.

O relativismo cultural representa uma faca de dois gumes: pode, sem dúvida, significar proteção às minorias, quando são respeitados os elementos de configuração das identidades. Mas pode significar, também, a complacência com costumes que atentam contra a dignidade do ser humano (mutilações rituais ou castigos degradantes, por exemplo, especialmente graves no caso de agressão às mulheres) ou, no outro extremo, a escalada de conflitos étnicos e do fundamentalismo religioso que, além de atingir o conjunto das populações envolvidas, ainda significam maior violência contra as mulheres, como na história recentíssima do Afeganistão e da Argélia.

O debate sobre o relativismo cultural leva à discussão do multiculturalismo, tema candente sobretudo na área da educação. Pelo que se tem observado, sem qualquer pretensão de aprofundamento, até os movimentos políticos de esquerda tendem a refutar teses radicais sobre o multiculturalismo, bem como sobre qualquer política pública de “ação afirmativa”, como as que existem nos Estados Unidos para negros, mulheres, hispânicos, deficientes. Muitos estudiosos consideram que a oposição entre universalidade dos direitos humanos e direito à cultura encerra um dilema. Considero, no entanto, que a única saída é defender, em todas as situações, que é possível reconhecer um consenso em torno da hierarquia dos princípios e das normas, *no qual predomina o direito à vida e à integridade física e psíquica de todo ser humano*. Nesse sentido, o direito à cultura deve estar condicionado também ao princípio da liberdade individual: cabe ao adulto escolher livremente sua identificação cultural — ou não escolher, ou desistir da escolha, em qualquer época.

Tal discussão obriga ao redimensionamento do alcance e dos limites da virtude cívica da tolerância, essencial às democracias.

Em primeiro lugar, é claro que essa tolerância não significa levar ao extremo o temor do etnocentrismo e, daí, bloquear todo julgamento ético e político em nome do relativismo cultural. O

respeito à diferença não significa esterilidade de convicções. Não se trata de uma simples virtude passiva, de aceitação ou de passividade, mas reúne dois sentidos, estreitamente vinculados aos demais valores democráticos da igualdade e da liberdade: a tolerância como respeito às diferenças e à variedade da criatividade cultural e a tolerância como o reconhecimento pleno da igualdade em dignidade de todos — indivíduos ou grupos — apesar das diferenças.

A tolerância democrática opõe-se ao autoritarismo e ao dogmatismo sob todas as suas formas — políticas, sociais, morais e científicas. Para a consciência democrática a tolerância não será empecilho para denunciar e repudiar *o intolerável*, como a discriminação e a agressão aos diferentes, que leva ao racismo, ao sexismo, ao fundamentalismo religioso, às diferentes formas do nazi-fascismo; o recurso irresponsável da busca de soluções violentas dos conflitos; a falta de ética nas relações profissionais e na política.

É evidente que a definição do que seja “intolerável” vai variar na mesma medida que variam identidades culturais, com suas noções próprias de dever, direito, justo e injusto, amigo, inimigo. A melhor discussão que encontrei, no meio acadêmico, sobre o tema, é a desenvolvida por Celi Pinto (1997). Essa autora levanta questões fundamentais: até que ponto se admite a diferença? Todas as diferenças devem ser incorporadas como passíveis de convivência? É possível um mundo de diferenças absolutas?

A autora discute como

“os entusiastas da diferença e de um multiculturalismo ingênuo tendem a ver toda construção de identidade e toda a manutenção da diferença como conquistas. Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que um considerável número de identidades se constituiu não pelos sujeitos que, por meio delas, foram enunciados, mas pelo seu contrário, pelo dominador. Negros, mulheres, índios, imigrantes, minorias étnicas das mais diversas, todos foram nomeados pelos brancos, homens etc. Características associadas à cor da pele, ou ao sexo, à condição social ou à localização espacial, têm-se constituído historicamente como formas de dominação”.

Estamos diante de um problema, continua, que só pode ser resolvido pela tolerância — e mal resolvido, na medida em que tolerar identidades é, ao mesmo tempo, congelá-las e não as integrar. Por outro lado, a inclusão de uma determinada diferença em um dado cenário de forças, em uma dada comunidade, não é um fenômeno simples. A inclusão não é a eliminação da diferença, mas o reconhecimento da diferença; a exclusão, essa sim, é o não-reconhecimento do outro (PINTO, 1997). Celi Pinto conclui retomando os elementos do quadro dominante/dominado:

“Devemos redirecionar a discussão no sentido de buscar formas de redistribuição de poder na sociedade, que tenham como resultado o fim da necessidade de alguns grupos identitários dependerem da tolerância para garantir até mesmo suas vidas”.

É difícil não concordar com ela.

Educação para a cidadania e em direitos humanos

A violação sistemática de direitos humanos em nosso país, em todas as áreas, é incompatível com qualquer projeto de cidadania democrática. É fato inegável que, no Brasil, os direitos políticos sempre antecederam os direitos sociais. Criamos o sufrágio universal — o que é, evidentemente, uma conquista — mas, com ele, criou-se também a ilusão do respeito pelo cidadão. A realização periódica de eleições convive com o esmagamento da dignidade da pessoa humana, em todas as suas dimensões. A constatação desse quadro sombrio nos leva a refletir, conforme Paulo Freire, sobre a importância da educação como transformação no sentido da construção de uma sociedade democrática.

O artigo 13 do Pacto Internacional das Nações Unidas, relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais (ONU, 1966), reconhece não apenas o direito de todas as pessoas à educação, mas que esta deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, na sua dignidade; deve fortalecer o respeito pelos direitos humanos e as liberdades

fundamentais; deve capacitar todas as pessoas a *participar efetivamente de uma sociedade livre*. Temos aí, portanto, um marco jurídico importante para a reivindicação da *educação para a cidadania*.

Outro importante marco jurídico de abrangência mundial é a *Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres* (ONU, 1979). Em seu artigo 5º estabelece que os Estados membros devem tomar as medidas necessárias para “modificar os padrões sociais e culturais na conduta de homens e mulheres, visando a eliminação de preconceitos e práticas derivadas da crença na inferioridade ou superioridade de um dos sexos”. No artigo 10º estabelece que devem ser tomadas todas as medidas para implementar programas de educação mista, garantindo direitos iguais às mulheres e promovendo revisão nos textos didáticos preconceituosos e na própria metodologia do ensino. Nos dois casos trata-se de estimular iniciativas de educação para a democracia, nos termos aqui defendidos.

É preciso deixar claro que aqui identificamos especificamente a educação *para a cidadania democrática*. Essa ressalva parece óbvia, mas ela se justifica quando lembramos que a formação de cidadãos sempre foi preocupação de regimes totalitários, no sentido da mobilização e da inculcação de valores de submissão à pátria e ao culto à personalidade, de exaltação das ações militares e do nacionalismo xenóforo, da discriminação dos considerados “diferentes ou inferiores”, da padronização absoluta de opinião, religião, comportamento etc. Os trágicos exemplos do nazismo, do stalinismo e dos fascismos deste século são eloqüentes; seus governantes investiram eficientemente na educação de cidadãos comprometidos com valores radicalmente contrários à democracia.

A educação para a cidadania democrática consiste na formação de uma consciência ética que inclui *tanto sentimentos como razão*; passa pela conquista de corações e mentes, no sentido de mudar mentalidades, combater preconceitos e discriminações e enraizar hábitos e atitudes de reconhecimento da dignidade de todos, sejam diferentes ou divergentes; passa pelo aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, *ao bem comum*. Se falamos em ética, trata-se de confirmar valores; nesse sentido, a educação para a democracia inclui o desenvolvi-

mento de virtudes políticas decorrentes dos valores republicanos e democráticos.

Por *virtudes republicanas* entendem-se:

- a) o *respeito às leis*, vistas como “educadoras”, no sentido da autonomia, isto é, leis decididas em processos regulares e amplamente participativos;
- b) o *respeito ao bem público*, acima do interesse privado e patriarcal, típico de nossa tradição doméstica;
- c) o *sentido da responsabilidade no exercício do poder*, com a consciência dos males coletivos que resultam do descumprimento dos deveres próprios de cada um, nas diferentes esferas de atuação do cidadão.

Por *virtudes democráticas* entendem-se:

- a) o *reconhecimento da igualdade e o conseqüente horror aos privilégios*;
- b) a *aceitação da vontade da maioria* legalmente formada decorrente de eleições ou de outro processo democrático, porém com constante *respeito aos direitos das minorias*. No Brasil, como é sabido, as grandes maiorias — do ponto de vista socioeconômico — permanecem alijadas da participação política, apesar de votarem nas eleições. *O desafio democrático para a construção da cidadania é, justamente, a transformação dessa maioria social em maioria política*;
- c) o *respeito integral aos direitos humanos*.

Os direitos implícitos nos valores são definíveis intelectualmente, mas é evidente que o seu conhecimento não será suficiente para que eles sejam respeitados, promovidos e protegidos. Os direitos são históricos: é preciso entendê-los nas suas origens, mas também no seu significado atual e universal, assim como é mister compreender as dificuldades políticas e culturais para sua plena realização.

Em outros termos, democracia, cidadania e direitos estão sempre em processo de construção. Isso significa que não podemos congelar, para uma determinada sociedade, uma lista fechada de direitos. Tal lista será sempre historicamente determinada. Como assinalou Hannah Arendt (1988), o que permanece inarredável, como pressuposto básico, é *o direito a ter direitos*.

O processo de construção democrática, lembra Marilena Chauí (1984), implica a criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e a definição de instituições permanentes

para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos dos poderes públicos. Distingue-se, portanto, a *cidadania passiva* — aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral da tutela e do favor — da *cidadania ativa*, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente *criador de direitos* para abrir espaços de participação e possibilitar a emergência de novos sujeitos políticos.

A escola pode ser um *locus* excelente para a educação para a cidadania. Alguns programas de formação de professores em direitos humanos (desde a gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo) assim o indicam. Mas existem outros espaços para a educação para a cidadania — eleições, partidos, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais e populares, mecanismos institucionais de democracia direta (como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular legislativa, o mandato imperativo, a revogação de mandatos, os conselhos populares, o orçamento participativo etc.).

Além das iniciativas de partidos e movimentos, cabe reivindicar a implementação das propostas de educação para a cidadania, como aquelas previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pelo Ministério da Justiça e com o apoio explícito da Presidência da República, em maio de 1996. Cabe, igualmente, discutir e aprofundar os novos “Parâmetros Curriculares”, do Ministério da Educação, que prevêem a educação para a cidadania por meio de “temas transversais” nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus. Deve ser lembrado, ainda, o recente Programa Estadual de Direitos Humanos, do governo de São Paulo. São propostas públicas, em relação às quais a cidadania democrática deve se manifestar — eventualmente para criticar e transformar.

Finalmente, na discussão de direitos e valores democráticos nunca será demais enfatizar a solidariedade como uma virtude política ativa — por isso difícil de ser cultivada —, pois exige uma ação positiva para o enfrentamento das diferenças injustas (que, por serem injustas caracterizam desigualdades) entre os cidadãos. Assim, não basta educar para a tolerância e para a liberdade, sem o forte

vínculo estabelecido entre igualdade e solidariedade. Esta implicará o despertar dos sentimentos de indignação e revolta contra a injustiça e, como proposta pedagógica, deverá impulsionar a criatividade das iniciativas tendentes a suprimi-la, bem como levar ao aprendizado da participação popular nos processos decisórios, em função não apenas de prioridades sociais, como também para a reivindicação e o reconhecimento efetivo das diferenças e das particularidades.

Bibliografia

- ARENDRT, Hannah. 1988. *Da Revolução*. São Paulo, Ática.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. 1992. *A cidadania ativa*. São Paulo, Ática.
- _____. 1996. Educação para a Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, nº 38, p. 223-38.
- _____. 1998. O desafio da educação para a cidadania. In: Aquino, Júlio Groppa, org. *Diferenças e preconceito na escola*. São Paulo, Summus Editorial.
- CHAUÍ, Marilena. 1984. *Cultura e democracia*. São Paulo, Moderna.
- COMPARATO, Fábio Konder. 1993. A nova cidadania. *Lua Nova*, São Paulo, nº 28/29, p. 85-106.
- _____. 1993. *Para viver a democracia*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1996. Igualdade, desigualdades. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, p. 69-78.
- ONU. 1966. Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais. Tradução não-oficial para o português. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo, Max Limonad, 1996, p. 365-374.
- ONU. 1979. Convention on the elimination of all forms of discrimination against women. In: *The United Nations and Human Rights*. The United Nations Blue Books Series, vol. VII.
- ONU. 1993. Vienna Declaration and Programme of Action adopted at the World Conference of Human Rights. In: *The United Nations and Human Rights*. The United Nations Blue Books Series.



PINTO, Celi Regina Jardim. 1997. *Para além da tolerância*. Texto para discussão, Depto. de Ciência Política da UFRGS.

SANTOS, Boaventura de Souza. 1997. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, São Paulo, nº 30, p. 105-124.

Legislando para mulheres

Ângela Borba



A participação das mulheres brasileiras em vários espaços sociais tem sido objeto de inúmeros estudos e reportagens da imprensa nas últimas duas décadas. Mas pouco se tem falado sobre a participação feminina no Parlamento, salvo a partir de 1996, quando foi estabelecida a cota mínima de 20% de candidatas nas listas partidárias para as eleições municipais daquele ano. Além disso, é flagrante a falta de dados que permitam análises mais consistentes. Mesmo quando fornecidos pela Mesa da Câmara dos Deputados, é possível encontrar incorreções. Por exemplo, a *Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras*, produzida pelo IPEA-DIPES em 1996, que trabalhou com dados fornecidos pelo Congresso Nacional, ao listar as deputadas federais eleitas para o período de 1991/1995, não cita a deputada federal Luci Choinaski (PT-SC).

A que se deve tal fato? À pouca importância que se atribui ao Parlamento no país? À reduzida presença feminina nestes espaços públicos? À hostilidade do Parlamento e da política à participação feminina?

Fica a certeza de que ainda estamos iniciando a tarefa de reescrever esta história, considerando a existência e a atuação da mulher.

Ângela Borba

Historiadora, foi assessora do Gabinete da Liderança do PT na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, desde 1983, fundadora do PT no estado e integrante da Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Despertando para a política

A história da participação da mulher brasileira no Parlamento tem como marco inicial a conquista do direito ao voto, em 1932, após longa batalha. Já na primeira Constituinte republicana, o debate a este respeito se impôs, tendo, entretanto, como tônica a posição conservadora de que o papel da mulher se restringia ao espaço privado e que sua participação para além deste domínio era pernicioso para a família, em especial se estivesse em questão o mundo da política. Representando o pensamento dominante na primeira Constituinte da República, o senador Muniz Freire declarou:

“Estender o direito de voto à mulher é uma idéia imoral e anárquica, porque no dia em que for convertida em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida anula os laços sagrados da família” (*apud* TOSCANO, 1975, p. 35).

Declarações como estas refletiam a ideologia patriarcal dominante em que ser mulher era sinônimo de maternidade, lar e trabalhos domésticos. As primeiras manifestações feministas não questionaram as bases desta discriminação, o que só veio a ocorrer na década de 1960, e com maior expressão a partir de 1975. Nossas sufragistas limitaram-se a lutar pelos direitos políticos e, posteriormente, trabalhistas, sem questionar o papel que a sociedade lhes atribuía. Bertha Lutz afirma num dos seu primeiros artigos que os direitos políticos da mulher “não significarão um rompimento com a família, com o seu papel tradicional de mãe e esposa”. Argumenta que

“sendo o lar o *local tipicamente feminino*, nem por isso deve a mulher limitar seus horizontes a ele [...] Ser feminista não é, de nenhum modo, abdicar dos belos atributos morais, da sensibilidade e delicadeza afetivas, não é desvirtuar a finalidade sublime da mulher na terra: filha, noiva, esposa e mãe” (*apud* ALVES, p. 102 e 173).

Vale lembrar que o direito ao voto foi conquistado, mas que permaneceram em nossa legislação discriminações bárbaras, como por exemplo a incapacidade civil da mulher casada, estabelecida pelo Código Civil de 1917: podia-se votar, mas, caso a mulher fosse casada, era necessária a autorização do marido para que ela trabalhasse fora.

Aqueles que combateram as sufragistas construíram uma imagem negativa dessas militantes, insinuando inclusive que elas tinham comportamento masculino. Bertha Lutz preocupou-se em desfazer essa imagem, afirmando que as feministas não eram mulheres de “cabelos curtos, trajes semimasculinis, andar pesado, gestos desprovidos de graça alguma” (*apud* ALVES, 1980, p. 102). Sustentou que as verdadeiras feministas lutavam pelo direito ao voto, pretendendo exercê-lo com responsabilidade e tratar de questões que competiam às mulheres, tais como “o bem-estar das crianças e de sua mãe, a legislação do trabalho, a instituição de horas mais curtas, salários mais adequados para as operárias...” (*apud* ALVES, 1980, p. 102).

A primeira e única mulher eleita em 1934 para o Congresso — Assembléia Constituinte — foi Carlota Pereira de Queiroz. A esta eleição concorreram três candidatas de São Paulo e uma do Distrito Federal (Bertha Lutz, que ficou como suplente e acabou assumindo o mandato em 1935). Bahia, São Paulo, Sergipe e Amazonas também elegeram mulheres para os parlamentos estaduais. O preconceito contra as sufragistas, o não envolvimento de mulheres de outras classes e o pequeno número de candidatas pode explicar o fraco desempenho nesta primeira eleição (ver tabela na p. 170).

Nas eleições seguintes a situação não se alterou muito, chegando a piorar em 1946, quando nenhuma mulher se elegeu para a Câmara Federal, apesar do aumento significativo de candidatas (18). Isso pode ser atribuído, em parte, ao Estado Novo e à repressão que se instalou entre 1937 e 1945, mas não é suficiente, já que se observou intensa participação feminina nas lutas pela paz, pela derrubada do Estado Novo e contra a carestia, em sindicatos e associações de bairros e até mesmo em ligas femininas. Moema Toscano alerta para o fato de que, ao contrário de 1934, não houve debate sobre a questão feminina no período eleitoral. Esta pode, efetivamente, ter sido a razão que contribuiu para o referido resultado nas eleições de 1945.

Para as assembleias estaduais o quadro foi um pouco melhor (ver tabela na p. 170), com destaque para o Rio de Janeiro, onde as mulheres, em geral, sempre tiveram uma performance mais positiva do que em outros estados, mesmo depois da transferência da capital federal para Brasília. Certamente, o fato de ser o centro político e cultural do país interferiu nesta realidade.

Entre 1946 e 1982 não há alteração significativa na representação feminina no Congresso Nacional, a não ser pela presença de duas senadoras. Em 1979, pela primeira vez, uma mulher assume uma cadeira no Senado. Trata-se de Eunice Michiles, que, sendo suplente de um senador do Amazonas, chegou ao Senado após a morte do titular. A primeira senadora da República dedicou-se com empenho a questões de interesse feminino: entre outros temas, abordou o direito à informação e acesso à contracepção e defendeu a necessidade de um amplo debate sobre a discriminação do aborto. A segunda senadora a ocupar uma cadeira no Senado, em 1982, foi Laélia de Alcântara, eleita suplente pelo Acre. Nas assembleias estaduais, não houve alterações significativas neste período.

As mulheres e a Constituinte de 1988

Sabemos que, embora a realidade tenha se modificado bastante, ser mulher com atuação política ainda é atividade vista com preconceito. Afinal, nossos dicionários ainda registram prostituta como sinônimo de mulher pública, enquanto homem público é sinônimo de autoridade e político. O Parlamento e o mundo da política em geral — o Poder Executivo, o Judiciário, os partidos políticos e os sindicatos — são espaços hostis para as mulheres.

Em 1983, Lúcia Arruda, uma das seis deputadas eleitas no Rio de Janeiro, constatou a falta de banheiro feminino no plenário da Assembleia Legislativa e foi obrigada a lutar para que se dividisse o banheiro existente em dois. Se considerarmos que o prédio da Assembleia do Rio de Janeiro era o local onde funcionava anteriormente a Câmara Federal, concluiremos que nossas deputadas federais, até a mudança do Congresso para Brasília, não podiam usufruir de sanitários próprios no plenário.

O ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, foi fundamental para o feminismo no Brasil e seus reflexos se fizeram sentir também na participação política da mulher, inclusive na área parlamentar.

A criação de novos partidos no início da década de 1980 trouxe para as feministas um novo tema ou, pelo menos, uma nova abordagem da relação da mulher com o poder, em particular com o poder no mundo da política. Percebeu-se que não bastava denunciar as discriminações e exigir transformações. Era necessário elaborar propostas e participar do poder, para implementar políticas públicas que levassem em conta a realidade feminina.

Em 1982, no estado do Rio de Janeiro, o movimento feminista apresentou aos candidatos proporcionais e majoritários o *Alerta Feminista para as Eleições*, inaugurando uma prática que veio a se reproduzir por todo o país, e foi particularmente absorvida pelas comissões ou secretarias de mulheres do PT. O documento continha análise da situação das mulheres nas diversas áreas e propostas de políticas públicas dirigidas à população feminina. Na sua introdução, as mulheres afirmavam a necessidade de decidirem o seu destino:

“Queremos uma sociedade nova, com homens e mulheres livres e unidos numa relação baseada no amor, no companheirismo, na divisão das tarefas domésticas, em um mundo mais humano, mais solidário, mais feminino... feminista”.

Nesta conjuntura, em que a situação de discriminação da população feminina obtém visibilidade, se observa um aumento de mulheres eleitas para a Câmara Federal, assembleias estaduais e câmaras de vereadores. A grande modificação na quantidade de eleitas para a Câmara Federal se deu em 1986, quando passamos de oito para 26 deputadas. Mesmo que no cômputo geral elas representassem apenas 5,3% dos seus membros, e mesmo que nem todas se considerassem feministas, pode-se dizer que esse aumento foi consequência do incremento do movimento feminista e do grande debate sobre a condição feminina, travado nesta eleição para o Congresso Constituinte.

A atual Constituição Federal foi elaborada com a participação ativa de vários movimentos sociais. Durante a campanha eleitoral, as mulheres, em diversos estados, se organizaram propondo aos candidatos, homens e mulheres, que encampassem as causas feministas. Instalado o Congresso Constituinte, redobram o *lobby* e elaboraram emendas populares. Para que estas fossem consideradas, exigia-se a apresentação por três entidades legalmente constituídas e 30 mil assinaturas de apoio. As feministas foram às ruas recolher assinaturas e, junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), elaboraram e entregaram um documento intitulado “Carta aos Constituintes”, que continha as principais reivindicações feministas. Não se abateram com o descaso, a indiferença ou, até mesmo, com as posições contrárias manifestadas por vários constituintes e acabaram adotando oficialmente, com humor, uma brincadeira feita nos corredores do Congresso: o *lobby* do batom.

Neste processo o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres teve papel central. Construiu uma rede de informação vigorosa, mantendo informado o movimento feminista nos diversos estados e acionando a sua presença, sempre que fosse necessário intensificar as pressões. A bancada feminina teve importante atuação no encaminhamento das propostas do movimento feminista, independente da filiação partidária.

A nova Constituição foi, sem dúvida, importante na história do movimento feminista no Brasil. Em seu artigo 5º, inciso I, garante explicitamente que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Esta é uma cláusula auto-aplicável que representou um avanço para as mulheres, punindo qualquer tipo de discriminação. Melhor teria sido, entretanto, que se tivesse estabelecido o princípio da isonomia, articulado com dispositivos de ações afirmativas, garantindo medidas para corrigir desigualdades históricas. Caso a nova carta estabelecesse as regras com esta clareza, como o faz por exemplo a Constituição do Paraguai, teria havido menos problemas em aprovar as cotas de mulheres nas listas de candidatos às eleições proporcionais.

A Constituição de 1988 reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável,

confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu, ainda, a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica.

A conquista de novos direitos de cidadania para as mulheres repercutiu favoravelmente na elaboração das constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais. Entretanto, muitos dos direitos garantidos na Carta Federal, nas estaduais e municipais carecem de regulamentação, o que os torna garantias formalmente conquistadas. Transformar em realidade estes direitos tem sido tarefa do movimento feminista e de seus aliados e aliadas nos legislativos e nos executivos.

Com a nova Constituição iniciou-se a batalha pela regulamentação dos artigos que não eram auto-aplicáveis. Benedita da Silva (PT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Rita Camata (PMDB-ES) e Sandra Starling (PT-MG) foram algumas das parlamentares que se destacaram nesta tarefa, que continua até hoje. Benedita da Silva, apresentando proposições em defesa dos negros e negras, das trabalhadoras domésticas e contra a exploração sexual infantil; Jandira Feghali, atuando na área da saúde da mulher; Rita Camata, dedicando-se aos problemas das crianças e adolescentes. Quando a suplente Eva Blay (PSDB-SP), em 1993, assumiu a vaga no Senado, foi uma das vozes que também se levantou na defesa da regulamentação do aborto nos casos previstos em lei.

Os direitos conquistados na Constituição e a mobilização das mulheres para consegui-los e assegurá-los, entretanto, não resultaram no aumento de representação feminina nos vários níveis parlamentares. Se é verdade que a quantidade de mulheres eleitas vem crescendo, é fato também que este processo se dá de forma lenta. Nas assembleias estaduais, o crescimento também se deu a partir da década de 1980, observando-se, entretanto, progressividade ao longo do período e no início da década de 1990. Em relação à Câmara Federal, o grande pique ocorreu em 1986. Após esse crescimento, verificou-se uma estabilização no número de deputadas federais, ao contrário do Senado, onde o número de senadoras passou de dois para seis. Em 1998 teremos a primeira eleição para o Senado, Câmara Federal e

assembléias legislativas após a criação da cota mínima de candidatas, o que pode desencadear um outro processo de crescimento.

Mulheres sem medo do poder

A grande novidade das eleições de 1996 foi a introdução, na legislação eleitoral, da obrigatoriedade da cota mínima de 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições proporcionais. Por iniciativa da deputada Marta Suplicy (PT-SP), com o apoio de mais 30 deputadas, em agosto de 1995 foi apresentado projeto de lei propondo a cota mínima de 30% de mulheres nas listas para as eleições parlamentares em todos os níveis. Marta, apoiada nas experiências de países europeus e da Argentina — e no PT, que em 1991 estabeleceu cota mínima de 30% de mulheres nos órgãos de direção partidária —, estava convencida de que só com políticas de ação afirmativa se poderia alterar o quadro de representação feminina nas casas legislativas. O projeto ainda não havia sido apreciado quando se debateram as regras para as eleições de 1996. Marta apresentou, junto com o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), emenda com o mesmo teor à proposta de Lei Eleitoral. A proposta foi acolhida pelo relator da matéria, mas com redução de 30% para 20% e com aumento de 100% para 120% do número de candidatos, o que na prática representou uma cota de 16,66%. Certamente, a IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, China, contribuiu para quebrar resistências.

Muitos foram os opositores e alguns argumentos se assemelhavam aos utilizados por aqueles que eram contra o sufrágio feminino, só que de forma menos explícita. Segundo Marta Suplicy, muitos acabaram por votar favoravelmente por “demagogia ou para evitar reações desagradáveis”. Vale lembrar que a atuação da bancada feminina foi decisiva neste processo. Independente da filiação partidária, as deputadas se uniram e atuaram articuladas.

Apesar das resistências observadas em 1995, ao debater em 1997 as regras para as eleições de 1998, a proposta foi mantida e ampliada para 25%. A Lei nº 9.504 prevê ainda que para os pleitos seguintes “cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de

30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Entretanto, a nova lei prevê um aumento de 50% por partido na quantidade total de candidatos. Esta foi a fórmula encontrada para “amenizar” o estabelecimento das cotas: só assim a perda de lugar dos homens pode ser “compensada”. Mesmo assim, é prudente que o movimento de mulheres permaneça vigilante, já que o país continua carecendo de uma legislação eleitoral perene e as regras podem ser mudadas a cada eleição.

Embora não tenha aparecido na mídia com o mesmo espaço ocupado em 1995, o debate foi acalorado no Congresso. Muitos argumentavam que o estabelecimento de cotas feria o princípio da igualdade, garantido no artigo 5º da Constituição Federal. As feministas replicaram, questionando: *que igualdade é esta que não repara desigualdades históricas?* Para garantir essa vitória, certamente foi decisivo o parecer do deputado Almino Afonso (PSB-SP), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto original de Marta Suplicy. O relator foi categórico:

“A igualdade assim entendida não é concebível: seria absurdo impor a todos os indivíduos exatamente as mesmas obrigações ou lhes conferir exatamente os mesmos direitos sem fazer distinção alguma entre eles como, por exemplo, entre crianças e adultos, indivíduos mentalmente sadios e alienados, homens e mulheres [...] A lei diz que qualquer cidadão pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais [...] Quando se constata, porém, que o acesso da mulher ao direito político de ser votada, garantido pela Constituição, é na prática obstaculizado, a Constituição está sendo descumprida e cabe à lei regulamentar a questão para que o princípio da igualdade seja assegurado” (CFEMEA, 1997, p. 9).

Analisar se a implementação da cota mínima de candidatas significou algum avanço na representação feminina no Legislativo, levando em conta somente os resultados da eleição de 1996 às Câmaras Municipais, é prematuro. Seria necessário uma série histórica um pouco maior para que fosse possível expurgar eventuais variáveis conjunturais. Além disso, seria necessário, também, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) apresentassem dados um pouco mais confiáveis do que os disponíveis atualmente.

Os TREs parecem não ter rigor quanto ao preenchimento do campo sexo nos formulários de inscrição de candidatos. E, quando repassam esses dados ao TSE, muitas vezes o item sexo não está preenchido. Segundo Sônia Malheiros, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 31,54% dos dados referentes ao sexo do vereador eleito têm como resposta “dado inexistente”. Verificou-se também que entre vereadores e prefeitos eleitos, tidos como sendo do sexo masculino, vários eram obviamente mulheres. Destacam-se o “empregado doméstico” Jurema de Souza e o “cabeleireiro” Ana da Penha Torres da Silva. Esta descoberta foi possível porque Sônia resolveu investigar os nomes de candidatos eleitos com profissões/ocupações tradicionalmente femininas.

De qualquer forma, trabalhando com os dados disponíveis, podemos dizer que o desempenho foi muito melhor do que o esperado. A tabela da página 171, comparando as eleições às Câmaras Municipais de 1992 e 1996, apresenta números importantes. Observando o crescimento na quantidade de vereadores, motivado por criação de novos municípios ou aumento de população, a média no Brasil chega a 6,07% (de 53.108, para 56.333). Enquanto isso, no mesmo período, o crescimento do número de mulheres eleitas chega a 58,05%, ou seja, quase dez vezes mais! Se nos detivermos nos dados regionais, observaremos que a região Sul dobrou o número de vereadoras (104,1%). Na região Sudeste, onde o número total de vereadores diminuiu em pouco mais de 2%, o aumento feminino foi da ordem de 48,7%, enquanto os homens tiveram um decréscimo de 5,32%. Dos 25 estados pesquisados, somente no Acre a representação feminina diminuiu. Já entre os homens, isso aconteceu em nove estados, em todas as regiões brasileiras. No pleito de 1992, em cada 13,5 vereadores, um era do sexo feminino. Em 1996, essa proporção caiu para 9 por 1.

Mesmo assim, a diferença continua muito grande, se comparada à distribuição entre homens e mulheres na população brasileira. Logo após o pleito, a imprensa se apressou em dizer que o aumento não era significativo ou até mesmo inexistente. Já se preparava o

terreno para o posicionamento contrário ao estabelecimento da norma de cotas para as eleições seguintes. Mas, como vimos, o tiro saiu pela culatra. O que a imprensa não considerou avanço foi analisado pelo movimento de mulheres como vitória. A principal delas, com certeza, foi o fato de manter em pauta questões relativas à condição feminina, em particular a participação política da mulher. Ficou claro também que os partidos dão pouca importância aos temas relacionados à condição feminina e que terão que mudar suas estratégias. Com a aprovação desta nova medida, outras instituições reconheceram que há discriminação contra mulheres e que o debate sobre ações afirmativas deve ser ampliado.

A Campanha “Mulheres sem medo do poder”, desencadeada pela bancada feminina do Congresso, com colaboração de instituições nacionais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), ONGs feministas, universidades e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), estimulou a filiação partidária e candidaturas femininas. Eram, e continuam sendo, claras as dificuldades para a participação das mulheres como candidatas. Desde o peso das tarefas domésticas até a falta de recursos humanos e financeiros, é visível a maior dificuldade enfrentada pelas mulheres para esta ousadia, que é a disputa e a participação nos espaços públicos de poder. A campanha tentou, com a distribuição de uma cartilha e de cursos de treinamento, diminuir as desigualdades, posto que os partidos, salvo poucas exceções, não tiveram esta preocupação. A Secretaria Nacional de Mulheres do PT e algumas de suas secretarias estaduais promoveram seminários com este objetivo. Mas, mesmo neste caso, não foram atividades assumidas pelo conjunto do partido e sim pelas instâncias compostas por feministas. Nestes cursos, muitas vezes, ficaram patentes as dificuldades e a desinformação das nossas candidatas. Mas quem convive, como eu, há cerca de 15 anos na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro com deputados recém-eleitos sabe que o nível de informação dos nossos políticos homens não é muito diferente.

Nenhum dos partidos cumpriu integralmente a nova legislação. E muitos, quiçá todos, usaram o expediente de lançar candidatas

que não disputavam as eleições para valer, apenas emprestando seus nomes para compor a lista eleitoral: eram as chamadas “laranjas”. Mas será que doravante os partidos não terão maior interesse em capacitar suas candidatas, criando assim as condições para eleger uma bancada maior e abandonar o instituto das “laranjas”? Afinal, o objetivo de todo partido político é ampliar a sua representação.

Mesmo com todos os percalços o resultado foi positivo. Em termos numéricos, este aumento de candidatas e de eleitas é significativo, particularmente se levarmos em conta o pouco tempo existente entre a aprovação da lei e o calendário eleitoral.

As petistas e o Parlamento

O PT já nasceu com uma forte influência feminista, que se refletiu nas campanhas e eleições. Grupos organizados de feministas atuaram desde o começo, para que o partido fosse construído em bases diferentes, também no que diz respeito às relações de gênero. Documento do Núcleo de Mulheres do PT/Rio, datado de 1986, afirma:

“[...] queremos um partido que encare a sexualidade como questão política, um partido que seja uma organização de poder que demonstre na prática, na forma de organizar e agir, a transformação das velhas relações de hierarquia patriarcal, autoritária, machista, que sabemos são reproduzidas por homens e mulheres de qualquer condição social”.

Na primeira eleição da qual participou, em 1982, o PT ousou, apresentando como candidata ao governo de Minas Gerais uma mulher — Sandra Starling. Esta foi a primeira vez na história do país que mulheres foram candidatas a governos estaduais. Além do PT, o PTB lançou Sandra Cavalcanti ao governo do estado do Rio de Janeiro e o PDT lançou Lúcia Doutel de Andrade em Santa Catarina. Nenhuma das três foi eleita, mas deve-se ressaltar que, entre elas, Sandra Starling era a única que não tinha participação anterior no

Parlamento ou no Executivo. Vinha de uma militância sindical e de lutas democráticas de combate à ditadura militar.

Ainda nesta eleição, segundo Fanny Tabak (1989), o PT foi o partido que mais apresentou candidatas em números absolutos e relativos. Destas, conseguiu eleger duas deputadas federais, ambas por São Paulo — Irma Passoni e Beth Mendes; uma estadual no Rio de Janeiro — Lúcia Arruda, assumidamente feminista, e 18 vereadoras. Apresentou ainda uma candidata ao Senado pelo estado do Amazonas e três candidatas a suplência para o Senado. Se considerarmos que foram eleitas oito deputadas para a Câmara Federal, percebemos a importância deste resultado. O PT também foi o partido que alcançou o melhor desempenho, se considerarmos a quantidade de mulheres entre os eleitos para a Câmara Federal e para as assembleias.

Com um resultado como este, era de se esperar que o partido capitalizasse politicamente este desempenho. Entretanto, não se encontrou registro em documentos partidários desse feito. Pode-se levantar a hipótese de que estas contas não tenham sido feitas em comparação com os demais partidos e de que, para as feministas do partido, a análise tenha sido feita apenas considerando o número de mulheres eleitas em relação à quantidade de homens. Tudo indica que o PT não deu grande relevância ao fato.

Das eleições seguintes, em 1986, só se tem a quantidade de mulheres eleitas para a Câmara Federal. O PT manteve o mesmo número de deputadas (duas), embora a bancada feminina do Congresso tenha aumentado significativamente (ver tabela na p. 170). Mas, novamente, o Partido dos Trabalhadores se destacou, ao eleger a primeira mulher negra para o Congresso — Benedita da Silva.

Nas eleições seguintes, a bancada feminina do PT aumentou para cinco deputadas federais e 11 estaduais. Além da reeleição de Benedita da Silva, chamou a atenção a eleição de Luci Choinaski, trabalhadora rural de Santa Catarina, que na legislatura anterior fora eleita deputada estadual. Luci foi a segunda mulher eleita para a Assembleia de Santa Catarina. A primeira foi Antonieta de Barros, filiada ao PCB, que assumiu o mandato apenas por um curto período, na década de 1940.

Nas eleições de 1994, foram oito as eleitas para a Câmara Federal, duas para o Senado e 16 as que passaram a representar o partido nas diferentes assembleias estaduais. Destaca-se neste último pleito o fato de que o partido conseguiu expandir sua representação para estados de todas as regiões do país e as mulheres acompanharam este desempenho.

Observa-se que muitas das eleitas não tinham preocupação especial com as reivindicações feministas, mas acabaram tendo algum tipo de atuação nesta área. Certamente, a atuação do movimento, da Secretaria Nacional e das secretarias estaduais de mulheres do PT influenciou esta prática.

Em 1994, foram eleitos 1.045 deputados estaduais, dos quais apenas 86 (8,2%) eram mulheres. Nestas eleições, das 86 parlamentares eleitas, 17 (19,7%) eram petistas, o que torna o PT o partido que, tanto em números absolutos como em relativos, mais deputadas elegeu (ver tabela na p. 170).

As parlamentares petistas muitas vezes apresentam relatos dramáticos de suas vivências nos espaços legislativos. No seminário “Planejamento para o gênero e governo local”, realizado em julho de 1996, em Belo Horizonte, promovido pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, ouvimos alguns destes depoimentos. Deputadas federais e vereadoras presentes falaram muito sobre a solidão do poder, do reduzido número de mulheres, do machismo reinante no Parlamento e no partido, das dificuldades para se impor. Marina Sant’Anna, ao final de seu segundo mandato de vereadora em Goiânia, contou que a surpresa já começa na campanha:

“[...] Diferente do que a maioria desejaria, a disputa embrutece as relações e transforma os companheiros em declarados concorrentes [...] Integrar completamente uma campanha e, ao mesmo tempo, discordar de sua cultura e viabilizar outro procedimento, em pouquíssimo tempo, parece inócuo”.

Mas acrescenta que é possível fazer uma campanha excelente “mantendo sua própria postura [...] e a solidariedade”. Para Marina, o

que distingue os homens e as mulheres petistas no Parlamento é o olhar feminino sobre a

“realidade cristalizada pela cultura masculina no exercício do poder, bem como o compromisso de introduzir uma verdadeira operação desmanche onde, na política, na legislação e na cultura estiver impregnado o sexismo, o racismo e outras formas de subalteridade sob o pretexto da diferença”.

Nos vários depoimentos destacou-se que as tarefas comuns a parlamentares petistas de ambos os sexos, eram acrescidas de outras, em geral só assumidas por mulheres: participar dos debates com um olhar feminino, apresentar projetos de lei que atendam as necessidades das mulheres,

“cuidar para que as questões de interesse da população feminina sejam garantidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, negociar com o Poder Executivo a implementação de políticas públicas de gênero, fiscalizar as ações do Poder Executivo para que políticas discriminatórias não sejam implantadas [...] Como se não bastasse todo este esforço, temos que sensibilizar parlamentares, homens e mulheres, de diferentes matizes partidários para apoiar todas estas propostas”.

E mais:

“[...] como não queremos ficar restritas à defesa dos interesses da população feminina, temos que nos preparar para interferir e intervir nas questões comuns a homens e mulheres” (BORBA, 1996).

Com todas essas dificuldades, têm sido de autoria de parlamentares petistas importantes projetos de lei que dizem respeito à condição feminina. Por exemplo, em levantamento recente feito pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, verificou-se que a primeira lei estadual contra o assédio sexual foi de autoria de Carlos Minc (PT-RJ). Em pelo menos mais dois outros estados matéria idêntica

também foi transformada em lei e, em mais seis outras assembleias estaduais, proposições semelhantes estão em tramitação por iniciativa de petistas.

No Congresso Nacional, proposições que tratam da regulamentação da Constituição em relação ao trabalho da mulher, ao trabalho doméstico, à trabalhadora rural, à educação infantil, à violência doméstica, têm a marca de parlamentares petistas. Recentemente dois projetos de lei polêmicos mobilizaram a opinião pública: um trata da regulamentação do aborto nos casos previstos em lei, de autoria dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG); outro trata da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP).

Política ainda não é lugar de mulher

As mulheres hoje ocupam importantes espaços no mundo do trabalho, apesar das desigualdades salariais e outros tipos de discriminação, mas, na sua maioria, continuam responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos. Romperam barreiras importantes, mas ainda são poucas as que conseguem enfrentar o espaço da política, e o fazem, em geral, com grandes sacrifícios: não têm intimidade com este espaço tradicionalmente masculino, não conseguem convencer seus maridos e companheiros a dividirem encargos domésticos e têm menos recursos financeiros do que os homens.

Toda esta dificuldade começa com a educação diferenciada que as crianças recebem em função de seu sexo: meninos são educados para o espaço público, para a disputa, para a competição, e meninas são treinadas desde cedo para as tarefas domésticas.

A campanha “Mulheres sem medo do poder” mostrou que as mulheres reconhecem a importância de sua participação política, mas reconhecem também as dificuldades desta atuação. Por mais que batalhem, parece haver um esforço em ocultar a participação feminina, seja pela falta de dados, seja pelo “esquecimento” de suas ações e/ou omissão da autoria de suas proposições. No Seminário para candidatas no Instituto Brasileiro de Administração Municipal,

em julho de 1996, muitas disseram que suas ações ou iniciativas pareciam tão invisíveis quanto parece ser o trabalho doméstico.

Praticamente todas as conferências internacionais que abordaram a situação da mulher, manifestaram em suas resoluções a necessidade de promover a participação da mulher, nos processos e espaços de decisão, em situação de igualdade com os homens. A Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher dedicou um capítulo exclusivo à questão, afirmando que “a igualdade de participação das mulheres nas decisões políticas é indispensável para reforçar e aprofundar a democracia, aumentar a transparência dos processos políticos”.

O governo brasileiro, junto com mais 183 delegações governamentais, assinou a Plataforma de Ação, mas de concreto até o momento só houve mesmo a lei que define a cota mínima de mulheres nas listas partidárias. É óbvio que o compromisso assumido com as resoluções de Pequim é um passo importante, pois permite que o movimento feminista e a bancada feminina pressionem os partidos, o TSE e o próprio Congresso por novas medidas. Mas, sem dúvida, as tarefas são inúmeras e o caminho a trilhar será longo, se considerarmos o conservadorismo das nossas instituições e um Parlamento que tem sua história marcada por práticas clientelistas, fisiológicas e pela completa falta de independência em relação ao Executivo.

Neste quadro, lutar para recuperar a imagem do Parlamento tem significado especial para as mulheres. Resgatá-lo como instância de representação popular, recuperando seu papel de fiscalizador das ações do Executivo, intermediário das demandas dos movimentos sociais e formulador de políticas é, com certeza, papel fundamental de um(a) parlamentar. Por outro lado, somente num Parlamento deste tipo as mulheres deixarão de estar sub-representadas.

O que mobiliza hoje as mulheres a romper barreiras, enfrentar preconceitos e dificuldades e disputar cargos nos vários níveis da administração pública é a certeza de que não há verdadeira democracia sem a participação feminina em todos os espaços de poder e de que a atuação das parlamentares mulheres tem significado um avanço na luta pela conquista da cidadania feminina plena no Brasil.

Deputados estaduais eleitos em 1994 — Distribuição por unidade da Federação

Unidade da Federação	Quantidade de Deputados			Percentual de Mulheres
	Homens	Mulheres	Total	
AC	24	—	24	0%
AL	25	2	27	7%
AM	23	1	24	4,2%
AP	16	1	17	5,9%
BA	56	7	63	11,1%
CE	44	2	46	4,3%
DF*	22	2	24	8,3%
ES	28	2	30	6,7%
GO	37	4	41	9,8%
MA	39	3	42	7,1%
MG	74	3	77	3,9%
MS	23	1	24	4,2%
MT	22	2	24	8,3%
PA	35	6	41	14,6%
PB	32	4	36	11,1%
PE	46	3	49	6,1%
PI	30	—	30	0%
PR	54	—	54	0%
RJ	57	13	70	18,6%
RN	21	3	24	12,5%
RO	20	4	24	16,7%
RR	14	3	17	17,6%
RS	50	5	55	9,1%
SC	39	1	40	2,5%
SE	21	3	24	12,5%
SP	83	11	94	11,7%
TO	24	—	24	0%
Brasil	959	86	1045	8,2%

Fonte: UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais.

* deputados distritais

Deputadas estaduais eleitas em 1994 — Distribuição por partido

Sigla do Partido	Deputadas Eleitas
PT	17
PSDB	13
PMDB	12
PFL	10
PDT	6
PPB	5
s/p*	5
PCdoB	4
PTB	4
PL	2
PPS	2
PSB	2
PSD	2
PSC	1
PRP	1

Fonte: UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais.

* sem indicação de partido.

Participação da Mulher no Processo Eleitoral

Assembléias Legislativas		
Ano	Candidatas	Eleitas
1946	8	5
1950	10	8
1954	16	7
1958	39	2
1962	92	11
1965	39	11
1970	38	8
1974	15	11
1978	n/d	20
1982	134	28
1986	385	31
1990	n/d	58
1994	613	n/d

Fonte: TSE, dados sistematizados por Lúcia Avelar, *Mulheres na elite política brasileira*, Fundação Konrad Adenauer, 1996.

Câmara Federal		
Ano	Candidatas	Eleitas
1934	4	1
1946	18	0
1950	9	1
1954	13	3
1958	8	2
1962	9	2
1965	13	6
1970	4	1
1974	4	1
1978	n/d	4
1982	58	8
1986	166	26
1990	n/d	29
1994	189	37

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa da Câmara Federal.

Vereadores eleitos, por sexo, segundo as grandes regiões e unidades da Federação (períodos 1993-1996 e 1997-2000)

Região	Total Vereadores			Mulheres Eleitas			Homens Eleitos		
	1993/1996	1997/2000	Crescimento	1993/1996	1997/2000	Crescimento	1993/1996	1997/2000	Crescimento
Norte	3.896	4.378	12,37%	436	613	40,60%	3.425	3.765	9,93%
Roraima	396	530	33,84%	35	63	80,00%	361	467	29,36%
Acre	209	207	-0,96%	38	34	-10,53%	171	173	1,17%
Amazonas	594	602	1,35%	67	85	26,87%	527	517	-1,90%
Pará	1.300	1.328	-0,15%	142	196	38,03%	1.188	1.132	-4,71%
Amapá	146	158	8,22%	13	18	38,46%	133	140	5,26%
Tocantins	1.107	1.249	12,83%	129	194	50,39%	978	1.055	7,87%
Nordeste	17.139	19.266	12,41%	1.629	2.498	53,35%	15.465	16.686	7,90%
Maranhão	1.445	2.279	57,72%	191	336	75,92%	1.254	1.861	48,41%
Piauí	1.437	2.105	46,49%	137	267	94,89%	1.300	1.838	41,38%
Ceará	2.484	2.502	0,72%	265	341	28,68%	2.219	2.161	-2,61%
Rio Grande do Norte	1.504	1.635	8,71%	160	246	53,75%	1.344	1.389	3,35%
Pernambuco	1.786	1.913	7,11%	95	193	103,16%	1.691	1.720	1,71%
Alagoas	958	994	3,76%	108	135	25,00%	850	859	1,06%
Sergipe	792	799	0,88%	70	95	35,71%	722	704	-2,49%
Bahia	4.667	4.538	-2,76%	387	546	41,09%	4.280	3.992	-6,73%
Sudeste	19.529	19.134	-2,02%	1.193	1.774	48,70%	18.336	17.360	-5,32%
Minas Gerais	8.217	9.091	10,64%	536	876	63,43%	7.681	8.215	6,95%
Espírito Santo	951	996	4,73%	68	85	25,00%	883	911	3,17%
Rio de Janeiro	1.143	1.263	10,50%	70	83	18,57%	1.073	1.180	9,97%
São Paulo	9.218	7.784	-15,56%	519	730	40,66%	8.699	7.054	-18,91%
Sul	10.565	11.486	8,72%	537	1.096	104,10%	9.962	10.099	1,38%
Paraná	3.681	3.991	8,42%	210	385	83,33%	3.471	3.606	3,89%
Santa Catarina	2.422	2.971	22,67%	113	260	130,09%	2.243	2.451	9,27%
Rio Grande do Sul	4.462	4.524	1,39%	214	451	110,75%	4.248	4.042	-4,85%
Centro-Oeste	1.979	2.069	4,55%	157	265	68,79%	1.822	1.804	-0,99%
Mato Grosso do Sul	777	785	1,03%	56	97	73,21%	721	688	-4,58%
Mato Grosso	1.202	1.284	6,82%	101	168	66,34%	1.101	1.116	1,36%
Goiás									
Brasil	53.108	56.333	6,07%	3.952	6.246	58,05%	49.010	49.714	1,44%

Fonte: TSE, TRE's e IBAM

Obs1: As diferenças nos totais se devem à dubiedade de alguns nomes (masculino ou feminino).

Obs2: Os dados referentes ao estado de Goiás, no período, não estavam disponíveis.

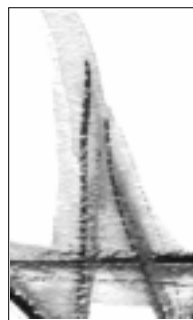
Participação Feminina em Assembléias Legislativas de Estados Selecionados: 1978-1990

	Estado	Goiás	Rio de Janeiro	São Paulo	Pará	Paraná	Pernambuco	Total
1978	Ambos os sexos	39	70	81	30	58	49	327
	Mulheres	0	3	3	2	0	0	8
	Total %	0,0 %	4,3 %	3,7 %	6,7 %	0,0 %	0,0 %	2,4 %
1982	Ambos os sexos	40	70	84	30	54	49	327
	Mulheres	0	6	7	1	2	1	12
	Total %	0,0 %	8,6 %	8,3 %	3,3 %	3,7 %	2,0 %	3,7 %
1986	Ambos os sexos	41	70	84	41	54	49	339
	Mulheres	2	6	7	1	3	1	20
	Total %	4,9 %	8,6 %	8,3 %	2,4 %	5,6 %	2,0 %	5,9 %
1990	Ambos os sexos	41	70	84	41	54	49	339
	Mulheres	2	9	3	1	1	0	16
	Total %	4,9 %	12,9 %	3,6 %	2,4 %	1,9 %	0,0 %	4,7 %
1994	Ambos os sexos	41	70	94	41	54	49	349
	Mulheres	6	9	11	5	1	2	38
	Total %	14,6 %	12,9 %	11,7 %	12,2 %	1,9 %	4,1 %	10,9 %

Bibliografia

- ALVES, Branca Moreira. 1980. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- AVELAR, Lúcia. 1996. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.
- BORBA, Ângela. 1996. Os petistas e as petistas na atuação parlamentar. In: *Planejamento para o gênero e governo local*. Apostila, junho.
- CARTILHA para Mulheres Candidatas a Vereadoras. 1996. Campanha Mulheres sem Medo do Poder, Brasília, IPEA/DIPES.
- CFEMEA. 1993. *Direitos da mulher: o que pensam os parlamentares*. Brasília, Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
- CFEMEA. 1997. *Boletim Fêmea*, Brasília, n° 53, junho, p. 9.
- GUTIÉRREZ, Rachel. 1985. *O feminismo é um humanismo*. Rio de Janeiro, Antares.
- MURARO, Rose Marie. 1993. *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- NÚCLEO DE MULHERES DO PT. 1986. *Existirmos, a que será que se destina?* Rio de Janeiro. Mimeogr.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. 1976. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes.
- TABAK, Fanny. 1989. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília.
- TABAK, Fanny e VERUCCI, Florisa. 1994. *A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- TOSCANO, Moema. 1975. *Mulher: trabalho e política — caminhos cruzados do feminismo*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana.
- VALDES, Teresa e GOMARIZ, Henrique, coord. 1993. *Mulheres latino-americanas em dados — Brasil*. Espanha/Chile, Instituto de la Mujer/FLACSO.

Gênero e políticas públicas municipais



Ivete Garcia

Breves conceituações

Relações de gênero

O termo gênero refere-se à construção social de homens e mulheres, que são educados e socializados de maneira diferente, criando oposição, e às vezes até mesmo antagonismo. O processo de educação contribui para o tratamento desigual entre homens e mulheres.

Apesar de ambos viverem no mesmo mundo, o que a mulher pode fazer é completamente diferente do que é permitido ao homem. Por isso, é importante observar de forma crítica os lugares e espaços que mulheres e homens ocupam na família, no trabalho, na escola, na igreja, nas esferas de poder e nas representações políticas.

As questões de gênero perpassam todas as relações da sociedade, destacando-se ainda a combinação com as dimensões de classe e raça.

A elaboração de políticas públicas que visem a alteração da realidade de exclusão e desigualdade deve levar em conta uma nova perspectiva para além dos indicadores de pobreza, incluindo a reversão da forma como vivem homens e mulheres, brancos e negros.

Ivete Garcia

Formada em ciências sociais, é vereadora em Santo André (SP), onde foi assessora dos direitos da mulher da Prefeitura (1989-92). Coordenou o Programa Relações Sociais de Gênero do Instituto Cajamar (1993-95).

(Texto escrito com a colaboração de Matilde Ribeiro e Fernando Portella Rosa).

O planejamento da gestão municipal, como um exercício de participação e democracia, deve levar em consideração o conceito de gênero, no momento que se identificam problemas e encaminham-se soluções. Segundo Ângela Fontes e Maria da Graça Neves (1993),

“As categorias-chave que orientam o planejamento para o gênero são os papéis e as necessidades de gênero. O estudo de papéis de gênero diz respeito à divisão sexual do trabalho na sociedade, enquanto o das necessidades se relaciona à articulação dos interesses próprios de mulheres e homens na mesma sociedade. Estes interesses, que não são homogêneos, são identificados de acordo com a posição social de homens e mulheres, a qual por sua vez, envolve, entre outros, os aspectos de classe, etnia e gênero”.

Após alguns estudos e experiências, aprofundados mais adiante, é possível verificar alguns consensos quanto a aspectos comuns na vida das mulheres e no que diz respeito às relações de gênero. Entre eles destacam-se:

- 1) Em geral é a mulher quem usa os serviços públicos em torno da residência para o atendimento da família, assumindo o papel de gestora do cotidiano;
- 2) O trabalho doméstico não é dividido igualmente entre os membros da família;
- 3) O Estado não oferece os equipamentos e serviços de apoio à reprodução social para toda a população;
- 4) Tem sido crescente a feminização da pobreza, ressaltando-se a mulher como chefe de família.

Estes elementos conjugados nos levam à constatação de que a presença da mulher no espaço público traz mudanças para o conjunto da sociedade. O mesmo não acontece com a presença do homem na esfera privada. Constatamos ainda que é necessário considerar a diversidade entre as mulheres, pois a depender da condição social, racial ou de geração, a realidade se apresenta de forma diferenciada.

Políticas públicas

O termo política pública é um anglicismo, ou seja, uma incorporação à nossa língua da expressão em inglês *Public Policy*. É composto por um substantivo e um adjetivo, ambos femininos. Tomando-se por referência os significados expressos no mais utilizado dicionário de língua portuguesa (FERREIRA, 1975), pode-se resumir políticas públicas como

“Conjunto de objetivos que enformam [dão forma] determinado programa de ação governamental e condicionam sua execução [...] Habilidade no trato das relações humanas, com vistas à obtenção dos resultados desejados [...] Pertencente ou destinado ao povo, à coletividade”.

Esta visão baseia-se numa leitura tradicional que impõe ao Estado a obrigatoriedade de atender as necessidades da população, no que diz respeito a moradia, transporte, saúde, alimentação, trabalho, lazer, entre outros. Não há uma caracterização do perfil da população, quais são suas necessidades e interesses. Deve-se considerar que o Estado não é neutro, em especial sob o ponto de vista de gênero, classe social ou raça.

Diante do quadro de desigualdade racial e entre os gêneros, não basta que o Estado apenas se abstenha de promover a discriminação em suas leis e práticas administrativas, é importante o esforço para favorecer a criação de condições efetivas, positivas e afirmativas que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade e tratamento, assegurando a eliminação de qualquer fonte de discriminação direta ou indireta.

Passamos ao longo da história por vários modelos de desenvolvimento econômico e social. Tradicionalmente as mulheres são vinculadas à família sob um modelo abstrato e estereotipado de grupo nuclear — um marido provedor, uma esposa dona de casa e com filhos. Este modelo não reconhece o papel da mulher na produção, como trabalhadora formal ou informal, na gestão familiar e da comunidade, e vincula-se à perspectiva de proteção — ajuda, apoio, socorro, benefício. Há um reforço à fragilidade e à dependência,

visualizando a mulher como receptora passiva dos recursos sociais. A partir dos anos 80, avança-se para visões que reconhecem as desigualdades entre homens e mulheres e a importância das mulheres incrementarem sua auto-estima e capacidade de interferir na direção de sua vida e nas mudanças sociais.

Na Constituição Brasileira de 1988, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios estruturantes do Estado democrático e de direito. Ela proclama a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em relação ao racismo, coloca-o como crime imprescritível e inafiançável. Proíbe qualquer diferença de salário entre os sexos e outras discriminações em relação às mulheres no acesso, formação e ascensão profissional. A efetivação dessas conquistas, no entanto, necessita de monitoramento e ações dos diversos setores dos movimentos sociais (CFEMEA, 1993).

Verifica-se que no plano institucional são consagrados princípios que reconhecem a pluralidade étnica e de gênero, além de aspectos culturais do povo brasileiro, assim como oferecem importantes instrumentos para a perspectiva de garantia de direitos sociais. Porém, as diferenças entre conquistas legais e concretizações de ações políticas são gritantes.

Neste sentido, faz-se importante o desenvolvimento de políticas com perspectiva de gênero, por meio de programas e projetos que articulem a situação das mulheres às políticas globais. Torna-se fundamental a ação visando mudanças de leis que propiciem novas modalidades de acesso à propriedade, ao trabalho etc. Dessa forma, pode-se viabilizar a mudança na prática de planejamento dos projetos, considerando as diferenças, como base para a construção da igualdade e da justiça, sob uma perspectiva de gênero.

A responsabilidade de atender às necessidades da população e das mulheres não é apenas do Estado e sim do conjunto da sociedade, tendo como objetivo a alteração dos aspectos econômico, cultural-social e das relações políticas. Contemporaneamente, diversos setores da sociedade têm se mobilizado para a construção de políticas públicas sob a ótica de gênero e raça.

A ação do movimento feminista

O movimento feminista¹ contribuiu de forma destacada para o desenvolvimento de políticas de igualdade após os anos 70. Mais especificamente nos anos 80, período de redemocratização do país, quando amplia-se a perspectiva de acesso a direitos, a conquista de cidadania e a participação no Estado e na sociedade (BARSTED, 1994). Neste mesmo período identifica-se a atuação do movimento negro, com bandeiras e manifestações muito próximas às do movimento feminista, porém cada um segue sua trajetória na busca de espaço próprio na sociedade.

Desde sua fase inicial, o movimento feminista firma-se como uma filosofia universal, que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Como um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELLES, 1993). Em 1975, quando foi inaugurada pelas Nações Unidas a Década da Mulher, possibilitou-se em âmbito internacional a repercussão da temática de gênero, a denúncia da discriminação das mulheres e a luta pela igualdade de direitos.

O movimento feminista, ao longo dos últimos 30 anos, por meio de várias formas de manifestação e organização, constrói um arcabouço de intervenções e alterações na realidade brasileira e mundial. Nos últimos anos, mais especificamente, elabora propostas de políticas a serem desenvolvidas pelo Estado. Com isso ajudou a consolidar a idéia de políticas públicas elaboradas por setores da população, e não somente pelo setor público ou pelos governos.

As ações do movimento feminista direcionaram-se para além das intervenções em âmbito governamental, voltaram-se também para os demais setores da sociedade civil — partidos políticos, sindicatos, organizações populares. Provocou-se o surgimento de novos debates, posturas e intervenções que demarcaram lugares de

1. Embora seja expresso no singular, considero que não existe um feminismo único, homogêneo. Existem distintas formas de manifestação e expressão, o que nos leva a definir o movimento feminista como um movimento plural.

participação e construção da mulher como sujeitos políticos. Essas ações do movimento devem assegurar o monitoramento da implementação das políticas; assim como a perspectiva de regulamentação das leis e acordos firmados a partir da relação com o Estado.

O PT e as políticas públicas voltadas às mulheres

As formulações existentes no interior do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente as advindas das mulheres que integram o movimento feminista e instâncias partidárias como a Secretaria Nacional de Mulheres do PT e organismos em âmbito estadual e municipal, partem do princípio que: “Fica difícil falar em ‘democracia’ ou direitos à cidadania sem levar à frente políticas que incorporem e beneficiem a metade da população no seu desenvolvimento social” (BITTAR, 1992).

O modo petista de governar busca garantir o pleno exercício de cidadania reconhecendo a existência de desigualdades entre homens e mulheres no partido e na estrutura da sociedade. Considera-se que

“A cidadania para as mulheres não significa a simples extensão dos direitos já conquistados pelos homens, acrescidos daqueles referentes à condição feminina em função da procriação. Pressupõe trabalharmos o conceito de cidadania como a construção de uma condição coletiva, generalizada e inclusiva, ou seja, construir as condições de liberdade e igualdade para todos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994).

Com isto assegura-se que a eliminação das discriminações das mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico, mas exige o desenvolvimento de políticas públicas que ataquem diretamente as formas de discriminação e opressão.

No final da década de 1980, em função das eleições que definiram a entrada do PT, em conjunto com outros partidos de esquerda por meio de coligações, no âmbito das administrações públicas

municipais, concretizaram-se experiências de implantação de políticas de gênero. Os enunciados e expectativas para implantação de tais políticas foram:

“O governo do PT deverá criar um organismo, no âmbito da Prefeitura, com atribuições de formular, executar e/ou coordenar com outras instâncias, as políticas no âmbito municipal que atendam às necessidades das mulheres e enfrentem as diferentes formas de discriminação por sexo” (SÃO PAULO, 1989).

Ou ainda:

“O combate contra a opressão da mulher na sociedade já obteve conquistas, já errou, amadureceu e tem agora um novo desafio, numa nova conjuntura. Após a vitória dos candidatos petistas em 36 prefeituras e a eleição de quase mil vereadores, é preciso avançar” (SOARES, 1989).

Após as eleições de 1988, são criados órgãos relacionados às mulheres em cinco dos 36 municípios com administrações petistas. Nas gestões 1997-2000 (eleitas em 1996), que marcam a quarta geração de administrações petistas, conta-se atualmente com o governo do Distrito Federal, 258 Prefeituras (116 prefeitos petistas e a participação de forma coligada em outras 142 administrações) e a criação de diferentes órgãos relacionados às mulheres, o que possibilita a criação de novas referências de análise.

Ao longo desses anos as propostas encaminhavam-se no sentido de que os governos do PT deveriam criar organismos com autonomia administrativa e dotação orçamentária, relacionando-se com as várias secretarias e departamentos, criando interfaces de trabalho, incorporando as questões de gênero nas diretrizes do planejamento global da administração; ou seja, as questões de gênero devem passar o conjunto das ações do governo.

Ter incorporado, como compromisso e diretriz partidária, o desafio de criar organismos para implementação de políticas públicas voltadas às mulheres já representa um grande avanço. O novo

desafio que se apresenta é o aprofundamento dos temas de gênero no conjunto do partido e das administrações. Ainda são detectados problemas ocorridos nas experiências anteriores, como a falta de autonomia, pouco poder de intervenção junto aos demais setores, desarticulação na gestão e, em alguns casos, sentem-se os efeitos da descontinuidade, provocada pela interrupção com a mudança de governo.

Um balanço amplo e apurado dos resultados dessa política é difícil de se ter, porém é possível verificar que em alguns casos apresentam-se avanços no que diz respeito a planejar a cidade e a implementar políticas públicas sob diferentes olhares e necessidades. No que se refere às mulheres, destacam-se programas voltados à saúde da mulher, ao mundo do trabalho, ao combate à violência contra a mulher, a feminização da pobreza, entre outras. Em relação às desigualdades raciais destacam-se os programas de educação e apoio à luta contra o racismo, atenção às denúncias de discriminação e violência racial etc., impulsionados por organismos específicos sobre a questão racial.

Verifica-se que algumas medidas são imprescindíveis para a expansão das experiências e garantia de sua continuidade: relação das políticas de gênero com as prioridades de governo; sensibilização da equipe de governo que decide os destinos de verba e priorização dos projetos e programas; relação efetiva com o orçamento participativo ou outras formas de democratização dos gastos públicos; envolvimento do movimento organizado de mulheres nos fóruns de decisão da gestão pública; relação com a bancada de vereadores.

Resgate da experiência de Santo André

A criação da Assessoria dos Direitos da Mulher (ADM), em 1989, na Prefeitura de Santo André, representou um avanço no combate à discriminação contra as mulheres e na superação das desigualdades de gênero para o município. Havia uma grande expectativa por parte das representantes do movimento de mulheres na implantação deste organismo: “Aprovada a lei, foi necessária muita coragem

para concretizar o nosso sonho e de muitas mulheres, de ver implantadas e implementadas políticas públicas que combatam de fato a discriminação que sofremos no nosso dia-a-dia” (SANTO ANDRÉ, 1989/92). A ADM estabeleceu um trabalho conjunto com diversas áreas da prefeitura, atuando a partir da concepção de propiciar a participação popular das mulheres. A gestão de 1993 a 1996 interrompeu o trabalho da ADM, com a perda dos serviços implantados e das conquistas obtidas.

Na gestão de 1997 a 2000, os projetos de trabalho pautam-se por quatro linhas de intervenção, tendo como referência as propostas do Plano de Governo: combate à violência e atenção à saúde da mulher; mulher, organização e cultura; política de gênero: educação, geração de emprego e renda; servidoras(es) e cidadania.

Estes projetos relacionam-se com as prioridades de governo: desenvolvimento econômico, participação popular, modernização administrativa, educação e cidade agradável².

As competências da Assessoria dos Direitos da Mulher definem-se por:

- *Políticas de gênero.* Formular diretrizes, executar ou coordenar políticas de gênero no âmbito da administração pública, direta ou indireta.
- *Situação da mulher.* Elaborar, executar e fiscalizar, em conjunto com outras secretarias, programas de ação para melhorar a realidade da mulher no município. Estimular, apoiar e desenvolver o estudo da situação da mulher no município.
- *Direitos da mulher.* Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação quanto aos direitos da mulher.
- *Educação.* Elaborar materiais e campanhas de ação educativa, para o serviço público e para a população, esclarecendo os direitos da mulher e denunciando a discriminação. Realizar programas de formação e capacitação de servidores municipais, visando transformar as relações entre estes e o público atendido.

2. Maiores descrições dos trabalhos realizados na gestão 1989/92 e as perspectivas para a gestão 1997/2000 podem ser obtidas na cartilha *Resgate do Trabalho — Anúncio de Novos Ciclos* (Santo André, Assessoria dos Direitos da Mulher — Prefeitura Municipal de Santo André, 1997).

- *Participação popular.* Garantir a participação popular, assegurando a autonomia dos movimentos sociais.

A experiência passada e o atual processo nos dão a dimensão de que implantar políticas sob a ótica de gênero é um árduo e necessário trabalho. Nem tudo que faz parte das reivindicações históricas das mulheres é possível de ser posto em prática, pois quatro anos de governo passam muito rápido, no entanto é possível realizar ações importantes que avancem na construção de uma política local com a perspectiva de gênero.

A proposta fundamental é que a gestão pública contribua para que as mulheres sejam tratadas como cidadãs, como sujeitos políticos. Neste sentido, ao planejar as ações do governo, é importante levar em conta a existência de homens e mulheres na cidade e a situação de desigualdade entre estes. Vejamos alguns aspectos:

Políticas urbanas

— É preciso repensar a cidade do ponto de vista das mulheres, nos projetos ou programas, no planejamento dos bairros, na prestação de serviços, na implantação de equipamentos sociais, na urbanização de favelas etc.

— Nos projetos de intervenção e revitalização urbana é preciso ter em conta que a mulher é a principal gestora do cotidiano e administradora da vida de toda a família, e, portanto, da cidade. Por isso, é importante que os serviços, bancos, supermercados, escolas etc. estejam descentralizados pelos bairros e vilas, facilitando o dia-a-dia das mulheres.

— Os espaços de lazer, educativos e culturais devem ser descentralizados nos bairros, desenvolvendo programas voltados à mulher.

— Praças, parques, ruas e equipamentos públicos devem ser seguros, com iluminação, policiamento e retaguarda para evitar assaltos, molestamentos, estupros.

— Os equipamentos públicos devem ser adaptados às mulheres com filhos (fraldários, banheiros adequados, espaços para amamentação), com atividades para as crianças e os adultos.

Políticas habitacionais

— É fundamental a promoção e a realização de programas que priorizem financiamentos e acesso a moradia, levando em conta que as mulheres são as mais pobres e na maioria das vezes não possuem emprego formal e assumem a chefia de família.

— As políticas habitacionais devem levar em conta a participação das mulheres no planejamento e construção, porque são as mulheres que hoje mais utilizam a casa e conhecem as suas necessidades.

— Devemos pensar ações preventivas relativas à segurança, como: punição fiscal para terrenos baldios abandonados, plano de iluminação pública, poda sistemática de árvores evitando mais lugares escuros e sombrios.

Combate à violência

— Elaborar o diagnóstico da situação das mulheres quanto à violência sexista é um desafio para a implantação de serviços para atendimento das vítimas da violência: Delegacia dos Direitos da Mulher (em convênio com o governo do estado), Casa Abrigo e outros.

— A capacitação dos profissionais para atendimento às mulheres em situação de violência, destacando-se o treinamento da Guarda Municipal visando o aprimoramento do atendimento às mulheres vítimas de violência, é outro aspecto fundamental a ser observado.

— Observar também a relação com outras áreas da administração, no caso de ações preventivas e de serviços voltados às vítimas, em especial com a Guarda Municipal, saúde, educação e habitação.

Educação

— Combate permanente à linguagem sexista e racista nos materiais didáticos e desenvolvimento das ações educativas.

— Promover o treinamento a profissionais da área para que não reproduzam o preconceito, a discriminação e a exclusão.

— Adoção de política para ampliação do atendimento das creches, que invista não só na qualidade do ensino das crianças, mas também na perspectiva da socialização da educação dos filhos, proporcionando às mulheres o direito ao trabalho, ao lazer e à educação.

— Implementação de programas para educação e formação profissional de jovens e adultos que priorizem a participação das mulheres.

Transporte

— Transporte coletivo adaptado a toda diversidade, catracas, degraus e balaústre que atendam não só as mulheres grávidas, mas a obesos, idosos e crianças de modo geral.

— Garantir a existência de linhas no período noturno que proporcionem lazer e segurança para as mulheres.

Participação popular

— Socialização das informações, para planejar e avaliar as ações com os movimentos e entidades de mulheres.

— Realização de atividades culturais e organizativas visando contribuir para o fortalecimento do movimento de mulheres.

— Proporcionar a participação das mulheres no desenvolvimento das políticas públicas, criando canais institucionais de participação (conselhos, comissões, fóruns).

Essas foram as principais ações e/ou reflexões da Assessoria dos Direitos da Mulher na gestão 1989-92, a partir de um trabalho integrado junto à Coordenadoria dos Centros Comunitários, Promoção Social, Programa de Saúde da Mulher, Pré-Urbanização de Favelas, Projeto Viva a Cidade e Assessoria de Participação Popular, que resultou na criação do Elo Mulher, grupo permanente formado por integrantes dessas secretarias com o objetivo de executar ações comunitárias.

Um dos marcos de referência da elaboração das políticas públicas sob a ótica de gênero foi a participação na construção do Plano Diretor e no planejamento estratégico da cidade. No Plano Diretor, foi

incluído um plano setorial — Plano Municipal dos Direitos da Mulher —, que possibilitou repensar a cidade do ponto de vista das mulheres. Essa proposta setorial centrou-se basicamente em quatro grandes questões: *habitação, segurança, equipamentos sociais e geração de renda*.

Em âmbito legislativo, houve um investimento para a garantia da inclusão da questão de gênero em vários projetos que foram discutidos e encaminhados, destacando-se os debates quando da elaboração do Plano Diretor municipal, que assegurou diversos avanços à qualidade de vida das mulheres.

Foi um trabalho intenso que resultou em ações concretas, porém ao término da gestão, com a mudança de governo, houve uma total paralisação das atividades. Esta realidade nos leva a repensar a dimensão e o alcance das políticas públicas em âmbito municipal, pois dependem, de um lado, da priorização e vontade política dos governos e, de outro, da existência de um movimento de mulheres que cumpra o vigilante papel de pressionar os partidos e instituições públicas para a manutenção de suas conquistas.

Após os quatro anos de governo pode-se dizer que houve significativas contribuições na estruturação do movimento de mulheres. Foram feitos vários trabalhos nas comunidades, o que resultou no fortalecimento das ações locais e contribuiu para a existência de um amplo fórum de mulheres e o surgimento e consolidação das suas organizações, entre as quais veio a constituir-se a Fé Menina — Movimento de Mulheres de Santo André. Esta organização possui em seu quadro 70 associadas, que representam agrupamentos de mulheres em vários bairros da cidade.

A nossa experiência demonstrou quanto é importante ressaltar que a participação feminina é crucial na elaboração do planejamento municipal, já que as mulheres participam das lutas por moradia, água, saneamento, meio ambiente, educação, saúde etc. É obrigação de uma administração popular criar mecanismos para que as mulheres participem do acompanhamento e fiscalização das políticas de gênero e se apropriem do espaço público para terem condições de manifestar o que realmente demandam em termos de serviços e ações de governo, naturalmente respeitando a autonomia do movimento das mulheres.

Desafios para os próximos períodos

Devemos considerar que o principal desafio é romper com a idéia e o discurso do destino biológico da mulher, que impõe papéis e a condiciona histórica e culturalmente a funções relacionadas à maternidade e à família. A partir desta consideração e constatação, assumir o desafio de agir no sentido de alterar as relações de desigualdade entre os gêneros. Este ponto de partida é importante para não se reforçar as atribuições tradicionais da mulher como única saída, ou passar por cima da posição em que está a maioria das mulheres na sociedade.

Delaine Costa e Maria da Graça Neves (1995) fizeram um trabalho que examina as percepções do Executivo municipal, no período de 1989-92, no que diz respeito a suas ações e às necessidades próprias das mulheres. A pesquisa deu-se junto aos 4.489 municípios brasileiros existentes em 1989. Segundo as autoras, foi possível detectar que nos governos municipais há consensos quanto à implementação de programas voltados às necessidades próprias das mulheres.

Os retornos dos questionários pautaram-se pela visão de uma mulher associada, de um lado, à reafirmação do papel “tradicional da mulher”, vinculada às tarefas domésticas e educação de filhos, sendo o seu trabalho percebido como fonte adicional de recursos, mesmo quando é a principal receita para as despesas familiares. Por outro lado, apresenta-se uma “nova mulher”, vinculada à mudança de posição a ser realizada pelas próprias mulheres. Embora ativa e participante, é carente de informação e esclarecimento, requerendo educação ampla e conscientização de seu próprio papel na sociedade; trilha assim o caminho do desenvolvimento pessoal. A esta mulher pleiteia-se condições de igualdade de direitos, pois está associada a outros segmentos discriminados na sociedade.

Neste sentido, sintetizando as possibilidades apresentadas pelos respondentes, referem-se ao “papel tradicional” como uma situação estabelecida e não questionada, que não requer alteração, em oposição à “nova mulher”, com um caráter dinâmico, requerendo alterações. Espera-se, assim, que os programas e iniciativas dos governos municipais possibilitem mudanças.

É interessante, à luz desta pesquisa e da experiência desenvolvida no município de Santo André, perceber-se que não dá para lidar com as políticas públicas de gênero a partir da visão das mulheres de forma fragmentada e estereotipada. O cotidiano das mulheres e suas necessidades são muito variados, pois dependem de sua condição de classe, raça, idade entre outros. Neste sentido, é importante o olhar para a diversidade, que deve estar vinculado ao conjunto de políticas desenvolvidas pela administração.

Reforça-se a necessidade da compreensão de que o desenvolvimento de programas específicos não significa o atendimento a uma parte ou a uma minoria, mas acima de tudo garantia de mudanças na sociedade como um todo. As políticas de gênero devem ser vistas como uma condição para ampliar o grau de eficácia das ações municipais. De outra forma, com o adiamento para um futuro longínquo do desenvolvimento das políticas de gênero que promovam a igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, gera-se a inércia, tanto por parte dos elaboradores de políticas públicas como em relação às mulheres.

Bibliografia

- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. 1994. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil — 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- BITTAR, Jorge, org. 1992. *O modo petista de governar*. São Paulo, Cadernos de Teoria e Debate, Partido dos Trabalhadores.
- CFEMEA. 1993. *Pensando nossa cidadania — Proposta para uma legislação não discriminatória*. Brasília.
- COSTA, Delaine Martins e NEVES, Maria da Graça Ribeiro. 1995. Nem tanto ao mar nem tanto à terra: Uma perspectiva das ações municipais voltadas para a mulher. *Revista de Administração Municipal — RAM*, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 215, p. 9-28.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1975. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- FONTES, Ângela e NEVES, Maria da Graça. 1993. Gestão municipal e perspectiva de gênero. *Revista de Administração Municipal – RAM*, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 206, p. 52-63.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Mulheres. 1994. Cidadania e política de gênero. Política do governo Lula em relação às mulheres. *PT Informa Mulheres*, nº 5, São Paulo, abril. Documento preparatório para o programa de governo apresentado nas eleições de 1994.
- SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal. 1989/1992. *Vida de mulher*. Assessoria dos Direitos da Mulher, 1º Encontro de Mulheres de Santo André.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. 1989. *Projeto para a Coordenadoria Especial da Mulher para a Prefeitura de São Paulo*.
- SOARES, Vera. 1989. Maturidade ao poder. *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 6, abr/mai/jun.
- TELLES, Maria Amélia A. 1993. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política

Matilde Ribeiro



*[...]quase todos pretos, ou quase pretos,
ou quase brancos quase pretos de tão pobres
e pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos.*

Caetano Veloso — “Haiti”

...Ela viu um anúncio da Cônsul para todas as mulheres do mundo.

Procurou, não se achou ali. Ela era nenhuma.

Tinha destino de preto.

Quis mudar de Brasil: ser modelo em Soweto.

Queria ser qualidade. Ficou naquele ou eu morro ou eu luto...

Elisa Lucinda — “Ashell, Ashell pra todo mundo, Ashell”.

São estes versos fragmentos de uma história sem fim. E que história é esta? Todos sabem, todos viram, mas a maioria se cala. Estas contundentes manifestações poéticas nos inspiram a uma viagem reavivando a memória do Brasil, desnudando suas mazelas de ocultamento das desigualdades.

Matilde Ribeiro

Assistente social, mestranda em psicologia social da PUC/SP. Coordenou o Programa Relações Sociais de Gênero do Instituto Cajamar (1995-96) e integrou a Secretaria de Combate ao Racismo do PT (1995-97). É assessora dos direitos da mulher da Prefeitura Municipal de Santo André.

Diante deste contexto, refletirei sobre aspectos da realidade brasileira no que diz respeito às desigualdades raciais e de gênero¹, assim como às dimensões do feminismo, da luta anti-racista e da participação política das mulheres negras.

O horizonte da questão racial

Num breve resgate do estudo de Eder Sader (1988) evidencia-se uma ampliação da reflexão sobre o exercício da democracia, considerando os novos personagens da cena histórica brasileira dos anos 80:

“[...] na emergência de novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais”.

Um outro aspecto relevante que se destaca neste mesmo período está na formulação de Leila Barsted (1994):

“A partir de meados da década de 1980, com a redemocratização do país, o tema cidadania tem sido debatido não apenas como um acesso a direitos, mas como capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizar os direitos formais”.

1. Não será aprofundada neste artigo a conceituação das relações raciais e de gênero, embora seja um exercício extremamente necessário. No entanto, cabe rapidamente apresentar alguns pontos de partida:

— *relações raciais*: encontraremos diversos caminhos para conceituar as diferenças entre os grupos raciais, desde as que reafirmam as diferenças biológicas até as que consideram outras variáveis também determinantes para a constituição das raças: cultura, meio ambiente, condições sociais, entre outras. Vale ressaltar, no entanto, que não existe raça apenas em termos biológicos;

— *relações de gênero*: homens e mulheres possuem diferenças biológicas, ligadas ao sexo. Estas diferenças biológicas, por meio de um processo social, passam a ser “naturalizadas” e hierarquizadas. O termo gênero refere-se à construção social de homens e mulheres que são educados e socializados de maneira distinta, gerando hierarquias, relações de poder, diferenças de posições que constituem desigualdades.

Os dois autores apontam as possibilidades de exercício da democracia, da emergência de novos sujeitos e práticas sociais. Estes são elementos de extrema importância para a conquista de direitos, cidadania e participação política. Nos levam ainda a reforçar a perspectiva já sabida pelos movimentos sociais e os sujeitos que os integram: a *história da sociedade não é imutável*.

As temáticas racismo e relações raciais, embora venham se tornando reconhecidas nas últimas décadas, são ainda tabu. Os processos organizativos dos movimentos sociais tiveram como tendência histórica colocar estas questões em sua agenda política sem o devido destaque; salvo situações em que os principais agentes — os negros em geral e as mulheres negras em particular — assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. Porém, mesmo considerando o descompasso de interesses, é notório o avanço das questões raciais na cena política.

É interessante fazermos comparações entre a configuração do Brasil real demarcado pelo racismo e pelo machismo evidentes no cotidiano de homens, mulheres, brancos e negros; e o Brasil “apaziguado” e “democrático” catalogado por intermédio dos meios de comunicação, da história oficial e das instituições².

O Brasil é o país que, fora da África, concentra a maior população negra. No entanto, esta continua ocupando o mais baixo grau no que se refere às condições sociais. Quanto à mulher negra, Lélia Gonzales (1980) constata a conjugação entre o racismo e o machismo:

“[...] o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra”.

Esta é uma reprise de uma novela antiga, que começa com a escravidão negra e mantém-se até os dias atuais. Há décadas o

2. O vídeo *Retrato em Preto e Branco* — produzido pelo Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), roteiro de Joelzito Araújo e Hélio Silva Jr. — retrata de forma didática e nítida a construção do racismo à moda brasileira, levando-nos a percorrer imagens impactantes do cotidiano de negros e brancos, assim como das possibilidades de reversão desta situação.

movimento negro — *homens e mulheres* — vem cumprindo um importante papel na denúncia e desmascaramento do racismo, explicitando a construção da desigualdade entre as raças, pois apesar da tentativa da sociedade de negar os resultados das raízes históricas da escravidão, os negros foram sistematicamente transformados em subcidadãos. Por meio de sua persistência organizativa ao longo da história, o movimento contagiou os setores democráticos e populares. Nos últimos anos, a luta anti-racista teve um visível crescimento.

O processo de comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares foi um fato marcante, como resultado da ação do movimento negro com o apoio de outros setores do movimento social (Central Única dos Trabalhadores — CUT; Partido dos Trabalhadores — PT; Central de Movimentos Populares — CMP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; entre outros). A Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, contou com mais de 20 mil pessoas de todo o país. O conjunto de atividades deste período destacou a temática racial no espaço público brasileiro, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista. Esta foi a maior manifestação contra o racismo da história brasileira.

No documento “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial”, entregue ao governo federal na ocasião da Marcha, expressa-se um rol de reivindicações e indicações que devem ser levadas a cabo pelo Estado enquanto políticas públicas, sendo estas referentes a: democratização de informações; mercado de trabalho; educação; cultura e comunicação; saúde; violência; religião; terra. O documento diagnostica e identifica a exclusão, genocídio e descaracterização da população negra enquanto cidadãos; constrói uma crítica sistemática à institucionalização do racismo e, neste sentido, ressalta a necessidade de coibi-lo: “Reflexo da crescente atuação do Movimento Negro, o Estado brasileiro tem sido pressionado no sentido de proibir as práticas racialmente discriminatórias e impedir que a lei corrobore ou incentive tais práticas”.

Em função desta movimentação e considerando os princípios consagrados em 1988 na Constituição, que reconhecem a pluralidade

racial, étnica e cultural do povo brasileiro e transformam a prática do racismo em crime, por meio de um decreto presidencial instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial. Este grupo tem a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra, porém suas ações mostram-se insuficientes. Questiona-se quais resultados efetivos, em termos de política de combate ao racismo, foram implementados.

Um amplo setor da militância negra e anti-racista, ao avaliar todo este processo, apesar de considerá-lo como uma vitória sem precedentes, reafirma a distância entre o discurso e a prática no que diz respeito a levar a termo uma ação de fato anti-racista. Um trecho da introdução do encarte “Faça a coisa certa!” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996) traduz esta avaliação:

“Os crescentes pronunciamentos de dirigentes políticos revelam a reengenharia do mito da democracia racial: a negação frontal do racismo é paulatinamente substituída por solenes declarações que reconhecem o problema mas não indagam o papel dos indivíduos, das instituições e do Estado na sua superação. A naturalização das desigualdades raciais é agora substituída pela naturalização do racismo, por meio de uma lógica esdrúxula que isenta a sociedade de responsabilidade e termina por culpabilizar o próprio negro pelos privilégios raciais, materiais e simbólicos da elite branca e masculina. Tudo se passa como se à sociedade restasse tão-somente conformar-se com as estatísticas e, ao povo negro, resignar-se diante da violência do cotidiano”.

Diante deste ir e vir do discurso e da prática é interessante pensarmos qual a base para a persistência de um comportamento social que se confirma como seletivo quanto ao acesso aos direitos humanos. Todos os argumentos e fatos não têm sido suficientes para dirimir a realidade de desigualdade e exclusão imposta à população negra.

Vejamos, então, breves explicações que nos dão pistas para irmos um pouco mais fundo em nossas indagações.

a) A neutralização do racismo tem bases históricas e sociais que definem lugares de brancos e negros, partindo do engendramento dos sujeitos a

partir de situações legitimadas socialmente, como a idéia e a prática da branquitude.

A construção deste raciocínio tem sido fomentada por um grupo de estudiosos ligados ao projeto A Força Psicológica do Legado do Branqueamento — Um estudo sobre a Negritude em São Paulo, desenvolvido pela Faculdade de Psicologia da USP, sob a coordenação da professora Iray Carone. Piza (1996) elabora questionamentos de como é onerada a presença do negro no Brasil como um fator de desequilíbrio racial e como depositários dos resultados causados pelo regime escravocrata; e, de que modo os processos sociais presentes nas relações de dominação afetaram a população de brancos brasileiros e como eles passaram a constituir suas identidades de brancos, na qual a marca mais visível é a neutralidade, tanto política como racial.

“Cada vez mais parecia óbvio que, se vivíamos numa sociedade ‘racializada’, as percepções raciais de negros e brancos eram diferentes em razão não apenas de suas posições estruturais, mas talvez, principalmente, dos processos de construção de uma identidade de dominador, fragmentada entre benefícios simbólicos sempre atuantes e benefícios concretos, nem sempre reais.”

Bento (1996), ao analisar as condições vividas pela população negra e pelas mulheres negras, define a secundarização em função da construção da brancura:

“O branco, a branca, a brancura, a branquitude, partes ativas na perpetuação da condição dramática de vida da população feminina negra brasileira, são esquecidos, secundarizados, senão preservados nos estudos e nas iniciativas institucionais anti-racistas no Brasil.”

Estas reflexões baseiam-se nos trabalhos de Ruth Frankenberg (1995), feminista branca, que estudou a maneira pela qual o racismo modela a vida de feministas brancas. A partir dessas referências podemos verificar que a construção da branquitude leva a uma omissão quanto às desigualdades construídas socialmente.

b) A hierarquização entre as raças produz resultados desiguais no que se refere a tratamento e oportunidades. Estes resultados baseiam-se em rígidas estruturas de poder.

O conceito e a prática do poder parecem não apresentar novidade no contexto de uma reflexão sobre participação política; no entanto, não são tão simples como parecem. As explicações sobre o significado da branquitude, assim como a existência de privilégios sociais e hierarquização entre as raças. Estes aspectos associados nos remetem a pensar nas relações de poder.

“Aos brancos a sociedade e a cultura têm conferido o poder de se designar ou não pela cor, de oprimir, de ignorar, de compartilhar, de invadir, de excluir, de construir o outro como diferente sobre bases ideológicas que vão alterando lentamente no tempo, mas cuja alteração não determina a renúncia branca ao poder de se supervalorizar e, simultaneamente, desvalorizar o outro.” (PIZA, 1996)

Doaré (1994), em um estudo especulativo procura oferecer uma explicação sobre a ausência das mulheres no poder político:

“O exercício do poder é um processo descontínuo [...] Parece-me que é preciso distinguir o poder político, que as mulheres não exercem, do poder ou poderes dos quais não se pode dizer que as mulheres sejam desprovidas (de um ponto de vista operacional, essa distinção pode ser importante, pois ela abre para uma multiplicidade de estratégias). Se interrogarmos o poder do ponto de vista do gênero, aparecem dois níveis, um definindo um espaço homogêneo caracterizado pelo funcionamento de relações de força entre iguais, entre semelhantes (recobre não apenas o Estado, mas também qualquer lugar de tomada de decisão na sociedade), e de um outro espaço que poderíamos chamar de social, marcado por relações de poder baseadas no exercício da dominação e da exploração, marcado portanto pela presença dos dois sexos, como de grupos heterogêneos”.

A idéia de exercício de poder, ainda que descontínuo, perpetua-se de maneira a definir lugares ocupados por mulheres e ho-

mens, brancos e negros, nas estruturas sociais, nos espaços de decisão política; e, acima de tudo na condição de serem ou não sujeitos de suas ações. Tudo isso remete-nos a questões apresentadas anteriormente, como democracia e cidadania — de quem? para quem? quando?

Os dois referenciais — branquitude e poder — coexistem como reafirmação da conjugação entre machismo e racismo e incidem sobre a vida da população negra. Para as mulheres negras resultam em barreiras para o seu cotidiano e desenvolvimento pleno.

Feministas e anti-racistas graças às deusas

As mulheres negras emergiram como sujeitos políticos desde a resistência aos marcantes períodos da escravidão. Sonia Giacomini (1988) aponta para a necessidade de uma visão crítica da história, sugerindo que não se pode fazer reduções como “ao trabalho forçado chamar de liberdade econômica, ao estupro institucionalizado chamar de sensualidade e liberdade sexual da negra e/ou mulata”.

Muitas críticas foram feitas pelas mulheres negras à sociedade e ao movimento social, em especial ao movimento feminista e negro (DOCUMENTO..., 1990; OLIVEIRA, 1995), quanto à invisibilidade de sua ação política. A contestação mais direta é sobre a forma secundarizada com que o caráter de sua opressão e organização foi tratado. Verificou-se, seja por meio do discurso ou da produção teórica, que as mulheres negras aparecem como “sujeitos implícitos”, dentre as/os demais participantes destes movimentos.

No movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo as diferenças: raciais, étnicas, condições sociais, orientação sexual, geração ou culturais) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos, veio a reforçar a imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidade das mulheres negras (AZEREDO, 1994).

No Brasil, ao longo das últimas décadas, foram realizados 12 Encontros Nacionais Feministas (ENF)³. Têm ocorrido mudanças quanto às participantes destes eventos levando a uma interferência mais efetiva das mulheres dos movimentos sindical, popular e negro. Há controvérsias quanto ao crescimento e surgimento de novas atrizes sociais, pois isto recoloca o debate entre ser ou não ser feminista, dos efeitos da popularização do feminismo e mesmo da incorporação das temáticas raciais e étnicas. (BORBA *et alii*, 1994)

Esta mudança tem ocorrido também na América Latina. Segundo Sônia Alvarez (1994)

“muitas mulheres militantes e feministas insistem hoje em que se tem que organizar em torno de questões de classe e raça, na medida em que estas norteiam o modo como se manifesta a opressão de gênero nas vidas das mulheres das diversas classes e grupos étnicos/raciais”.

Constata-se ainda que os

“debates ideológicos estratégicos dos feminismos latino-americanos contemporâneos têm girado em torno de dois eixos centrais: a relação entre feminismo e a luta revolucionária por justiça, e a relação entre o que era um feminismo predominantemente de classe média e os crescentes movimentos de mulheres de base popular”.

No movimento negro partiu-se da generalização entre os sexos. Assim sendo, as mulheres negras durante longos anos não se destacavam como interlocutoras políticas da mesma forma que os homens. As mulheres negras sempre estiveram presentes neste movimento, porém suas questões específicas foram secundarizadas.

Chama atenção um depoimento do senhor Henrique Cunha, que pertenceu à Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos 30/40. Ao ser homenageado no seminário Gênero, Raça e Cidadania, promovido

3. O 12º Encontro Nacional Feminista — Gênero com Diversidade no País da Exclusão — realizado em Salvador (BA), de 28/10 a 01/11 de 1997, acentuou ainda mais o crescimento da presença das mulheres negras. Participaram neste evento 700 mulheres de todo o país, dentre estas uma grande parcela de negras. Na coordenação, assumida por algumas entidades da Bahia, destacou-se o Fórum Estadual de Mulheres Negras.

pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero/USP, em 1994, fez um caloroso discurso comparando a organização das mulheres negras na FNB com o processo atual:

“É muito emocionante estar diante de tantas mulheres combativas e participantes politicamente, pois, na FNB, enquanto os homens comandavam a política as mulheres faziam comida e cuidavam de crianças. Sua atividade pública era organizar o Baile das Rosas Negras”.

Diante desta constatação de mudança foram feitas reflexões sobre a relação entre machismo e racismo.

Sem dúvida esta situação alterou-se muito ao longo da história, devido às mulheres negras terem assumido posturas mais propositivas. Percebe-se que no jogo de poder existente no movimento negro, não muito diferente de outros, a participação das mulheres com evidência é “negociada” a partir de interesses e força política das mesmas. O que contribui para a quebra da lógica de que as lideranças são “naturalmente” masculinas.

As mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Uma ilustração interessante para esta busca é o título de um livro norte-americano: *Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas muitas de nós somos valentes* (SMITH e SCOTT, 1982).

No que diz respeito à movimentação das mulheres negras, muitos foram os formatos. Porém, nas últimas décadas, quando se expressam como um setor organizado em âmbito nacional, parte-se da necessidade de olhar as diferentes formas da experiência de ser: negra, mulher, pertencente a uma classe social. Segundo Luiza Bairros (1995) estas considerações tornam

“supérfluas as discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras — luta contra o sexismo ou racismo? —, já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra”.

Com estas reflexões, as mulheres negras não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos, perante os movimentos sociais (em especial o feminista e o negro) e a sociedade, como trilharam um caminho próprio por meio da construção do movimento autônomo.

No Brasil, desde 1988 — ano de realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN)⁴ —, estruturaram-se grupos e entidades de mulheres negras e Fóruns Estaduais de Mulheres Negras em quase todo o país. Em 1997, parte-se para a organização do 3º ENMN, que deverá ocorrer até o ano 2000, com a perspectiva de sistematizar as ações, a partir da experiência acumulada, visando o próximo milênio.

A partir do acúmulo dos debates, as mulheres negras definiram a forma de sua organização:

“O movimento vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo, independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originárias de movimentos como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o movimento negro e feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade” (1º SEMINÁRIO NACIONAL..., 1993).

4. Cronologia e dados das atividades nacionais:

- 1988 — 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras - Valença/RJ
(450 participantes, 17 Estados)
- 1991 — 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras - Salvador/BA
(430 participantes, 17 Estados)
- 1993 — 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras - Atibaia/SP
(48 participantes, 9 Estados)
- 1994 — Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras Itapetecica da Serra/SP (55 participantes, 14 Estados)
- 1994 — 2º Seminário Nacional de Mulheres Negras - Salvador/BA
(67 participantes, 12 Estados)
- 1997 — Reunião Nacional de Mulheres Negras - Campinas/SP
(58 participantes, 13 Estados)
- 1997 — Reunião Nacional de Mulheres Negras - Belo Horizonte/MG
(69 participantes, 11 Estados)

Com esta perspectiva, as mulheres negras tiveram destacado papel no processo da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher — realizada em Pequim em 1995 —, quando foram colhidos os frutos dos trabalhos realizados nos últimos anos (RIBEIRO, 1995). Esta intervenção possibilitou ampliar a discussão sobre a questão racial e étnica em âmbito mundial. Segundo declaração de feministas brasileiras (CORRÊA, 1996), “se quiséssemos resumir a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher em uma palavra, ela seria vitória; as mulheres organizadas no mundo todo driblaram as dificuldades colocadas pela censura do governo chinês, a ineficiência do secretariado e a omissão da ONU”. Para além da plataforma de ação, a Conferência produziu a Declaração de Pequim, um documento que diagnostica e prevê medidas de alteração das condições das mulheres, reafirmando compromissos em prol de seus direitos humanos.

O uso dos termos raça e etnia gerou longa e dura controvérsia, na qual o Brasil e os Estados Unidos se manifestaram a favor da menção explícita de ambos para fins de dados estatísticos que pudessem gerar documentação sobre a injustiça social que se abate sobre a população não-branca, discriminada pelo racismo. A delegação oficial brasileira teve um importante papel para impulsionar um esforço de *lobby* junto à União Européia e aos países africanos, para a garantia da incorporação destes termos no documento da ONU. Esta vitória possibilitou acordos entre as mulheres de várias regiões, entre feministas brancas e negras, entre o movimento feminista e representações diplomáticas dos países. Segundo Nilza Silva (1995), a 4ª Conferência da ONU demonstrou a possibilidade de diálogo e solidariedade entre as mulheres que vivem diferentes situações sociais e raciais.

Ao retomar este processo não podemos considerar os fatos a partir da somatória ou linearidade, devemos reafirmar o acúmulo de muitas formulações e diálogos. As mulheres negras buscam interlocução entre si e com a sociedade. Sabemos o quanto é difícil a mobilização e manutenção das estruturas locais e das estruturas nacionais e internacionais. Ressalte-se, no entanto, a importância das entidades, redes, fóruns específicos e da relação continuada com os demais movimentos.

Diálogos com o Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores vem constituindo-se como campo possível de atuação conjunta entre os diversos setores da sociedade, fazendo jus a suas linhas programáticas e prática política. Embora haja distâncias entre a elaboração e a concretização das ações, no que diz respeito à questão racial, podemos verificar em um balanço recente (300 ANOS..., 1996):

“Em que pese o PT ter surgido simultaneamente à retomada do movimento negro organizado, a discussão da questão racial no interior do partido não alcançou a dimensão necessária. O PT, na sua gênese, aparece refletindo o setor sindical, secundarizando ou omitindo outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a construção do projeto político de transformação da realidade do país”.

Com alguma similaridade verifica-se também as dificuldades para incorporação das questões de gênero⁵, embora, como já citado anteriormente, com menos barreiras do que as raciais.

Uma das críticas apresentadas ao PT relaciona-se ao fato de referir-se aos negros e mulheres pautando-se pelo conceito de minorias. Esta marca não condiz com a realidade, pois as mulheres somam 51% e os negros 44% da população brasileira. Por outro lado, se são minorias políticas isto não é um processo “natural” e, por conseqüência, deve ser objeto de ação partidária e política. Ao reafirmar o legado de minoria, “acaba omitindo uma leitura mais crítica das relações raciais e o nosso partido, ao incorporá-lo no contexto histórico do pensar e agir na realidade brasileira, buscou atualizar o enfoque sobre a questão racial na forma sem mexer no conteúdo” (300 ANOS..., 1996).

5. Reflexões quanto ao desenvolvimento das políticas voltadas às mulheres e relações de gênero constam desta mesma publicação e também em materiais elaborados pelas Secretarias de Mulheres do PT em âmbito nacional, estadual e municipal.

Neste sentido, é fundamental a reorientação do debate e da ação partidária, instrumentalizando e municinando a militância para a mobilização e a construção de políticas globais que levem em conta a questão racial e de gênero.

Os negros e negras organizaram-se ao longo dos anos buscando contribuir para a reversão das desigualdades raciais. Assim sendo, alguns resultados podem hoje ser objeto de reflexão, tendo como exemplo alguns eixos de atuação:

Estruturação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo — SNCR
O 3º Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, realizado em Belo Horizonte em junho de 1995, encaminhou ao 10º Encontro Nacional do partido a proposta de criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), cuja aprovação consta da Carta de Guarapari, documento que sela o compromisso da estruturação deste organismo. Antes da existência da SNCR várias iniciativas ocorreram em âmbito estadual e municipal — comissões e/ou grupos de trabalho. Porém, os trabalhos foram descontínuos e incidiram pouco na definição da “cara” do PT. O acúmulo dessas várias iniciativas contribuiu para o formato da organização atual.

Os objetivos estratégicos da SNCR são: elaborar políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas; elaborar propostas para ações nos legislativos; contribuir na formação política dos filiados e militantes; ocupar as direções em todos os níveis; indicar candidatos negros para eleições aos diversos cargos de representação. É importante registrar que a SNCR estruturou-se garantindo a presença de mulheres e homens. No primeiro mandato (1995-97) possuía nove integrantes — cinco homens e quatro mulheres, no segundo (1997-99) possui seis homens e três mulheres.

Ao longo de três anos de existência a SNCR encaminhou diversas intervenções, entre elas a participação na Marcha à Brasília e na Campanha pelo Voto Racial — Faça a Coisa Certa. O alcance da SNCR tem sido pequeno, tanto dentro como fora do partido, porém, é um órgão estratégico no encaminhamento das ações partidárias e globais. A efetiva implementação dos objetivos só será possível mediante a constituição de espaços que incorporem a militância

negra em torno de alguns acordos e objetivos comuns, e que integre de fato as estruturas de poder do partido.

Ação na administração pública

Nas administrações petistas desde 1989 têm ocorrido experiências de estruturação de organismos voltados à questão racial. Foram desenvolvidos programas de educação para a igualdade; apoio à luta contra o racismo; atendimento a queixas de discriminação e violência racial; e introdução do quesito cor nos formulários de saúde. Destacam-se os governos de Luiza Erundina em São Paulo (1989-92) e Patrus Ananias em Belo Horizonte (1993-96). Experiências do mesmo tipo são desenvolvidas nos governos atuais, a exemplo de Porto Alegre, que possui a Assessoria sobre a Questão Racial, ligada à Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania.

Estes trabalhos, apesar de exemplares, têm sido pouco eficazes. Existem emperramentos para a concretização das propostas devido à descontinuidade, dentro dos próprios exercícios das administrações públicas e também em relação às mudanças de governo. Uma outra dificuldade encontra-se no isolamento dos organismos específicos diante das ações globais do governo.

Embora tenhamos poucos registros de avaliações e balanços desses processos, verifica-se que o “modo petista de governar” necessita ser reciclado. Assim, é necessária não apenas uma avaliação, mas também a elaboração de novas diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres e aos negros.

Formação política

No campo da formação política, em âmbito partidário e sindical, mesmo tratando-se de projetos alternativos para a sociedade brasileira, expressou-se durante muito tempo a dicotomia entre o geral e o específico, privilegiando-se as análises economicistas. É recente a inclusão de reflexões a partir das desigualdades de raça e gênero.

Neste sentido, uma das prioridades da SNCR foi o desenvolvimento de ações voltadas à formação política em âmbito nacional. Buscou-se a parceria com outras secretarias do PT — Formação Política, Mulheres, Assuntos Institucionais, Juventude; assim como

com outras instituições⁶, em especial o Instituto Cajamar (INCA), o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e a Comissão Nacional Anti-Racista da CUT. No período de 1996 a 1998 foram realizados três seminários nacionais: o Seminário Gênero, Raça e Trabalho, de 25 a 28 de julho de 1996 (a SNCR integrou a realização desta atividade em conjunto com o Coletivo de Gênero do Instituto Cajamar); o Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Políticas Públicas, de 9 a 11 de maio de 1997; e o Seminário Nacional da Juventude Negra Petista, de 23 a 25 de janeiro de 1998.

Estas atividades contribuíram para a construção de alianças com outras instituições e para o enriquecimento dos debates. Possibilitaram abordagens de dimensões pouco trabalhadas conjuntamente, explicitaram alguns elementos comuns e diferentes entre as temáticas gênero, raça e classe social no campo das políticas públicas. Promoveram reflexões sobre ações afirmativas para mulheres e negros, e a informação sobre a aplicabilidade destas nas diferentes esferas da sociedade (empresas, Estado, movimentos sociais, entre outros). Estimularam, ainda, a participação de jovens enquanto agentes políticos.

Ampliando os referenciais

Na perspectiva de aprofundar a reflexão sobre os nós críticos da trajetória da questão racial no interior do partido devemos considerar ainda outros elementos, como: a presença dos negros no parlamento, a inclusão da questão racial nos processos eleitorais e pro-

6. Os programas de formação destas instituições integram as dimensões de gênero, raça e classe social:

INCA — desenvolveu em 1990 o curso Concepção e Prática do Movimento Negro; depois, por meio do programa Relações de Gênero, buscou aprofundar o conhecimento sobre a interlocução das temáticas acima, mediante seminários específicos e de inclusão da temática no conjunto das atividades.

CEERT — por meio do Programa de Formação Sindical, chamou a atenção para a importância da luta pela implementação da Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assessora o movimento sindical e outras instituições do mundo do trabalho.

Comissão Nacional Anti-Racista da CUT — contribui para o aprofundamento da questão racial no mundo do trabalho, estimulando a CUT e os sindicatos a implementar resoluções e ações que alterem a realidade do trabalhador e da trabalhadora negros.

gramas de governo. A questão a ser elaborada é: qual a consequência desta participação quanto a absorção da questão racial como elemento estruturante das desigualdades sociais?

E o que a mulher negra tem a ver com tudo isto? É óbvio que dado o processo organizativo nas últimas décadas, estas reafirmaram-se também como agentes políticas no interior do partido. Considerando-se que a relação entre machismo e racismo também faz parte das relações partidárias, é importante que haja um olhar mais atento aos interesses e necessidades específicos das mulheres negras.

Uma das formas de tratamento deste mosaico de questões é a garantia de uma maior aproximação — como via de “mão múltipla”, entre a produção e a formulação do Partido dos Trabalhadores, do movimento negro, do movimento de mulheres negras, do movimento feminista, entre outros.

Considerando este conjunto de reflexões e a intensificação das ações poderemos reverter os legados da idéia e da prática da branquitude e do poder, no sentido de potencializar a participação dos negros e negras enquanto sujeitos políticos.

Realidade dura, utopia contínua

São muitos os conflitos e embates travados pelas mulheres negras junto aos movimentos sociais, tendo como eixo central um basta à invisibilidade. Todo este processo leva à quebra de mitos como o de que feminismo é coisa de mulher branca; questão racial é coisa de negro; e de que política é coisa de homem branco. Estas marcas, presentes no imaginário social, não fazem nenhum sentido quando nos debruçamos profundamente sobre a análise dos processos políticos.

Os desafios advindos dos processos da crise econômica e política provocaram mudanças — de posturas e de conteúdos — no interior dos movimentos sociais. Todos os setores organizados têm sido chamados a dar respostas mais unificadas em busca da garantia dos direitos sociais. Impõe-se a necessidade de uma estreita relação da sociedade com o Estado visando o encaminhamento de uma ampla

agenda: o enfrentamento da diversidade, a construção da igualdade de tratamento e oportunidades, o respeito aos direitos humanos.

A perspectiva é de contribuir para a alteração da realidade de exclusão, realimentando a utopia de uma sociedade onde caibamos todas e todos. As mulheres negras, como antigas personagens no cenário político brasileiro, têm sido, de fato, propositivas na construção de novas cenas.

Bibliografia

- 1º SEMINÁRIO Nacional de Mulheres Negras. 1993. Relatório Narrativo e Financeiro, São Paulo, Comissão Organizadora.
- 300 ANOS de Zumbi e Perspectivas 96. 1996. *Revista Grupo de Trabalho Eleições 96*, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 4º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT.
- ALVAREZ, Sônia *et alii*. 1994. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 2.
- AZEREDO, Sandra. 1994. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem., p. 203/16.
- BAIROS, Luiza. 1995. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 3, nº 2, p. 458/63.
- BARSTED, Leila Linhares. 1994. Em busca do tempo perdido. Mulher e políticas públicas no Brasil — 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. 1996. Mulheres negras e branquitude. Faça a coisa certa! *Teoria&Debate*, nº 31, encarte especial, São Paulo, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/Partido dos Trabalhadores, DR/SP.
- BORBA, Ângela *et alii*. 1994. Feminismo no Brasil hoje. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 2.
- CORRÊA, Sônia *et alii*. 1996. Vitória sobre a incompetência. *Boletim Viver Diferentemente — Beijing'95*, número de balanço, Rio de Janeiro, IBASE.

- DOARÉ, Hélène Le. 1994. Do poder político e poético. Esquema de um raciocínio. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, tomo 5, número especial, 2º sem., p. 65-75.
- DOCUMENTO elaborado pelas mulheres negras no 4º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. 1990. San Bernardo/Argentina.
- FRANKENBERG, Ruth. 1995. *White women, race matters: the social construction of whiteness*. Minneapolis University of Minnesota Press.
- GIACOMINI, Sonia Maria. 1988. *Mulher e escrava*. Petrópolis, Vozes.
- GONZALES, Lélia. 1980. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Rio de Janeiro. Mimeogr.
- OLIVEIRA, Fátima. 1995. A mulher negra na década: a busca da autonomia. *Caderno Geledés*, São Paulo, nº 5.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Regional/SP. 1996. Faça a coisa certa! O combate ao racismo em movimento. *Teoria&Debate*, nº 31, encarte especial, São Paulo, Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.
- PIZA, Edith. 1996. *Branquitude: base para um conceito de poder*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da ABRAPSO, 3 a 6 de julho, PUC/SP. Reunião Anual e Mesa sobre Relações Raciais, NEIMB/USP, 5/7/96.
- RIBEIRO, Matilde. 1995. Mulheres Negras de Bertiooga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol. 3, nº 2, p. 446/57.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo — 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SILVA, Nilza Iraci. 1995. *Boletim Fêmea*, CFEMEA, Brasília, nº 32.
- SMITH, B. Hullg e SCOTT, P. B. 1982. *All the women are white. All the blacks are men, but some of us are brave*. University City of New York, Feminist Press.

Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo

*Maria Berenice Godinho
Delgado (Didice)*



Este artigo trata da organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical criada em 1983, que se tornou a mais representativa do Brasil. Em 1997, a Central contava com 2.570 entidades filiadas, que reúnem cerca de 6 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, perfazendo 30,99% do total de 19,4 milhões na base representada (dados da Secretaria Geral Nacional da CUT). Faz-se aqui uma reflexão sobre as principais contribuições que a organização das trabalhadoras trouxe para a Central. Não é uma reconstrução histórica. As referências à história aparecem quando necessárias à compreensão das mudanças observadas ao longo da existência da CUT. As contribuições mais significativas, de acordo com a interpretação aqui adotada, são sintetizadas em quatro pontos: o diálogo com o feminismo; a ampliação do olhar da CUT sobre as relações sociais; a introdução de novas práticas no ambiente sindical; a conquista de maior representatividade para a Central.

O esforço de sistematização e análise desse processo origina-se em uma profunda vinculação pessoal e política com a organização das mulheres na CUT. Assim, se é impossível ao pesquisador(a) “se

Maria Berenice Godinho Delgado (Didice)

Filiada ao PT, foi presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo e coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. Integrante da ELAS – Elisabeth Lobo Assessoria – Trabalho e Políticas Públicas e do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

ignorar como parte da situação de observação e reconhecimento” (HEINRICHS, 1977), nesse caso, os laços especialmente fortes são decisivos na conformação da reflexão aqui apresentada¹.

Em busca de representação sindical

Desde a década de 1970, as trabalhadoras brasileiras ampliaram de maneira expressiva sua participação nos sindicatos: entre 1970 e 1978, a sindicalização feminina cresceu 176%, enquanto a masculina aumentou 87% (GITHAY *et alii*, 1982). Esse fenômeno decorreu de alguns fatores principais. Um deles foi o enorme crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho, acompanhando uma tendência mundial. A expansão da base trabalhadora feminina chamou a atenção dos sindicatos urbanos, fazendo com que muitos deles desenvolvessem atividades dirigidas às trabalhadoras de sua área. Outro fator foi a eclosão de um movimento sindical dinâmico e vigoroso, no final dos anos 70, que despertou maior interesse pelo sindicato como espaço de representação e de luta por melhorias salariais e das condições de trabalho. Finalmente, a emergência do movimento feminista e de um movimento de mulheres diversificado, desde meados dos anos 70, contribuiu para estimular o desejo de participação em uma parcela da população feminina, inclusive trabalhadoras assalariadas.

No caso das trabalhadoras rurais, o processo foi diferente. Impedidas pelas direções sindicais de se associar — quem o fazia era apenas o chefe da família —, as mulheres do campo, entre os anos 70 e 80, reuniam-se sob o abrigo de entidades da Igreja católica para troca de experiências sobre sua condição de mulheres. Nesse processo foram percebendo os sindicatos como instrumento importante de luta. Tiveram de lutar pelo direito de sindicalização, participaram de oposições sindicais e da fundação de vários sindicatos rurais no Sul e Nordeste do país².

A organização das mulheres na CUT é fruto dessas influências. Começou desde a criação da Central, por intermédio de iniciativas

1. Uma parte das idéias contidas nesse artigo está desenvolvida no trabalho *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores. A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*, dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP, 1996.

2. A participação sindical das mulheres à época é analisada por SOUZA-LOBO (1991) e CAPPELLIN (1989).

pontuais em sindicatos filiados e em algumas CUTs estaduais. Gradativamente, as sindicalistas mobilizadas em torno de tais experiências teceram uma rede de alcance nacional: articularam-se como grupo para reivindicar a construção de uma política unificada da Central relacionada às mulheres trabalhadoras. No primeiro semestre de 1986, sindicalistas urbanas e rurais de diversas regiões do país reuniram-se para desenhar a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) e as comissões estaduais. Em seu 2º Congresso Nacional, em agosto do mesmo ano, a CUT reconhecia a existência da discriminação das mulheres na sociedade, assumia o compromisso de lutar por sua eliminação e aprovava a proposta de organização desejada pelas sindicalistas. Mais tarde, as trabalhadoras rurais, além de estarem integradas à CNMT, criaram a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, junto ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, por meio da qual coordenaram as reivindicações particulares das mulheres do campo (reconhecimento como trabalhadoras, salário-maternidade, por exemplo) e desenvolveram um importante trabalho de sensibilização do conjunto de sindicalistas rurais quanto às relações de gênero.

Duas matrizes principais contribuíram para a delimitação do perfil adquirido pela organização das mulheres na CUT: o caráter da Central como entidade sindical e o feminismo.

A Central Única dos Trabalhadores nasceu dentro do setor do movimento sindical que se tornou conhecido como novo sindicalismo. Surgida no final dos anos 70, esta vertente foi formada por sindicatos e oposições sindicais que contestavam o controle do Estado sobre o sindicalismo e desafiavam o empresariado e a política salarial do governo militar por meio de mobilizações de massa. O novo sindicalismo tornou-se um dos personagens mais importantes da luta social e política que se travava no Brasil pelo fim da ditadura militar, por democracia, representação política para a sociedade civil, direitos e cidadania. Junto com os movimentos populares — os novos movimentos sociais, entre eles o de mulheres —, compunha o que havia de mais progressista, capaz de transformar o panorama nacional. A criação da CUT, em 1983, trouxe o vigor político e os ideais de igualdade e democracia então reivindicados.

No campo partidário, a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, expressou o mesmo desejo de organização e representação dos interesses de segmentos da população aliados social e politicamente, que se tornavam sujeitos e afirmavam sua cidadania. Este é o lugar político em que se situavam as mulheres da CUT, ao reivindicarem e construírem sua organização.

A aproximação das sindicalistas com o feminismo começou no mesmo período. Ressalvando-se as diferenças e tensões entre cada setor que se organizava na sociedade brasileira, criou-se na passagem das décadas de 1970 para 1980 um campo comum de luta. Os movimentos populares apoiavam as greves operárias e os sindicatos combativos (expressão utilizada para referir-se aos que se alinhavam com o novo sindicalismo) davam suporte às reivindicações de bairros. Militantes feministas se aproximavam dos sindicatos, buscando as mulheres trabalhadoras, e chegavam à periferia das grandes cidades para debater o cotidiano das donas de casa. Estas, sob orientação de setores da Igreja católica, lutavam por água, creche e outros serviços. Nesse mosaico, começou a brotar o relacionamento entre parcela das militantes feministas e parcela das sindicalistas que se tornavam sensíveis às lutas das mulheres. Elas estavam em movimentos de naturezas diversas, mas se identificavam na busca de igualdade e direitos para as mulheres.

No âmbito partidário, a criação do PT atraiu muitas militantes feministas, desencadeando a organização das mulheres nesse partido dentro do mesmo campo político em que se situaria, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores.

Desde que promoveram as primeiras iniciativas de organização em sindicatos filiados e instâncias da CUT, as sindicalistas contaram com o apoio de mulheres que participavam da construção do feminismo contemporâneo no Brasil. Foi assim, por exemplo, na criação da pioneira Secretaria da Mulher da CUT da Paraíba, em 1985 — na qual as trabalhadoras rurais tiveram papel de destaque — e da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, um ano depois. Várias militantes do movimento autônomo de mulheres tornaram-se interlocutoras ao longo do processo de organização das trabalhadoras na Central, facilitando o contato das sindicalistas urbanas e rurais com o ideário feminista.

Sindicalismo e feminismo

A aproximação que se criou na CUT entre feminismo e sindicalismo não é uma experiência generalizada. Em muitos outros casos, no período contemporâneo, ocorreu, ao contrário, um estranhamento ou uma indiferença entre esses dois universos, com a delimitação rígida de fronteiras entre os interesses de um e de outro.

Para muitos sindicalistas — e provavelmente também para mulheres sindicalistas distantes do processo de organização das trabalhadoras —, assim deveria ter ocorrido na CUT. O contato com o movimento autônomo de mulheres teria transformado as militantes das Comissões de Mulheres (nacional, estaduais, de sindicatos) em “muito feministas”, juízo de conotação negativa emitido por dirigentes em momentos de tensão no relacionamento com as sindicalistas.

O diálogo com o feminismo, no entanto, qualificou a organização das mulheres na Central, sob diversos pontos de vista.

Contribuiu para que as sindicalistas vinculadas a esse processo percebessem a mulher em sua integralidade, como mulher trabalhadora, superando uma visão reduzida ao local de trabalho. O debate e a produção teórica feministas explicitaram as dimensões indissociáveis entre o local de trabalho e a casa, a profissão e a família, tendo como pano de fundo a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero desiguais, que conformam lugares delimitados para homens e mulheres na sociedade. As reflexões que conduzem a essa nova concepção da mulher trabalhadora chegaram às militantes sindicais por meio de sua participação direta em eventos promovidos pelo movimento autônomo de mulheres e pela interlocução com as feministas interessadas em apoiar o fortalecimento das mulheres no sindicalismo.

A aproximação entre feminismo e sindicalismo foi importante, também, para que as militantes sindicais superassem a concepção de classe como referência exclusiva e suficiente para apreender as relações sociais. Despertou-as para uma nova compreensão, sob a qual as relações de gênero e a dominação masculina/opressão das mulheres deveriam ser integradas à análise da realidade social e à definição de políticas de ação da CUT. As sindicalistas introduziram um novo discurso na Central, que critica e problematiza o da uni-

dade de classe. A idéia de unidade, na cultura sindical, tende a ocultar a heterogeneidade da classe trabalhadora; e ao se ver a opressão das mulheres como contradição secundária, vê-se na organização das trabalhadoras um fator de divisão e fragmentação da luta política. Ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e, mais recentemente, dos negros e negras da CUT, as mulheres têm tido, assim, um papel importante na redefinição da imagem da classe trabalhadora predominante entre militantes e dirigentes.

Outra marca trazida pelo diálogo com o feminismo foi a conformação de um olhar agudo que as sindicalistas foram capazes de dirigir às relações de gênero internas à CUT. A proposição de uma cota mínima de participação feminina nas direções (adotada na Central desde 1993) é a expressão mais radical desse questionamento e revelou a disposição de se atuar para modificar as relações entre homens e mulheres, inclusive nos espaços sagrados de decisão. Outras questões trazidas à tona pelas mulheres, como o assédio sexual, também põem em xeque as relações de gênero no âmbito sindical. A problematização destas na CUT e nos sindicatos é uma das principais novidades da experiência de organização das mulheres, que favorece a explicitação e o enfrentamento de algumas das contradições que vigoram na vida sindical cotidiana e no relacionamento entre militantes.

A ampliação do olhar da CUT sobre as relações sociais

A presença das mulheres estimulou na CUT a apreensão mais ampla das relações sociais. Ao contribuir para tornar pública a figura da “mulher trabalhadora” e para a conquista de seu reconhecimento como sujeito político, a organização das mulheres arranjou, em alguma medida, o modelo de trabalhador homem, branco, operário, predominante no imaginário do movimento sindical.

Ao mesmo tempo, as discussões sobre o trabalho feminino, ao extrapolar o local de trabalho *strictu sensu* e incluir a casa e as relações familiares, permitiram compreender melhor os tipos de trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, os problemas enfrentados

por elas, a maneira como vivem e interpretam seu cotidiano, as expectativas em relação à profissão e à vida profissional.

A temática da família e o debate sobre as relações conflituosas entre vida profissional, vida pessoal/familiar e militância política — e as diferenças entre a experiência dos homens e das mulheres — foram introduzidos por mulheres nos espaços sindical, partidário e de outros movimentos pelo simples fato de que são elas que enfrentam contradições e conflitos mais profundos quando se inserem no mundo público. São conhecidas as dificuldades que se colocam à participação feminina. Mas foram a reflexão e a pesquisa de corte feminista que desvendaram e problematizaram tais barreiras, assim como desmistificaram o que prevalecia nas análises sobre o movimento operário e sindical: a omissão a respeito da presença das mulheres nas lutas políticas ou as interpretações do tipo “as mulheres não se interessam por política”.

As relações entre produção/reprodução, trabalho/família, família/política como dimensões indissociáveis de um mesmo processo — trazidas à tona pelos estudos feministas — não são ainda eixo de reflexão plenamente incorporado ao sindicalismo desenvolvido pela CUT. Estão presentes, certamente, para as sindicalistas responsáveis pelas Comissões de Mulheres, quando debatem as relações de gênero no movimento sindical e pensam estratégias de atuação para ampliar a participação das trabalhadoras. Não é por outro motivo que, desde a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, a luta por creche foi definida como reivindicação — bandeira de luta — prioritária, entendida como condição básica para que as mulheres possam permanecer no mercado de trabalho, de um lado, e para que consigam mais tempo, inclusive para participar no sindicato, de outro.

Deriva desse eixo de reflexão a necessidade de se construírem políticas de ação que levem em conta a maneira diferenciada como homens e mulheres são incorporados ao mundo do trabalho. A demanda das sindicalistas, nesse caso, é para que o movimento sindical assimile as relações de gênero como categoria de análise da realidade, a informar as políticas traçadas para intervir no mundo do trabalho. É um desafio ainda não vencido. As considerações sobre o trabalho feminino prosseguem como um apêndice quando se aborda o trabalho, suas

transformações e os desafios postos ao movimento sindical; é ainda mais distante uma remodelação dos parâmetros de análise para que contenham o gênero. No entanto, a discussão foi introduzida na CUT.

No campo da formação sindical obteve-se um avanço expressivo. Gradativamente se conseguiu sair das programações organizadas diretamente pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e comissões estaduais para inserir as relações de gênero no rol das temáticas da política nacional de formação da Central. As escolas sindicais da CUT, situadas em diferentes regiões do país, lentamente se aproximam dessa discussão, com iniciativas ainda mais pontuais que sistemáticas. A experiência mais consistente até agora foi a do Instituto Cajamar (INCA), escola de formação sindical e política que não pertencia à CUT, mas mantinha uma programação sindical estreitamente vinculada à proposta da Central e atendia ao público desta entidade. O INCA foi mais rapidamente sensível à insistência das sindicalistas e de mulheres de outros movimentos para se incluir a questão da mulher. Desde 1990 trabalhou o tema, num processo que teve formas e intensidade diferentes a cada período, mas que foi amadurecendo ao longo dos anos. Infelizmente, foi interrompido no final de 1996, numa de suas melhores fases, devido à desativação do Instituto. Contando com o apoio de um grupo de entidades que formavam o Coletivo de Gênero do Cajamar (INCA, SOF — Sempreviva Organização Feminista, CUT e mais recentemente Elisabeth Lobo Assessoria — ELAS — e Fé Menina), a experiência atingiu um número significativo de pessoas, inclusive alguns homens, de todo o país e de diversos movimentos. Nos últimos anos, desenvolveu-se o curso “Gênero e trabalho”, iniciativa bem-sucedida que teve participação principalmente de militantes da CUT e entidades filiadas.

A existência da organização das mulheres com o perfil que adquiriu na CUT tem influenciado para que ocorram mudanças na cultura que vigora no movimento sindical. É o que expressam os aspectos apontados até aqui: mudanças de valores e de compreensão das relações sociais. Mas certamente os exemplos que têm maior impacto são a cota mínima de participação feminina nas direções e o aborto.

A discussão da cota na CUT durou dois anos e foi intensa, apaixonada e de alta qualidade política. Tocou no tema das relações

de poder, por isso despertou o interesse (e a preocupação) de dirigentes e militantes como nunca se havia conseguido com propostas trazidas pelas mulheres. Mobilizou tão intensamente os/as sindicalistas que quebrou a tradição das posições tomadas em bloco pelas correntes sindicais que atuam na Central. Revelou, entre a militância, a presença de preconceitos e resistências à igualdade entre os sexos, de um lado, e a vontade de mudar o relacionamento entre homens e mulheres, de outro. O debate foi aberto em 1991, no 2º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora; prolongou-se até a 6ª Plenária Nacional da CUT, em 1993, na qual a maioria de delegados e delegadas aprovou a adoção de um mínimo de 30% e um máximo de 70% de cada sexo nas instâncias de direção da entidade. Em 1994, o 5º Congresso Nacional da CUT elegeu a primeira Executiva Nacional com esta nova composição.

A discussão da cota foi, sem dúvida, estimulada pela experiência do Partido dos Trabalhadores, cujo 1º Congresso, em 1991, havia aprovado a adoção dessa medida, depois de um pioneiro debate, igualmente significativo, introduzido pela Secretaria Nacional de Mulheres.

Quanto ao aborto, a CUT já tem posição oficial favorável à sua legalização e descriminação no Brasil desde o 4º Congresso Nacional, em 1991. Nesse caso a Central foi mais rápida e mais corajosa do que as outras entidades progressistas da sociedade, aceitando o desafio de romper com o conservadorismo que cerca o tema do aborto no país.

Com essas duas decisões, as mulheres e os homens que compõem a militância da CUT confirmaram que, em sua maioria, são abertos a propostas novas e polêmicas. Desejam uma Central em constante mudança, disposta a rever suas posturas, a assumir posições avançadas em relação aos assuntos em debate. Se se pode questionar a entidade quanto a várias deliberações e encaminhamentos por ela tomados, não se pode, no entanto, negar-lhe a ousadia.

Novas práticas no ambiente sindical

O novo sindicalismo inaugurou práticas inovadoras no movimento sindical, mas as mulheres, dentro dele, certamente foram

ainda mais transgressoras. Há dois aspectos principais em que se pode perceber novidades introduzidas pelas trabalhadoras na CUT: nas formas de atuação e no relacionamento político.

As atividades promovidas pelas instâncias de organização das mulheres em várias instituições e movimentos de natureza política têm sido de maneira geral mais criativas, mais alegres e com maior carga de emoção do que as demais. Opta-se por se trabalhar simultaneamente as dimensões pessoal e política, por meio de oficinas, técnicas de relaxamento e animação, teatro, poesia e outros recursos metodológicos que favorecem a expressão e a reflexão tanto pessoal quanto coletiva sobre o cotidiano, a militância, os desafios a vencer. As pessoas envolvidas se mobilizam mais intensamente em torno das questões tratadas, seja num curso ou seminário, seja na comemoração de uma data importante para as mulheres. Mantém-se a seriedade do compromisso político mas quebrando a sisudez de que ele quase sempre se reveste. Busca-se preservar a graça, a ironia, o prazer dessa experiência. Assim tem sido também com as mulheres organizadas na CUT, que trazem para o sindicalismo práticas vivenciadas junto ao movimento autônomo de mulheres, mas, principalmente, práticas que estão diretamente relacionadas à vida cotidiana e à apreensão do mundo que têm as trabalhadoras urbanas e as rurais. Há uma multiplicidade de iniciativas com essa perspectiva na trajetória das cutistas, realizadas em instâncias da CUT e entidades filiadas; promovidas por sindicalistas do campo e da cidade, tanto separadamente, em suas realidades específicas, como em momentos conjuntos. Mas não se trata de uma invenção das trabalhadoras brasileiras e sim de uma marca da ação política das mulheres na história. Ao retratar a atuação das mulheres do povo na França do século XIX, Michelle Perrot (1992, p. 206) aponta que “pela sua irreverência, ironia e espontaneidade, a fala das mulheres é prenhe de subversão”.

Nos anos mais recentes, já se verifica no campo da formação sindical e política geral a adoção de novas metodologias que, diferente das convencionais, buscam superar a fragmentação entre indivíduo e militante e apreender percepções pessoais por outros caminhos que não o do discurso verbal, predominante no meio político.

É uma mudança que traz a esperança de concepções menos rígidas do que seja fazer política.

No âmbito do relacionamento político, as sindicalistas da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora fizeram um grande esforço para administrar de maneira positiva as divergências que as separam em diferentes grupos dentro da Central, principalmente entre as duas forças políticas cujas militantes têm atuação mais destacada na organização das mulheres — Articulação e a anteriormente denominada CUT Pela Base³. A convivência tensa, nervosa, entre as correntes políticas tem sido uma característica da trajetória da CUT. A luta por projetos sindicais distintos muitas vezes se transforma numa disputa desgastante pelo poder. Obviamente, as mulheres não ficam imunes a essa influência, mesmo porque pertencem aos agrupamentos que disputam a hegemonia na Central e, portanto, participam desse processo. A construção da organização das mulheres, assim, é permanentemente atravessada pela natureza do jogo político predominante. A novidade, no entanto, é que, no período compreendido entre a implementação e a consolidação do trabalho até pelo menos a conquista da cota, as dirigentes vinculadas à Comissão Nacional se empenharam em equilibrar essa relação tão delicada, em nome dos interesses comuns que as identificavam como militantes da organização das mulheres. Pretenderam uma unidade entre as mulheres. E construíram um percurso sofrido e inovador na busca de seu objetivo, insistindo numa lógica oposta à que se experimentava na Central.

Três motivações podem ser encontradas para essa postura. Primeiro, a necessidade de fortalecer-se como grupo para conseguir êxito na tarefa, levando em conta que se atuava num espaço predominantemente masculino. Era uma motivação tática. Segundo, esse grupo dirigente criou uma identificação e um compromisso com o

3. Ressalta-se aqui um período da trajetória da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, que vai até 1993, por ser aquele no qual a experiência pessoal permite afirmar a existência desse esforço. Vale observar, também, que há outras correntes políticas na CUT, entre as quais Força Socialista, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, que contam com militantes no trabalho de organização das mulheres. Historicamente, no entanto, são principalmente sindicalistas da Articulação e da CUT Pela Base que têm tido participação em maior número e de forma mais permanente junto à Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

desafio de conquistar um lugar visível e valorizado para as trabalhadoras na CUT, que as mobilizava por igual — era uma motivação política. Finalmente, as sindicalistas tentavam construir relações políticas baseadas na ética, no respeito e na solidariedade entre as mulheres, em contraposição ao modelo que viviam também na entidade. Era uma motivação feminista.

Essas mudanças de práticas e de comportamento político, em sua maioria restritas a iniciativas das mulheres, são estratégicas para despertar o interesse das trabalhadoras pelo sindicalismo. Em sua constituição, as entidades sindicais são espaços pouco atrativos para as mulheres. As expectativas e motivações que orientam a formulação das políticas sindicais, bem como as atitudes e comportamentos que predominam no meio sindical, correspondem majoritariamente ao universo masculino. Para muitas trabalhadoras da base e mesmo para muitas militantes esse estranhamento certamente interfere para afastá-las da participação. Também não são raros os casos de mulheres dirigentes que, independente de terem vínculos com as instâncias de organização das trabalhadoras ou de se interessarem diretamente pelas “questões das mulheres”, ressentem-se do ambiente sindical, tornam-se insatisfeitas — deslocadas — no desempenho de seu papel e, o que é pior para o sindicalismo, chegam a desistir de prosseguir com novos mandatos.

A organização das mulheres na CUT contribui para promover na Central o reconhecimento do universo de socialização das trabalhadoras, introduz seu cotidiano dentro dos sindicatos, transgride a hierarquia e a rigidez do relacionamento político, insiste em mudanças de práticas. Com isso tem sido importante, ao longo dos anos, para ampliar a legitimidade da Central junto às mulheres trabalhadoras.

A CUT tem uma expressiva participação de mulheres. Entre ramos de atividade econômica e serviços filiados, há uma parte significativa de setores de maioria ou alta porcentagem de presença feminina. Podem-se citar, entre outros, educação, saúde, funcionalismo público, rurais, serviços bancários e financeiros, indústria química e farmacêutica. O mais recente Congresso Nacional da CUT — 6º CONCUR —, realizado em agosto de 1997, contou com 27% de delegadas entre o total de representantes de todo o país.

A adoção da cota mínima de 30% de mulheres nas direções foi o reconhecimento da participação das trabalhadoras e, simultaneamente, a admissão da existência de desigualdades de gênero no interior da Central. Mudou a composição das direções nacional e estaduais da CUT, que expressam melhor, agora, a composição da base representada.

O processo de organização das mulheres fez crescer a representatividade da CUT em nível nacional, dos estados, das organizações nacionais por ramos de atividade econômica e serviços (federações, confederações), dos sindicatos. Em todos estes níveis, ao longo da existência da Central, multiplicam-se as instâncias de organização das mulheres e desenvolvem-se incontáveis atividades dirigidas às trabalhadoras, num ritmo veloz que, freqüentemente, escapa à Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Nas condições precárias em que sempre atuaram as Comissões de Mulheres — nacional e estaduais — torna-se impossível mapear e acompanhar todas as iniciativas.

A “cara feminina” adquirida pela CUT — uma central que tem uma fala das mulheres e que fala às mulheres — lhe dá maior legitimidade. A Central tem resoluções e práticas referidas às mulheres e desenvolve um trabalho sistemático de organização das trabalhadoras.

Porém, o salto de qualidade obtido pela Central se dá em meio a dificuldades e contradições ainda por superar. As Comissões de Mulheres têm limitações de ordem política e material para desenvolver sua atuação; a militância nesse espaço ainda é vista como acessória; muitas sindicalistas se sentem desestimuladas a assumir tal responsabilidade pela desvalorização que lhe é atribuída no conjunto de tarefas sindicais; grande parte de dirigentes da Central faz o discurso da igualdade e das relações de gênero, mas não se compromete, na prática, com as políticas correspondentes; trata-se ainda, majoritariamente, de um “assunto de mulheres”. Um grande desafio, portanto, está contido no lema adotado pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora à época da reivindicação da cota: consolidar a CUT plenamente como “espaço de homens e mulheres”.

Outro ângulo da ampliação da representatividade e legitimidade da CUT foi sua inserção num âmbito da luta social cada vez

mais destacado na sociedade brasileira: as lutas das mulheres. Tendo como canais principais a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora e as comissões estaduais, a Central conheceu as demandas apresentadas pelas mulheres nos diferentes espaços políticos e institucionais. Passou a apoiá-las e a fortalecê-las. Integrou-se a elas. Buscou formular um ponto de vista sindical sobre temas novos para o sindicalismo. Ao mesmo tempo, começou a ser chamada a posicionar-se diante de questões colocadas pelo movimento de mulheres na pauta política do país.

Como exemplos da integração da CUT nas lutas das mulheres brasileiras, podem-se citar sua participação na mobilização pelos direitos das mulheres na Constituinte; nas iniciativas de combate à violência contra a mulher; na luta pelo direito ao aborto; a inclusão do debate sobre saúde da mulher como um dos eixos de sua atuação na área de saúde do trabalhador e da trabalhadora. A Central tem assimilado temas apenas recentemente chegados ao Brasil, como as ações afirmativas. Há vários anos atua junto com o movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais nas lutas das mulheres do campo.

A inserção da CUT nas lutas das mulheres, para além do movimento sindical, não é homogênea. Tem tido momentos mais intensos e menos intensos; é muitas vezes atravessada por conflitos internos entre as sindicalistas e as direções da entidade, derivados de pontos de vista divergentes quanto ao papel da Central nas denúncias e reivindicações em debate; experimenta momentos de tensão no relacionamento com outras instituições. As sindicalistas sempre se empenharam no comprometimento da CUT com as lutas das mulheres em todas as suas dimensões — fruto da percepção da mulher trabalhadora na sua integralidade. Junto às direções, precisam muitas vezes demonstrar por que e em que medida certas reivindicações dizem respeito às trabalhadoras; por que são questões de interesse do sindicalismo.

Diante das demais entidades da sociedade, a participação da CUT tem um triplo significado. Chama a atenção para a articulação entre gênero e classe, que orienta a análise que as sindicalistas fazem da situação das mulheres trabalhadoras. Contribui para que alguns setores do movimento de mulheres rompam com a visão preconceituosa que têm em relação às sindicalistas — como se estas, por atua-

rem numa instituição de composição mista quanto ao sexo, estivessem impossibilitadas, por princípio, de incorporar um enfoque feminista. E, fundamentalmente, fortalece as lutas das mulheres na sociedade, pela importância política da CUT como organização de massa e a representatividade que construiu ao longo de sua trajetória.

Fortalecer as mulheres trabalhadoras

Os diagnósticos sobre o mundo do trabalho têm falado de fenômenos como a feminização da pobreza e a feminização do trabalho. Já há muitos anos, entidades sindicais internacionais vêm reconhecendo que a sindicalização das mulheres tem sido fundamental para reduzir o declínio da porcentagem geral de sindicalizados, em vários países. Esses são argumentos suficientes — e pragmáticos — para que o movimento sindical assuma seriamente a tarefa de organizar as trabalhadoras e de representar seus interesses diante do patronato e do Estado.

As enormes dificuldades do movimento sindical em realizar o compromisso com a igualdade de gênero convivem contraditoriamente com o balanço mais positivo que negativo de experiências recentes como a da CUT. A urgência de superar essa contradição deixa explícito o papel estratégico das organizações de mulheres em entidades sindicais e políticas de maneira geral. Sua existência, em si, é importante para chamar a atenção para as mulheres. Mas sua atuação tem sido essencial para romper minimamente as travas que impedem o pleno reconhecimento delas como sujeito dessas instituições e movimentos. A inexistência dessas instâncias significa quase sempre a ausência das mulheres nos diagnósticos e planos de ação.

Ao longo de sua trajetória, a Central Única dos Trabalhadores se valorizou com a organização das mulheres. Foi autocrítica ao reconhecer a desigualdade nas relações de poder e coerente ao assumir a cota mínima de participação feminina nas direções como uma das alternativas políticas para a construção da igualdade. Influenciou as outras centrais sindicais brasileiras — CGT e Força Sindical — que recentemente adotaram a medida, pautando-se no exemplo da CUT.

A organização das mulheres na entidade, por sua vez, adquiriu um perfil singular. Foi fruto da luta por cidadania no país e, no caminho percorrido desde sua origem, tem sido parte da luta pela cidadania das mulheres trabalhadoras, por igualdade e pelo fim da opressão nas relações de gênero.

É preciso, porém, garantir os avanços obtidos e alcançar novos patamares no processo de fortalecimento das trabalhadoras como sujeito. A qualidade da experiência da CUT não significa que este lugar está consolidado. Como se apontou aqui, essa experiência tem também muitas debilidades e não estará nunca livre das possibilidades de retrocesso. Muitas iniciativas sindicais de organização das trabalhadoras têm culminado com o seu esvaziamento, engolidas pelas dificuldades que se interpõem à presença feminina e pela marca ainda predominantemente masculina da cultura sindical. A organização das mulheres na CUT, ao contrário, se caracteriza pela permanência, mas seguramente sua consolidação e fortalecimento são um desafio constante.

Bibliografia

- CAPPELLIN, Paola. 1989. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste — 1976/1986. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C., orgs. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo, Vértice/Fundação Carlos Chagas.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho (Didice). 1996. *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores. A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP.
- GITHAY, Leda *et alii*. 1982. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980). *Revista de Cultura e Política*, nº 8. São Paulo, junho, p. 90-116.
- HEINRICH, Hans Jürgen. 1977. A ciência do outro. *Humboldt*, 75, Bonn, Inter Naciones, ano 39, p. 54-55.
- PERROT, Michelle. 1992. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. 1991. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura.

Uma experiência prática de luta

Luci Choinaski



Este artigo centra-se na história de organização e luta das mulheres agricultoras de Santa Catarina a partir do momento da reorganização de setores dos agricultores do sul do país no movimento sindical, no Movimento dos Sem Terra e na experiência desenvolvida no mandato federal. Nos diferentes momentos da história do país as mulheres agricultoras estiveram presentes e ativas em inúmeras ações e movimentos organizados no campo. Os registros de nossa história, no entanto, mantêm invisível esta presença. A experiência que desenvolvemos em Santa Catarina é um exemplo, entre muitos outros, desta mobilização e desta luta.

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Luci Choinaski

Presidente estadual do PT de Santa Catarina. Dirigente do Movimento de Mulheres Agricultoras, foi deputada estadual (1987-90), deputada federal (1991-94) e integrante da direção nacional do PT (1993-95).

Um exemplo mostra bem o nível do machismo daquela época. Quando iniciamos esse movimento, houve debate até mesmo em torno do nome, devido às gozações. Havia piadinhas de que as mulheres estavam “em movimento”. Mas nós bancamos o nome Movimento de Mulheres Agricultoras. Para nós esse nome significa que não estamos aceitando a paralisia, a submissão, e que as pessoas estão começando a se movimentar para construir algo diferente. Portanto, até no nome tivemos de enfrentar o preconceito. Por que era Movimento dos Sem Terra e não podia ser Movimento de Mulheres Camponesas?

Naquele momento, a Igreja católica, principalmente a Diocese de Chapecó, fazia um acompanhamento da discussão e da organização do Movimento de Mulheres Agricultoras, do Movimento dos Sem Terra, das oposições aos sindicatos dos trabalhadores rurais, do movimento dos atingidos por barragens. Em Santa Catarina, especialmente na região do Grande Oeste, isso tudo teve um incentivo e um apoio decisivo da Igreja católica. Os primeiros passos foram dados junto com a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base, que mostraram que os trabalhadores rurais, as mulheres, precisavam se organizar para buscarem seus direitos.

A partir daí, começou um Movimento de Mulheres Agricultoras mesmo. Com as primeiras reuniões e discussões de participação no sindicato, surgiu o questionamento: qual a condição em que nós, mulheres, vivíamos? Não tínhamos direito à sindicalização, os nossos documentos nos colocavam como domésticas — apesar de trabalharmos na roça, não éramos reconhecidas como trabalhadoras —, não tínhamos direito a receber nada quando aconteciam acidentes de trabalho — nem as mulheres, nem as crianças até 12 anos de idade —, não tínhamos direito à aposentadoria — só quando o marido morresse ou quando tivesse mais de 70 anos —, não tínhamos direito a salário-maternidade, não tínhamos participação na política. Então, começamos a descobrir que éramos apenas pessoas que trabalhavam, que obedeciam, cumpriam ordens, cuidavam da casa, produziam, tinham tripla jornada de trabalho e nada de participação.

O que fazer diante dessa história? No início, a Igreja católica puxou a discussão e depois nós, mulheres, começamos a participar, a assumir o debate e continuamos com esse trabalho de organização, construímos uma coordenação regional e, com a participação de vários municípios, construímos uma coordenação estadual. Foi um processo lento, pois partimos do zero, mas ao mesmo tempo foi muito sólido.

Fazíamos encontros dos municípios. Eram enormes, 2.000, 3.000 mulheres. Era o auge do movimento. As mulheres saíam de casa, com o apoio da Igreja, para questionar sua condição. Foi fantástico. Mas não havia mulheres com liberação — ou seja, pagas para fazer esse trabalho. Era tudo na base da militância e do espírito de sacrifício. Lembro que participava da direção e no período em que não tinha muito trabalho na roça fazia uma agenda de ida aos municípios e regiões para discutir a organização das mulheres, sua situação e levar também as propostas políticas que já tínhamos no movimento. Cada município dava uma contribuição, pagava passagem; a hospedagem era na casa de companheiras. De uma comunidade íamos para outra e assim era a organização.

Com essa militância, aumentou ainda mais nossa jornada. A nossa tarefa de trabalhadoras na roça, na casa, responsáveis pela comida e pela roupa lavada, não mudou nada. Mas com a necessidade de militância tínhamos que trabalhar bem mais. Por exemplo, a roupa ficava acumulada uma semana. Quando chegávamos, tínhamos que trabalhar bem mais para dar conta de lavá-la. O mesmo com a casa e outras coisas.

Também começou a mudar a própria relação familiar, entre homem e mulher. Iniciou-se um processo de conflitos, porque deixamos de ser as mulheres comportadinhas, que ficavam só em casa, fazendo de tudo, sem dizer *não* a nada. Apareceu a pergunta: o que essas mulheres estão fazendo fora de casa? Imagine-se a cultura no interior, muito religiosa, machista, cultivada há tempos. As mulheres nunca saíam de casa, nunca participavam de nenhuma decisão política, econômica. Podiam trabalhar, mas quem coordenava o dinheiro, onde iria ser aplicado, eram os homens. As mulheres só saíam para ir à casa da vizinha ou da comadre tomar um chimarrão,

ou com os homens para alguma festa. Nem para ir ao hospital ter filhos as mulheres saíam, pois a maioria tinha filhos em casa. Ou seja, mudou totalmente a rotina.

Com isso, começou a se discutir o papel do homem e da mulher. Será que era só a mulher que tinha de cuidar dos filhos, da casa, cozinhar? As questões de gênero começaram a ser discutidas, embora sem muita clareza, mas de forma bem prática, concreta. Muitos companheiros foram solidários. Outros não conseguiram aceitar esse processo, que foi bastante conflituoso. Afinal, saíamos da vida do *sim* para uma vida de questionamentos. Houve a discussão sobre o papel público e o privado, os espaços do homem e da mulher neles, os potenciais de cada um, seja para fazer política ou para cuidar dos filhos. Enfim, discutíamos que as diferenças eram apenas de costumes da sociedade.

Muitos homens começaram a contribuir nas tarefas domésticas, pois entenderam nossa luta. De outro lado, houve mulheres que começaram a luta e depois desistiram por problemas de família. Nas comunidades, quando as mulheres começaram a participar do movimento, do partido, do sindicato, das mobilizações, também houve muito preconceito. O conflito na família era constante. Na comunidade havia a discriminação, o comentário: “Onde está indo aquela mulher, que abandonou o lar, os filhos, o marido, que não vai mais pra roça e que só está na estrada?”. Isso fez com que muitas desistissem. Éramos vistas como mulheres vulgares por muita gente. Nestes casos, minha reação, por exemplo, era não ouvir o que não queria, não dar importância. Era uma forma de resistência. Se desse atenção, não resistiria.

Quando iniciei minha militância, era ministra da eucaristia. A minha forma de celebração era diferente. Eu estimulava as pessoas a colocarem suas experiências de vida e não apenas a lerem o que estava escrito. Mas a comunidade fez uma reunião e tive de optar entre a luta ou ficar só rezando. Minha resposta foi:

“Companheiras, se é para optar entre ficar só na comunidade ou viajar por esse estado, por esse país, para construir uma alternativa para as mulheres e para o povo, já tenho a opção. Ou seja, vocês é

que vão ter de optar: aceitam a condição de eu estar aqui quando for possível ou não”.

Daí tive que deixar de rezar o culto. Passei por esse desafio. O preconceito foi violento. Os principais chefes da comunidade tinham essa posição de que eu precisava optar, que não havia possibilidade de um meio-termo. Como quem estava do meu lado tinha medo de se expressar, foi aprovado o que propunham os “caciques”. Hoje, quando passo pela comunidade, eles têm vergonha do papelão que fizeram.

Ocupações, bandeiras e eleição

A participação das mulheres também deu uma nova cara às ocupações de terra. Na hora de ir para as ocupações, do enfrentamento com o latifúndio, com a polícia, as mulheres são as que mais resistem e incentivam para que as ocupações realmente aconteçam. São as mulheres que têm de resolver o problema da comida, do dia-a-dia, do filho, sem ter terra. Elas sentem isso mais na pele. Não que o homem não sinta, mas para as mulheres isso é mais forte pois elas têm que enfrentar e resolver esses problemas. Nas discussões no movimento e no partido estava em pauta a questão da importância de a mulher ir para a luta pela reforma agrária. O Movimento de Mulheres Agricultoras, por isso, sempre foi uma sustentação para as ocupações de terra, para que as mulheres estivessem presentes¹.

Além disso, nossas bandeiras eram a sindicalização, o direito à Previdência Social, à aposentadoria aos 55 anos, a um salário mínimo, ao salário-maternidade, à proteção quando de acidentes de trabalho, além do direito à participação política. As questões de gênero vinham embutidas, mas não eram uma discussão que tínhamos presente naquele momento.

Também começamos a participar de todas as lutas do povo. Houve uma grande politização na luta das mulheres agricultoras.

1. As mulheres militantes do Movimento dos Sem Terra vêm refletindo sobre as relações de gênero e chamam a atenção para o fato de que o reconhecimento das mulheres durante a luta pela terra nem sempre permanece com a mesma intensidade depois que o assentamento se organiza. Segundo o Censo da Reforma Agrária, os homens são 85% dos beneficiários dos projetos de assentamento.

Em 1986, fizemos o primeiro ato público das mulheres agricultoras. Reunimos em torno de 30 mil, em Xanxerê, dia 12 de agosto. Nossa bandeira era: “Da luta não fujo”, frase dita por Margarida Maria Alves, sindicalista da Paraíba que foi assassinada. Desde então, sempre neste dia, homenageamos essa lutadora e marcamos a luta contra a violência no campo e pela reforma agrária.

Esse ano de 1986 também foi marcante para a inclusão da mulher na política. O PT vinha discutindo a importância de as mulheres participarem. No Movimento de Mulheres Agricultoras tínhamos a certeza de que era preciso exigir nossos direitos, mas havia a dúvida: será que vamos entrar na política e botar nossa cara para enfrentar as discriminações? Chegamos à conclusão de que não poderíamos apenas votar, mas que devíamos também participar efetivamente da política. A condição para isso era conhecer nossa realidade, nossos projetos e objetivos, independente do grau de escolaridade. Foi então que aconteceu minha candidatura pelo PT e a eleição como a primeira agricultora a ocupar uma cadeira na história da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

As mulheres assumiram a campanha, de casa em casa, discutindo as bandeiras de luta, garantindo a vitória de um projeto elaborado pelas próprias mulheres. No esquema tradicional, na cultura política, este foi um grande avanço que o PT possibilitou, ao mostrar-se aberto à participação de lideranças dos movimentos sociais, em especial, no caso, das mulheres agricultoras. Era um espaço que se abria para expressarmos o que estávamos sentindo e pensando.

No PT, essa questão das mulheres vinha de baixo para cima, das nossas necessidades concretas, do nosso sofrimento. O Movimento de Mulheres Agricultoras foi um marco no sentido de incluir esse debate na pauta do PT. Isso mostra que são os movimentos sociais, fazendo sua luta, tendo suas conquistas, que entram para o partido, não o inverso. Começou a haver participação de mulheres nas direções dos sindicatos, no partido. Com isso, mudou o próprio perfil das direções petistas, que eram quase exclusivamente compostas de homens. Mas esse movimento, é bom ressaltar, deu-se de fora para dentro, com muita decisão política das mulheres.

O PT é um partido com a cara da sociedade. Os homens que entram no PT trazem a cultura machista da sociedade, vêm com todos os valores morais, culturais e isso é difícil de mudar. Afinal, é preciso abrir mão de privilégios. É como costume dizer: quando tem alguém que limpa o teu sapato, lava tuas cuecas e, depois, tu tens que fazer isso, fica difícil. Quando um dia a mulher tem que sair para uma reunião e o homem tem que dar mamadeira para o filho, ele já começa a perder algumas horas de sono. O discurso é fácil, mas na prática as coisas não são tão simples.

Há o medo do próprio poder. Os homens têm até dificuldade de escutar as mulheres falarem, ou seja, ouvir a própria voz das mulheres. O jeito da mulher fazer política é diferente do jeito do homem. As mulheres não têm essa característica de fazer o discurso, as elaborações, elas são mais práticas, reflexo de suas lutas no dia-a-dia. A minha eleição para a Assembléia em 1986, para a Câmara Federal em 1990, e a quase eleição para o Senado em 1994 (com diferença de menos de 2% dos votos), é uma prova disso. As mulheres tomaram como decisão política, dentro de suas organizações, eleger uma representante no espaço institucional que pudesse encaminhar a luta para que tivessem garantidas suas conquistas. Elas chegaram a essa análise e agiram.

É fundamental esse processo em que as mulheres questionam o próprio espaço de poder que deve existir no PT: um poder apenas masculino ou também feminino? Estão em questão os papéis socialmente definidos, que colocam a mulher numa situação de inferioridade, de incapacidade intelectual. Isso está na cultura machista, que ainda é cultivada no PT. A própria dificuldade de fazer o debate no partido revela isso. O que nós queremos é destruir o poder capitalista, dominante. Queremos construir uma outra alternativa de poder, que passa por novos valores, de novos homens e mulheres. Não queremos ser mais nem ser menos, mas ter condições de desenvolver nosso potencial político, intelectual. Queremos dividir as tarefas a partir de uma realidade, da discussão de uma capacidade tanto do homem quanto da mulher. Não daquela visão de que a mulher é doce, passiva e o homem é quem fala grosso, pesado, é poderoso, com mais capacidade

intelectual que a mulher. Queremos um outro projeto político, pois esse não serve nem para as mulheres nem para os homens. Queremos caminhar juntos, com as nossas condições diferentes, mas com igualdade social, política e econômica.

Esse debate foi difícil no PT antes. Continua difícil agora. E acho que vai continuar assim por muito tempo. A minha eleição foi uma surpresa para as elites, mas também para o PT, pois a minha votação não era esperada. Ainda mais por se tratar de uma mulher que não fez curso universitário, que falava de forma atrapalhada, vinha da roça. A primeira participação do PT na Assembléia Legislativa em Santa Catarina foi com uma cara totalmente diferente da tradicional, tanto para a sociedade em geral como para o partido. E isso aconteceu em um ano em que houve também a expressiva votação de outra mulher, Isolde Espíndola, também do PT, professora universitária, ligada ao setor urbano, que surpreendeu com sua candidatura ao Senado.

Objetividade: uma característica

As mulheres foram muito objetivas na minha eleição. Meu plano era seguir no Movimento, mas com aquela meta da participação eleitoral estabelecida, saímos a campo com determinação e conseguimos a vitória. Era uma coisa extraordinária, revolucionária. Não havia nenhuma estrutura econômica. Fazíamos rifas, camisetas e outros materiais para vender. Viajávamos de ônibus, de carona, do jeito que desse. E aquela coisa de que mulher não vota em mulher, eu não acredito. É preciso ter objetivo político e organização. E isso nós tínhamos. Nosso objetivo era ganhar a eleição. Passávamos de casa em casa e, em algumas, os maridos diziam para as mulheres: “Mas não pode votar em mulher”. E nós dizíamos, umas nos ouvidos das outras: “Não precisa contar em quem você votou”.

Acredito que mudou bastante o pensamento das mulheres do PT em nosso estado a partir do marco que foi a eleição de 1986. Primeiro, tínhamos um discurso, no Movimento, de que as mulheres eram capazes. Quando assumimos o mandato, surgiu a pergunta: e agora, como vamos mostrar nossa capacidade política concretamente?

O espaço era totalmente diferente, no meio de 39 políticos com pensamento diferente, com outra prática e outro projeto político. Foi uma ousadia muito grande fazer o enfrentamento político sem perder a condição de mulher e trabalhadora petista. A partir daí, as portas abriram-se para mostrarmos que as mulheres são capazes de fazer política com muita objetividade, determinação e garra.

No mandato, enfrentamos os valores burgueses, os preconceitos e mostramos que não era só o banco escolar que dava capacidade e inteligência, mas também a condição e a realidade social das quais vínhamos. No início, não éramos ouvidas dentro da Assembléia Legislativa. Depois, o mandato foi três vezes premiado pela imprensa como destaque parlamentar. Isso tudo abriu uma perspectiva muito grande para outras mulheres, que se sentiram encorajadas a serem candidatas a vereadoras nas eleições seguintes, inclusive com a vitória de muitas delas. Nos municípios onde o Movimento de Mulheres Agricultoras existia, as mulheres foram para a política, assumiram direção de sindicato, do partido, criando outro contexto de participação. Conseguimos ser a referência no PT, na sociedade. E, principalmente, para as mulheres ficou a lição: é possível colocar a cara na rua, fazer política, sem perder a condição feminina.

Além da questão de classe, sempre coloquei as dificuldades que as mulheres enfrentavam, tanto econômicas como culturais, com os preconceitos que a sociedade reproduzia e nós carregávamos. Acredito que isso ajudou a motivar as mulheres, apesar de haver pouca discussão no PT de Santa Catarina sobre esses problemas. Por exemplo, nos momentos eleitorais, na elaboração de propostas de programa de governo, as mulheres se reuniram, debateram, fizeram sugestões em diversas áreas, como educação, saúde, entre outras, sempre sob o ponto de vista de um governo popular e democrático. O mandato também ajudou a ampliar a relação com outros setores da luta das mulheres e dos trabalhadores em geral. Sentia, na época, que havia uma discussão importantíssima, por exemplo, na Universidade, com uma produção teórica muito boa, mas sem muita repercussão social. Ficava tudo muito entre as próprias pessoas. A discussão não ia muito para a base, com uma linguagem compreensível. Então, toda essa produção tinha

pouco desdobramento, pouco resultado. Esse é um grande problema que ainda enfrentamos. Como é que todo o conhecimento, toda a teoria, pode fortalecer, na prática, os movimentos, motivar a participação, o debate sobre a questão de gênero, sobre o desemprego, os baixos salários, a violência, a falta de moradia e outros tantos dramas vividos pelo povo em geral e pelas mulheres em particular.

Com o mandato de deputada estadual, pudemos realizar coisas bem concretas em nossa luta. Fizemos caminhadas, ocupamos a Assembléia, a tribuna. A Assembléia, que era um espaço privado de alguns grupos políticos, passou a ser também dos movimentos. As mulheres, assim, tiveram participação. A partir da eleição para a Câmara Federal, em 1990, foi dado um passo adiante. Conseguimos colocar na prática algumas bandeiras que não tinham possibilidade de ser concretizadas em nível estadual. É o caso da aposentadoria das mulheres, que estava na Constituição Federal e não havia sido regulamentada. O governo Collor mandou o projeto sobre a Previdência Social, mas deixou de fora a aposentadoria para os agricultores e agricultoras. Nosso mandato apresentou uma emenda a esse projeto, que garantia o que estava na Constituição, ou seja, aposentadoria aos 55 anos para os homens e 50 anos para as mulheres, com direito a um salário mínimo².

Aliás, um fato interessante desta luta foi quando, em 1988, durante a Constituinte, a bancada do PT em Brasília discutiu que eu deveria defender a aposentadoria das mulheres e dos trabalhadores rurais. Mas como eu faria essa defesa se não era deputada federal? Montamos, então, um esquema interessante com a bancada: não me lembro bem como, consegui entrar no plenário. O deputado Paulo Paim (PT-RS), que tinha a tarefa de tratar desse tema, começou a falar na tribuna. Num determinado momento, conforme combinamos antes, eu pedi um aparte. No microfone, como deputada estadual, sem que ninguém se desse conta

2. A luta pela aposentadoria de mais de um membro de uma família de agricultores, o que na prática atinge diretamente as mulheres, mobilizou organizações de mulheres de todo o país desde a preparação da Constituinte. Uma decorrência desta ação foram campanhas para que a mulher assumisse e declarasse sua profissão de agricultora nos documentos pessoais, na declaração para o Censo, na participação política e social.

— a não ser os petistas —, defendi a aposentadoria e o salário-maternidade em plena Câmara Federal. Foi um “furo” histórico que nem sei se foi registrado. Só sei que estava lá, tremendo um pouco diante daquele microfone, naquele espaço grande, no meio dos deputados federais, mas firme, numa espécie de prévia da minha participação, mais tarde, já como deputada federal, na defesa dessas mesmas questões.

Mesmo depois de conquistada a aposentadoria, o governo não queria pagar. Organizamos o movimento, com os sindicatos, com as mulheres, com a Igreja, em vários pontos do país, para pressionar. Dia 8 de março de 1993, uma caravana de mulheres agricultoras de vários estados foi para Brasília. Tivemos uma sessão especial na Câmara dos Deputados. Uma coisa inédita. As mulheres entraram no plenário de chapéu, de chinelo, de camiseta e exigiram do Congresso Nacional os seus direitos. Lembro bem que o professor Florestan Fernandes, à época deputado federal do PT por São Paulo, escreveu um artigo no jornal *Folha de S. Paulo* em que destacava o fato, mostrando que era a primeira vez na história brasileira que as galerias e o plenário da Câmara estavam ocupados por camponesas, que não foram pedir nada, mas dizer o que estavam querendo. Isso, dizia Florestan, dava uma outra cara para o Brasil.

Após fazer essa manifestação, nós ocupamos o Ministério da Previdência Social. Em cinco minutos o prédio estava tomado. Na época, o ministro era Reinhold Stephanes, que não queria pagar a aposentadoria. A polícia tentou colocar as mulheres para fora. Houve empurra-empurra, houve resistência, até o ministro assumir o compromisso de que ia regulamentar o pagamento.

Depois foi a vez do projeto para garantir o salário-maternidade. Era uma proposta discutida desde o início do movimento. Chegava o momento de colocá-la em prática. Nosso mandato assumiu o projeto e discutimos com as mulheres de vários estados. O movimento estava bem articulado, com as mulheres viajando para todas as cantos do país. Era um dos objetivos políticos do mandato: não poderia acabar sem aprovar o salário-maternidade. Foi um intenso trabalho de mobilização e pressão sobre

os deputados. Fizemos, por exemplo, um cartaz — “Salário-Maternidade: Direito de Mulher” — que circulou por todo o Brasil. Todo o país sabia que havia essa luta das mulheres³.

Conseguimos a votação graças a essa pressão do movimento de mulheres. Seu papel foi extraordinário. Estava presente o tempo inteiro. É a questão que eu colocava anteriormente, da objetividade das mulheres. Estabelecemos como meta e fomos à luta. Houve momentos até engraçados. As mulheres seguravam a gravata, os ternos dos deputados, que perguntavam: “Vocês vão embora logo?”. Nós respondíamos: “Só depois de votado o projeto”. Teve até a “prisão” do então ministro Antônio Britto no elevador. Enfim, os deputados ficaram enjoados de tanta pressão.

Havia dois argumentos contra o projeto. Um dizia que os gastos do governo iriam aumentar e, em conseqüência, haveria aumento de impostos sobre o próprio trabalhador rural. Outro chegava ao cúmulo de dizer que as mulheres iriam ter mais filhos para ganhar o salário-maternidade. Ora, é um direito das pessoas decidirem quantos filhos vão ter! Não tem nada a ver com o governo! O próprio PT, de certa forma, ficou em dúvida com relação ao aumento da contribuição em 0,5%. Mas a vitória veio e foi um avanço extraordinário.

No momento seguinte à aprovação, foi a vez de lutar para que o governo não vetasse o projeto. Voltamos a mobilizar todas as entidades nacionais possíveis. Foi uma enxurrada de telegramas e fax para o governo. Quando recebi o retorno de que tinha vencido mais essa batalha, que o presidente havia sancionado o projeto, estava viajando pela região de Rio do Sul. Não sabia se chorava, se ria, o que fazia. Minha emoção era tamanha que eu tremia. Era a história de uma luta das mulheres do campo que se tornava realidade. Um sonho que se tornava real: o direito ao salário-maternidade, que beneficiava não só as mulheres do campo, mas as pescadoras, garimpeiras e outras trabalhadoras em regime de economia familiar.

3. Já na Consolidação das Leis do Trabalho, na década de 1940, se garantia às trabalhadoras urbanas no Brasil, com exceção das empregadas domésticas, o direito à licença-maternidade. Para as empregadas domésticas, a licença-maternidade foi aprovada na Constituição de 1988.

Para quem carregava os filhos num cesto para a roça, porque não tinha quem cuidasse dele em casa, foi uma vitória muito grande. Era o reconhecimento do valor do trabalho e da cidadania das mulheres. Com o salário-maternidade, elas ganharam o direito a um salário mínimo mensal, durante quatro meses. A requisição pode ser feita 40 dias antes do nascimento do filho ou até três meses depois. Esse avanço, é bom ressaltar, foi fruto de um trabalho articulado entre o mandato e o movimento social. Sem isso, não teríamos tido essa conquista.

Questões para o PT

Na minha experiência durante o mandato pude perceber que este caminho de amarrar os projetos políticos com os movimentos sociais, com a sociedade, não é feito com a mesma força por todas as lideranças e parlamentares do PT. Quando superamos a distância entre o partido e a sociedade, as coisas acontecem de forma diferente, conseguimos conquistar muito mais. As relações do PT com a sociedade tornaram-se diferentes no decorrer desses anos todos de vida do partido. Nos anos 80, o movimento social impulsionava muito da dinâmica do PT e trazia para o partido muito de sua política. Hoje, os movimentos estão se afastando do PT. Nosso partido está com um método de fazer política que não está conseguindo incorporar valores novos, tanto de gênero como culturais.

Da mesma forma, o PT também não consegue incorporar de fato questões que não sejam apenas econômicas, como a sexualidade, o meio ambiente, a violência, a discriminação, e que dizem respeito a toda a sociedade. Muitas das questões políticas que são tratadas por movimentos independentes são elementos que temos que estimular por meio de nossa prática política, ampliando os debates e possibilitando mudanças sociais. Nem tudo pode ser transformado em projeto. Mas são temas riquíssimos e indispensáveis para uma mudança de valores, criando uma nova sociedade. Para mim, a mudança econômica só vai acontecer se houver junto transformações culturais. São valores estratégicos, transformadores, que o PT precisa assumir. Se quiser representar

os setores excluídos, o PT precisa estar atento a estas questões. Não podemos estar ausentes, temos que combinar essa luta com nossa luta contra o projeto neoliberal. Precisamos entender o que está acontecendo para não nos bitolarmos e caminharmos sem ver as necessidades da população. São questões colocadas para o PT, pois muitos setores se afastam porque o partido não pauta esses debates. Quem perde com isso é o próprio PT. Não podemos ficar numa linha tradicional. Temos que garantir a construção do socialismo a partir da riqueza da realidade que está a nossa volta

Tivemos vitórias importantes, como as cotas das mulheres nas eleições e os 30% na direção do PT. Foram conquistas que resultaram da mobilização das mulheres. Mas temos que enfrentar as dificuldades das mulheres para exercer sua participação. Em primeiro lugar, qual a condição que o partido deu para a sua participação efetiva? Quem tem criança não pode participar de reuniões porque não tem onde deixar o filho. As reuniões não foram pensadas a partir das mulheres, mas sempre a partir dos homens. A começar pela questão do horário, pois os homens não se preocupam se temos condições de participar ou não.

Outra questão: será que o homem já nasceu preparado para ser líder? Nasceu um bom dirigente, inteligente, intelectualizado, ou ele se construiu na participação? Isso intimida e afasta as mulheres da direção. Elas pensam: “Não estou preparada”. Com isso, assumem esse discurso masculino, discriminatório, dentro de nosso próprio partido. Claro que a direção deve ter os melhores quadros. Mas as mulheres, como todos os dirigentes, devem se preparar fazendo acontecer, participando das direções, quebrando a cara como eles também quebram, errando como eles também erram, pois ninguém aprende sem praticar. O discurso de que as mulheres não estão preparadas acontece em todas as forças políticas presentes no PT e eu tenho combatido esse argumento. Não aceito isso, pois afasta as mulheres e não cria condições de um debate político sério de participação feminina nas direções.

O mesmo acontece nas campanhas eleitorais. As mulheres aceitam o desafio de serem candidatas, mas o problema é o tipo de

campanha e o tratamento dado às disputas. Muitas mulheres nunca tiveram renda e não têm como entrar na disputa; muitas têm um certo medo, pois os homens estão acostumados a falar em público e com isso têm um poder a mais, aumentando as dificuldades das candidatas. Pela nossa formação cultural, acabamos tendo medo. Fomos condicionadas a isso e não é fácil lidar com essa insegurança. Ou seja, as condições são desiguais entre homens e mulheres. O partido não coloca como prioridade a eleição de mulheres.

Para atrair — e manter — novos setores para a política é preciso renovar nossos métodos. Para garantir a participação da juventude e das mulheres, por exemplo, é preciso descobrir um novo jeito de fazer política. Com solidariedade, com sensibilidade, com novas formas de se expressar, sem a dominação a partir da palavra, do discurso, sem as piadinhas que levam uma carga grande de preconceito, de conservadorismo. Quanto mais as mulheres participarem, tanto do partido como dos movimentos da sociedade, quanto mais conquistarem seus espaços, mais enfrentaremos e superaremos a discriminação. Não tenho nenhuma disposição de construir um projeto político em que a dominação capitalista permaneça, em que continue a dominação do homem sobre a mulher. O poder com que eu sonho, pelo qual eu luto, é aquele em que, com nossas diferenças, tenhamos as mesmas condições políticas, econômicas, sociais e culturais de nos desenvolver. Garantir condições a quem não teve acesso à educação, por exemplo, de poder estudar, seja com que idade for. Porque limites podem ser superados. Homens e mulheres não têm limites. Tudo se supera, desde que a gente discuta e queira essa superação. Por isso o PT precisa estar nesse debate sobre o tipo de homem e de mulher que queremos construir e quais as condições para superar os limites que a sociedade nos impôs. Homens e mulheres precisam ser felizes. A imposição de qualquer coisa revela uma farsa. Não podemos ter medo de que os outros cresçam, de que haja igualdade. O poder de fato é aquele que permite a todo mundo crescer junto. E é esse, de fato, que queremos construir.

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 — São Paulo — SP
Fone: (011) 571-4299
Fax: (011) 573-3338
E-mail: editora@fpabramo.org.br
Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

A 1ª reimpressão de *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores* foi realizada na cidade de São Paulo em fevereiro de 2000 pela Bartira Gráfica e Editora S.A. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto do livro foi composto em Garamond no corpo 12/15. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os laserfilms do miolo foram produzidos pela própria Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 240g; o miolo foi impresso em pólen soft 80g.